



SENADO FEDERAL

Relatório da Presidência

**Referente aos trabalhos da 3.^a Sessão
Legislativa Ordinária da 47.^a Legislatura**

Presidência do Senhor

Senador JOSÉ FRAGELLI

SECRETARIA GERAL DA MESA

BRASÍLIA — 1985

ÍNDICE

	Pág.
I — APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO	7
II — REUNIÕES PREPARATÓRIAS	13
III — INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA	19
IV — O SENADO FEDERAL NA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 47ª LEGISLATURA	23
A — Composição	25
A.1 — Alterações na Representação	29
A.2 — Afastamento do País	31
a) em missões do Senado	31
b) em missões do Parlamento Latino Americano	31
c) a convite de organizações internacionais	32
d) a convite de entidades estrangeiras	32
e) em caráter particular	33
A.3 — Licença	35
B — Afastamento do exercício do mandato	37
C — Vaga na Representação de Estado	39
D — Direção	41
E — Lideranças	41
F — O Senado Federal em Funcionamento	45
F.1 — Sessões Realizadas	45
F.1.1 — Comparecimento de Ministros de Estado	47
F.2 — Representação Externa	49
F.2.1 — Missões do Senado	49
a) no Exterior	49
b) no País	49
F.2.2 — Missões do Executivo	50
F.3 — Comissões	51
F.3.1 — Comissões Permanentes	51
a) Comissões criadas	51
b) Composição	51
c) Direção	59

	Pág.
F.3.2 — Comissões Parlamentares de Inquérito	61
a) criadas em sessões legislativas anteriores.	61
1) Investiga o funcionamento do mercado financeiro do País	61
2) Investiga a crise na Previdência Social brasileira	62
3) Investiga a persistência da pobreza absoluta do Nordeste	63
4) Investiga o funcionamento do sistema financeiro e de seu principal agente, o Banco Nacional de Habitação	64
b) criadas nesta sessão legislativa	65
1) Apura irregularidades no transporte marítimo brasileiro e estaleiros nacionais	65
2) Investiga e analisa as origens e as causas que determinaram a intervenção no Banco Sul Brasileiro S.A., e no Banco Habitasul S.A.	66
3) Investiga a gestão das sociedades de economia mista nas quais a União mantenha maioria acionária	67
F.3.3 — Comissões Especiais Internas	69
a) Destinada a realizar estudos sobre Reforma Tributária	69
b) Destinada a estudar aspectos relacionados com a produção de alimentos e corredor de exportação	70
c) Destinada a reformular a legislação que disciplina o direito de greve	71
F.3.4 — Comissão Especial Externa	71
F.3.5 — Comissões Especiais Mistas	73
a) Destinada a programar a comemoração dos centenários da Proclamação da República e da Primeira Carta Republicana do País	73
b) Destinada a realizar estudos acerca da fabricação, comercialização e utilização de agrotóxicos no País	74
F.3.6 — Comissões Especiais criadas para exame de Projetos de Código	77
a) Exame do Projeto de Lei da Câmara nº 118/84, que institui o Código Civil	77
b) Exame do Projeto de Lei da Câmara nº 175/84, que institui o Código de Processo Penal	78
F.4 — Participação dos Senhores Senadores nos trabalhos da Casa	81
F.4.1 — Pronunciamentos	81
F.4.2 — Proposições apresentadas	83
F.5 — Matéria Legislativa	87
F.5.1 — Projetos de Lei do Senado	87
a) de sessões legislativas anteriores	87
b) da presente sessão legislativa	143
c) emendados pela Câmara dos Deputados	169
d) súmula	171

	Pág.
F.5.2 — Projetos de Lei da Câmara	173
a) de sessões legislativas anteriores	173
b) da presente sessão legislativa	207
c) súmula	224
F.5.3 — Projetos de Decreto Legislativo	225
a) de sessões legislativas anteriores	225
b) da presente sessão legislativa	228
c) recebidos da Câmara dos Deputados para promulgação	231
d) súmula	232
F.5.4 — Projetos de Resolução	233
a) de sessões legislativas anteriores	233
b) da presente sessão legislativa	235
c) súmula	251
F.5.5 — Requerimentos	253
a) de sessões legislativas anteriores	253
b) da presente sessão legislativa	253
c) súmula	271
F.5.6 — Matéria vetada	273
F.5.7 — Escolha de Autoridades	275
a) Mensagens recebidas na sessão legislativa anterior	275
b) Mensagens recebidas nesta sessão legislativa	276
G — O Senado Federal em sua relação com outros Órgãos	279
G.1 — Elementos de Ligação	279
G.2 — Jornalistas Credenciados	289
V — O CONGRESSO NACIONAL REUNIDO	283
A — Sessões realizadas	285
B — Comissões Mistas	285
C — Matéria legislativa	287
C.1 — Propostas de Emenda à Constituição	287
a) de sessões legislativas anteriores	287
b) da presente sessão legislativa	296
c) súmula	305
C.2 — Projetos de Lei	307
a) de sessões legislativas anteriores	307
b) da presente sessão legislativa	307
c) súmula	308
C.3 — Decretos-leis	309
a) com tramitação iniciada na sessão legislativa anterior	309
b) com tramitação iniciada na presente sessão legislativa	310
c) aguardando leitura	312
d) súmula	320

	Pág.
C.4 — Propostas de Delegação Legislativa	321
a) de sessões legislativas anteriores	321
b) da presente sessão legislativa	322
c) súmula	322
C.5 — Projetos de Resolução	323
a) de sessões legislativas anteriores	323
b) da presente sessão legislativa	323
c) súmula	323
C.6 — Vetos Presidenciais	325
a) da sessão legislativa anterior	325
b) da presente sessão legislativa	325
c) súmula	329
C.7 — Requerimentos	330
C.8 — Parecer	337
D — Participação dos Senhores Parlamentares nos trabalhos do Congresso Nacional reunido	339

I – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

I – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

Senhores Senadores:

A Terceira Sessão Legislativa da Quatragésima Sétima Legislatura deixou marcas na vida política de cada um de nós, como marcou, por igual, com peculiar sinete, a vida política do País. Ratifico minha impressão, externada na sessão solene de promulgação da emenda constitucional que convocou, para 1987, a Assembléia Nacional Constituinte: aquele episódio constituiu um salto no tempo, antecipando a entrada do Brasil no Século XXI.

Além desse, dois outros acontecimentos tiveram e continuarão a ter influência marcante nos destinos nacionais: o falecimento do Presidente Tancredo Neves e o pleito de 15 de novembro.

O ano começou com o Parlamento e o povo em festa, preparando-se para empossar, na Presidência da República, aquele que, antes de eleito por processo indireto, através do Colégio Eleitoral, havia sido aclamado, proclamado e ungido Presidente, nas memoráveis campanhas populares que empolgaram a Nação. O destino, porém, não permitiu que ele fosse empossado. Já o grande poeta Virgílio considerava “feliz aquele que pode conhecer as causas das coisas, todas as angústias e o destino inexorável”.

O desaparecimento do grande líder foi o primeiro grande desafio à capacidade das lideranças políticas do Congresso Nacional, que, prontamente, nas breves horas de uma madrugada, decidiram considerar Presidente da República, já constitucionalmente empossado, o Vice-Presidente José Sarney. Houve, nesse episódio, gestos de rara grandeza e de espírito público, quer individuais, quer das correntes partidárias. Enquanto o Deputado Ulysses Guimarães, num gesto de patriótico desprendimento e de exemplar espírito público, se recusava a admitir a validade da tese de que ele, como Presidente da Câmara, era o sucessor, as oposições, pela voz do líder Murilo Badaró, fizeram tábula rasa de sua

posição de confronto, colocando acima dos seus os interesses da Pátria. Desse modo, o Senado e o Congresso evitaram que o trauma emocional do povo brasileiro fosse agravado por um trauma político de conseqüências imprevisíveis.

Eis um episódio que, embora originado na tragédia, honra nosso desempenho nesta Sessão Legislativa.

Ela começou com significativas mudanças no desenvolvimento do processo político. Antes mesmo de instalar-se, no decorrer da sessão preparatória, feriu-se, por primeira vez em muitos anos, a eleição para a Presidência e para a composição da Mesa Diretora, rigorosamente dentro do princípio constitucional de independência dos Poderes. Tanto a escolha dos candidatos pelas correntes partidárias como o pleito que indicou os vitoriosos, traduziram única e exclusivamente a vontade das maiorias e, portanto, desta Casa do Poder Legislativo. Abandonou-se, assim, o hábito seguido durante o período autoritário, quando o nome do Presidente da Casa devia receber a prévia aprovação do Chefe do Executivo. É bom frisar que o reinvestimento dessa prerrogativa se fez sem qualquer confronto dos Poderes e sem qualquer arranhão à harmonia que entre eles deve subsistir. Pelo contrário, o Presidente da República, honrando e dignificando seu passado parlamentar, não apenas deixou de ter qualquer interferência naquele episódio, mas até consagrou como líderes do Governo os escolhidos pelas respectivas bancadas majoritárias.

Outro fato a destacar em nossa evolução política e democrática foi a formação de um Ministério onde predomina a presença de parlamentares. A tecnocracia, que dominava o panorama nacional e se impunha como força dominante e quase exclusiva nos altos escalões governamentais, abriu espaço e cedeu lugar à ação e à visão mais abrangente da classe política. Começou, desse modo, a pro-

cessar-se a simbiose do técnico e do político, em benefício de uma administração com vistas voltadas mais para o homem que para o Estado.

Inquire-se, por vezes, se os rumos da Nação com o Presidente Sarney são os mesmos que seriam imprimidos pelo Presidente Tancredo. Não. A bandeira é a mesma e idênticos os princípios e as idéias. Mas, como ensina Buffon, "Le style c'est l'home". E se o estilo é o homem, os rumos de um Governo ostentam as características do governante. Não são, necessariamente, melhores ou piores. Mas são, evidentemente, diferentes.

O importante é que o Presidente José Sarney ganhou a confiança da Nação. Herdando uma pesada herança de natureza financeira, econômica e social, e enfrentando as agruras de uma hora de transição política extremamente delicada, assumiu o Poder com a coragem dos humildes que, segundo o Evangelho, têm o destino da exaltação. Sua longa vivência política e parlamentar e sua experiência administrativa, adquirida quando exerceu o Governo de seu Estado, fizeram-no palmilhar os caminhos do bom-senso. Evitou a imprudência de cometimentos monumentais, de cujo exemplo temos amargas experiências, pois, projetado para glorificar o futuro, são a grande causa das dificuldades do presente, sobretudo na área das finanças, onde o grande saldo é o enorme débito externo e interno. O Presidente José Sarney preferiu palmilhar as sendas da reconstrução, com a paciência e a determinação dos que querem e sabem vencer. Por isso, o povo o compreende e o aplaude.

A ação do Governo, nos planos político, econômico e social obteve do Parlamento o indispensável suporte legislativo traçado e anunciado. Desse modo, marcou-se para 15 de novembro último as eleições para Prefeitos das Capitais dos Estados, das estâncias hidrominerais e das cidades consideradas área de segurança nacional.

Os resultados são conhecidos. Mas os efeitos terão desdobramentos ainda não inteiramente alcançados, mesmo porque, ao jogar-se com o futuro, é sempre difícil uma avaliação. Há, todavia, evidências que nos compõem à meditação e oferecem bases para a reorientação da vida política. Uma delas é a que a sociedade brasileira ostenta um vertiginoso processo evolutivo. Em curto período, o panorama populacional, de predominantemente rural, se transformou em predominantemente urbano. Em consequência, não só cresceram as classes médias e laboriosas, como se alargou e se consolidou a consciência social, dentro e fora de seu âmbito.

Os resultados eleitorais são os reflexos do fenômeno. E as agremiações partidárias, a ele atentas, buscam adaptar-se à nova reali-

dade política, que aponta Partidos com seiva nova a alimentar seu surpreendente crescimento, que melhor há de revelar-se quando da eleição do novo Congresso Nacional e da Assembléia Nacional Constituinte.

Creio que todos nós temos procurado acompanhar essa evolução, no desempenho de nossas atividades políticas e parlamentares. É certo que nem sempre temos sido compreendidos. Nossa imagem ante a opinião pública nem sempre reflete nosso real comportamento e nosso trabalho, freqüentemente retratados sem a desejável fidelidade.

Em recente e memorável conferência, o eminente Consultor-Geral da República, ex-Senador Paulo Brossard, constatava, com amargura: "nenhum grande jornal, literalmente nenhum, dedica o mínimo de espaço aos trabalhos parlamentares". Lembrando Otávio Mangabeira, para quem, "o que se faz, e não é publicado, não se faz", atribuía o propalado desprestígio do Congresso junto à opinião pública, mais ao desconhecimento da atividade parlamentar do que à catadupa de censuras, críticas e agravos de que freqüentemente é alvo.

Foi numa dessas fases que, juntamente com o Presidente Ulysses Guimarães, da Câmara dos Deputados, me vi compelido a requisitar a cadeia nacional de rádio e televisão, com o objetivo de escudar a dignidade do Poder Legislativo.

Mas não é lícito consurar apenas a imprensa pelos baixos índices de popularidade do Congresso. Segundo Ruy Santos, eles se originam em nossa própria ação, por falhas humanas no cumprimento de nossos deveres e, até, pela inflexível exação do dever cumprido.

É que, segundo o saudoso Senador baiano, somos compelidos a despertar más vontades em vários grupos sociais. E explicita: "O poder econômico vê-nos submissos à taxa-ção de impostos, que ultrapassa entre nós a capacidade tributária do contribuinte; a imprensa estimaria viver com maior liberdade que a já desfrutada; os criminosos não querem a legislação penal; os desonestos se irritam com a investigação que o Congresso faz; os honestos se sentem feridos, às vezes com carradas de razão, em face das injúrias ou calúnias de que são vítimas; o grevista pretende uma lei de greve a seu modo; o latifundiário não quer que se toque em seu latifúndio, ao passo que quem não tem um palmo de terra almeja um pedacinho da alheia".

Para que decidamos de acordo com uma visão abrangente da sociedade, por vezes ferimos os interesses de alguns de seus segmentos.

São os ônus da profissão que abraçamos e que procuramos exercer com honra e dignidade.

E tem sido, de acordo com os ditames da dignidade e da honra, que procurei pautar minha conduta na Presidência do Senado e na direção dos trabalhos do Congresso Nacional. Dentro do possível, atuei no sentido de instrumentalizar a Casa para o melhor desempenho de suas tarefas. Uma das primeiras providências foi a de tornar efetiva a Lei Mauro Benevides, de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta, através da instalação de Comissão específica.

Outra importante Comissão, a de Ciência e Tecnologia, foi também criada. E determinei que os órgãos especializados da Casa a ambas emprestassem todo o apoio.

A Mesa preocupou-se, outrossim, em promover simpósios e seminários, com a participação de professores e altas autoridades nacionais e estrangeiras, com o objetivo de aprofundar conhecimentos nas áreas das ciências política, financeira, econômica e orçamentária. Entre eles vale citar o que teve por tema **O Legislativo e o Orçamento**, o que abordou o problema do "Assessoramento Parlamentar e o Encontro de Dirigentes Legislativos".

Dentro da preocupação de aprimorar o nível técnico do funcionalismo e emprestar-lhe melhores condições de assessoramento, foram ministrados diversos cursos de administração legislativa, envolvendo centenas de servidores do Senado Federal. Também no PRODASEN há a registrar 71 cursos e, no CEGRAF oito cursos e dois seminários gerenciais.

Dirigindo os trabalhos parlamentares ou adotando providências de ordem administrativa, procurei colocar-me acima das convicções partidárias, para perseguir o ideal de servir à instituição e, através dela, ao País. Para tanto, contei com a inestimável colaboração de meus companheiros de Mesa Diretora, a quem deixo expresso meus profundos agradecimentos.

Neste momento, torna-se imperioso ressaltar a conduta patriótica e ética dos líderes de bancada desta Casa, que amenizaram as agruras inerentes à Presidência.

Aos que teimam apresentar o Senado e o Congresso como entidades vazias de espírito público, ofereço o exemplo do líder Humberto Lucena, do PMDB, que, colocando em risco a própria saúde, se dedicou por inteiro ao exercício do múnus parlamentar e à espinhosa missão da liderança. E o fez com inextinguível brilho e competência, tornando-se credor da admiração e do respeito de seus contemporâneos.

Outro exemplo notável é o do líder da Oposição e do PDS, o Senador Murilo Badaró.

Já fiz referência à sua atuação na questão sucessória, quando sua palavra e sua posição foram decisivas para que não se abrisse uma crise que poderia abalar os alicerces da Nova República. No correr da Sessão Legislativa, seu comportamento obedeceu ao mesmo diapásão, lutando com indômita bravura, mas demonstrando a alta sensibilidade política de transigir, quando os interesses do País impunham a transigência como o melhor caminho para a perseguição do bem comum.

Por igual, o Senador Carlos Chiarelli exibiu seus extraordinários dotes de líder de seu Partido, o PFL, garantindo o necessário suporte parlamentar ao Governo da Aliança Democrática. O desempenho do jovem Senador foi, sem dúvida, uma das mais gratas surpresas da atual Sessão Legislativa.

Por acidente político, despediu-se de nós o líder do PDT, Senador Roberto Saturnino, que deixou desfalcado o Senado da República do brilho de sua inteligência, de sua ímpar combatividade e de seus profundos conhecimentos das ciências política, financeira, econômica e social. Esta Casa perdeu um de seus expoentes parlamentares, para que a cidade do Rio de Janeiro fosse contemplada com um administrador de escol.

Não mais líder de Partido, mas líder de todos nós, o Senado pode exibir à Nação, como exemplo de dignidade, de operosidade, de vocação política perfeita e acabada, o Senador Nelson Carneiro. Sua presença na tribuna, seja como ele mesmo, seja investido na figura de Agapito Durão, é bálsamo e é cáustico, encanta e ensina.

E que dizer dessa admirável personalidade de Amaral Peixoto, Presidente do PDS? Sem dúvida sua presença honraria qualquer Parlamento do mundo. Mais que contemporâneo, vem sendo um dos artífices da História do Brasil ao longo dos últimos 50 anos. É uma vida toda e integralmente dedicada ao serviço da Pátria. Se renascesse entre os escultores o hábito de simbolizar as grandes aspirações humanas — como a Liberdade e a Justiça — a estátua da política brasileira bem poderia ter a efígie de Amaral Peixoto.

Com homens de tal grandeza, o Senado não deve recear de parecer pequeno.

A todos os Senhores Senadores sou grato pela cooperação que emprestaram à Presidência e à Mesa da Casa.

Devo ressaltar, também, o esforço e a dedicação dos nossos funcionários, incluindo os do PRODASEN e do CEGRAF, de cujo trabalho e de cuja eficiência tanto dependemos. Através do Diretor-Geral, Dr. Lourival Zagonel dos Santos, e do Secretário-Geral, Dr. Nerione Cardoso, julgo traduzir o pen-

samento da Mesa e do plenário, ao prestar-lhes a homenagem de nosso respeito e de nosso reconhecimento.

Minha saudação amiga aos jornalistas dos órgãos de imprensa aqui credenciados. Eles sabem que aqui, como em nenhum outro lugar, têm plena liberdade no exercício da nobre profissão que abraçaram. Todas as portas estão para eles permanentemente abertas, de modo a poderem ver, entrevistar, observar, deduzir e expressar seu pensamento. A eles, que são os olhos pelos quais o povo nos enxerga, gostaria de formular um apelo: o de que nos retratem de corpo inteiro, e não através de uma caricatura ou de um retratinho de três por quatro. Bem sei que eles têm de seguir a pauta e a orientação dos editores. Mas talvez sobre estes possam influir, e levá-los à convicção de que o trabalho parlamentar, no plenário e nas Comissões Técnicas, é parte fundamental da política e que nas páginas políticas deve merecer o indispensável registro e destaque.

Não me é lícito esquecer o corpo de jornalistas da Casa que por diversos meios, entre os quais o mais poderoso e eficiente é a **Voz**

do Brasil, difundem nossa voz, nosso pensamento e nosso trabalho, por todo o imenso território nacional. São eles o veículo que usamos para estabelecer um contato diário e permanente com toda a população brasileira.

Volto a Ruy Santos. "Somos o que somos". Representamos perfeitamente o povo. Possuímos todas as excelsas virtudes que o ornaram e estamos sujeitos a seus mesmos defeitos. E diria mesmo como MONTAIGNE: "estamos sempre prontos a corrigir nossos erros, nunca porém nossos defeitos". Porque somos um resumo do povo, não formamos uma Assembléia perfeita. E retorno a Brosard, para asseverar que "nenhuma o é, pois não há uma sequer que seja constituída só de sábios e de santos. E, se acaso a houvesse, não teria sido eleita pelo voto popular, mas escolhida por inspiração do Espírito Santo".

Tal como o País, do qual são o pensar e o sentir, o Senado e o Congresso atravessaram um período de transição e de adaptação à nova ordem institucional. Estou certo de que enfrentaram as dificuldades disso decorrentes de modo a não temerem o julgamento da História.

II – REUNIÕES PREPARATÓRIAS

II — REUNIÕES PREPARATÓRIAS

O Senado Federal, dando cumprimento ao disposto no § 4º do art. 29 da Constituição da República Federativa do Brasil e no art. 3º, alínea "f", do Regimento Interno, fez realizar, a 27 de fevereiro de 1985, duas reuniões preparatórias destinadas à eleição, respectivamente, do Presidente da Casa e dos demais Membros de sua Mesa Diretora, para mandato de dois anos.

A primeira reunião, presidida pelo Sr. Senador Moacyr Dalla, iniciou-se às 14,30 horas, com a presença de 68 Senadores.

A eleição para Presidente, procedida por escrutínio secreto, quando votaram todos os Senadores presentes, acusou o seguinte resultado:

Senador José Fragelli:	38 votos
Senador Luiz Viana:	29 votos
em branco:	1 voto

Proclamado eleito e empossado na Presidência, o Senhor Senador José Fragelli pronunciou a seguinte oração:

Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas senhoras meus senhores:

É um privilégio tomar assento a esta mesa, neste instante, pela bondade dos meus ilustre pares, que honraram aquele, que por sua atividade na política provinciana, em lides que se alongam por quarenta anos, jamais alimentara a pretensão de atingir tão dignificantes funções. Compreendo as responsabilidades que me acometem a partir deste momento. As transformações por que vão passar as nossas instituições com a nova República, desde a posse do preclaro Presidente Tancredo Neves, exigem de cada brasileiro e, particularmente de cada um de nós nesta Casa, reflexão, trabalho, espírito público e preocupação pelos anseios do povo, que os manifestou na mais memorável campanha cívica que este país assistiu.

Substituo nesta Presidência o eminente Senador Moacyr Dalla, que encerra a sua gestão com a estima e a consideração de todos os Srs. Senadores, bem como os nobres companheiros de Mesa, que deram a sua contribuição aos trabalhos desta Casa durante os últimos dois anos.

Aqui se reúnem todas as forças político-partidárias que formam o Senado da Federação; aqui dividem as mesmas responsabilida-

des todas as legendas nele representadas. Só poderia ser assim, uma vez abertas comportas da liberdade e conseqüentemente participação do povo no processo político. Processo que, na democracia, é visceralmente dialético, no qual a regra é o debate, a crítica, a discussão, expressando-se pelo governo da maioria, com a colaboração e a fiscalização da minoria. A maioria monolítica de ontem passa a ser a minoria de hoje, defrontando-se com uma maioria compósita, mas unida nos propósitos e objetivos de uma renovação inspirada nos anseios populares proclamados explosivamente no movimento das diretas-já. Pela primeira vez, foi o povo, e não as cúpulas e elites partidárias, quem ditou novos rumos à política nacional. Os doutrinadores e cientistas da nossa sociologia política apontavam como fator preponderantemente impeditivo à instauração da democracia no Brasil — a ausência do povo nas grandes campanhas eleitorais. Oliveira Vianna observava a inutilidade dessas campanhas para granjear votos, por meio do granjeio de convicções, e sobretudo pela fixidez e imutabilidade dos quadros partidários, não conseguindo, as propagandas eleitorais, modificar num ápice a sua estabilidade. O ano político de 84 transformou a realidade nacional, e nem aquela tradicional fixidez e imutabilidade dos quadros partidários pôde resistir

ao ímpeto avassalador das vozes populares nos grandes comícios, em que a oratória dos políticos foi apenas um eco dos clamores das massas, o fato antes impeditivo, é, agora, o fator determinante. Pois, afinal aí está o povo.

A sociedade brasileira, por todos os seus segmentos sociais, queria e quer liberdade para reconstruir a sua democracia e austeridade no trato da coisa pública para restaurar a dignidade nacional. Com dignidade e decência, a alma brasileira acredita que o corpo nacional se reerguerá por si. O Poder Legislativo terá responsabilidade específica nessa magna tarefa e não menor que os demais Poderes da República. Cumpre, antes de tudo, que volte a tomar posse de si mesmo. Que passe a ser um Poder, não apenas na concessão escrita das prescrições constitucionais das suas prerrogativas e funções, mas no exercício efetivo dos poderes que expressam. O Legislativo não poderá ser indulgente na compreensão e na aplicação dos seus poderes, fraquejando ou abdicando — e quanto já fraquejou e quando já abdicou! — pelo aliciamento ou pressão de quaisquer forças, porque a indulgência própria seria maior que o crime de outrem.

Daí que a Direção do Senado e do Congresso, que agora se empossa, há de zelar pelas atribuições e prerrogativas inalienáveis do Poder, e mais que isso, pelo seu exercício, fazendo da doutrina constitucional que a consagra nos textos, um instrumento de ação que as valorize na prática, até mesmo restaurando praxes republicanas que duraram até 64. É a única maneira do Congresso dar a sua indispensável colaboração para que o governo do povo, seja, sempre, governo pelo povo, para o povo e acrescentaria: com o povo. Viu o problema, com a acuidade que era muito sua,

Pontes de Miranda, quando disse que, para que se governe com o povo, é preciso que subsista o assentimento popular, não só no instante da investidura no poder pelo sufrágio, mas em todo o curso do mandato. “Os governantes eleitos — insiste o saudoso jurista e ideólogo — Deputados, Senadores, Vereadores, Presidentes, Governadores, Prefeitos são comissários ou delegados do povo, e como tais, o que lhes cumpre, para não traírem, é inteirar-se da vontade do povo, realizando-a no dia-dia do exercício do mandato”. Com propriedade, Deputados, Senadores, Vereadores, foram também designados como “governadores eleitos”, porque a participação do Poder Legislativo, no governo da sociedade, em nada deve perder em força e responsabilidades, para o governo eleito do Poder Executivo. E se há um compromisso maior dos representantes legislativos, é o da manutenção sem transigências dos poderes da sua competência, concorrente ou exclusiva, prescritos no pacto fundamental que embasa a democracia.

Saudemos, pois, o Novo Parlamento, retratado com todos o queremos: ético, livre e independente.

Ousaria dizer que procedendo nestes termos, este Congresso recebeu uma nova investidura popular na campanha das diretas, do mesmo modo que o futuro eminente Chefe do Governo. A sensibilidade dos políticos portadores dos mandatos que exercem, recompondo os quadros partidários do Legislativo, já é uma prova de acatamento daquela vontade popular, que vale por uma renovação da confiança neles depositada no momento do voto, não importa o tempo e a forma da sua expressão. Um novo Executivo, um novo Legislativo, para uma nova República.”

Em segunda reunião, iniciada às 15:37 horas, sob a Presidência do Senhor Senador José Fragelli, procedeu-se à eleição dos demais Membros da Mesa, iniciando-se com a escolha do 1º e do 2º-Vice Presidentes, registrando a apuração o seguinte resultado:

1º-Vice-Presidente:

Senador Guilherme Palmeira:	40 votos
Senador Odacir Soares:	26 votos

2º-Vice-Presidente:

Senador Passos Pôrto:	34 votos
Senador Aderbal Jurema:	32 votos

Proclamado o resultado da votação, passou-se à eleição dos quatro secretários, acusando a apuração o seguinte resultado:

1º-Secretário: Senador Enéas Faria: 54 votos

2º-Secretário:

Senador João Lobo:	37 votos
Senador Moacy Duarte:	27 votos

3º-Secretário: Senador Marcondes Gadelha: 47 votos

4º-Secretário:

Senadora Eunice Michilles: 37 votos

Senador Carlos Alberto: 25 votos

Concluída a apuração e proclamados os eleitos, passou-se à eleição dos Suplentes de Secretário, que acusou o seguinte resultado:

Senador Martins Filho: 45 votos

Senador Alberto Silva: 38 votos

Senador Mário Maia: 35 votos

Senador Benedito Canelas: 29 votos

Senador Moacyr Duarte: 1 voto

Senador Odacir Soares: 1 voto

Em virtude da eleição, à Mesa do Senado Federal, que dirigirá os trabalhos da Casa na 3ª e na 4ª Sessões Legislativas da 47ª Legislatura, ficou assim constituída:

Presidente: Senador José Fragelli

1º-Vice-Presidente: Senador Guilherme Palmeira

2º-Vice-Presidente: Senador Passos Pôrto

1º-Secretário: Senador Enéas Faria

2º-Secretário: Senador João Lobo

3º-Secretário: Senador Marcondes Gadelha

4.ª-Secretária: Senadora Eunice Michiles

Suplentes de Secretário:

Senador Martins Filho

Senador Alberto Silva

Senador Mário Maia

Senador Benedito Canelas

III – INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

III – INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

Em obediência ao preceito emanado do art. 29, § 3º, item I, da Constituição da República Federativa do Brasil, o Congresso Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador José Fragelli, reuniu-se solenemente, às 10 horas do dia 1º de março de 1985, instalando a 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura.

Presentes à mesa, além de seus membros, o Senhor Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados, e o Senhor Ministro Moreira Alves, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Após a execução do Hino Nacional, deu entrada em Plenário o Senhor Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Professor João Leitão de Abreu, procedendo a entrega da Mensagem Presidencial.

Na oportunidade o Presidente do Senado, Senador José Fragelli, proferiu a seguinte oração:

“Exmº Sr. Deputado Ulysses Guimarães, digníssimo Presidente da Câmara dos Deputados; Exmº Sr. Ministro José Carlos Moreira Alves, digníssimo Presidente do Supremo Tribunal Federal; Exmº Sr. Ministro João Leitão de Abreu, digníssimo enviado de S. Exª, o Sr. Presidente da República; Exm.ªs Srs. Ministros de Estado; Exmº Sr. Governador do Distrito Federal; S. Exª Revª Dom Carlos Furno, Núncio Apostólico; Srs. Embaixadores e demais membros do Corpo Diplomático, autoridades civis e militares, minhas senhoras, meus senhores, Srs. Congressistas.

Estamos dando início à Terceira Sessão Legislativa da Quadragésima Sétima Legislatura. Isso significa que este não é um “Parlamento novo”. Todos nós continuamos a exercer o mandato que nos foi conferido em eleições realizadas na época de transição do regime autoritário para o regime democrático.

Mas este terá de ser um “Novo Parlamento”. Novos são os tempos a exigir do Congresso Nacional um comportamento consentâneo com os reclamos da evolução do processo político.

A meta democrática, por todos ansiada, foi atingida. E, com ela, o Poder retornou à responsabilidade civil, isto é, à nossa responsabilidade. Passamos de meros figurantes a

atores de destaque, no palco onde se desenrola a cena do exercício da coisa pública.

Eis-nos, portanto, com um novo papel a desempenhar. E é mister que, em seu desempenho, sem perder de vista os ensinamentos do passado, tenhamos os olhos voltados para os horizontes que se descortinam com a Nova República.

Oportuno a esta fase da vida brasileira é o ensinamento de Ortega e Gasset:

“A política é e terá que ser sempre, sobretudo em momentos de iniciação histórica, um projeto de futuro comum.”

E desaconselhava, para momentos como o que estamos vivendo, uma política demasiadamente preocupada com o passado, orientada no sentido de situar responsabilidades, de aplicar sanções e, sobretudo, de exercer represálias. Para o grande pensador, olhar com insistência para trás pode transformar o presente, a exemplo da mulher de Ló, numa estátua de sal.

Do passado, herdamos uma pesada herança de problemas de natureza política, econômica e social, para os quais urge encontrar solução. A responsabilidade por essa tarefa é comum aos Poderes da República, cada qual em sua área de competência.

IV – O SENADO FEDERAL

Na Terceira Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura

A — COMPOSIÇÃO

Ao final da sessão legislativa anterior, representando os Estados da Federação, integravam a composição do Senado 42 Senadores do Partido Democrático Social (PDS); 25 do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); 1 do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e 1 do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Na segunda reunião preparatória, realizada a 27 de fevereiro de 1985, foi lido, em Plenário, expediente vazado nos seguintes termos:

“Of. — PFL — 0001/85

Brasília, 27 de fevereiro de 1985.

Exm. Sr.
Senador Moacyr Dalla
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Para os devidos fins, comunicamos a V. Ex^a que nesta data a Comissão Diretora Nacional Provisória do Partido da Frente Liberal, atendendo a dispositivos legais, fez publicar no **Diário Oficial da União**, conforme cópia anexa, os atos constitutivos do referido Partido, compreendendo o Manifesto de Lançamento, o Estatuto e o Programa Partidário.

Como poderá observar V. Ex^a, são signatários do citado Manifesto, e portanto membros do Partido da Frente Liberal nos ditames da lei, os Senadores Marco Maciel, Luiz Cavalcante, Jorge Bornhausen, Guilherme Palmeira, Benedito Canelas, Carlos Chiarelli, José Lins, Claudionor Roriz, Eunice Michiles, Albano Franco, Aderbal Jurema, João Lobo, Marcondes Gadelha e Milton Cabral.

Nesta oportunidade renovamos protestos de estima e consideração. — Senador **Marco Maciel**, Presidente — Deputado **Saulo Queiroz**, Secretário-Geral.”

O expediente fez-se acompanhar dos textos dos atos constitutivos do Partido em formação, compreendendo o Manifesto de seu lançamento, Estatuto e Programa partidário.

Na oportunidade, o Senhor Senador Guilherme Palmeira, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, esclareceu que, nos termos regimentais, os Senhores Senadores que se filiaram ao Partido em formação deveriam encaminhar, individualmente e por escrito à Mesa, a sua nova filiação.

Em cumprimento à determinação regimental, a 7 de março de 1985, os Senadores mencionados no expediente acima e mais o Senador Carlos Lyra encaminharam, individualmente, à Mesa declaração de sua filiação ao Partido da Frente Liberal (PFL), o mesmo fazendo o Senador Altevir Leal, em 14 de março, e o Senador Lourival Baptista, em 19 do mesmo mês.

Em decorrência do ocorrido, funcionaram no Senado Federal, nesta sessão legislativa, os Partidos abaixo relacionados, com a seguinte composição:

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA POR ESTADO

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Jarge Kalume	Bahia	Jutahy Magalhães (4) Lomanto Júnior Luiz Viana
Amazonas	Raimundo Parente	Espírito Santo	Moacyr Dalla
Rondônia	Galvão Modesto (3) Odacir Soares	Rio de Janeiro	Amaral Peixoto
Pará	Aloysio Chaves Gabriel Hermes	Minas Gerais	Morvan Acayaba (1)
Maranhão	Alexandre Costa João Castelo	São Paulo	Amaral Furlan
Piauí	Helvídio Nunes	Goiás	Benedito Ferreira
Ceará	Almir Pinto (1) Virgílio Távora	Mato Grosso	Roberto Campos
Rio Grande do Norte	Carlos Alberto (2) Moacyr Duarte	Santa Catarina	Lenoir Vargas
Sergipe	Passos Pôrto (1)	Rio Grande do Sul	Octávio Cardoso

(1) Ver alteração na Representação.

(2) A 2 de agosto, comunica à Mesa seu desligamento do PDS e filiação ao PTB a partir de 17 de julho.

(3) A 10 de julho desliga-se do PDS e filia-se ao PDT, e a 21 de agosto desliga-se do PDT (comunicação feita em 27-8-85, em Plenário). A partir de 29-10-85, filia-se ao PMDB.

(4) A 10 de setembro desliga-se do PDS e passa a integrar a bancada do PFL.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Mário Maia	Minas Gerais	Itamar Franco Alfredo Campos
Amazonas	Fábio Lucena	São Paulo	Fernando Henrique Cardoso Severo Gomes
Pará	Hélio Gueiros	Goiás	Henrique Santillo Mauro Borges
Maranhão	José Sarney (1)	Mato Grosso	Gastão Müller
Piauí	Alberto Silva	Mato Grosso do Sul	José Fragelli Marcelo Miranda Saldanha Derzi
Rio Grande do Norte	Martins Filho	Paraná	Affonso Camargo (1) Álvaro Dias Enéas Faria
Paraíba	Humberto Lucena	Santa Catarina	Jaison Barreto (2)
Pernambuco	Cid Sampaio	Rio Grande do Sul	Pedro Simon (1)
Espírito Santo	João Calmon José Ignácio Ferreira		

(1) Ver alteração na Representação.

(2) Em 26 de novembro passa a integrar a bancada do PDT.

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Altevir Leal	Pernambuco	Aderbal Jurema Marco Maciel ⁽¹⁾
Amazonas	Eunice Michilles	Alagoas	Guilherme Palmeira Carlos Lyra Luiz Cavalcante
Rondônia	Claudionor Roriz ⁽¹⁾	Sergipe	Albano Franco Lourival Baptista
Piauí	João Lobo	Mato Grosso	Benedito Canelas
Ceará	José Lins	Santa Catarina	Jorge Bornhausen
Paraíba	Marcondes Gadelha Milton Cabral	Rio Grande do Sul	Carlos Chiarelli

(1) Ver alteração na Representação.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Estado	Senador
Rio de Janeiro	Nelson Carneiro ⁽¹⁾

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Estado	Senador
Rio de Janeiro	Roberto Saturnino ⁽²⁾

(1) A 1º de agosto, comunica à Mesa seu desligamento do PTB, e a 13 de novembro passa a integrar a bancada do PMDB.

(2) A 5 de dezembro, comunica à Mesa a renúncia do mandato a partir de 31-12-85.

Em virtude das alterações ocorridas, a composição dos Partidos Políticos no Senado Federal, ao encerrar-se, a 5 de dezembro, a 3ª Sessão Legislativa da presente Legislatura, estava assim constituída:

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — (PDS)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Jorge Kalume	Bahia	Lomanto Júnior Luiz Viana
Amazonas	Raimundo Parente		
Rondônia	Odacir Soares	Espírito Santo	Moacyr Dalla
Pará	Aloysio Chaves Gabriel Hermes	Rio de Janeiro	Amaral Peixoto
Maranhão	Alexandre Costa João Castelo	Minas Gerais	Murilo Badaró
Piauí	Helvídio Nunes	São Paulo	Amaral Furlan
Ceará	Cesar Cals Virgílio Távora	Goiás	Benedito Ferreira
		Mato Grosso	Roberto Campos
		Santa Catarina	Lenoir Vargas

Rio Grande do Norte	Moacyr Duarte	Rio Grande do Sul	Octávio Cardoso
Sergipe	Passos Pôrto		

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL — (PFL)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Altevir Leal	Alagoas	Guilherme Palmeira
Amazonas	Eunice Michilles		Carlos Lyra
Maranhão	Américo de Souza		Luiz Cavalcante
Piauí	João Lobo	Sergipe	Albano Franco
Ceará	José Lins		Lourival Baptista
Paraíba	Marcondes Gadelha	Bahia	Jutahy Magalhães
	Milton Cabral	Mato Grosso	Benedito Canelas
Pernambuco	Nivaldo Machado	Santa Catarina	Jorge Bornhausen
	Aderbal Jurema	Rio Grande do Sul	Carlos Chiarelli

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Mário Maia	Minas Gerais	Itamar Franco
Amazonas	Fábio Lucena		Alfredo Campos
Rondônia	Alcides Paio	São Paulo	Fernando Henrique Cardoso
	Galvão Modesto		Severo Gomes
Pará	Hélio Gueiros	Goiás	Henrique Santillo
Piauí	Alberto Silva		Mauro Borges
Rio Grande do Norte	Martins Filho	Mato Grosso	Gastão Müller
Paraíba	Humberto Lucena	Mato Grosso do Sul	José Fragelli
Pernambuco	Cid Sampaio		Marcelo Miranda
		Paraná	Saldanha Derzi
Espírito Santo	João Calmon		Roberto Wypych
	José Ignácio Ferreira	Rio Grande do Sul	Alvaro Dias
			Enéas Faria
			Alcides Saldanha

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Estado	Senador
Rio Grande do Norte	Carlos Alberto

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Estados	Senadores
Rio de Janeiro	Roberto Saturnino
Santa Catarina	Jaison Barreto

A.1 — ALTERAÇÕES NA REPRESENTAÇÃO

A representação dos Estados no Senado Federal, ao raiar da "Nova República", sofreu alterações substanciais, iniciando-se estas com a vaga deixada, na representação do Estado do Maranhão, pelo Senador José Sarney para tomar posse no cargo de Vice-Presidente da República, conforme comunicação encaminhada à Mesa a 14 de março. Ocorreram, também, a 14 de março, os afastamentos dos Senadores Pedro Simon, da representação do Estado do Rio Grande do Sul, Marco Maciel, da representação do Estado de Pernambuco e Affonso Camargo, da representação do Estado do Paraná, para se investirem, nos termos do disposto no art. 36 da Constituição, na função de Ministros de Estado, respectivamente, da Agricultura, da Educação e dos Transportes.

Para a vaga ocorrida na representação do Estado do Maranhão, foi convocado e tomou posse a 18 de março, o Senhor Américo de Souza, que se integra à Bancada do Partido da Frente Liberal — PFL.

Para completar a representação dos Estados do Rio Grande do Sul, do Maranhão e do Paraná, foram convocados e assumiram, a 18 de março, o mandato de Senador, respectivamente, os Senhores **Alcides Saldanha**, em substituição ao Senador Pedro Simon, compondo a Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB; **Nivaldo Machado**, em substituição ao Senador Marco Maciel, integrando-se à Bancada do Partido da Frente Liberal — PFL e **Roberto Wypych**, em substituição ao Senador Affonso Camargo, compondo à Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB.

Ainda na mesma data, 18 de março, reassumiram o exercício do mandato os Senadores Murilo Badaró, da representação do Estado de Minas Gerais e César Cals, da representação do Estado do Ceará, ambos integrantes do Partido Democrático Social — PDS, cessando, em consequência, o mandato dos respectivos suplentes, Senadores Morvan Acayaba e Almir Pinto.

A 22 de maio afasta-se do exercício do mandato o Senador Claudionor Roriz, da representação do Estado de Rondônia, a fim de, nos termos do disposto no art. 36 da Constituição, assumir a função de Secretário de Saúde em seu Estado de origem. A 24 do mesmo mês, toma posse o suplente convocado, Senhor **Alcides Paio**, que se integra à Bancada do Partido da Frente Liberal — PFL, desligando-se deste Partido em 22 de outubro, para integrar, na mesma data, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB.

A 13 de junho, licencia-se, para tratamento de saúde, o Senador Passos Pôrto, da representação do Estado de Sergipe, por período que, nos termos do art. 36 da Constituição, ensejou a convocação do suplente, Senhor **Heráclito Rollemberg**. Tomando posse a 17 do mesmo mês, e integrando a Bancada do Partido Democrático Social — PDS o Senador Heráclito Rollemberg exerce o mandato até o dia 14 de outubro.

Em 15 de outubro reassume o mandato, o Senador Passos Pôrto, filiado ao Partido Democrático Social — PDS.

A 5 de dezembro o Senador Roberto Saturnino comunica à Mesa a renúncia, a partir de 31 do mesmo mês, do mandato de Senador pela Representação do Estado do Rio de Janeiro, eleito que fora Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro.

A.2 — AFASTAMENTO DO PAÍS

Para afastamento do País, nos termos regimentais, foram encaminhadas à Presidência da Casa as seguintes comunicações:

a) Em missões do Senado:

Senador Amaral Furlan	— a partir de 22 de março
Senador João Calmon	— a partir de 22 de março
Senador Lourival Baptista	— a partir de 22 de março
Senador Sadanha Derzi	— a partir de 22 de março
Senador Alfredo Campos	— a partir de 26 de maio
Senador José Lins	— a partir de 30 de agosto
Senador Luiz Viana	— a partir de 30 de agosto
Senador Mauro Borges	— a partir de 30 de agosto
Senador Moacyr Duarte	— a partir de 30 de agosto
Senador Saldanha Derzi	— a partir de 31 de agosto
Senador Carlos Lyra	— de 7 a 15 de outubro
Senador Alfredo Campos	— a partir de 9 de outubro
Senador Cesar Cals	— a partir de 9 de outubro
Senador Cid Sampaio	— a partir de 9 de outubro
Senador João Lobo	— a partir de 9 de outubro
Senador Nelson Carneiro	— a partir de 9 de outubro
Senador Gabriel Hermes	— a partir de 19 de outubro
Senador Lomanto Júnior	— a partir de 19 de outubro
Senador Roberto Wypych	— de 4 a 19 de dezembro
Senador Hélio Gueiros	— de 6 a 26 de dezembro
Senador Carlos Criarelli	— de 6 a 26 de dezembro
Senador Severo Gomes	— de 6 a 26 de dezembro

b) Em missões do Parlamento Latino-Americano:

Senador Nelson Carneiro	— a partir de 1º de janeiro, na qualidade de Presidente da entidade
Senador Milton Cabral	— de 24/8 a 2/9 — a fim de participar da Junta Diretora do Parlamento Latino-Americano — Caracas — Venezuela
Senador Milton Cabral	— a fim de participar da Junta Diretora do Parlamento Latino-Americano em Buenos Aires, na qualidade de Vice-Presidente da entidade

c) A convite de Organizações Internacionais:

- | | |
|-----------------------------------|---|
| Senador Fernando Henrique Cardoso | — Centro George Pompidou, visita à França e à Holanda, a partir de 23 de janeiro. |
| Senador João Calmon | — Fórum de Líderes Legislativos do Hemisfério Ocidental em Washington, de 20 a 30 de janeiro. |
| Senador Enéas Faria | — Câmara de Comércio Brasil-EE.UU a partir de 3 de outubro. Solenidades em Nova Iorque. |
| Senador Lourival Baptista | |
| Senador Jutahy Magalhães | — 55º Congresso da American Society of Travel Agents ASTA, Roma, Itália. |
| Senador Nelson Carneiro | |
| Senador Albano Franco | — XXI Congresso Latino-Americano de Industriais, promovido pela AILA, a realizar-se em La Paz, Bolívia, a partir de 19 de outubro. |
| Senador Fernando Henrique Cardoso | — VII Conferência Geral da International Federation of Social Organization, patrocinada pelo Science Indian Council of Social Research, a partir de 26 de novembro. |

d) A convite de entidades estrangeiras:

- | | |
|-----------------------------------|---|
| Senador Fernando Henrique Cardoso | — A convite do Governo de Portugal a fim de presidir, naquele País, a reunião da ISA, indo também à França, a partir de 9 de maio. |
| Senador Enéas Faria | — A convite do Governo de Israel, a fim de visitar aquele País, a partir de 25 de junho. |
| Senador José Fragelli | — A convite do Governo dos EE.UU a fim de visitarem aquele País, de 13 a 30 de julho. |
| Senador Alfredo Campos | |
| Senador Enéas Faria | |
| Senador Murilo Badaró | |
| Senador Milton Cabral | — A convite do Governo de Israel, a fim de visitar aquele País, a partir de 10 de julho. |
| Senador Marcondes Gadelha | — A convite dos Governos dos EE.UU e Romênia, de 13 de julho a 13 de agosto. |
| Senador Severo Gomes | — A convite do Governo de Cuba, a fim de participar de encontro com dirigentes da América Latina e Caraíbas, no período de 29 de julho a 5 de agosto. |
| Senador Albano Franco | — A convite da Federação das Indústrias da Coreia — FKI — a partir de 20 de agosto. |
| Senador Guilherme Palmeira | — A convite da Fundação Friedrich Naumann, sediada em Bonn, para visita ao Parlamento Alemão, durante o mês de agosto. |
| Senador Jorge Bornhausen | |
| Senador Lourival Baptista | |
| Senador Severo Gomes | — A convite do Centro de Estudos para a Democracia Uruguaia — Montevideo, de 4 a 8 de setembro. |
| Senador Jorge Kalume | — A convite do Parlamento da Síria, para visita àquele País, a partir de 23 de outubro. |
| Senador João Lobo | |

e) Em caráter particular:

- | | |
|---------------------------------|---|
| 1) Durante o período de recesso | — 6 de dezembro de 1984 a 28 de fevereiro de 1985 |
| Senador João Castelo | — a partir de 28 de dezembro de 1984 |
| Senador Carlos Lyra | — a partir de 18 de janeiro |
| Senador Roberto Campos | — a partir de 9 de fevereiro |
| 2) 1º período das sessões | — de 13 a 20 de abril e |
| Senador Roberto Campos | — de 3 a 10 de maio |
| Senador Guilherme Palmeira | — de 16 a 23 de maio |
| Senador Carlos Lyra | — a partir de 23 de junho |
| Senador Cesar Cals | — de 25 a 30 de junho |
| 3) Período de recesso | — de 1º a 31 de julho |
| Senador Cesar Cals | — de 1º a 22 de julho |
| Senador Albano Franco | — a partir de 17 de julho |
| Senador Roberto Campos | — de 27 a 31 de julho |
| 4) 2º período das sessões | |
| Senador Roberto Campos | — de 1º a 4 de agosto |
| Senador Severo Gomes | — de 1º a 5 de agosto |
| Senador Aloysio Chaves | — a partir de 23 de agosto |
| Senador Severo Gomes | — de 4 a 8 de setembro |
| Senador Roberto Campos | — de 4 a 15 de setembro |
| Senador Moacyr Dalla | — a partir de 19 de setembro |
| Senador Odacir Soares | — a partir de 28 de setembro |
| Senador Roberto Campos | — de 3 a 12 de outubro |
| Senador Moacyr Duarte | — a partir de 22 de outubro |
| Senador Odacir Soares | — de 6 a 14 de novembro |
| 5) Durante o período de recesso | — de 5 a 31 de dezembro |
| Senador Cesar Cals | — a partir de 9 de dezembro |

A.3 — LICENÇA

O Senado concedeu licença, para tratamento de saúde, nos termos do disposto no art. 47, inciso I, do Regimento Interno, ao Senador Passos Pôrto, no período de 16 de junho a 17 de outubro, conforme Requerimento nº 139, de 1985, aprovado pelo Plenário.

B — AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO MANDATO

Nos termos do disposto no art. 36 da Constituição e da alínea **b** do art. 43 do Regimento Interno, afastaram-se do exercício do mandato os seguintes Senadores:

Em 14 de março:

Senador Marco Maciel, da representação do Estado de Pernambuco, a fim de assumir a função de Ministro de Estado da Educação;

Senador Affonso Camargo, da representação do Estado do Paraná, a fim de assumir a função de Ministro de Estado dos Transportes;

Senador Pedro Simon, da representação do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de assumir a função de Ministro de Estado da Agricultura.

Em 20 de maio:

Senador Claudionor Roriz, da representação do Estado de Rondônia, a fim de assumir a função de Secretário da Saúde naquele Estado

C — VAGA NA REPRESENTAÇÃO DE ESTADO

Na sessão ordinária do dia 14 de março foi encaminhado à Mesa expediente vasado nos seguintes termos:

“Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência e, por seu alto intermédio, ao Senado Federal, que assumirei amanhã, dia 15 de março, o cargo, para o qual fui eleito, de Vice-Presidente da República.

Sala das Sessões, 14 de março de 1985.

Senador José Sarney.”

Publicada a comunicação e efetivada a posse do Senador na Vice-Presidência da República, abriu-se vaga na representação do Estado do Maranhão, tendo sido convocado, para preenchê-la, o Senhor Américo de Souza que, a 18 de março, tomou posse do mandato de Senador em caráter definitivo.

Em 5 de dezembro, o Senhor Senador Roberto Saturnino comunica à Mesa a renúncia, a partir de 31 do mesmo mês, do restante do mandato de Senador da República pelo Estado do Rio de Janeiro, dando-se a vaga na representação daquele Estado, devendo ser, oportunamente, convocado o seu suplente.

D — DIREÇÃO

A Comissão Diretora, a quem compete exercer a administração interna do Senado Federal, é constituída dos titulares da Mesa que é, observadas as normas constitucionais e regimentais, eleita nas reuniões preparatórias que antecedem a instalação da 1ª e 3ª sessões legislativas ordinárias de cada Legislatura, para um mandato de dois anos.

Desta forma, dirigiu a Casa nesta 3ª Sessão Legislativa da 47ª Legislatura, a Mesa eleita a 27 de fevereiro de 1985, sendo assim constituída:

Presidente:	Senador José Fragelli
1º-Vice-Presidente:	Senador Guilherme Palmeira
2º-Vice-Presidente:	Senador Passos Pôrto
1º-Secretário:	Senador Enéas Faria
2º-Secretário:	Senador João Lobo
3º-Secretário:	Senador Marcondes Gadelha
4º-Secretário:	Senadora Eunice Michiles
Suplentes de Secretários:	Senador Martins Filho
	Senador Alberto Silva
	Senador Mário Maia
	Senador Benedito Canelas

E — LIDERANÇAS

Nos termos do disposto no art. 64 do Regimento Interno, a indicação dos Líderes das Representações Partidárias é feita em documento subscrito pela maioria de seus membros, sendo os Vice-Líderes indicados pelos respectivos Líderes.

Em atendimento ao estabelecido na Lei Interna, a 5 de março foi encaminhada à Mesa a indicação do Senador Aloysio Chaves para Líder do Partido Democrático Social (PDS). Este, por sua vez, a 7 do mesmo mês, designou para o exercício da Vice-Liderança do Partido os Senadores Jorge Kalume, Moacyr Duarte, Raimundo Parente, Jutahy Magalhães e Octávio Cardoso.

A 18 de março, tendo o Senador Aloysio Chaves, por motivos particulares, se afastado da Liderança, a Bancada, por sua maioria, comunicou à Mesa a indicação do Senador Murilo Badaró para, em substituição ao Senador Aloysio Chaves, exercer a Liderança do Partido.

O novo Líder do PDS e os demais Líderes Partidários, indicados, na forma regimental, a 4 de março (PDT e PTB), a 5 de março (PMDB) e a 7 de março (PFL), comunicaram à

Mesa as indicações dos respectivos Vice-Líderes, ficando, nesta 3ª Sessão Legislativa da 47ª Legislatura, o Colégio de Líderes assim constituído:

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

Líder — Senador Murilo Badaró

Vice-Líderes — Senadores:

Carlos Alberto (1)
Jorge Kalume
Jutahy Magalhães (2)
Moacyr Duarte
Octávio Cardoso
Odacir Soares
Raimundo Parente
Roberto Campos
Virgílio Távora, indicado a 19 de março e Gabriel Hermes,
indicado a 10 de abril

(1) Ver Colégio de Líderes — PTB.

(2) Ver Colégio de Líderes — PFL.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO — (PMDB)

Líder — Senador Humberto Lucena

Vice-Líderes — Senadores:

Alvaro Dias ✓
Fábio Lucena
Gastão Müller (1)
Hélio Gueiros ✓
Henrique Santillo
Jaison Barreto
João Calmon
Marcelo Miranda
Mário Maia e Saldanha Derzi, indicados a 3 de abril

(1) Substituiu o Líder, Senador Humberto Lucena, no período de 14 de agosto a 2 de setembro.

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL — (PFL)

Líder — Senador Carlos Chiarelli

Vice-Líderes — Senadores:

José Lins (1)
Milton Cabral
Claudionor Roriz
Aderbal Jurema, indicado a 7 de março
Américo de Souza, indicado a 9 de abril
João Lobo, indicado a 6 de maio e Jutahy Magalhães, indi-
cado a 17 de setembro.

(1) Respondeu pela Liderança durante viagem do Líder aos EE.UU acompanhando o Senhor Presidente da República.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO — (PTB)

Líder — Senador Nelson Carneiro (1)

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA — (PDT)

Líder — Senador Roberto Saturnino (2)

A 22 de março foi lida, em Plenário, comunicação do Presidente da República designando o Senador Humberto Lucena para exercer as funções de Líder do Governo no Senado Federal.

(1) Substituído, em 2 de agosto, em virtude de seu desligamento do Partido, pelo Senador Carlos Alberto que, deixando o PDS, filiou-se ao PTB.

(2) Substituído, em 4 de dezembro, pelo Senador Jaison Barreto que, desligando-se do PMDB, filiou-se ao PDT.

F — O SENADO FEDERAL EM FUNCIONAMENTO

F.1 — SESSÕES REALIZADAS

O Senado fez realizar 261 sessões plenárias, sendo:

147 ordinárias
111 extraordinárias
3 especiais

Deixaram de ser realizadas 22 sessões ordinárias em virtude de:

Realização de sessão especial do Senado Federal	3
Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional	7
Requerimento	4
Reuniões	8

Como homenagem de pesar, foram levantadas as seguintes sessões:

11- 3-85 — Falecimento do ex-Senador Gustavo Capanema
3- 6-85 — Falecimento do Deputado Federal Milton Brandão
9-10-85 — Falecimento do ex-Presidente da República Emílio Garrastazu Médici
18-11-85 — Falecimento do Deputado Federal Castejon Branco

Em virtude de requerimentos aprovados pelo Plenário, foram realizadas as seguintes sessões especiais:

Reqto.	Autor	Data	Finalidade
381/84	Alberto Silva	6-3-85	Homenagear a memória do ex-Senador Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves.
32/85	Murilo Badaró	12-6-85	Homenagear a memória do ex-Senador Gustavo Capanema.
140/85	Odacir Soares	6-8-85	Homenagear O Globo e as Organizações Globo.

Ainda em virtude de requerimentos aprovados pelo Plenário, o tempo dos oradores do Expediente de 3 sessões foi dedicado a homenagens e comemorações.

Reqto.	Autor	Data	Finalidade
69/85	José Ignácio Ferreira	9- 5-85	Comemorar os 40 anos da vitória das Forças Aliadas sobre o Totalitarismo Nazifascista.
76/85	Murilo Badaró	14- 5-85	Comemorar o 25º aniversário do Correio Brasileiro .
142/85	Nivaldo Machado	26-11-85	Homenagear o 160º aniversário do Diário de Pernambuco .

F.1.1 — COMPARECIMENTO DE MINISTRO DE ESTADO

A Constituição Federal, no seu art. 38, **caput**, regula o comparecimento de Ministros de Estado ao Plenário do Senado Federal, quando convocados para prestarem informações acerca de assunto previamente determinado.

Nos termos do art. 418, item I, do Regimento Interno, compareceu ao Senado na sessão ordinária do dia 29 de agosto de 1985, em atendimento ao Requerimento nº 66, de 1985, de autoria do Senador César Cals, o Sr. Ministro de Estado do Interior, Ronaldo Costa Couto, para prestar esclarecimentos acerca dos Decretos nºs 91.178 e 91.179.

Após sua explanação, usaram da palavra como interpelantes, os Senadores César Cals, Nivaldo Machado, Virgílio Távora, Moacyr Duarte, Jutahy Magalhães, Gastão Müller, Américo de Souza e Lourival Baptista.

No dia 11 de setembro, o Sr. Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, atendendo ao Requerimento nº 303, de 1985, de autoria dos Senadores Carlos Chiarelli, Gastão Müller e Murilo Badaró, compareceu ao Senado para prestar informações sobre a Política Industrial do País, as perspectivas de privatização da Economia, as facilidades e dificuldades da Política de Exportação e a situação das Estatais, à luz de auditorias realizadas, bem como as diretrizes globais do Governo no que tange a tais empresas.

Ao término de seus esclarecimentos, usaram da palavra como interpelantes, os Senadores Carlos Chiarelli, Martins Filho, Gabriel Hermes, Cid Sampaio, Lomanto Júnior, Alberto Silva, Carlos Lyra, Milton Cabral, Roberto Wypych, Nelson Carneiro, Enéas Faria e Itamar Franco.

Em virtude do tempo da sessão ter-se extinguido, formularam suas perguntas por escrito os Senadores Albano Franco, Virgílio Távora e César Cals.

F.2 — REPRESENTAÇÃO EXTERNA

F.2.1 — MISSÕES DO SENADO

Na presente sessão legislativa, representaram o Senado em eventos de interesse parlamentar, realizados no exterior e no País, os seguintes Senhores Senadores:

a) NO EXTERIOR

Senador Amaral Furlan
Senador João Calmon
Senador Lourival Baptista
Senador Saldanha Derzi

Delegação Brasileira na 73ª Conferência Interparlamentar, realizada em Tomé-Togo, de 25 a 30 de março.

Senador Alfredo Campos

Simpósio Interparlamentar dos trabalhos sobre o desarmamento relativo às armas convencionais, realizado na Cidade do México, de 28 a 31 de maio de 1985.

Senador José Lins
Senador Luiz Viana
Senador Mauro Borges
Senador Moacyr Duarte
Senador Saldanha Derzi

Delegação Brasileira à 74ª Conferência Interparlamentar realizada em Ottawa, Canadá, de 1º a 8 de setembro.

Senador Milton Cabral
Senador Alfredo Campos
Senador César Cals
Senador Cid Sampaio
Senador João Lobo
Senador Nelson Carneiro
Senador Carlos Lyra

Assembléia Extraordinária do Parlamento Latino-Americano em Punta del Leste, Uruguai, de 10 a 13 de outubro.

Senador Lomanto Júnior
Senador Gabriel Hermes

25º aniversário da Fundação Teuto-Brasileira, a realizar-se em Bonn, Alemanha a partir de 19 de outubro.

Senador Roberto Wypych

3ª Conferência de Presidentes dos Parlamentos Democráticos de Língua Espanhola, a realizar-se no México no período de 5 a 7 de dezembro.

Senador Hélio Gueiros
Senador Carlos Chiarelli
Senador Severo Gomes

Delegação oficial em visita à China, por convite daquele Governo, de 6 a 26 de dezembro.

b) NO PAÍS

Senador Alberto Silva
Senador Carlos Lyra
Senador Lourival Baptista
Senador Luiz Viana

Cerimônias comemorativas do Jubileu de Ouro da Ordenação Sacerdotal do Cardial-Primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão Vilela, realizadas nos dias 26 e 27 de outubro.

F.2.2 — MISSÕES DO EXECUTIVO

O Senado Federal concedeu, ainda, licença para aceitarem missões, para as quais foram designados pelo Poder Executivo, aos seguintes Senhores Senadores:

Senador Jutahy Magalhães Representando o Brasil na posse do Doutor Alan Garcia como Presidente da República do Peru.

Senador Murilo Badaró
Senador Cid Sampaio
Senador Carlos Chiarelli
Senador Gastão Müller
Senador Nelson Carneiro

Integrantes da Comitiva do Senhor Presidente da República na abertura da 40ª Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas — ONU-EUA.

Senador Jorge Bornhausen
Senador Lenoir Vargas
Senador Américo de Souza
Senador Aderbal Jurema
Senador Álvaro Dias ✓

Observadores Parlamentares à 40ª Sessão da Organização das Nações Unidas — ONU-EUA.

Observação:

Em atendimento a convite do Senhor Ministro de Estado, Aureliano Chaves, das Minas e Energia, devidamente autorizado, o Senhor Senador Albano Franco, na qualidade de Presidente da Comissão de Minas e Energia, integrou a comitiva do Senhor Ministro, a fim de participar da Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia-OLADE, realizada no período de 25 a 28 de junho, no Suriname.

F.3 — COMISSÕES

F.3.1 — COMISSÕES PERMANENTES

a) Comissões criadas

Duas Comissões Permanentes foram criadas na presente Sessão Legislativa. A primeira, Comissão de Ciência e Tecnologia — CCT, criada através da Resolução nº 3, promulgada a 17 de abril, teve sua origem no Projeto de Resolução nº 22, de 1983, de autoria do Senador Marco Maciel, e é integrada por 7 membros. A segunda, Comissão de Fiscalização e Controle — CFC, embora criada pela Lei nº 7.295, de 19 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo e os da administração indireta, foi inserida no Regimento Interno da Casa através da Resolução nº 8, promulgada a 8 de maio, originária do Projeto de Resolução nº 7, de 1985, de autoria da Comissão Diretora, e é integrada por 17 membros.

b) Composição

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Titulares

Altevir Leal ⁽²⁾
Benedito Ferreira
Galvão Modesto ⁽⁴⁾

PDS

Suplentes

Moacyr Dalla
Amaral Furlan

PMDB

Álvaro Dias
Martins Filho

Roberto Wypych
Mauro Borges

PFL

Benedito Canelas
José Lins ⁽³⁾

Carlos Lyra ⁽¹⁾

(1) Substituído pelo Senador Nivaldo Machado, em 11 de abril.

(2) Substituído pelo Senador Moacyr Duarte, em 17 de abril.

(3) Substituído pelo Senador Alcides Paio, em 11 de junho, tendo este Senador ingressado no PMDB em 22 de outubro.

(4) Ingressou no PMDB em 23 de outubro.

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS

Titulares

Cesar Cals
João Castelo
Carlos Alberto ⁽¹⁾

Suplentes

PDS

Aloysio Chaves
Lomanto Júnior

PMDB

Alberto Silva
Cid Sampaio

José Ignácio Ferreira
Martins Filho

PFL

José Lins
Nivaldo Machado

Lourival Baptista

(1) Ingressou no PTB em 17 de julho.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Titulares

Jutahy Magalhães ⁽²⁾
Cesar Cals
Virgílio Távora

Suplentes

PDS

Benedito Ferreira
Alexandre Costa

PMDB

Severo Gomes
Mauro Borges

João Calmon
Alberto Silva

PFL

Milton Cabral
Carlos Lyra

Claudionor Roriz ⁽¹⁾

(1) Substituído pelo Senador Alcides Paio, em 28 de maio, tendo este Senador ingressado no PMDB em 22 de outubro.

(2) Ingressou no PFL em 10 de setembro.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares

Helvídio Nunes
Moacyr Duarte
Octávio Cardoso
Odacir Soares
Lenoir Vargas

Suplentes

PDS

Roberto Campos
Raimundo Parente
Carlos Alberto ⁽¹⁾
Jutahy Magalhães ⁽²⁾

PMDB

José Ignácio Ferreira
Fábio Lucena
Hélio Gueiros /
Alfredo Campos
Martins Filho

Severo Gomes
Henrique Santillo
Alberto Silva

(1) Ingressou no PTB em 17 de julho

(2) Ingressou no PFL em 10 de setembro

PFL

Aderbal Jurema
Américo de Souza
Luiz Cavalcante
Nivaldo Machado

Benedito Canelas
José Lins

PTB

Nelson Carneiro (1)

(1) Ingressou no PMDB em 13 de novembro.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

Titulares

Raimundo Parente
Lomanto Júnior
Benedito Ferreira
Alexandre Costa

Suplentes

PDS

Cesar Cals
Helvídio Nunes
Galvão Modesto (1)

PMDB

Mauro Borges
Henrique Santillo
Mário Maia
Alfredo Campos

Marcelo Miranda
Saldanha Derzi

PFL

Lourival Baptista
Aderbal Jurema
Carlos Lyra

Nivaldo Machado
Luiz Cavalcante

(1) Ingressou no PMDB em 23 de outubro.

COMISSÃO DE ECONOMIA

Titulares

Virgílio Távora
Alexandre Costa
Gabriel Hermes
João Castelo

Suplentes

PDS

Moacyr Duarte
Lenoir Vargas
Amaral Furlan

PMDB

Severo Gomes
Cid Sampaio
Alvaro Dias
Henrique Santillo

Mário Maia
Fábio Lucena

PFL

Carlos Lyra
José Lins
Albano Franco

Benedito Canelas
Américo de Souza

(1) Ingressou no PTB em 17 de julho.

(2) Ingressou no PFL em 10 de setembro.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Titulares

Jorge Kalume
Luiz Viana
Moacyr Duarte
Odacir Soares

Alvaro Dias ✓
João Calmon
Gastão Müller

Aderbal Jurema
Claudionor Roriz (1)

PDS

PMDB

PFL

Suplentes

Moacyr Dalla
Octávio Cardoso

Henrique Santillo
Severo Gomes

Nivaldo Machado
Américo de Souza

(1) Substituído pelo Senador Alcides Paio, em 25 de maio, sendo este substituído pelo Senador José Lins, em 11 de junho.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Titulares

Jutahy Magalhães (1)
Virgílio Távora
Lomanto Júnior
João Castelo
Roberto Campos
Helvídio Nunes

Saldanha Derzi
Cid Sampaio
Alcides Saldanha
Marcelo Miranda ✓
Martins Filho
João Calmon

Américo de Souza
Carlos Lyra
Albano Franco ✓
José Lins

Roberto Saturnino

PDS

PMDB

PFL

PDT

Suplentes

Jorge Kalume
César Cals
Alexandre Costa
Octávio Cardoso

Gastão Müller
Hélio Gueiros ✓
Jaison Barreto
Alvaro Dias ✓

Benedito Canelas
Luiz Cavalcante

(1) Ingressou no PFL em 10 de setembro.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Titulares

Roberto Campos
Virgílio Távora
Gabriel Hermes
Carlos Alberto (3)
Amaral Furlan
Benedito Ferreira (1)

Suplentes

PDS

Jorge Kalume
Lenoir Vargas
Octávio Cardoso
Moacyr Dalla (2)

PMDB

João Calmon
Fábio Lucena
Cid Sampaio
Henrique Santillo
Alberto Silva
Martins Filho

Gastão Müller
Jaison Barreto
Roberto Wypych
Mário Maia

PFL

Albano Franco
José Lins
Milton Cabral
Américo de Souza

Nivaldo Machado
Carlos Lyra

PDT

Roberto Saturnino

- (1) Substituído pelo Senador Jutahy Magalhães, em 16 de maio.
(2) Substituído pelo Senador Benedito Ferreira, em 16 de maio.
(3) Ingressou no PTB em 17 de julho.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

Titulares

Carlos Alberto (3)
Gabriel Hermes
Moacyr Duarte (1)
Helvídio Nunes

Suplentes

PDS

Jorge Kalume
Jutahy Magalhães (4)

PMDB

Alberto Silva
Jaison Barreto
Henrique Santillo

Álvaro Dias
Alcides Saldanha

PFL

Claudionor Roriz (2)
Nivaldo Machado

Aderbal Jurema
Albano Franco

- (1) Substituído pelo senador Altevir Leal em 17 de abril, tendo este Senador ingressado no PFL em 14 de maio.
(2) Substituído pelo Senador Alcides Paio em 28 de maio, tendo este Senador ingressado no PMDB em 22 de outubro.
(3) Ingressou no PTB em 17 de julho.
(4) Ingressou no PFL em 10 de setembro.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Titulares

Cesar Cals
Odacir Soares
Altevir Leal ⁽¹⁾

Mauro Borges
Hélio Gueiros ✓

Milton Cabral
Albano Franco

(1) Ingressou no PFL em 14 de maio.

Suplentes

PDS

João Castelo
Gabriel Hermes

PMDB

Severo Gomes
Alberto Silva

PFL

Luiz Cavalcante

COMISSÃO DE MUNICÍPIOS

Titulares

Jorge Kalume
Lomanto Júnior ⁽¹⁾
Benedito Ferreira
Octávio Cardoso
Galvão Modesto ⁽³⁾
Moacyr Dalla

José Ignácio Ferreira
Marcelo Miranda ✓
Alfredo Campos
Alcides Saldanha
Roberto Wypych
Gastão Müller

Luiz Cavalcante
Lourival Baptista
Nivaldo Machado
Claudionor Roriz ⁽²⁾

Nelson Carneiro ⁽⁶⁾

Suplentes

PDS

Altevir Leal ⁽⁴⁾
Gabriel Hermes
Helvídio Nunes
Amaral Peixoto

PMDB

Cid Sampaio
Martins Filho
Henrique Santillo
Hélio Gueiros

PFL

Américo de Souza
Milton Cabral

PTB

- (1) Substituído pelo Senador Amaral Furlan, em 11 de abril.
(2) Substituído pelo Senador Alcides Palo, em 28 de maio, tendo este Senador ingressado no PMDB em 20 de outubro.
(3) Ingressou no PMDB em 23 de outubro.
(4) Ingressou no PFL em 14 de maio.
(5) Ingressou no PMDB em 13 de novembro.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titulares

Jorge Kalume
Lenoir Vargas

Saldanha Derzi
José Ignácio Ferreira

Américo de Souza

(1) Substituído pelo Senador Amaral Furlan, em 11 de abril.

(2) Ingressou no PFL em 14 de maio.

Suplentes

PDS

Altevir Leal (2)
Octávio Cardoso

PMDB

Martins Filho

PFL

Claudionor Roriz (1)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

Titulares

Jutahy Magalhães (2)
Luiz Viana
Virgílio Távora
Amaral Peixoto
Aloysio Chaves

Saldanha Derzi
Severo Gomes
Cid Sampaio
Itamar Franco
Fábio Lucena

Milton Cabral
Aderbal Jurema
Lourival Baptista
Albano Franco

Nelson Carneiro (3)

(1) Substituído pelo Senador Carlos Lyra, em 11 de abril.

(2) Ingressou no PFL em 10 de setembro.

(3) Ingressou no PMDB em 13 de novembro.

Suplentes

PDS

Jorge Kalume
Lomanto Júnior
Moacyr Duarte
Octávio Cardoso

PMDB

Álvaro Dias
João Calmon

PFL

Nivaldo Machado (1)
Luiz Cavalcante

PTB/PDT

Roberto Saturnino

COMISSÃO DE SAÚDE

Titulares

Raimundo Parente
Lomanto Júnior (1)
Galvão Modesto (2)

(1) Substituído pelo Senador Amaral Furlan em 11 de abril

(2) Ingressou no PMDB em 23 de outubro

Suplentes

PDS

Benedito Ferreira
Jorge Kalume

PMDB

Jaison Barreto
Henrique Santillo

Marcelo Miranda ✓
Mário Maia

PFL

Claudionor Roriz ⁽¹⁾
Lourival Baptista

Milton Cabral

(1) Substituído pelo Senador Alcides Paio, em 28 de maio, tendo este Senador ingressado no PMDB em 22 de outubro

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

Titulares

Suplentes

Cesar Cals
Moacyr Dalla
Odacir Soares

PDS

Jorge Kalume
Luiz Viana

Mauro Borges
Gastão Müller

PMDB

José Ignácio Ferreira
Cid Sampaio

Benedito Canelas
Milton Cabral

PFL

Carlos Lyra
Lourival Baptista ⁽¹⁾

(1) Indicado em 26 de agosto.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Titulares

Suplentes

João Castelo
Helvídio Nunes
Jorge Kalume

PDS

Jutahy Magalhães ⁽¹⁾
Virgílio Távora

Alfredo Campos
Mário Maia

PMDB

Fábio Lucena
Hélio Gueiros ✓

Nivaldo Machado
Albano Franco

PFL

José Lins

(1) Ingressou no PFL em 10 de setembro.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Titulares

Suplentes

Raimundo Parente
Benedito Ferreira
Alexandre Costa

PDS

Jorge Kalume
Lenoir Vargas

Roberto Wypych
Marcelo Miranda

Luiz Cavalcante
Aderbal Jurema

PMDB

Saldanha Derzi
Alberto Silva

PFL

Lourival Baptista

c) Direção

Dirigiram os trabalhos das Comissões Permanentes, nesta 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura, os seguintes Senhores Senadores:

Comissões	Presidentes	Vice-Presidentes
Agricultura	Martins Filho	Benedito Ferreira
Assuntos Regionais	José Lins	Alberto Silva
Ciência e Tecnologia	Milton Cabral	Jutahy Magalhães
Constituição e Justiça	José Ignácio Ferreira	Helvídio Nunes e Nivaldo Machado
Distrito Federal	Mauro Borges	Raimundo Parente
Economia	João Castelo	Alvaro Dias
Educação e Cultura	Aderbal Jurema	Gastão Müller
Finanças	Lomanto Júnior	Carlos Lyra
Fiscalização e Controle	Roberto Campos	Américo de Souza
Legislação Social	Alberto Silva	Gabriel Hermes
Minas e Energia	Albano Franco	Hélio Gueiros
Municípios	Moacyr Dalla	Lourival Baptista
Redação	Lenoir Vargas	Américo de Souza
Relações Exteriores	Cid Sampaio	Virgílio Távora e Saldanha Derzi
Saúde	Lourival Baptista	Henrique Santillo
Segurança Nacional	Odacir Soares	Mauro Borges
Serviço Público Civil	Alfredo Campos	Jorge Kalume
Transportes, Comunicações e Obras Públicas	Alexandre Costa	Luiz Cavalcante

F. 3. 2. COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

A composição das Comissões Parlamentares de Inquérito, criadas em sessões legislativas anteriores e ainda em funcionamento nesta sessão legislativa, foi alterada em decorrência de vários fatores, entre eles:

a) a representatividade no Senado de nova organização político-partidária, o Partido da Frente Liberal — PFL, estabelecendo-se, em decorrência, nova proporcionalidade na representação dos partidos nas Comissões;

b) a vaga ocorrida na representação do Estado do Maranhão com a posse do Senador José Sarney na Vice-Presidência da República e a conseqüente convocação e posse do Senador Américo de Souza;

c) afastamento do exercício do mandato, nos termos do disposto no art. 36 da Constituição, dos Senadores Pedro Simon, Marco Maciel, Affonso Camargo e Claudionor Roriz, com a convocação e posse dos respectivos suplentes;

d) retorno ao exercício do mandato dos Senadores Murilo Badaró e Cesar Cals e a conseqüente cessação do exercício do mandato dos respectivos suplentes;

e) licenciamento de Senadores e convocação e posse dos respectivos suplentes;

f) eleição dos membros da Mesa Diretora que, embora não haja vedação regimental, de maneira geral não participam das comissões especiais.

Para melhor entendimento da composição destas Comissões, transcrevemos neste Relatório a composição vigorante ao final da sessão legislativa anterior e a composição atual, isto é, com as modificações decorrentes dos fatos acima enumerados e, ainda, as observações de alterações posteriores.

a) Criadas em sessões legislativas anteriores

1) INVESTIGA O FUNCIONAMENTO DO MERCADO FINANCEIRO DO PAÍS

(Criada pela Resolução nº 52/80)

Titulares	Composição anterior	
		Suplentes
	PDS	
José Lins — Relator		Jutahy Magalhães
Jorge Kalume		João Lobo
Virgílio Távora		Carlos Lyra
Gabriel Hermes		Albano Franco
Almir Pinto		
João Castelo		

PMDB

José Fragelli — Presidente
João Calmon — Vice-Presidente
Mauro Borges

Gastão Müller
Hélio Gueiros

Composição atual

(Substituições ocorridas em 25 de maio)

Titulares

Jorge Kalume
Virgílio Távora
Gabriel Hermes
João Castelo — Vice-Presidente

Suplentes

Jutahy Magalhães (1)
Lomanto Júnior

PMDB

Cid Sampaio
João Calmon — Presidente
Mauro Borges

Gastão Müller
Hélio Gueiros

PFL

José Lins — Relator
Marcondes Gadelha

Carlos Lyra
Albano Franco

(1) Ingressou no PFL em 10 de setembro.

Prorrogação do prazo da Comissão

Prorrogado até 9 de outubro de 1985, pela Resolução nº 11/85

Prorrogado até 2 de abril de 1986, pela Resolução nº 97/85

Depoimento prestado perante a Comissão

13-6-85 — Dr. Affonso Pastore

2) INVESTIGA A CRISE NA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA
(Criada pela Resolução nº 99/82)

Composição anterior

Titulares

Odacir Soares
Lourival Baptista
Almir Pinto — Vice-Presidente
Albano Franco
João Castelo
Carlos Chiarelli — Relator

Suplentes

Raimundo Parente
Carlos Lyra
Galvão Modesto
Jutahy Magalhães

PDS

PMDB

Jaison Barreto — Presidente
Mário Maia
Affonso Camargo

Saldanha Derzi
Gastão Müller

Composição atual

(Substituições ocorridas em 26 de maio)

Titulares		Suplentes
	PDS	
Odacir Soares		Galvão Modesto ⁽²⁾
Altevir Leal		Lomanto Júnior
Jutahy Magalhães — Vice-Presidente ⁽¹⁾		
João Castelo		
	PMDB	
Jaison Barreto — Presidente		Saldanha Derzi
Mário Maia		Gastão Müller
Roberto Wypych		
	PFL	
Carlos Chiarelli — Relator		Albano Franco
Lourival Baptista		Nivaldo Machado

(1) Ingressou no PFL em 10 de setembro.

(2) Ingressou no PMDB em 23 de outubro.

Prorrogação do prazo da Comissão

Prorrogado até 9 de outubro de 1985, pela Resolução nº 10/85

Prorrogado até 21 de maio de 1986, pela Resolução nº 96/85

Depoimentos prestados perante a Comissão

- 7- 5-85 — ex-Ministro Jarbas Passarinho
- 12- 6-85 — Dr. Romeu Tuma
- 7- 8-85 — Dr. Ivan Polari de Alverga
- 14- 8-85 — Dr. José Dion de Melo Teles
- 21- 8-85 — Dr. Oswaldo Gianotti Filho
- 28- 8-85 — ex-Ministro Delfim Netto
- 4- 9-85 — Dr. Thomaz Camanho Neto
- 11- 9-85 — Dr. Paulo Gomes Romeo
- 18- 9-85 — Sr. Sílio de Andrade
- 2-10-85 — Dr. Aloysio de Salles Fonseca
- 9-10-85 — Dr. Waldir Pires
- Dr. Arthur Virgílio Filho
- Dr. Paulo Macarini

3) INVESTIGA A PERSISTÊNCIA DA POBREZA ABSOLUTA DO NORDESTE

(Criada pela Resolução nº 13/83)

Composição anterior

Titulares		Suplentes
	PDS	
Virgílio Távora		Claudionor Roriz
José Lins		Eunice Michiles
Jutahy Magalhães — Relator		Benedito Ferreira
Marco Maciel		Raimundo Parente
Lourival Baptista — Vice-Presidente		
João Lobo		

	PMDB	
Alberto Silva — Presidente		Mário Maia
Alfredo Campos		Fábio Lucena
Hélio Gueiros		

Composição atual

(Substituições ocorridas em 13 de maio)

Titulares		Suplentes
	PDS	
Jutahy Magalhães — Relator ⁽¹⁾		Benedito Ferreira
Virgílio Távora		Raimundo Parente
Helvídio Nunes		
	PMDB	
Alberto Silva — Presidente		Mário Maia
Hélio Gueiros		Fábio Lucena
	PFL	
Claudionor Roriz ⁽²⁾		José Lins
Eunice Michiles		

(1) Ingressou no PFL em 10 de setembro.

(2) Substituído pelo Senador Alcides Palo, em 27 de maio, tendo este Senador ingressado no PMDB em 20 de outubro.

Prorrogação do prazo da Comissão

Prorrogado, até 30 de outubro de 1985, pela Resolução nº 15/85

Prorrogado até 30 de outubro de 1985, pela Resolução nº 15/85

4) INVESTIGA O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO E DE SEU PRINCIPAL AGENTE, O BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

(Criada pela Resolução nº 22, de 1984)

Composição anterior

Titulares		Suplentes
	PDS	
José Lins — Relator		Moacyr Duarte
Jorge Kalume		Gabriel Hermes
Eunice Michiles		Benedito Ferreira
Jutahy Magalhães — Vice-Presidente		
Virgílio Távora		
	PMDB	
Henrique Santillo — Presidente		Enéas Faria
João Calmon		Gastão Müller

Composição atual

(Substituições ocorridas em 14 de maio)

Titulares		Suplentes
	PDS	
Jorge Kalume		Moacyr Duarte
Jutahy Magalhães — Vice-Presidente ⁽¹⁾		Gabriel Hermes
Virgílio Távora		
	PMDB	
Henrique Santillo — Presidente		Enéas Faria
João Calmon		Gastão Müller
	PFL	
José Lins — Relator		Lourival Baptista
Eunice Michiles		

(1) Ingressou no PFL em 10 de setembro.

Prorrogação do prazo da Comissão

Prorrogado até 28-11-85 pela Resolução nº 80/85

Prorrogado até 19-6-86 pela Resolução nº 131, de 1985

b) Criadas nesta sessão legislativa

1) APURA IRREGULARIDADES NO TRANSPORTE MARÍTIMO BRASILEIRO E ESTALEIROS NACIONAIS

(Criada em 6-3-85, pela Resolução nº 1, de 1985, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Saturnino)

Composição

(Designação de 14 de março)

Titulares

Suplentes

PDS

Virgílio Távora — Presidente
Alexandre Costa
Benedito Ferreira

Gabriel Hermes
Altevir Leal ⁽³⁾

PMDB

Alvaro Dias ⁽¹⁾
Alfredo Campos

Martins Filho
Marcelo Miranda — Relator ⁽²⁾

PFL

José Lins — Vice-Presidente
Eunice Michiles

Aderbal Jurema

(1) Substituído pelo Senador Marcelo Miranda, em 20 de março.

(2) Substituído pelo Senador Roberto Saturnino (PDT), em 21 de março.

(3) Ingressou no PFL em 14 de maio.

Prazo da Comissão: 120 dias — de 6 de março a 5 de agosto de 1985

Instalação da Comissão: 21 de março de 1985, com a eleição do Presidente, do Vice-Presidente e a designação do Relator

Prorrogação do prazo da Comissão

Prorrogado, até 4 de novembro de 1985, pela Resolução nº 16/85

Prorrogado até 28 de maio de 1986, pela Resolução nº 117/85

Depoimentos prestados perante a Comissão

- 9-4-85 — Almirante Jonas Corrêa da Costa Sobrinho
- 11-4-85 — Dr. Cloraldino Severo
- 18-4-85 — Dr. Clodoaldo Pinto Filho
- 30-4-85 — Sr. Hélio Paulo Ferraz
- 2-5-85 — Dr. Ronaldo César Coelho
- 7-5-85 — Dr. Elcio Costa Couto
- 14-5-85 — Dr. João Carlos Palhares dos Santos
- 16-5-85 — Comandante Luiz Rodolpho de Castro
- 21-5-85 — Comandante Manuel Abud
- 23-5-85 — Dr. Marco Antônio de Coube Marques
- 26-6-85 — Dr. Ary Waddington
- 26-8-85 — Senador Affonso Camargo
- 25-9-85 — Dr. Ronaldo Weinberg
- 26-9-85 — Dr. Jorge Miled

2) INVESTIGA E ANALISA AS ORIGENS E AS CAUSAS QUE DETERMINARAM A INTERVENÇÃO NO BANCO SULBRASILEIRO S.A. E NO BANCO HABITASUL S.A.

(Criada pela Resolução nº 2, de 1985, de 7-3-85, originária do Requerimento nº 7/85, aprovado em 12-3-85, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Chiarelli)

Composição

(Designação em 14 de março)

Titulares		Suplentes
	PDS	
Octávio Cardoso — Presidente		João Castelo
Lenoir Vargas		Odacir Soares
Jorge Kalume		
	PMDB	
Jaison Barreto		Mauro Borges
Pedro Simon (1)		Gastão Müller
	PFL	
Carlos Chiarelli — Relator		Carlos Lyra
João Lobo		

(1) Substituído pelo Senador Alcides Saldanha, em 19 de março, sendo o mesmo eleito Vice-Presidente da Comissão.

Prazo da Comissão: 90 dias — de 8 de março a 11 de junho de 1985

Instalação da Comissão: 20 de março de 1985, com a eleição do Presidente, do Vice-Presidente e a designação do Relator

Prorrogação do prazo da Comissão

Prorrogado até 10 de outubro de 1985, pela Resolução nº 9/85

Prorrogado até 3 de maio de 1986, pela Resolução nº 95/85

Depoimentos prestados perante a Comissão

- 26-3-85 — Dr. José Luis Silveira Miranda
- 27-3-85 — Dr. Nelson da Matta
- 2-4-85 — Dr. Iran Siqueira Leite
- 3-4-85 — Dr. Affonso Celso Pastore
- 9-4-85 — Dr. Péricles de Freitas Druck
- 10-4-85 — Dr. Hélio Prates da Silveira
- 6-5-85 — Jornalista Delmar Marques
- 8-5-85 — Sr. Roberto Bornhausen
Sr. Luis Otávio Vieira
Sr. César Rogério Valente
Sr. Ary Marimon
- 9-5-85 — Sr. José Alberto Reus Fortunati
Sr. Valdiner Silveira Fagundes
- 5-6-85 — Sr. José Antônio Carchedi
- 25-6-85 — Sr. Aldo Peterman
Sr. Janerino Costa
- 22-8-85 — Sr. Luis de Souza Vignolo
Sr. Cláudio Eugênio Staniscuaski

3) INVESTIGA A GESTÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NAS QUAIS A UNIÃO DETENHA MAIORIA ACIONÁRIA.

(Criada pela Resolução nº 7, de 3-5-85, originária do Requerimento nº 88/85, aprovado em 2-5-85, tendo como primeiro signatário o Senador Severo Gomes)

Composição

(Designação em 9 de maio)

Titulares

Virgílio Távora
Roberto Campos
César Cals — Presidente
Jutahy Magalhães ⁽¹⁾

Suplentes

PDS

Jorge Kalume
Moacyr Duarte

PMDB

Severo Gomes — Relator
João Calmon
Fábio Lucena

Martins Filho
Gastão Müller

PFL

Milton Cabral — Vice-Presidente
Carlos Lyra

Albano Franco
José Lins

(1) Ingressou no PFL em 10 de setembro.

Prazo da Comissão: 180 dias — de 4 de maio a 2 de dezembro de 1985

Prorrogação do prazo da Comissão

Prorrogado até 25 de junho de 1986, pela Resolução nº 132/85

Depoimentos prestados perante a Comissão

- 22- 5-85 — Dr. Paulo Belotti
- 29- 5-85 — Dr. Carlos Walter Marinho
- 4- 6-85 — Sr. Carlos Sant'Ana
- 11- 6-85 — Dr. Marcus Tulio Roberto Sampaio de Melo
- 18- 6-85 — Dr. Hélio Beltrão
- 25- 6-85 — Dr. Armando Guedes Coelho
- 6- 8-85 — Sr. Bóris Gorentzvaig
- 6- 8-85 — Sr. Mauro Ubirajara Chaves da Costa
- 27- 8-85 — Dr. Dimas de Camargo Maia Filho
- 3- 9-85 — Dr. Henry Philippe Reichstul
- 10- 9-85 — Prof. Dércio Garcia Munhoz
- 17- 9-85 — Dr. João da Silva Dias
- 25- 9-85 — Dr. Breno Augusto dos Santos
- 19-10-85 — Dr. Francisco Franco de Assis Fonseca
- 17-10-85 — Sr. Oswaldo Cordeiro de Farias
- 19-11-85 — Sr. Euclides Triches
- 19-11-85 — Sr. Walter Rocha de Oliveira

F.3.3 — COMISSÕES ESPECIAIS INTERNAS

a) DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS SOBRE REFORMA TRIBUTÁRIA

(Criada pelo Requerimento nº 196, de 1982, de autoria do Senador Murilo Badaró)

Composição anterior

Titulares		Suplentes
	PDS	
Morvan Acayaba		
Roberto Campos		
Octávio Cardoso — Relator		Jorge Bornhausen
José Lins		Jutahy Magalhães
Virgílio Távora — Vice-Presidente		Jorge Kalume
	PMDB	
Pedro Simon		José Fragelli
Cid Sampaio — Presidente		Alberto Silva

Composição atual

(Substituições ocorridas em 9 de maio)

Titulares		Suplentes
	PDS	
Roberto Campos		
Octávio Cardoso — Relator		Jutahy Magalhães (1)
Virgílio Távora — Vice-Presidente		Jorge Kalume
	PMDB	
Alberto Silva		Alfredo Campos
Cid Sampaio — Presidente		Saldanha Derzi
	PFL	
José Lins		
Nivaldo Machado		Américo de Souza

(1) Ingressou no PFL em 10 de setembro.

Prorrogação do prazo da Comissão

Prorrogado até 22 de agosto de 1985, pela Resolução nº 4/85

Prorrogado até 22 de novembro de 1985, pela Resolução nº 81/85

Prorrogado até 13 de junho de 1986, pela Resolução nº 116/85

Depoimento prestado perante a Comissão

29-5-85 — Ministro João Sayad

b) DESTINADA A ESTUDAR ASPECTOS RELACIONADOS COM A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E CORREDOR DE EXPORTAÇÃO (CEEPAE)

(Criada pelo Requerimento nº 15, de 1984 de autoria do Senador José Ignácio Ferreira)

Composição anterior

Titulares		Suplentes
	PDS	
Otávio Cardoso — Vice-Presidente		Almir Pinto
Benedito Ferreira — Relator		Gabriel Hermes
Jorge Bornhausen		Jorge Kalume
Odacir Soares		
Jutahy Magalhães		
	PMDB	
José Ignácio Ferreira — Presidente		Mauro Borges
Alfredo Campos		Marcelo Miranda

Composição atual

(Substituições ocorridas em 15 de maio)

Titulares		Suplentes
	PDS	
Octávio Cardoso — Vice-Presidente		
Benedito Ferreira — Relator		Mauro Borges
Odacir Soares		Marcelo Miranda
	PMDB	
José Ignácio Ferreira — Presidente		Gabriel Hermes
Alfredo Campos		Jorge Kalume
	PFL	
Milton Cabral		Eunice Michiles
João Lobo		

Prorrogação do prazo da Comissão

Prorrogado até 18 de maio de 1986, pela Resolução nº 82/85

Depoimentos prestados perante a Comissão

- 9- 4-85 — Dr. Eliezer Batista de Souza
- 10- 4-85 — Sr. Agripino Abranches
Sr. Mariano Toríbio
Sr. Otávio Lins
Sr. Fausto Ribas
Sr. Roberto Kensky
Sr. César Câmara
- 8- 5-85 — Dr. Paulo Afonso Romano
- 29- 5-85 — Sr. Sebastião Hermano Cintra
Sr. Osires S. Guimarães
- 5- 6-85 — Sr. Cesar Bastos Mota e Silva
Sr. Carlos Theophilo de Sousa e Melo
- 12- 6-85 — Sr. Ney Parente da Costa
Sr. Hugo Figueiredo
Sr. Ariosto Amado
- 25- 9-85 — Dr. Reginaldo de Almeida Guedes
- 9-10-85 — Dr. João Francisco de Azevedo Milanez Neto

c) DESTINADA A REFORMULAR A LEGISLAÇÃO QUE DISCIPLINA O DIREITO DE GREVE

(Criada pelo Requerimento nº 9, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro)

Composição anterior

Titulares

Aloysio Chaves — Presidente
Carlos Chiarelli
Jutahy Magalhães — Relator

Fernando Henrique Cardoso —
Vice-Presidente
Pedro Simon

Roberto Saturnino

Nelson Carneiro

Suplentes

PDS

Moacyr Duarte
Morvan Acayaba
Octávio Cardoso

PMDB

José Ignácio Ferreira
Fábio Lucena

PDT

PTB

Em 27-9-85, esgotado o prazo concedido à Comissão sem que a mesma tenha apresentado seu relatório, fica a mesma extinta.

F.3.4 — COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA

Com base no art. 75, alínea **b** do Regimento Interno, foi criada Comissão Especial Externa, em 18-10-85, composta dos Senhores Senadores Lourival Baptista, Alberto Silva, Carlos Lyra e Luiz Viana, destinada a representar o Senado Federal nas cerimônias comemorativas do Jubileu de Ouro da Ordenação Sacerdotal do Cardeal-Primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão Vilela, a se realizarem nos dias 26 e 27 de outubro de 1985.

F.3.5 — COMISSÕES ESPECIAIS MISTAS

a) DESTINADA A PROGRAMAR A COMEMORAÇÃO DOS CENTENÁRIOS DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E DA PRIMEIRA CARTA REPUBLICANA DO PAÍS.

(Criada pelo Requerimento nº 712, de 1983, de autoria do Senador Marco Maciel)

Composição anterior

Senadores

Luiz Viana
Aderbal Jurema
João Calmon
Eunice Michiles
Luiz Cavalcante
Roberto Campos
Marco Maciel — Presidente*

Gastão Müller — Vice-Presidente
Fernando Henrique Cardoso
Pedro Simon *
Hélio Gueiros ✓

Deputados

PDS

Bonifácio de Andrada — Relator
Guido Moesch
João Faustino
Rita Furtado
Tarcísio Burity

PMDB

Israel Dias-Novaes
João Gilberto
Virgildásio de Senna

PDT

Bocayuva Cunha

PT

Bete Mendes

PTB

Gastoni Righi

* Em 14 de março de 1985, desligaram-se da Comissão, para se investirem na função de Ministro de Estado, não sendo substituídos.

Prorrogação do prazo da Comissão

Prorrogado até 18 de novembro de 1985, pelo Requerimento n.º 257/84, aprovado em 24 de outubro de 1984 — 1 ano

Prorrogado até 18 de novembro de 1986, pelo Requerimento n.º 409/85, aprovado em 5 de novembro de 1985 — 2 anos

b) DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS ACERCA DA FABRICAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO PAÍS.

(Criada pelo Requerimento nº 286, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro)

Composição anterior

Senadores

Amaral Peixoto — Presidente
Passos Pôrto
Benedito Ferreira
Galvão Modesto
Moacyr Duarte
Carlos Lyra
Jorge Kalume

PDS

Deputados

Augusto Trein
Lúcio Alcântara
Octávio Cesário
Saramago Pinheiro
Salvador Julianelli ⁽¹⁾

PMDB

Pedro Simon
José Fragelli
Mauro Borges
Álvaro Dias ✓

Oswaldo Lima Filho
Pacheco Chaves
Dirceu Carneiro
Raul Belém
Borges da Silveira

PDT

José Frejat

(1) Desligado por Ofício da Liderança do PDS, de 28-5-85

Composição atual

(Substituições ocorridas em 30 de maio)

Senadores

Amaral Peixoto — Presidente
Benedito Ferreira
Galvão Modesto
Jorge Kalume

PDS

Deputados

Augusto Trein
Octávio Cesário
Saramago Pinheiro

PMDB

Roberto Wypych
Martins Filho
Mauro Borges
Álvaro Dias ✓

Oswaldo Lima Filho — Relator
Pacheco Chaves
Dirceu Carneiro
Raul Belém
Borges da Silveira

PFL

Alcides Paio
Marcondes Gadelha ✓
Carlos Lyra

Oscar Alves — Vice-Presidente
Lúcio Alcântara ⁽¹⁾

PDT

José Frejat

(1) Desligado, por Ofício da Liderança do PFL, de 18-9-85

Instalada em 4 de dezembro de 1984.

Prazo de 120 dias — até 14 de outubro de 1985

Prorrogação do prazo da Comissão

Prorrogado até 6 de maio de 1986, pela Resolução nº 116/85

Depoimentos prestados perante a Comissão

- 18- 6-85 — Dr. Marcus Peçanha
- 6- 8-85 — Prof. Adilson Dias Pascoal
- 20- 8-85 — Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado
Dr. Flávio Moscardi
- 29- 8-85 — Dr. Sebastião Pinheiro
Dra. Angela Aurvalle
Dra. Maria José Guazelli
- 12- 9-85 — Dr. Motoharu Somura
- 26- 9-85 — Dr. Mário Carincotte
Dr. Agostinho Mário Boggio
Dr. Kazuo Hojo
- 3-10-85 — Dr. Nei Lúcio Domiciano
Dr. Mário Niewegowski Filho

F.3.6 — COMISSÕES ESPECIAIS CRIADAS PARA EXAME DE PROJETOS DE CÓDIGO

Nos termos do disposto no art. 389 do Regimento Interno do Senado, os Projetos de Código são submetidos ao exame de uma Comissão Especial, constituída especificamente para, sobre eles, emitir parecer. Na sessão legislativa anterior, dois Projetos de Código foram submetidos ao Senado (Casa revisora), após a sua apreciação pela Câmara dos Deputados: o Projeto que institui o Código Civil e o Projeto que institui o Código de Processo Penal. As Comissões Especiais constituídas para exame desses projetos não constaram do Relatório correspondente à Sessão Legislativa de 1984. Assim sendo, no presente Relatório, incluímos a composição inicial de ambas as Comissões e a sua composição atual, reformulada em virtude dos fatos apontados na parte introdutória do título: "Comissões Parlamentares de Inquérito".

a) Constituída para exame do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1984, (nº 634/75, na Casa de origem), que institui o Código Civil.

Composição anterior

(Designação de 25 de junho de 1984)

Titulares

Murilo Badaró ⁽²⁾
Helvídio Nunes
Octávio Cardoso
Luiz Viana
Roberto Campos
Carlos Chiarelli
José Sarney ⁽³⁾

Suplentes

PDS

Odacir Soares ⁽⁴⁾
Raimundo Parente
João Castelo
Gabriel Hermes
Martins Filho ⁽⁵⁾

PMDB

José Ignácio Ferreira
Hélio Gueiros
José Fragelli ⁽¹⁾
Nelson Carneiro

Alfredo Campos
Enéas Faria ⁽¹⁾

Substituições ocorridas em 1984:

(1) Em 29 de junho, por indicação da Liderança do PMDB, o Senador José Fragelli passa a suplente e o Senador Enéas Faria a titular.

Em 12 de setembro:

(2) Substituído pelo Senador Morvan Acayaba

(3) Substituído pelo Senador Odacir Soares

(4) Substituído pelo Senador Passos Pôrto

(5) Substituído pelo Senador Lenoir Vargas

Em 15 de maio de 1985:

Reassume o Senador Murilo Badaró, saindo o Senador Morvan Acayaba

Composição atual

Titulares		Suplentes
	PDS	
Murilo Badaró		Passos Pôrto
Helvídio Nunes		Raimundo Parente
Octávio Cardoso		João Castelo
Luiz Viana		Gabriel Hermes
Roberto Campos		Lenoir Vargas
Carlos Chiarelli		
Odacir Soares		
	PMDB	
José Ignácio Ferreira		Alfredo Campos
Hélio Gueiros		
Nelson Carneiro		

Relatores Parciais

1 — Parte Geral	Senador Helvídio Nunes
2 — Livro I — Parte Especial (Obrigações)	Senador José Ignácio Ferreira
3 — Livro II — Parte Especial (Atividade Negocial)	Senador Octávio Cardoso
4 — Livro III — Parte Especial (Das Coisas)	Senador Odacir Soares
5 — Livro IV — Parte Especial (Da Família)	Senador Hélio Gueiros
6 — Livro V — Parte Especial (Sucessões)	Senador Carlos Chiarelli
7 — Livro VI — Parte Especial (Livro Complementar) ...	Senador Hélio Gueiros

Instalação da Comissão em 26 de junho

Eleitos, Presidente, o Senador Nelson Carneiro e Vice-Presidente o Senador Helvídio Nunes, tendo sido designado Relator-Geral o Senador Murilo Badaró e, ainda, os Relatores parciais, para as partes do projeto abaixo enumeradas:

1 — Parte Geral	Senador Helvídio Nunes
2 — Livro I — Parte Especial (Obrigações)	Senador José Ignácio Ferreira
3 — Livro II — Parte Especial (Atividade Negocial)	Senador Octávio Cardoso
4 — Livro III — Parte Especial (Das Coisas)	Senador Enéas Faria
5 — Livro IV — Parte Especial (Da Família)	Senador José Sarney
6 — Livro V — Parte Especial (Sucessões)	Senador Carlos Chiarelli
7 — Livro VI — Parte Especial (Livro Complementar)	Senador Hélio Gueiros

b) Constituída para exame do Projeto de Lei da Câmara nº 175, de 1984 (nº 1.655/83, na Casa de origem), que institui o Código de Processo Penal.

Composição inicial

(Designação em 31 de outubro de 1984)

Titulares		Suplentes
	PDS	
Morvan Acayaba ⁽¹⁾		Jorge Kalume
Octávio Cardoso		Lomanto Júnior
Lenoir Vargas		Roberto Campos
João Castelo		Odacir Soares
Raimundo Parente		
Carlos Chiarelli		
Helvídio Nunes		

(1) Em 26 de março substituído pelo Senador Odacir Soares

PMDB

Hélio Gueiros
José Ignácio Ferreira
José Fragelli
Enéas Faria

Alfredo Campos
Fábio Lucena

Instalação da Comissão em 7 de novembro de 1984

Eleitos Presidente o Senador José Ignácio Ferreira e Vice-Presidente o Senador Lenoir Vargas, tendo sido designado Relator-Geral o Senador Morvan Acayaba e, ainda, os Relatores parciais, para as partes do projeto abaixo enumeradas:

1 — Livro I	— Disposições Introdutórias	Senador José Fragelli
2 — Livro II	— Da Justiça Penal	Senador João Castelo
3 — Livro III	— Dos Atos Processuais	Senador Hélio Gueiros
4 — Livro IV	— Do Processo de Conhecimento	Senador Octávio Cardoso
5 — Livro V	— Da Reparação de Dano Causada pelo Crime	Senador Enéas Faria
6 — Livro VI	— Da Cooperação Internacional nos Processos Penais	Senador Lenoir Vargas
7 — Livro VII	— Disposições Finais e transitórias	Senador Raimundo Parente

Composição atual

Titulares

Odacir Soares
Octávio Cardoso
Lenoir Vargas
João Castelo
Raimundo Parente
Carlos Chiarelli
Helvídio Nunes

Suplente

Jorge Kalume
Lomanto Junior
Roberto Campos

PDS

PMDB

Hélio Gueiros
José Ignácio Ferreira

Alfredo Campos
Fábio Lucena

Relatores Parciais

1 — Livro I	— Disposições Introdutórias	(Vago)
2 — Livro II	— Da Justiça Penal	Senador João Castelo
3 — Livro III	— Dos Atos Processuais	Senador Hélio Gueiros
4 — Livro IV	— Do Processo de Conhecimento	Senador Octávio Cardoso
5 — Livro V	— Da Reparação de Dano Causada pelo crime	(Vago)
6 — Livro VI	— Da Cooperação Internacional nos Processos Penais	Senador Lenoir Vargas
7 — Livro VII	— Disposições Finais e Transitórias	Senador Raimundo Parente

F.4 — PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES SENADORES NOS TRABALHOS DA CASA

A participação dos Senhores Senadores nos trabalhos da Casa, aqui registrada, baseia-se em dados puramente estatísticos.

Esses dados não traduzem a atuação integral de cada Senador, uma vez não assinalarem a participação dos Parlamentares nos assuntos de natureza político-administrativa, muitas vezes ligados ao Estado de origem, sua influência nas deliberações internas dos Partidos Políticos respectivos e sua participação efetiva nas grandes decisões da vida nacional.

Também não revelam, os dados coletados, a influência real dos Senadores no desenvolvimento de todo o processo legislativo, porquanto neles não se incluem, mesmo em termos numéricos, os grandes debates travados nas Comissões Técnicas da Casa.

A atuação das Lideranças, dos responsáveis pela direção da Casa e das Comissões Técnicas, geralmente não apresenta, considerado, apenas, o aspecto estatístico, certa relevância. É mais um exercício de comando, de supervisão, que, embora não apareça nas publicações oficiais, constitui, em verdade, o ponto alto da atividade parlamentar.

A participação dos Senhores Senadores nos trabalhos da Casa, considerados os aspectos acima abordados, de acordo com os registros fornecidos pela Subsecretaria de Análise, pode, estatisticamente, ser assim representada:

F.4.1 — PRONUNCIAMENTOS

Senador	Discurso	Aparte	Discussão	Enc. de votação	Explic. pessoal	Declar. de voto	Questão de ordem
Aderbal Jurema	21	37	4	4	—	—	—
Albano Franco	10	2	—	—	—	—	—
Alberto Silva	13	30	1	2	—	—	1
Alcides Paio	1	—	—	—	—	—	—
Alcides Saldanha	19	45	1	2	—	—	1
Alexandre Costa	9	16	2	4	—	—	5
Alfredo Campos	41	12	1	1	—	—	5
Almir Pinto	3	2	—	—	—	—	—
Aloysio Chaves	7	14	1	4	—	2	—
Altevir Leal	1	2	—	—	—	—	—
Álvaro Dias	17	3	—	2	—	—	—
Amaral Furlan	1	—	—	—	—	—	—
Amaral Peixoto	7	5	—	—	—	—	—
Américo de Souza	22	33	—	3	—	—	2
Benedito Canelas	1	2	—	—	—	—	—
Benedito Ferreira	25	23	6	2	—	1	6

Senador	Discurso	Aparte	Discussão	Enc. de votação	Explic. pessoal	Declar. de voto	Questão de ordem
Carlos Alberto	35	42	1	2	—	1	1
Carlos Chiarelli	15	28	—	6	—	—	4
Carlos Lyra	7	16	—	—	—	—	—
César Cals	39	80	1	2	—	—	1
Cid Sampaio	9	31	1	2	—	1	1
Enéas Faria	21	4	—	—	—	—	1
Eunice Michiles	18	6	—	1	—	—	—
Fábio Lucena	41	93	8	3	—	—	8
Fernando H. Cardoso	4	4	—	1	—	—	—
Gabriel Hermes	12	16	2	—	—	—	—
Galvão Modesto	4	—	—	—	—	—	—
Gastão Müller	77	62	2	10	—	1	5
Guilherme Palmeira	7	2	1	—	—	—	—
Hélio Gueiros	25	49	3	8	—	1	9
Helvídio Nunes	23	34	—	5	—	1	2
Henrique Santillo	7	10	—	5	—	1	2
Humberto Lucena	28	19	2	10	—	—	5
Itamar Franco	41	37	10	15	—	2	29
Jaison Barreto	18	3	—	—	—	—	—
João Calmon	22	13	—	—	—	—	—
João Castelo	5	3	—	—	—	—	—
João Lobo	15	42	—	—	—	—	—
Jorge Bornhausen	3	2	—	—	—	—	—
Jorge Kalume	64	92	3	2	—	3	4
José Fragelli	29	—	—	—	—	—	—
José Ignácio Ferreira	27	5	1	2	—	1	3
José Lins	13	68	—	3	—	2	1
José Sarney	1	—	—	—	—	—	—
Jutahy Magalhães	57	53	2	1	—	5	7
Lenoir Vargas	16	23	3	1	—	1	1
Lomanto Júnior	17	38	1	4	—	—	—
Lourival Baptista	62	8	—	1	—	—	—
Luiz Cavalcante	17	27	—	1	—	—	1
Luiz Viana	4	13	—	2	—	—	—
Marcelo Miranda	3	3	—	1	—	—	—
Marcondes Gadelha	23	22	3	3	—	—	1
Mário Maia	20	11	1	1	—	—	1
Martins Filho	25	9	1	—	—	1	1
Mauro Borges	7	11	1	1	—	—	2
Milton Cabral	7	18	4	6	—	1	2
Moacyr Dalla	3	9	—	—	—	—	1
Moacyr Duarte	25	48	4	4	—	—	7
Morvan Acayaba	1	—	—	—	—	—	—
Murilo Badaró	20	22	6	15	—	1	7

Senador	Discurso	Aparte	Discussão	Enc. de votação	Explic. pessoal	Declar. de voto	Questão de ordem
Nelson Carneiro	189	49	15	18	—	2	13
Nivaldo Machado	69	75	1	—	—	—	—
Octávio Cardoso	11	36	3	4	—	1	5
Odacir Soares	41	39	—	2	—	—	3
Passos Pôrto	13	21	—	2	—	—	—
Pedro Simon	1	—	—	—	—	—	—
Raimundo Parente	30	3	—	—	—	1	—
Roberto Campos	10	4	3	4	—	—	—
Roberto Saturnino	21	20	1	3	—	1	—
Roberto Wypych	10	5	—	—	—	—	—
Saldanha Derzi	3	2	—	—	—	—	—
Severo Gomes	8	7	1	3	—	—	—
Virgílio Távora	54	115	1	3	—	—	—

F.4.2 — PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Senador	Projeto de Lei	Projeto de Resolução	Parecer	Proposta de Fiscalização	Requerimento	Emenda
Aderbal Jurema	—	—	21	—	2	—
Affonso Camargo	1	—	—	—	—	—
Albano Franco	—	—	21	—	—	—
Alberto Silva	1	—	15	—	1	—
Alcides Paio	—	—	5	—	—	—
Alcides Saldanha	4	—	20	—	4	—
Alexandre Costa	2	—	20	—	4	—
Alfredo Campos	10	1	45	—	2	—
Almir Pinto	—	—	2	—	1	—
Aloysio Chaves	2	—	1	—	1	—
Altevir Leal	—	—	3	—	—	—
Alvaro Dias	2	—	21	—	5	—
Amaral Furlan	1	—	5	—	1	—
Amaral Peixoto	5	—	1	—	2	—
Américo de Souza	—	—	45	—	7	—
Benedito Canelas	—	—	2	—	—	—
Benedito Ferreira	2	—	6	1	1	—
Carlos Alberto	20	—	—	—	1	—
Carlos Chiarelli	16	—	1	—	20	—
Carlos Lyra	—	—	19	—	—	—
Cesar Cals	6	—	7	—	2	—
Cid Sampaio	2	1	16	—	1	—
Claudionor Roriz	—	—	3	—	—	—
Enéas Faria	1	—	1	—	—	—

Senador	Projeto de Lei	Projeto de Resolução	Parecer	Proposta de Fiscalização	Requerimento	Emenda
Eunice Michiles	1	—	2	—	—	—
Fábio Lucena	3	—	24	—	9	—
Fernando H. Cardoso	1	1	3	—	1	—
Gabriel Hermes	3	—	22	—	—	—
Galvão Modesto	6	—	10	—	—	—
Gastão Müller	11	—	27	—	15	—
Guilherme Palmeira	4	1	4	—	2	—
Hélio Gueiros	3	—	63	—	20	—
Helvídio Nunes	—	—	32	—	3	—
Henrique Santillo	4	1	15	—	7	1
Heráclito Rollemberg	2	—	—	—	—	—
Humberto Lucena	1	—	—	—	17	1
Itamar Franco	4	2	3	—	21	2
Jaison Barreto	1	—	3	—	—	1
João Calmon	1	—	10	—	—	—
João Castelo	7	—	6	—	—	—
João Lobo	4	—	2	—	—	5
Jorge Bornhausen	—	—	—	—	2	—
Jorge Kalume	14	3	146	—	7	3
José Fragelli	—	—	9	—	2	—
José Ignácio Ferreira	1	—	33	—	1	—
José Lins	3	—	42	—	47	1
José Sarney	1	—	—	—	—	—
Jutahy Magalhães	10	3	48	1	15	—
Lenoir Vargas	4	1	38	—	2	—
Lomanto Júnior	1	—	29	—	2	—
Lourival Baptista	—	—	11	—	6	—
Luiz Cavalcante	—	—	13	—	—	—
Luiz Viana	1	—	1	—	1	—
Marcelo Miranda	—	—	34	—	4	—
Marcondes Gadelha	1	—	—	—	1	—
Mário Maia	9	—	7	—	24	—
Martins Filho	—	—	110	—	24	1
Mauro Borges	—	—	15	—	1	1
Milton Cabral	1	1	4	—	4	1
Moacyr Dalla	—	—	6	—	—	—
Moacyr Duarte	—	—	20	—	5	—
Morvan Acayaba	1	—	3	—	—	—
Murilo Badaró	2	—	2	—	11	—
(1) Nelson Carneiro	129	—	30	—	17	1
Nivaldo Machado	18	—	75	—	7	1
Octávio Cardoso	—	—	64	—	2	—
Odacir Soares	6	—	7	—	2	—

(1) O Senador Nelson Carneiro apresentou, ainda, 1 Projeto de Decreto Legislativo.

Senador	Projeto de Lei	Projeto de Resolução	Parecer	Proposta de Fiscalização	Requerimento	Emenda
Passos Pôrto	1	—	10	—	2	—
Pedro Simon	—	—	6	—	—	—
Raimundo Parente	7	—	15	—	—	—
Roberto Campos	—	—	18	—	18	—
Roberto Saturnino	12	1	3	—	1	—
Roberto Wypych	5	—	33	—	—	—
Saldanha Derzi	—	—	57	—	10	—
Severo Gomes	2	—	41	—	6	—
Virgílio Távora	4	—	50	—	3	—

F.5 — MATÉRIA LEGISLATIVA

F.5.1 PROJETOS DE LEI DO SENADO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
54/62	Afrânio Lages (Tramita em conj. com o PLC nº 118/84)	Dá nova redação aos arts. 358 e 1.605 do Código Civil.	Em tramitação
28/70	Ruy Carneiro	Cria o Serviço Nacional Obrigatório.	Em tramitação
12/75	Franco Montoro (Tramita em conj. com os PLS n.ºs 3, 39 e 52/79)	Modifica a estrutura e o funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, criado pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964 e modificado pela Lei nº 5.763, de 15 de dezembro de 1971.	Em tramitação
154/75	Luiz Cavalcante (Complementar)	Altera as Leis Complementares n.ºs 7, de 7 de setembro de 1970 e 8, de 3 de dezembro de 1970 com as alterações estabelecidas pelas Leis Complementares n.ºs 17, de 12 de novembro de 1973 e 19, de 25 de junho de 1974; cria o Banco Nacional do Trabalhador (BNT), e dá outras providências.	Em tramitação
276/76	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.	Em tramitação
183/77	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975.	Em tramitação
269/77	Osires Teixeira (Complementar)	Acrescenta parágrafo ao art. 5º do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968.	Em tramitação
280/77	José Sarney (Tramita em conj. com o PLS nº 233/79)	Institui o voto distrital, e dá outras providências.	Em tramitação
293/77	Franco Montoro (Complementar)	Amplia o conceito de trabalhador rural para efeitos previdenciários.	Rejeitado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
305/77	Itamar Franco (Complementar)	Dá nova redação aos §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 91 e acrescenta parágrafos (antigos e novos) à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 — Código Tributário Nacional.	Em tramitação
128/78	Vasconcelos Torres (Tramita em conj. com os PLS n.ºs 153, 159, 252 e 330/78; 50 e 152/79)	Determina que o pagamento do PIS-PASEP seja efetuado através de cheques bancários.	Em tramitação
153/78	Franco Montoro (Complementar) (Vide PLS nº 128/78)	Permite aos assalariados a utilização do PIS-PASEP para o custeio do curso superior feito pelo próprio interessado ou por seus dependentes.	Em tramitação
159/78	Nelson Carneiro (Complementar) (Vide PLS nº 128/78)	Dispõe sobre a obtenção de empréstimo simples pelos servidores públicos, dos recursos gerados pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP.	Em tramitação
197/78	Orestes Quércia (Tramita em conj. com o PLS nº 150/80)	Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 523 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
252/78	Nelson Carneiro (Complementar) (Vide PLS nº 128/78)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que dispõe sobre o PIS-PASEP, para o fim de autorizar a concessão de empréstimo simples aos participantes do fundo.	Em tramitação
330/78	Franco Montoro (Complementar) (Vide PLS nº 128/78)	Estabelece a participação de representantes dos trabalhadores e dos funcionários na administração do PIS-PASEP. Dispõe sobre a descentralização do PIS-PASEP e sua administração nos municípios. Determina que os recursos do PIS-PASEP serão aplicados preferencialmente no financiamento da produção de alimentos, vestuários, habitação e outros bens de uso ou consumo popular.	Em tramitação
3/79	Nelson Carneiro (Vide PLS nº 12/75)	Regulamenta o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, e dá outras providências.	Em tramitação
14/79	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, os Decretos-leis n.ºs 672 e 1.273, respectivamente, de 3 de julho de 1969 e 29 de maio de 1973, e dá outras providências.	A Câmara
18/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a aquisição de imóveis funcionais por seus ocupantes, e dá outras providências.	Prejudicado
26/79	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafos ao art. 517 da Consolidação das Leis do Trabalho.	A Câmara
28/79	Franco Montoro	Promove reajustamento de benefícios previdenciários, restaura proporcionalidade entre tetos para contribuição, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
39/79	Humberto Lucena (Vide PLS nº 12/75)	Altera a Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, que cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).	Em tramitação
45/79	Nelson Carneiro	Acrescenta e modifica a redação de dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).	A Câmara
50/79	Nelson Carneiro (Complementar) (Vide PLS nº 128/78)	Introduz alterações na Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o Programa de Integração Social — PIS e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP.	Em tramitação
51/79	Pedro Simon	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, no título referente à organização sindical, para o fim de compatibilizar os seus dispositivos com os preceitos constitucionais de liberdade de associação profissional e de convivência religiosa, política ou filosófica.	Em tramitação
52/79	Henrique Santillo (Vide PLS nº 12/75)	Altera a Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964.	Em tramitação
53/79	Nelson Carneiro	Acrescenta e altera dispositivo na Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que instituiu amparo previdenciário para os maiores de setenta anos e para os inválidos.	Em tramitação
56/79	Henrique Santillo (Complementar)	Cria a Região Metropolitana de Goiânia — GO, na forma do art. 164 da Constituição Federal.	Rejeitado
74/79	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de substituir a forma mensal de pagamento de salário pela forma quinzenal.	Em tramitação
99/79	Humberto Lucena	Estabelece a obrigatoriedade de correção monetária dos preços mínimos dos produtos agropecuários e das atividades extrativas.	À Câmara
105/79	Amaral Furlan	Define conseqüências do concubinato.	Em tramitação
131/79	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
141/79	Orestes Quércia (Complementar)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, que estabelece critério e limites para a fixação da remuneração dos Vereadores.	Em tramitação
145/79	Itamar Franco	Dispõe sobre a localização, no território nacional, de usina que opere com reator nuclear e dá outras providências.	Em tramitação
149/79	Pedro Simon (Tramita em conjunto com o PLC/44/83 e PLS/36/83)	Altera os arts. 76 e 81 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).	Em tramitação
152/79	Franco Montoro (Complementar) (Vide PLS nº 128/78)	Permite aos assalariados a utilização do PIS/PASEP para o custeio de curso superior feito pelo próprio interessado ou por seus dependentes.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
156/79	Humberto Lucena (Tramita em conjunto com os PLS n.ºs 304/80; 73 e 75/83 e PLC n.º 10/83)	Institui o seguro-desemprego, e determina outras providências.	Em tramitação
170/79	Pedro Simon	Altera as Leis n.º 4.131, de 3 de setembro de 1962, n.º 4.390, de 29 de agosto de 1964, e n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, que disciplinam a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior, e dá outras providências.	Em tramitação
180/79	Passos Pôrto	Institui diretrizes básicas para o desenvolvimento econômico, social, espacial e administrativo de Brasília.	Em tramitação
196/79	Franco Montoro (Complementar)	Dispõe sobre o pagamento de pensão aos dependentes do trabalhador rural falecido antes de 31 de dezembro de 1971.	Em tramitação
228/79	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei n.º 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o FGTS.	A Câmara
229/79	Franco Montoro (Complementar)	Institui o auxílio-doença em favor do trabalhador rural e dá outras providências.	Em tramitação
233/79	Tarso Dutra (Vide PLS n.º 280/77)	Institui o sistema eleitoral misto, e dá outras providências.	Em tramitação
243/79	Orestes Quércia (Tramita em conjunto com o PLC n.º 20/80 e PLS n.º 46/80)	Autoriza o saque dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para pagamento de anuidades escolares e dá outras providências.	Em tramitação
262/79	Humberto Lucena	Estabelece condições para a transferência do controle do capital de empresas nacionais para pessoas jurídicas estrangeiras.	Em tramitação
277/79	Nelson Carneiro	Determina prazo máximo para a instalação de telefones adquiridos através de financiamento e dá outras providências.	Em tramitação
288/79	Itamar Franco	Fixa critérios para a participação acionária de entidades da administração pública no capital social de empresas de direito privado e dá outras providências.	Em tramitação
289/79	Humberto Lucena	Dispõe sobre o instituto de retrocessão e dá outras providências.	Em tramitação
302/79	Humberto Lucena	Revoga o art. 2º da Lei n.º 6.243, de 24 de setembro de 1975.	A Câmara
304/79	Henrique Santillo	Dispõe sobre a comercialização dos produtos derivados de petróleo no território nacional.	Em tramitação
309/79	Gabriel Hermes	Dispõe sobre o exercício da auditoria contábil, e dá outras providências.	Em tramitação
332/79	Humberto Lucena	Dispõe sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas.	Em tramitação
336/79	Passos Pôrto	Altera o § 4º do art. 27 da Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
362/79	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979.	Em tramitação
2/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a escolha e a nomeação dos dirigentes das fundações de Ensino Superior.	À Câmara
18/80	Itamar Franco	Dispõe sobre a aposentadoria especial do Músico.	Rejeitado
19/80	Nelson Carneiro	Determina que as instituições de ensino superior vinculadas à União mantenham cursos noturnos.	À Câmara
23/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a instituição do seguro obrigatório que especifica, pelos hotéis classificados com três ou mais estrelas.	Rejeitado
24/80	Franco Montoro	Estabelece que a ordem de preferência para a concessão da pensão civil, será também aplicada na pensão militar.	Em tramitação
40/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a remessa de documentos complementares dos tratados, convenções e atos internacionais ao Senado Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
44/80	Lázaro Barboza	Dá nova redação aos arts. 5º e 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o Mercado de Valores Mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.	Rejeitado
45/80	Nelson Carneiro	Institui o salário profissional, e determina outras providências.	Em tramitação
46/80	Franco Montoro (Vide PLC nº 20/80 e PLS nº 243/79)	Permite aos assalariados a utilização do FGTS para o custeio de curso superior feito pelo próprio interessado ou por seus dependentes.	Em tramitação
47/80	Gastão Müller	Acrescenta dispositivo ao art. 483 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e dá outras providências.	À Câmara
51/80	Henrique Santillo	Revoga o Decreto-lei nº 1.284, de 28 de agosto de 1973, que declarou o Município de Anápolis de interesse da Segurança Nacional, e dá outras providências.	Prejudicado
54/80	Itamar Franco	Dispõe sobre a não-aplicação de ressalva constante do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho, ao caso que especifica.	Em tramitação
59/80	Lázaro Barboza	Acrescenta alínea ao art. 2º do Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão de Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nos sistemas de ensino do País, e dá outras providências.	À Câmara
61/80	Humberto Lucena	Altera o art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata da concessão de férias proporcionais do trabalhador.	Em tramitação
64/80	Humberto Lucena	Altera a redação do § 3º do art. 9º da Lei número 5.889, de 8 de junho de 1973, que dispõe sobre a entrega da moradia pelo trabalhador em decorrência do desfazimento do contrato do trabalho.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
74/80	Humberto Lucena	Revoga dispositivo e introduz alterações na Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que define os crimes contra a segurança nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências.	Em tramitação
76/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a natureza jurídica dos contratos de serviço com cláusula de risco, a serem celebrados pela PETROBRÁS S/A, e dá outras providências.	Em tramitação
79/80	Henrique Santillo	Dispõe sobre o pagamento do repouso semanal remunerado ao empregado comissionista.	À Câmara
90/80	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.889, de 8 de julho de 1973.	Em tramitação
93/80	Jorge Kalume	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação, em cinema, rádio e televisão, da História do Brasil ou de seus vultos.	À Câmara
96/80	Jutahy Magalhães (Tramita em conj. com o PLS 129/80)	Dispõe sobre a participação dos servidores nos órgãos de direção e fiscalização das entidades que menciona.	Em tramitação
98/80	Franco Montoro (Tramita em conj. com os PLS n.ºs 13 e 50/81)	Institui a estabilidade provisória da gestante, do trabalhador acidentado e do menor no ano de seu alistamento militar.	Em tramitação
100/80	Humberto Lucena	Revoga o art. 1º da Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976, o Decreto-lei nº 1.538, de 14 de abril de 1977, e o Ato Complementar nº 104, de 26 de julho de 1977.	Em tramitação
107/80	Affonso Camargo	Veda a prática do pugilato a menores de 18 anos, e dá outras providências.	Rejeitado
115/80	Pedro Simon	Estabelece prazo para lançamento de novos modelos e marcas de automóveis nacionais e veículos afins, e dá outras providências.	Rejeitado
116/80	Nelson Carneiro (Tramita em conj. com o PLC nº 50/82)	Obriga a construção de creches nos conjuntos habitacionais.	Rejeitado
118/80	Humbero Lucena (Tramita em conj. com o PLS nº 126/80)	Altera a redação do art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho, para que a prescrição bienal seja contada a partir da cessação do contrato de trabalho.	Em tramitação
122/80	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a colocação em Caderneta de Poupança de depósito judicial.	À Câmara
126/80	Henrique Santillo (Vide PLS nº 118/80)	Acrescenta parágrafo único ao art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
128/80	José Sarney	Permite deduções no Imposto de Renda das Pessoas Físicas e Jurídicas, para fins culturais, a partir do exercício financeiro de 1981, ano-base de 1980, e dá outras providências.	Em tramitação
129/80	Franco Montoro (Vide PLS nº 96/80)	Assegura a participação dos empregados na direção das empresas públicas e sociedades de economia mista.	Prejudicado
131/80	Nelson Carneiro	Obriga a apresentação semestral da conta corrente aos investidores dos incentivos fiscais.	Em tramitação
133/80	Itamar Franco	Regulamenta o art. 80 da Constituição, e dá outras providências.	Em tramitação
138/80	José Sarney (Complementar)	Isenta de impostos federais, estaduais e municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas.	Em tramitação
143/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a remuneração mínima dos professores, e dá outras providências.	Em tramitação
150/80	Humberto Lucena (Vide PLS nº 197/78)	Dispõe sobre a aplicação das garantias do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho aos Delegados Sindicais.	Em tramitação
151/80	Nelson Carneiro	Disciplina o emplacamento de carros oficiais, e dá outras providências.	À Câmara
153/80	Franco Montoro (Complementar)	Estabelece que o PIS-PASEP terá correção anual com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor.	Em tramitação
157/80	Pedro Simon	Altera o parágrafo único do art. 1º, modifica os arts. 2º, 3º, 4º e 8º da Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979, que dispõe sobre as relações entre o corpo discente e a instituição de ensino superior, e dá outras providências.	Em tramitação
174/80	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o funcionamento das clínicas que menciona.	À Câmara
193/80	Humberto Lucena	Introduz alteração na Lei da Anistia, objetivando tornar expresso o direito aos adicionais por tempo de serviço dos servidores civis e militares que retornaram ou reverteram ao serviço ativo.	Em tramitação
199/80	Henrique Santillo	Assegura o credenciamento médico pelo INAMPS nos casos que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
202/80	Henrique Santillo	Proíbe a aquisição de imóveis rurais nos casos que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
205/80	Humberto Lucena	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
208/80	Roberto Saturnino (Tramita em conjunto com o PLS nº 214/80)	Acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 2º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
209/80	Helvídio Nunes	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 3.689, de 3-10-41, e dá outras providências.	Em tramitação
214/80	Humberto Lucena (Vide PLS nº 208/80)	Introduz alterações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
217/80	Henrique Santillo (Complementar)	Faculta aos participantes do Fundo de Participação PIS-PASEP a utilização do saldo de seus depósitos para construção de casa própria ou aquisição de imóvel já edificado.	Em tramitação
220/80	Lázaro Barboza (Complementar)	Institui as Férias de Produtores, para venda direta ao consumidor, com isenção dos tributos estaduais e municipais incidentes.	Em tramitação
222/80	Henrique Santillo	Dispõe a respeito do máximo rigor à proteção e fiscalização dos alimentos de consumo humano, introduzindo alterações no Decreto-lei nº 986, de 21-10-69.	Em tramitação
228/80	Lázaro Barboza	Dispõe sobre o exercício da profissão de fotógrafo.	Em tramitação
229/80	Henrique Santillo	Proíbe a propaganda de medicamentos nos meios de comunicação social.	Em tramitação
230/80	Orestes Quércia (Complementar)	Eleva o valor dos benefícios devidos aos trabalhadores rurais e seus dependentes.	Em tramitação
232/80	Humberto Lucena	Considera crime de corrupção passiva o recebimento de doações por titulares ou ex-ocupantes de função pública na forma que especifica.	Em tramitação
235/80	Henrique Santillo	Proíbe a participação do capital estrangeiro no caso que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
237/80	Eunice Michiles Tramita em conjunto com o PLC nº 118/84)	Revoga o § 1º do art. 178 e o item IV do art. 219 do Código Civil — Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, corrigida pela Lei n.º 3.725, de 15 de janeiro de 1919.	Em tramitação
241/80	Henrique Santillo	Proíbe a participação de capital estrangeiro no ramo de atividade que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
246/80	Affonso Camargo	Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar dos rótulos ou vasilhames de bebidas, de qualquer espécie, os ingredientes que entram em sua composição.	Em tramitação
252/80	Jorge Kalume (Tramita em conjunto com o PLS nº 253/80)	Autoriza o Poder Executivo a conceder aposentadoria especial ao professor, na forma que especifica.	Em tramitação
253/80	Lázaro Barboza (Vide PLS nº 252/80)	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968 — restabelece, para as categorias profissionais que menciona, o direito à aposentadoria especial de que trata o art. 31 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.	Em tramitação
256/80	Humberto Lucena	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
257/80	Henrique Santillo	Dispõe sobre a atividade do médico residente, fixa seus direitos trabalhistas, e dá outras providências.	Em tramitação
268/80	Adalberto Sena (Tramita em conj. com o PLC 118/84)	Dá nova redação ao art. 358 do Código Civil.	Em tramitação
272/80	Henrique Santillo	Fixa normas para a escolha de dirigentes das Universidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior.	Em tramitação
274/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivos da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
278/80	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
280/80	Itamar Franco	Determina que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devam integrar Tribunais com jurisdição em todo Território Nacional.	Em tramitação
281/80	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.691 de 1979, que alterou a legislação da Taxa Rodoviária Única.	Em tramitação
286/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a organização e funcionamento das organizações sindicais.	Em tramitação
290/80	Jutahy Magalhães	Altera dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.	Em tramitação
294/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.	Em tramitação
298/80	Amaral Furlan (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971.	Em tramitação
302/80	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
303/80	Itamar Franco	Dá nova redação ao item IV do art. 4º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975.	A Câmara
304/80	Orestes Quércia (Vide PLS nº 156/79; 73 e 75 de 1983 e PLC nº 10/83)	Institui o seguro-desemprego.	Em tramitação
305/80	Humberto Lucena (Complementar)	Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975.	Em tramitação
306/80	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Em tramitação
308/80	Jutahy Magalhães	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.	Em tramitação
317/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
318/80	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Em tramitação
320/80	Pedro Simon	Revoga a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências.	Rejeitado
322/80	Humberto Lucena	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua família.	Em tramitação
323/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na legislação previdenciária em vigor.	Em tramitação
326/80	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 73 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
327/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio aos trabalhadores abrangidos pela CLT, nas condições que especifica.	Em tramitação
331/80	Passos Pôrto	Erige em monumento nacional a cidade de São Cristóvão, no Estado de Sergipe.	Em tramitação
332/80	Passos Pôrto	Erige em monumento nacional a cidade de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.	Em tramitação
336/80	Pedro Simon	Dispõe sobre privilégios assegurados às empresas de auditoria de capital nacional, e dá outras providências.	
340/80	Eunice Michiles	Acrescenta parágrafo único ao art. 373 da Consolidação das Leis do Trabalho, facultando à empregada com prole o direito à jornada de trabalho reduzida, com remuneração proporcional.	À Câmara Rejeitado
341/80	Franco Montoro	Simplifica e desburocratiza o processo de operações financeiras, permitindo que os documentos firmados pelas instituições financeiras sejam autenticados mediante chancela mecânica.	À Câmara
2/81	Passos Pôrto	Institui a Adoção Trabalhista para menores na faixa etária entre 12 e 18 anos incompletos, e dá outras providências.	Rejeitado
6/81	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
9/81	Lázaro Barboza	Introduz alterações no Código de Mineração.	Em tramitação
13/81	Humberto Lucena (Vide PLS n.º 98/80 e 50/81)	Modifica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
18/81	Gastão Müller	Dispõe sobre a obrigatoriedade de construção, reconstrução ou montagem de museu, nos casos de extinção ou demolição da unidade existente.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
22/81	Jorge Kalume	Dispõe sobre enquadramento de professores colaboradores e auxiliares de ensino e dá outras providências.	A Câmara
25/81	Nelson Carneiro (Complementar)	Dispõe sobre a isenção de IPI na aquisição de veículos por cooperativas que visem a explorar o transporte coletivo urbano.	Em tramitação
27/81	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 62 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
30/81	Henrique Santillo	Regulamenta o exercício da profissão de guarda-vigilante, e dá outras providências.	Em tramitação
45/81	Orestes Quércia	Acrescenta § 4º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
48/81	Eunice Michiles	Dispõe sobre aval de cônjuge casado sob regime de comunhão de bens.	Em tramitação
50/81	Humberto Lucena (Vide PLS nº 98/80 e 13/81)	Modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
51/81	Raimundo Parente	Dá nova redação ao § 1º do art. 39 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regulamenta o Direito Autoral no Brasil.	Em tramitação
53/81	Gastão Müller	Obriga os fabricantes de colas ou fluídos para limpeza de máquinas a adicionarem, a estes, produtos, repelentes odoríferos que impeçam a sua utilização como substâncias entorpecentes, e dá outras providências.	Em tramitação
55/81	Itamar Franco	Veda a participação do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Governadores e Vice-Governadores, dos Prefeitos e Vice-Prefeitos nas campanhas eleitorais.	Em tramitação
58/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
60/81	Itamar Franco	Suspende, em relação aos desempregados, a exigibilidade dos créditos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação, e dá outras providências	Em tramitação
62/81	Raimundo Parente	Dispõe sobre a cobrança de contas de energia elétrica, água, gás e telefone, pelas empresas concessionárias de serviços públicos, e dá outras providências.	A Câmara
67/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
71/81	Roberto Saturnino	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º do Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva.	Em tramitação
72/81	Lázaro Barboza	Autoriza as cooperativas de produção agropecuárias a construírem miniusinas de álcool hidratado, e dá outras providências.	Em tramitação
73/81	Passos Pôrto	Cria o Instituto Nacional de Conservação do Solo, e dá outras providências.	Em tramitação
74/81	Humberto Lucena	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
76/81	Raimundo Parente	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
78/81	Itamar Franco	Dispõe sobre a inclusão obrigatória de um médico entre a tripulação das aeronaves que realizam vôo internacional e doméstico nos casos que especifica.	Em tramitação
84/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
86/81	Lázaro Barboza	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, visando assegurar aos estudantes de curso superior o direito à transferência, nas condições que especifica.	Em tramitação
90/81	Gastão Müller	Veda a cobrança de juros e multas pelo atraso de pagamento de quaisquer obrigações, quando não resultantes de apuração calculada proporcionalmente aos dias de efetivo atraso que lhe deram motivo.	Em tramitação
91/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à organização sindical.	Em tramitação
96/81	Pedro Simon	Estabelece vedação ao uso de marcas de produtos e serviços estrangeiros por empresas nacionais, e dá outras providências.	Em tramitação
97/81	Humberto Lucena (Complementar)	Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970.	Em tramitação
98/81	Itamar Franco	Dá nova redação ao item III do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 e determina a submissão ao Congresso Nacional do Orçamento Monetário.	Em tramitação
99/81	Gastão Müller	Altera os arts. 213, 215 e parágrafo único, 216, 225 e 226 do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Título VI — Dos Crimes Contra os Costumes).	À Câmara
104/81	Itamar Franco	Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 6.223, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União pelo Congresso Nacional.	Em tramitação
106/81	Itamar Franco	Disciplina a expedição de passaporte e visto de saída dos menores que especifica.	Em tramitação
107/81	Henrique Santillo	Estabelece normas para a concessão de incentivos e isenção de impostos no Programa Grande Carajás e dá outras providências.	Em tramitação
110/81	Jutahy Magalhães (Tramita em conj. com o PLC nº 118/84)	Dá nova redação ao § 2º do art. 589 do Código Civil.	Em tramitação
118/81	Pedro Simon	Dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins de impostos sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas nos programas de transporte do trabalhador.	Rejeitado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
121/81	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, e dá outras providências.	Em tramitação
123/81	Laélia de Alcântara (Complementar)	Dá nova redação à letra d , alínea V e letra b , alínea VI do art. 5º da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970, que estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151, e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências.	Arquivado (art. 278 do Reg. Int.)
143/81	Humberto Lucena	Revoga a alínea b do art. 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
147/81	Humberto Lucena	Modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
148/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
150/81	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a arrecadação de bens vagos, para os efeitos que especifica.	Em tramitação
156/81	Nelson Carneiro	Altera e revoga dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho e na Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para o fim de unificar a prescrição no direito do trabalho.	Em tramitação
158/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao vigente Código de Processo Civil.	Em tramitação
160/81	Nelson Carneiro (Complementar) (Tramita em conj. com o PLS nº 48/83)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL).	Em tramitação
166/81	Orestes Quércia	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
171/81	Humberto Lucena	Dá nova redação ao art. 72 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos)	Em tramitação
173/81	Passos Pôrto	Extingue os incentivos fiscais a investimentos aplicados na compra de ações e debêntures conversíveis em ações mediante a composição de Fundos de Investimentos autorizados pelo Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967.	Em tramitação
183/81	Itamar Franco	Institui o adicional de regência de turma para os professores.	Em tramitação
184/81	Itamar Franco (Complementar)	Dá nova redação aos dispositivos, que menciona, da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970.	Em tramitação
193/81	Humberto Lucena	Dá nova redação ao inciso VIII do art. 84 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
194/81	Itamar Franco	Disciplina o televisoramento e a retransmissão de espetáculos desportivos e dá outras providências.	Em tramitação
199/81	Raimundo Parente	Dispõe sobre apuração de saldos disponíveis em caderneta de poupança e dá outras providências.	Em tramitação
201/81	Henrique Santillo	Assegura ao marido ou companheiro o direito de ser dependente da mulher segurada da Previdência Social.	Em tramitação
205/81	Humberto Lucena	Dispõe sobre coligação partidária e dá outras providências.	Em tramitação
207/81	Roberto Saturnino	Determina critério para o reajustamento do preço de venda ao consumidor do GLP — Gás Liquefeito de Petróleo, e dá outras providências.	Em tramitação
210/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
211/81	Gastão Müller	Torna obrigatória a gravação do número do respectivo chassi nos vidros de veículos automotores fabricados no País e dá outras providências.	Em tramitação
212/81	Pedro Simon	Dispõe sobre a competência da Justiça do Trabalho para conciliar e julgar dissídios oriundos das relações de trabalho entre trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviço.	A Câmara
215/81	Pedro Simon	Cria taxa de contribuição em favor do Fundo Nacional de Bem-estar do Menor — FUNABEM.	Em tramitação
216/81	Itamar Franco	Determina o ressarcimento das despesas efetuadas pelo ferroviário designado para prestar serviços fora do estabelecimento.	Em tramitação
218/81	Helvídio Nunes	Limita a aplicação da correção monetária, e dá outras providências.	Em tramitação
224/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
226/81	Itamar Franco	Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de um departamento de educação física nos nosocômios psiquiátricos.	Em tramitação
228/81	Gastão Müller	Autoriza o Ministério da Educação e Cultura a disciplinar a obrigatoriedade de reprodução pelas editoras de todo o País, em regime de proporcionalidade, de obras em caracteres Braille; e a permitir a reprodução, sem finalidade lucrativa, de obras já divulgadas, para uso exclusivo de cegos.	A Câmara
230/81	João Calmon	Autoriza o Poder Executivo a instituir um adicional sobre a carga tributária das pessoas físicas e jurídicas, revertendo o produto de sua arrecadação para o ensino de primeiro e segundo graus.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
231/81	João Calmon	Permite deduções no imposto de renda das pessoas jurídicas para fins de aplicação em programas de ensino de primeiro e segundo graus.	Em tramitação
232/81	João Calmon	Autoriza o Poder Executivo a instituir adicional sobre o preço ao consumidor de cigarros, charutos e fumo para cachimbo, revertendo o produto dessa arrecadação para o ensino de primeiro e segundo graus.	Em tramitação
233/81	João Calmon	Fixa percentual mínimo para aplicações em educação pelas empresas em que o Estado tem participação acionária majoritária.	A Câmara
235/81	Franco Montoro	Dispõe sobre a arrecadação das contribuições devidas ao SESI, SESC e SENAC.	Em tramitação
237/81	Pedro Simon	Dispõe sobre atualização do salário sempre que o custo de vida sofrer aumento igual ou superior a 10% (dez por cento).	Em tramitação
238/81	Humberto Lucena	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
241/81	Roberto Saturnino	Modifica dispositivo do vigente Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965), para o fim de dar destinação específica à parte da receita obtida com a cobrança de ingressos aos visitantes de parques nacionais.	Em tramitação
244/81	Cunha Lima (Complementar)	Acrescenta § 4º ao art. 2º da Lei Complementar nº 1/67, que visa a reduzir, em casos que específica, o limite mínimo populacional de que trata o inciso I do mesmo artigo.	Em tramitação
246/81	Itamar Franco	Dá nova redação ao § 1º do art. 4º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, que cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.	Em tramitação
247/81	Itamar Franco	Assegura, às pessoas carentes de recursos, o direito ao desconto que especifica na aquisição de medicamentos.	Em tramitação
248/81	Itamar Franco	Estabelece limite ao reajuste dos preços dos produtos farmacêuticos e medicamentos.	Em tramitação
252/81	Itamar Franco	Exime do Imposto sobre a Renda as quantias pagas a título de indenização por férias não gozadas no curso do contrato de trabalho.	Em tramitação
255/81	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que criou o PRORURAL.	Em tramitação
257/81	Adalberto Sena	Dispõe sobre a situação do servidor habilitado no mesmo concurso público, e dá outras providências.	Em tramitação
258/81	Gastão Müller	Autoriza a Empresa Brasileira de Filmes S/A — EMBRAFILME, a disciplinar a inclusão obrigatória de filmes nacionais de longa e curta metragem nas programações das estações de televisão.	Em tramitação
259/81	Franco Montoro (Complementar)	Isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) os produtos hortifrutigranjeiros.	Em tramitação
260/81	Nelson Carneiro (Complementar)	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que institui o PRORURAL.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
261/81	Jorge Kalume	Altera o art. 37 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
263/81	Humberto Lucena	Dispõe sobre a comercialização, uso e controle dos defensivos agrícolas, instituindo receituário agrônômico e dando outras providências.	Em tramitação
266/81	Roberto Saturnino	Autoriza o abatimento, da renda bruta, das despesas com o pagamento de aluguéis de imóveis residencial.	Em tramitação
268/81	Lázaro Barboza	Altera a redação do parágrafo único do art. 354 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
270/81	Lázaro Barboza	Introduz alterações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, permitindo a utilização da conta vinculada do FGTS para saldar empréstimos do Programa de Crédito Educativo.	Em tramitação
271/81	Gastão Müller	Considera prestação de socorro a intervenção médica arbitrária indispensável à salvação da vida de terceiro.	Em tramitação
275/81	Orestes Quércia (Complementar)	Isenta do Imposto Sobre Transporte (ISTR), a atividade que especifica.	Em tramitação
285/81	Itamar Franco	Cria o Conselho para a Promoção dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Homem.	Em tramitação
286/81	Franco Montoro (Complementar)	Autoriza os empregados a utilizar o seu saldo PIS-PASEP para a aquisição ou construção de casa própria.	Em tramitação
287/81	Lázaro Barboza (Complementar)	Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, permitindo a utilização da conta individual do PIS-PASEP para saldar débito perante o Programa de Crédito Educativo.	Em tramitação
291/81	Humberto Lucena	Introduz modificação na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, que instituiu a Grantificação de Natal, visando a tornar incontroverso o direito do trabalhador ao 13º salário, quando se encontre em gozo de benefício previdenciário.	Em tramitação
292/81	Itamar Franco	Disciplina a formação de banco de dados pessoais e respectivo uso das informações cadastradas.	A Câmara
293/81	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1975, que criou o PRORURAL.	Em tramitação
295/81	Roberto Saturnino	Declara de utilidade pública a Associação Fluminense de Engenheiros e Arquitetos de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.	Em tramitação
300/81	Nelson Carneiro (Complementar)	Modifica dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Em tramitação
301/81	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, visando a reduzir a idade limite exigida para obtenção da aposentadoria por velhice, possibilitar a concessão do benefício à mulher do trabalhador rural e indicar a fonte de custeio para tanto.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
304/81	Raimundo Parente	Dispõe sobre o serviço de vigilância em navios por vigias portuários, e determina outras providências.	Em tramitação
309/81	Franco Montoro (Complementar)	Elimina a inelegibilidade política dos líderes sindicais afastados ou destituídos de cargos de direção, administração ou representação de entidade sindical.	Em tramitação
311/81	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968.	Em tramitação
312/81	Nelson Carneiro (Complementar) (Tramita em conj. com os PLS nºs 342/81 e 162/83)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Em tramitação
313/81	Pedro Simon	Suprime a expressão: "entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a dois anos", contida no § 1º do art. 461 da CLT.	Em tramitação
320/81	Itamar Franco	Declara nulos os atos que tenham por objetivo assegurar direitos extraordinários aos acionistas minoritários das sociedades de economia mista.	Em tramitação
323/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, elevando o valor da alçada para efeito de admissão de recurso ordinário.	Em tramitação
329/81	Pedro Simon	Modifica a redação dos incisos I e II do art. 487 da CLT.	Em tramitação
331/81	Itamar Franco	Veda a concessão dos incentivos que menciona às pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no exterior.	Em tramitação
335/81	João Calmon	Autoriza o Poder Executivo a instituir adicional sobre o preço ao consumidor das bebidas alcoólicas, revertendo o produto dessa arrecadação para o ensino de primeiro e segundo graus.	Em tramitação
337/81	Comissão Especial do Júri Popular (Tramita em conj. com o PLC 175/84)	Altera dispositivos do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) e do Código de Processo Penal.	A Câmara
339/81	Humberto Lucena (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS-PASEP.	Em tramitação
342/81	Nelson Carneiro (Complementar) (ver PLS nº 312/81)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Em tramitação
346/81	Humberto Lucena	Altera dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, para o fim de determinar que o pagamento do repouso semanal remunerado compreenda também as horas extraordinárias.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
350/81	Itamar Franco	Determina a aplicação do Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933 (Lei de Usura), às entidades integrantes do sistema financeiro.	Em tramitação
352/81	Itamar Franco	Dispõe sobre a representação por inconstitucionalidade de lei ou ato normativo prevista no art. 119, item I, letra L, da Constituição Federal.	Em tramitação
354/81	Jutahy Magalhães	Modifica a redação do art. 176 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.	Em tramitação
355/81	Jutahy Magalhães	Altera a redação do art. 92, caput , da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.	Em tramitação
356/81	Humberto Lucena	Modifica dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que institui o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
361/81	Adalberto Sena	Acrescenta parágrafo à Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1981.	Em tramitação
364/81	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 11 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho, compatibilizando o prazo prescricional de direitos do diploma consolidado com o da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação
365/81	Itamar Franco	Determina que o Poder Executivo exija das representações diplomáticas estrangeiras o cumprimento da legislação trabalhista.	Em tramitação
368/81	Itamar Franco	Fixa como prioritárias para fins de desapropriação as áreas rurais que apresentam tensão social.	Em tramitação
372/81	Humberto Lucena	Altera dispositivo da vigente legislação previdenciária, para o fim de assegurar também ao marido viúvo o direito ao benefício da pensão.	Em tramitação
374/81	Eunice Michiles	Dispõe sobre a Política Econômica do Guaraná, cria a "Superintendência do Guaraná", e dá outras providências.	Em tramitação
376/81	Eunice Michiles	Determina a criação de Coordenação de Educação Ecológica no ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências.	Em tramitação
378/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
1/82	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, para o fim de atribuir competência fiscalizadora às entidades sindicais de trabalhadores rurais, relativamente à prestação de serviço de saúde.	Em tramitação
7/82	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a concessão de passe livre nos trens da RFFSA, aos seus servidores.	Rejeitado
8/82	Nelson Carneiro	Disciplina a proteção dos vertebrados pulmonados aquáticos nas águas jurisdicionais brasileiras.	Em tramitação
12/82	Itamar Franco	Dispõe sobre as atividades brasileiras no Continente Antártico, e dá outras providências.	Em tramitação
17/82	Laélia de Alcântara (Tramita em conj. com o PLC 118/84)	Altera arts. do Código Civil (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, com as alterações posteriores).	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
19/82	Laélia de Alcântara (Tramita em conj. com o PLC 118/84)	Dá nova redação ao art. 370 do Código Civil.	Em tramitação
20/82	Henrique Santillo	Altera o § 1º do art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
23/82	Nelson Carneiro (Complementar)	Isenta de tributos e taxas, inclusive estaduais e municipais, as transmissões imobiliárias que especifica.	Em tramitação
24/82	Pedro Simon	Acrescenta letra ao item II e modifica redação do item III do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13-9-66, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.	Em tramitação
31/82	Itamar Franco	Disciplina a expedição de credenciais, plenos poderes ou qualquer instrumento que habilite agente diplomático a firmar ato internacional em nome do País.	Em tramitação
32/82	Itamar Franco	Dispõe sobre o envio regular de informações a respeito da evolução da política externa.	Em tramitação
33/82	Jorge Kalume	Prorroga por dois anos a validade do concurso de Fiscal de Contribuições Previdenciárias.	Em tramitação
35/82	Itamar Franco	Institui comissão para coibir o uso indevido do poder econômico ou da estrutura administrativa no processo eleitoral.	Em tramitação
36/82	Itamar Franco	Dispõe sobre a apresentação de relatório ao Congresso Nacional após a realização de visita a país estrangeiro pelo Ministro das Relações Exteriores.	Em tramitação
38/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à vigente Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de estabelecer a obrigatoriedade de fixação de honorários em favor do advogado do trabalhador reclamante.	Em tramitação
41/82	Laélia de Alcântara	Acrescenta artigo ao Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva Federal, e dá outras providências.	Rejeitado
42/82	Laélia de Alcântara	Acrescenta art. à Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que autoriza modalidade de concurso de prognóstico da Loteria Federal, regida pelo Decreto-lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	Em tramitação
43/82	Humberto Lucena	Autoriza o Poder Executivo a estender aos dependentes dos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho a pensão especial de que trata a Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980.	Em tramitação
45/82	Passos Pôrto	Institui o "Dia Nacional da Conservação do Solo" a ser comemorado, em todo o País, no dia 15 de abril de cada ano.	A Câmara
51/82	Laélia de Alcântara	Acrescenta art. à Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, que cria o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, e dá outras providências.	Em tramitação
52/82	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, que instituiu o PIS.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
53/82	Raimundo Parente	Assegura à filha solteira, maior de 21 anos, não ocupante de cargo público permanente, a pensão temporária de que trata a Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958.	Em tramitação
58/82	Bernardino Viana	Altera o art. 47 do Decreto-lei nº 277, de 28 de fevereiro de 1967 — Código de Mineração — acrescentando-lhe § 2º e renumerando seu parágrafo único.	Em tramitação
60/82	Laélia de Alcântara	Acrescenta artigo ao Decreto-lei nº 1.923, de 20 de janeiro de 1982, que modifica a legislação que dispõe sobre o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.	Em tramitação
61/82	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
62/82	Lázaro Barboza	Fixa data para a transferência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para Brasília.	Em tramitação
65/82	Itamar Franco	Dispõe sobre a responsabilidade subsidiária dos acionistas ou sócios das empresas pelas obrigações decorrentes do vínculo empregatício.	Em tramitação
71/82	Humberto Lucena	Introduz alteração na Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, para o fim de considerar crime contra a economia popular a cobrança de taxa de juros de 4% ao mês.	Em tramitação
74/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a padronização dos contratos relativos ao sistema de consórcio para aquisição de bens e dá outras providências.	Em tramitação
75/82	Lázaro Barboza	Acrescenta parágrafo ao art. 552 do Código de Processo Civil.	Em tramitação
78/82	Nelson Carneiro	Altera a redação do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958.	Em tramitação
80/82	Gastão Müller	Veda às emissoras de rádio e televisão fazerem propaganda comercial utilizando-se de frases ou textos em língua estrangeira e dá outras providências.	Em tramitação
83/82	Itamar Franco	Dispensa a realização de vistoria judicial na hipótese que menciona.	Em tramitação
84/82	Itamar Franco	Submete à aprovação do Congresso Nacional contratos visando à obtenção de empréstimos internacionais.	A Câmara
86/82	Gastão Müller	Torna obrigatória a impressão, no rótulo e na bula de produtos industriais que contenha a substância 'benzeno', da palavra 'veneno' e da indicação do correspondente antídoto, e dá outras providências.	Em tramitação
90/82	Itamar Franco	Dá nova redação ao art. 601 do Código de Processo Civil.	Em tramitação
93/82	Gastão Müller	Obriga os cartórios de Vara Cível a fazerem comunicação ao Cartório de Distribuição, para efeito de baixa, das ações arquivadas ou julgadas improcedentes.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
95/82	Gastão Müller	Veda a fabricação de veículos automotores de passageiros, com potência superior a 180 HP, que não sejam para consumo a álcool, e dá outras providências.	A Câmara
101/82	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS.	Em tramitação
102/82	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
104/82	Gastão Müller	Faculta aos depositantes terem consignados em seus talões de cheques, fornecidos pelos estabelecimentos bancários, as referências que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
105/82	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
106/82	Itamar Franco	Acrescenta parágrafo único ao art. 9º da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, assegurando a integração do aviso prévio indenizado no tempo de serviço do empregado para os fins que especifica.	Em tramitação
107/82	Itamar Franco	Assegura ao empregado contratado no Brasil para prestar serviços no exterior o direito à assistência médico-hospitalar.	Em tramitação
108/82	Gastão Müller	Autoriza o Ministério da Indústria e do Comércio a disciplinar o regime da fabricação de produtos para uso adequado de pessoas canhotas e dá outras providências.	Em tramitação
110/82	Itamar Franco	Submete à apreciação do Congresso Nacional a exportação, reexportação ou trânsito pelo território nacional, de equipamento bélico de qualquer natureza.	Em tramitação
111/82	Itamar Franco	Assegura aos passageiros de aeronave ressarcimento integral dos danos decorrentes de acidente quando decorrer de culpa grave do transportador.	Em tramitação
113/82	Eunice Michiles (Tramita em conj. com o PLC 118/84)	Reduz o limite de idade para efeito de adoção, alterando o art. 368, caput , e parágrafo único da Lei nº 3.071, de 1916 (Código Civil), bem como o art. 32, caput , da Lei número 6.697, de 1979 (Código de Menores).	Em tramitação
114/82	Eunice Michiles	Dispõe sobre licença especial para a empregada adotante de menor de 2 (dois) anos.	Em tramitação
115/82	Itamar Franco	Institui o seguro obrigatório para cobrir os riscos decorrentes da atividade industrial poluente.	Em tramitação
116/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a impressão da data de fabricação e do respectivo prazo de validade nas embalagens de produtos industrializados destinados à alimentação humana.	Em tramitação
120/82	Nelson Carneiro (Complementar)	Estende aos trabalhadores rurais o regime da previdência e assistência social urbana e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
122/82	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que dispõe sobre o PRORURAL.	Em tramitação
124/82	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz modificação na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
126/82	Raimundo Parente	Dispõe sobre o prazo extinto do direito de lançamento do imposto sobre a renda.	Em tramitação
130/82	Jutahy Magalhães	Acrescenta parágrafo ao art. 73 da Lei número 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).	Prejudicado
137/82	Gastão Müller	Altera o art. 132 do Código Penal e revoga o artigo 34 da Lei das Contravenções Penais.	Em tramitação
140/82	Pedro Simon	Fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda descontado na fonte.	Em tramitação
147/82	Itamar Franco	Isenta de qualquer tributação os proventos da aposentadoria, e dá outras providências.	A Câmara
150/82	Orestes Quércia (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar número 25, de 2 de julho de 1975, que dispõe sobre a remuneração de Vereadores.	Em tramitação
151/82	Pedro Simon	Revoga o Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, que dispõe sobre contribuições para o custeio da Previdência Social.	Em tramitação
155/82	Pedro Simon	Fixa prazo para atualização de valores previstos em tabelas de incidência do Imposto sobre a Renda na fonte, e dá outras providências.	Em tramitação
158/82	Itamar Franco (Complementar)	Veda a instituição ou majoração de tributo por decreto-lei, e dá outras providências.	Em tramitação
159/82	Itamar Franco	Proíbe a cobrança de taxa, emolumento ou remuneração, por parte dos agentes do Sistema Financeiro de Habitação, nas sessões de direito oriundas de financiamento.	Em tramitação
160/82	Laélia de Alcântara	Restringe a disponibilidade dos bens imóveis do analfabeto.	Em tramitação
161/82	Itamar Franco	Determina o pagamento em dobro da parcela salarial impugnada sem relevante fundamento jurídico.	Em tramitação
164/82	Itamar Franco (Complementar)	Assegura ao contribuinte do Imposto sobre a Renda o direito de abater a integralidade das despesas com a saúde, educação, habitação e juros provenientes de dívidas pessoais.	Em tramitação
165/82	Lázaro Barboza	Dispõe sobre a proibição da exigência de saldo médio bancário para as pequenas e médias empresas nas operações de crédito, desconto ou financiamento.	Em tramitação
171/82	Jorge Kalume	Institui zona franca na cidade de Cruzeiro do Sul, Município do Estado do Acre, pelo prazo que especifica, e dá outras providências.	Retirado pelo autor
172/82	Moacyr Duarte	Acrescenta letra ao item II do art. 275 do Código de Processo Civil, instituindo o rito sumaríssimo para as ações constitutivas de servidão legal de aqueduto.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
173/82	Moacyr Duarte	Altera dispositivo da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, possibilitando o divórcio entre pessoa nunca antes divorciada e outra já divorciada anteriormente.	À Câmara
184/82	Itamar Franco	Submete à prévia autorização legislativa a participação das Forças Armadas em operação internacional.	Em tramitação
185/82	Itamar Franco	Submete à prévia aprovação legislativa toda transação ou acordo visando solucionar litígio entre a administração pública e pessoa física ou jurídica estrangeira.	Em tramitação
187/82	Nelson Carneiro	Institui a Semana do Jovem, e dá outras providências.	Retirado pelo autor
191/82	Itamar Franco	Inclui, entre os crimes contra a economia popular, a evasão de divisas.	Em tramitação
192/82	Itamar Franco	Disciplina a venda das reservas de ouro do País no mercado internacional, e dá outras providências.	Em tramitação
204/82	Gasão Müller	Veda a comercialização de plantas ornamentais venenosas, tóxicas ou nocivas à saúde.	Em tramitação
211/82	Orestes Quércia (Complementar)	Introduz alteração no dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que trata da aposentadoria do trabalhador rural.	Em tramitação
216/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a comercialização de produto industrial que contenha substância tóxica ou venenosa.	Em tramitação
217/82	Martins Filho	Altera disposições da legislação eleitoral.	Em tramitação
221/82	Martins Filho	Altera disposição da legislação partidária.	Em tramitação
224/82	Jorge Kalume	Autoriza o Poder Executivo a instalar os cursos superiores que menciona, no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, e dá outras providências.	Em tramitação
241/82	Benedito Ferreira	Dispõe sobre a exploração da navegação turística no transporte de passageiros, ao longo da costa brasileira e entre portos brasileiros e dá outras providências.	Em tramitação
1/83	Nelson Carneiro	Introduz modificações no Código Brasileiro de Telecomunicações — (Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962).	Em tramitação
2/83	Mário Maia	Transforma o Serviço Nacional de Informações (SNI) no Instituto Nacional de Informática, Teleinformática e Telemática, e dá outras providências.	Rejeitado
3/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.	Em tramitação
4/83	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte que disciplina a jornada de trabalho.	A Câmara
5/83	Odacir Soares (Complementar)	Altera a redação do art. 18 e revoga o art. 29 da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981.	A Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
6/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, para disciplinar o intervalo de repouso na jornada de trabalho.	Em tramitação
7/83	Moacyr Duarte	Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações (art. 153, § 35, da Constituição Federal).	À Câmara
8/83	Moacyr Duarte	Dispõe sobre validade de concurso para cargo ou emprego na Administração Federal centralizada e descentralizada.	Em tramitação
9/83	Nelson Carneiro	Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de sexo e de estado civil.	À Câmara Lei 7.437, de 20-12-85
10/83	Nelson Carneiro	Modifica a redação do art. 6º, <i>caput</i> , da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, elevando de 10 para 50 o percentual nele previsto e referente à complementação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a cargo da empresa, pela rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.	Em tramitação
11/83	Gastão Müller	Altera a Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973 — “que regula os direitos autorais e dá outras providências”.	Em tramitação
12/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL	Em tramitação
13/83	Gastão Müller	Dispõe sobre a obrigatoriedade de construção, reconstrução ou montagem de teatro ou biblioteca pública, nos casos de extinção ou demolição da unidade existente.	Em tramitação
14/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a inclusão das donas-de-casa nos planos da Previdência Social, na condição de seguradas facultativas.	Em tramitação
15/83	Odacir Soares	Estabelece normas de proteção e defesa ao consumidor e dá outras providências.	Em tramitação
16/83	Pedro Simon	Revoga o Decreto-lei nº 2.012, de 25 de janeiro de 1983, que “dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências”.	Em tramitação
17/83	Itamar Franco	Assegura aos empregados optantes pelo Fundo de Garantia o direito ao adicional de dez por cento nos casos de rescisão indireta do contrato de trabalho e dá outras providências.	Em tramitação
18/83	Henrique Santillo	Veda a aquisição de títulos de empresas estatais ou outras que gozem de favor ou incentivo fiscal às autoridades e nas condições que especifica.	Arquivado (art. 278 do Reg. Int.)
19/83	Henrique Santillo	Revoga dispositivo do Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), para o fim de excluir a contravenção da vadiagem.	Em tramitação
20/83	Henrique Santillo	Altera dispositivo da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), atribuindo impenhorabilidade ao imóvel utilizado como residência da família do devedor e aos móveis de uso doméstico.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
22/83	Mário Maia	Revoga o Decreto-lei nº 1.866, de 9 de março de 1981, alterado pelo Decreto-lei nº 1.937, de 27 de abril de 1982, que dispõe sobre a nomeação de prefeito em município declarado de interesse da segurança nacional.	Em tramitação
24/83	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que "dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências".	Em tramitação
25/83	Nelson Carneiro	Isenta do imposto sobre a renda as gratificações que enumera, pagas a servidores públicos.	Em tramitação
26/83	Nelson Carneiro	Dá nova redação a dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
27/83	Henrique Santillo	Dispõe sobre a criação de um Fundo Especial para o desenvolvimento integrado na região geoeconômica de Brasília.	Em tramitação
28/83	Gastão Müller	Considera, para fins de comemoração nacional, a data de 10 de dezembro como o "Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos", e dá outras providências.	Em tramitação
29/83	Gastão Müller	Limita a utilização de bromato de potássio, como aditivo químico, pelos moinhos, na industrialização da farinha de trigo.	Em tramitação
30/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o direito do assinante à transferência do telefone nos lugares onde o serviço é explorado por mais de uma empresa, nas condições que especifica.	Em tramitação
31/83	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978, de modo a possibilitar, expressamente, a cumulatividade da pensão especial nela prevista com benefício previdenciário, em favor do ex-combatente.	Em tramitação
34/83	Itamar Franco	Determina que as normas e regulamentos baixados pela Comissão Nacional de Energia Nuclear sejam publicados na íntegra e em idioma nacional.	Em tramitação
35/83	Henrique Santillo	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, no capítulo concernente ao aviso prévio, visando a ampliar o seu prazo em favor do trabalhador.	Em tramitação
36/83	Itamar Franco (Tramitando em conjunto com o PLC nº 44/83 e PLS nº 149/79)	Fixa novo critério para o cálculo do salário mínimo segundo determina a Convenção 131 da Organização Internacional do Trabalho.	Em tramitação
37/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na parte da Consolidação das Leis do Trabalho que disciplina o aviso prévio.	Em tramitação
38/83	Henrique Santillo	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, no capítulo concernente à segurança e medicina do trabalho, para determinar que os percentuais relativos ao adicional de insalubridade incidam sobre o salário percebido pelo trabalhador.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
40/83	Itamar Franco	Submete às categorias profissionais os critérios de fixação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor e dá outras providências.	Em tramitação
42/83	Mário Maia	Dispõe sobre o cálculo de parcelas da remuneração devida aos servidores públicos civis da União e dá outras providências.	Em tramitação
43/83	Alvaro Dias	Modifica a redação do caput do art. 24 da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971 (Código de Propriedade Industrial).	Em tramitação
44/83	Nelson Carneiro	Modifica a redação do § 6º do art. 3º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, visando a possibilitar que o exercício de cargo ou função de confiança e de chefia, nas condições que especifica, seja considerado na fixação do salário de benefício do segurado que se aposentar por tempo de serviço.	Em tramitação
45/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre abono de permanência em serviço.	Em tramitação
46/83	Fernando Henrique Cardoso	Assegura a representação dos interessados na administração da Previdência Social.	Em tramitação
48/83	Alvaro Dias (Complementar) (Vide PLS 160/81)	Introduz alterações no art. 4º da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que criou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural — PRORURAL.	Em tramitação
49/83	Alvaro Dias (Complementar)	Dispõe sobre a concessão do benefício auxílio-doença ao trabalhador rural.	Em tramitação
50/83	Nelson Carneiro	Revoga dispositivos da Lei nº 7.016, de 23 de agosto de 1982, que dispõe sobre a reversão para cargos integrantes do Plano de Classificação instituído pela Lei nº 5.645, de 1970.	Em tramitação
51/83	Itamar Franco	Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 6.380, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.	Em tramitação
52/83	Itamar Franco	Submete os órgãos da administração indireta ao poder investigatório das Comissões Parlamentares de Inquérito.	Em tramitação
53/83	Jorge Kalume	Dispõe sobre a realização de palestras, nos cursos de 1º e 2º graus dos estabelecimentos de ensino do País, sobre personalidades que se destacaram no plano nacional ou estadual e dá outras providências.	A Câmara
55/83	Jorge Kalume	Determina seja a Bandeira Brasileira hasteada diariamente nos estabelecimentos de 1º e 2º graus, sob cânticos do Hino Nacional.	A Câmara
56/83	Alvaro Dias	Altera o art. 4º da Lei nº 6.178, de 12 de novembro de 1979.	Em tramitação
57/83	Gastão Müller	Obriga o registro dos estabelecimentos hospitalares nos Conselhos Regionais de Medicina.	Em tramitação
58/83	Murilo Badaró	Dispõe sobre cobrança de multa pelas concessionárias de serviço público.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
59/83	Mário Maia	Altera o Decreto-lei nº 1.950, de 14 de julho de 1982, que isenta do Imposto de Renda os ganhos auferidos por pessoas físicas em operações com imóveis, estimula a capitalização das pessoas jurídicas, e dá outras providências.	Em tramitação
60/83	Itamar Franco	Dispõe sobre o ensino obrigatório, em todos os cursos jurídicos do País, da disciplina "Direitos Humanos Fundamentais".	Em tramitação
61/83	Fábio Lucena	Revoga os Decretos-leis nº 1.866, de 9 de março de 1981, e nº 1.937, de 27 de abril de 1982.	Em tramitação
62/83	Humberto Lucena	Dispõe sobre a venda de combustível aos motoristas profissionais de táxi.	Em tramitação
63/83	Milton Cabral	Estabelece prazo para cobrança de juros nas operações de crédito efetuadas por Instituições Financeiras e dá outras providências.	Retirado pelo Autor
64/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, estabelecendo piso para os benefícios previdenciários de prestação continuada.	Em tramitação
65/83	Nelson Carneiro	Introduz dispositivos na Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico.	Em tramitação
66/83	Passos Pôrto	Institui o Projeto Nordeste e dá outras providências.	Em tramitação
67/83	Helvídio Nunes	Dispõe sobre a cobrança de juros, acessórios e multa nos contratos civis e dá outras providências.	Em tramitação
68/83	Roberto Saturnino	Altera a redação do § 4º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.	Em tramitação
69/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre incentivo à aquisição de veículo utilitário, movido a álcool, por produtor rural, nas condições que especifica.	Em tramitação
70/83	Nelson Carneiro	Estabelece critério e limite para os reajustes dos preços de ingressos de jogos de futebol.	Em tramitação
71/83	Álvaro Dias	Dispõe sobre a efetiva integração da assistência técnica no sistema de crédito rural, e dá outras providências.	Em tramitação
72/83	Humberto Lucena	Introduz alteração na Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979.	Em tramitação
73/83	Mário Maia	Cria o fundo de seguro-desemprego e dá outras providências.	Em tramitação
74/83	Murilo Badaró	Revoga o art. 5º e seu parágrafo único da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências.	Em tramitação
75/83	Álvaro Dias	Dispõe sobre o seguro-desemprego.	Em tramitação
77/83	Fábio Lucena	Revoga dispositivos da Lei de Segurança Nacional.	Em tramitação
78/83	Jorge Kalume	Estabelece obrigatoriedade de seguro de crédito para as operações que indica.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
79/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, no Título V, concernente à Organização Sindical, para o fim de instituir o representante sindical.	Em tramitação
80/83	Pedro Simon	Assegura ao estudante matriculado em qualquer estabelecimento de ensino autorizado, registrado ou reconhecido por órgão competente, o direito a pagar metade do preço do ingresso nos cinemas, teatros e circos no território nacional.	Em tramitação
81/83	Itamar Franco	Estabelece critério para o reajustamento das prestações dos imóveis residenciais financiados por intermédio do Sistema Financeiro da Habitação.	Em tramitação
82/83	Nelson Carneiro	Estabelece condição especial de atualização de débitos para com a previdência social, no caso e forma que especifica.	Em tramitação
83/83	Raimundo Parente	Estende às pessoas jurídicas, sem fins lucrativos, o disposto no art. 3º da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976.	Em tramitação
84/83	Henrique Santillo	Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 6.045, de 15 de maio de 1974, e ao seu § 1º	Em tramitação
85/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à legislação orgânica da previdência social, ampliando a definição de dependente para efeito de assistência médica.	Em tramitação
86/83	Mário Maia	Dispõe sobre a profissão do Técnico em Enfermagem, regula o seu exercício, e dá outras providências.	Em tramitação
87/83	Affonso Camargo	Dispõe sobre o tempo de duração da conservação de produtos alimentícios industrializados e dá outras providências.	Em tramitação
88/83	Henrique Santillo	Acrescenta os §§ 2º e 3º e renumerando 1º o atual parágrafo único do art. 4º do Decreto-lei nº 1.083, de 6 de fevereiro de 1970, que "dispõe sobre a incidência e cobrança do Imposto Único sobre Minerais, concede isenções e dá outras providências", modificado pelos Decretos-leis nº 1.402, de 23 de maio de 1975, e 1.496, de 20 de dezembro de 1976.	Em tramitação
89/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a proibição da caça ao Jacaré, e dá outras providências.	Em tramitação
90/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de seguro nos hospitais e estabelecimentos similares, nas condições e para o fim que especifica.	Em tramitação
91/83	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre representação contra lei ou ato normativo inconstitucional dirigida ao Procurador-Geral da República, alterando o art. 2º da Lei nº 4.337, de 1º de junho de 1964.	Em tramitação
92/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
93/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, no capítulo concernente aos dependentes do segurado.	Em tramitação
94/83	Roberto Saturnino	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
95/83	Alvaro Dias	Circunscreve à pessoa do marido inadimplente a conseqüente restrição de crédito, quando a respectiva mulher possui renda própria, e dá outras providências.	Em tramitação
97/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
98/83	Alvaro Dias	Dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.	Em tramitação
99/83	Marco Maciel	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre os Estatutos da Ordem dos Advogados do Brasil.	Em tramitação
100/83	Roberto Saturnino	Introduz alterações na Lei n.º 6.649, de 16 de maio de 1979, para o fim de limitar os reajustes dos aluguéis residenciais a cinquenta por cento da variação do valor nominal das ORTN.	Em tramitação
101/83	Alvaro Dias	Dá nova redação ao § 2º do art. 19 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.	Em tramitação
102/83	Jutahy Magalhães	Altera a Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial, e dá outras providências.	Em tramitação
103/83	Itamar Franco	Exclui dos vencimentos tributáveis as quantias pagas a título de representação, e dá outras providências.	Em tramitação
104/83	Itamar Franco	Assegura ao locatário responsável pelo pagamento da quota-parte relativa a despesas comuns do condomínio o direito de participar das assembleias.	Em tramitação
105/83	Alvaro Dias	Suprime dispositivo da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS.	Em tramitação
106/83	Itamar Franco	Estabelece limite para o reajuste de preço público ou tarifa sujeita a controle governamental, e dá outras providências.	Em tramitação
107/83	Itamar Franco	Proíbe a alteração da Lei Orçamentária por Decreto-lei.	Em tramitação
109/83	Itamar Franco	Faculta ao usuário de serviço de telefonia requerer a instalação de aparelho medidor de impulsos, e dá outras providências.	Em tramitação
110/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador.	Em tramitação
111/83	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
112/83	Nelson Carneiro	Altera a redação do § 1º do art. 478 da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de garantir direito à indenização ao trabalhador despedido sem justa causa antes de completado um ano de serviço.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
113/83	Nelson Carneiro	Disciplina o uso de caracteres nas publicações obrigatórias.	Em tramitação
114/83	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte referente à contribuição sindical, para determinar que a parte que couber a cada sindicato seja movimentada sem qualquer interferência do Ministério do Trabalho.	Em tramitação
115/83	Martins Filho	Restabelece direitos aos servidores militares que se encontrem e/ou passarem para a inatividade.	Em tramitação
116/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
117/83	Itamar Franco	Dispõe sobre o relacionamento externo da União e dá outras providências.	Em tramitação
118/83	Álvaro Dias	Altera a redação da alínea c do item II do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
119/83	Fernando Henrique Cardoso	Assegura assistência do sindicato ou do Ministério do Trabalho na despedida de empregado doméstico com mais de um ano de serviço.	Em tramitação
120/83	Fernando Henrique Cardoso	Admite para contagem de tempo de atividade a inscrição em autarquia controladora do exercício profissional.	Em tramitação
121/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS-PASEP.	Em tramitação
122/83	Álvaro Dias	Altera a redação dos arts. 5º e 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a legislação de Previdência Social.	Em tramitação
123/83	Henrique Santillo	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Nacional de Telefonia Rural, e dá outras providências.	Em tramitação
124/83	Gastão Müller	Faculta às empresas revendedoras de combustível ao público o pagamento à vista ou da parte por elas efetivamente comercializada.	Em tramitação
125/83	Nelson Carneiro	Revoga a alínea b do art. 62 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
126/83	Fernando Henrique Cardoso	Assegura estabilidade provisória, na condição especificada, ao empregado que se alistar para a prestação do serviço militar.	Em tramitação
127/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o direito à meia entrada nos espetáculos de diversão que especifica.	Em tramitação
128/83	Humberto Lucena	Altera o art. 15 da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação urbana e inclui dispositivo na Lei nº 6.426, de 17 de junho de 1977, que estabelece base para correção monetária e dá outras providências.	Em tramitação
129/83	Gastão Müller	Obriga os passageiros e tripulantes de embarcações a usar colete salva-vidas durante as travessias fluviais ou lacustres.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
130/83	Marco Maciel	Estabelece normas gerais de elaboração legislativa.	Em tramitação
131/83	Roberto Saturnino	Dá nova redação ao caput do art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho, fixando novos prazos para o aviso prévio.	Em tramitação
132/83	Roberto Saturnino	Autoriza o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem a isentar os táxis do pagamento de pedágio nas rodovias federais.	Em tramitação
133/83	Roberto Campos	Reforça o Fundo de Assistência ao Desemprego e dispõe sobre o auxílio desemprego.	Em tramitação
134/83	Roberto Campos	Estabelece a livre negociação salarial e dá outras providências.	Em tramitação
135/83	Roberto Campos	Cria contratos de trabalho simplificados para facilitar novos empregos.	Em tramitação
136/83	Roberto Campos	Autoriza a delegação de atividade de previdência social a empresas privadas.	Em tramitação
137/83	Roberto Campos	Cria nas empresas privadas, como alternativa à dispensa de empregados, a disponibilidade remunerada e dá outras providências.	Em tramitação
138/83	Roberto Campos	Dispõe sobre a distribuição eventual de lucros a empregados.	Em tramitação
139/83	Roberto Campos	Institui Programa de Repartição de Capital.	Em tramitação
140/83	Roberto Campos	Favorece as aposentadorias e a renovação de quadros.	Em tramitação
141/83	Roberto Campos	Agiliza as reduções de jornada de trabalho e consequentes de salário para evitar dispensa de pessoal.	Em tramitação
142/83	Roberto Campos	Regulariza sem aumento de incidências o imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos.	Em tramitação
143/83	Fernando Henrique Cardoso	Assegura os benefícios da política salarial aos servidores públicos sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.	Prejudicado
144/83	Gastão Müller	Dispõe sobre a proibição de importação de bebidas alcoólicas em tonéis ou acondicionamento assemelhado e dá outras providências.	Em tramitação
145/83	Henrique Santillo (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou os programas PIS e PASEP, visando possibilitar que os seus depósitos sejam utilizados na aquisição de casa própria.	Em tramitação
146/83	Itamar Franco	Disciplina a expedição de atestado médico por órgão integrante do sistema previdenciário.	Em tramitação
147/83	Itamar Franco	Autoriza o desdobramento do período de férias para todas as faixas etárias.	Em tramitação
148/83	Fernando Henrique Cardoso	Interpreta dispositivo legal esclarecendo que o reajuste dos benefícios previdenciários obedecerá aos mesmos critérios instituídos pela política salarial.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
149/83	Itamar Franco	Cria procedimento sumariíssimo para as reclamações trabalhistas versando sobre salário retido e dá outras providências.	Em tramitação
150/83	Fernando Henrique Cardoso	Reduz o prazo da correção automática dos salários, da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, e dá outras providências.	Em tramitação
151/83	Pedro Simon	Dá nova redação ao art. 9º do Decreto nº 88.371, de 7 de junho de 1983, que dispõe sobre o reajustamento das prestações dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação e dá outras providências.	Em tramitação
152/83	Itamar Franco	Concede aposentadoria especial aos que tenham sofrido restrição ao livre exercício de atividade profissional em decorrência dos atos institucionais, complementares e legislação correlata.	Em tramitação
153/83	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a participação dos empregados na direção das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas à União.	Em tramitação
154/83	Alvaro Dias	Extingue o confisco sobre o café.	Em tramitação
155/83	Fernando Henrique Cardoso	Institui a Comissão Nacional do Custo de Vida, no Ministério do Trabalho, e dá outras providências.	Em tramitação
156/83	Moacyr Dalla	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para aquisição, pelas Prefeituras Municipais, de veículos automotores movidos a álcool.	Em tramitação
157/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
158/83	Fernando Henrique Cardoso	Regula a utilização e a liberação da conta vinculada do FGTS, para a construção e aquisição de casa própria.	A Câmara
160/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que dispõe sobre o PRORURAL.	Em tramitação
161/83	Henrique Santillo	Determina que o Congresso Nacional passe a ter atribuições para opinar sobre o projeto dos planos de desenvolvimento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste — SUDECO, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, e Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste — SUDESUL, bem como sobre os planos especiais de obras, de abastecimento e de assistência às populações flageladas e sobre o acompanhamento dos projetos a serem executados.	Em tramitação
162/83	Nelson Carneiro (Complementar) (vide PLS nº 312/81)	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
163/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
164/83	Pedro Simon	Estabelece normas para quitação, baixa da hipoteca e escritura de imóveis financiados pela Caixa Econômica Federal, Banco Nacional da Habitação e seus agentes financeiros.	Em tramitação
165/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
166/83	Fernando Henrique Cardoso	Assegura o amparo da Previdência Social aos inválidos congênitos.	Em tramitação
168/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz modificação na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
169/83	Mário Maia	Exclui da relação de municípios declarados de interesse de segurança nacional os municípios que menciona, no Estado do Acre, e dá outras providências.	Em tramitação
170/83	Hélio Gueiros	Fixa jornada de trabalho para o empregado doméstico.	Em tramitação
171/83	Hélio Gueiros	Fixa jornada de trabalho para os advogados que prestam serviços profissionais em regime de emprego.	Em tramitação
172/83	Hélio Gueiros	Extingue a cobrança de pedágio nas rodovias, pontes e outras obras viárias cuja construção já esteja paga.	Em tramitação
173/83	Hélio Gueiros	Dispõe sobre garantias contra a corrosão da lataria dos veículos, a serem concedidas pelas indústrias automobilísticas em atividade no território nacional.	Em tramitação
174/83	Hélio Gueiros	Modifica disposição da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).	Em tramitação
175/83	Hélio Gueiros	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).	Em tramitação
176/83	Hélio Gueiros	Estabelece a garantia da estabilidade para todos os empregados.	Em tramitação
177/83	Eunice Michiles	Dispõe sobre o exercício da profissão de Esteticista e Cosmetologista e dá outras providências.	Em tramitação
178/83	Gastão Müller	Veda a utilização de corantes artificiais na fabricação de produtos alimentícios ou medicinais e dá outras providências.	Em tramitação
179/83	Nelson Carneiro	Assegura direito a aposentadoria especial à categoria que especifica.	Em tramitação
180/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a vinculação de funcionários públicos municipais ao INPS, nas condições que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
181/83	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar a incidência de juros e correção monetária nos atrasos de pagamentos de salários.	Em tramitação
182/83	Alfredo Campos e Martins Filho	Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
183/83	Gastão Müller	Revoga o art. 4º da Lei nº 6.994, de 26 de maio de 1982.	Em tramitação
184/83	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos.	Em tramitação
185/83	Gastão Müller	Dispõe sobre a cobertura da Apólice de Seguro Habitacional.	Em tramitação
186/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, impondo novo encargo à empresa que rescinde contrato de trabalho de empregado sem justa causa.	Em tramitação
187/83	Passos Pôrto	Estabelece normas de uso do solo agrícola.	Em tramitação
188/83	Nelson Carneiro	Estabelece exigências a serem cumpridas pelos estabelecimentos que comercializam botijões de gás liquefeito de petróleo.	Em tramitação
189/83	Roberto Campos	Dispõe sobre a antecipação parcelada da gratificação salarial e respectiva correção monetária e dá outras providências.	Em tramitação
190/83	Nelson Carneiro	Manda aplicar aos representantes comerciais e vigilantes, na forma que especifica, os benefícios fiscais concedidos aos taxistas para aquisição de veículo a álcool.	Em tramitação
191/83	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao art. 30 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos.	Em tramitação
192/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS-PASEP, para o fim de determinar que os trabalhadores desempregados não sejam excluídos do direito à retirada anual prevista no § 3º do art. 4º	Em tramitação
193/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que institui o PRORURAL.	Em tramitação
194/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a administração dos sindicatos rurais e regula a eleição de suas diretorias e representantes.	
195/83	Nelson Carneiro (Tramita em conj. com o PLC nº 118/84)	Altera o Capítulo IV do Título III do Livro II do Código Civil (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916), relativo aos prazos da prescrição.	Em tramitação
196/83	Mário Maia	Altera o Decreto-lei nº 2.040, de 30 de junho de 1983, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.	Em tramitação
197/83	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de impor multa à empresa que atrasar na transferência, ao sindicato respectivo, das importâncias correspondentes à contribuição sindical descontada na folha de seus empregados.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
198/83	Mauro Borges (Complementar)	Estabelece a região metropolitana de Brasília e disciplina o respectivo sistema administrativo metropolitano.	Em tramitação
199/83	Nelson Carneiro	Eleva o valor do salário-família do trabalhador e a taxa para o seu custeio.	Em tramitação
200/83	Jorge Kalume	Determina a concessão de subsídios para a compra de gêneros de primeira necessidade a pessoas de baixa renda.	Em tramitação
201/83	Henrique Santillo	Inclui na área de atuação da SUDENE a região do Estado de Goiás compreendida no Polígono das Secas, constituída dos municípios que especifica.	Em tramitação
202/83	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o FGTS.	Em tramitação
203/83	Hélio Gueiros	Dispõe sobre a restituição de insígnias, medalhas, comendas e outras honorarias, oficialmente concedidas, e que tenham sido cassadas por motivos políticos ou ideológicos.	Em tramitação
204/83	Helvídio Nunes	Acrescenta inciso ao art. 171, § 2º, do Código Penal.	Em tramitação
205/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS-PASEP.	Em tramitação
206/83	Jaison Barreto	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 1.950, de 14-7-82, na parte em que estimula a capitalização das pessoas jurídicas através da incorporação imobiliária.	Em tramitação
207/83	Nelson Carneiro	Institui a Semana do Jovem e dá outras providências.	A Câmara
208/83	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 130, caput , da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
209/83	Fernando Henrique Cardoso	Exclui a cidade de Castilho, no Estado de São Paulo, da relação dos municípios declarados de interesse da segurança nacional, revogando parcialmente o Decreto-lei nº 1.105, de 20 de maio de 1970.	Em tramitação
210/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na legislação acidentária do trabalho, visando fixar prazo certo para o pagamento dos benefícios nela previstos.	Em tramitação
211/83	Henrique Santillo	Revoga o Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977.	Em tramitação
212/83	Mauro Borges	Introduz modificação no Código Penal — Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	Em tramitação
214/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de refeições no local, a cargo da empresa e mediante desconto salarial, nas condições que especifica.	Em tramitação
215/83	Henrique Santillo	Dispõe sobre a integração da região que menciona na área de execução do POLONORDESTE.	Em tramitação
216/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à estabilidade.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
217/83	Mauro Borges	Altera a Lei nº 6.576, de 30 de setembro de 1978, que dispõe sobre a proibição do abate de açazeiro, para o fim de tornar abrangida por sua proteção a palmeira de babaçu, na forma que especifica.	Em tramitação
218/83	Álvaro Dias	Revoga o item VI do art. 1º da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, e dá outras providências.	Em tramitação
219/83	Álvaro Dias	Revoga o Decreto-lei nº 1.170, de 10 de maio de 1971, e dá outras providências.	
222/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, que dispõe sobre contribuições para o custeio da previdência social, com vistas a excluir a imposição contributiva os proventos e pensões nos limites que especifica.	Em tramitação
223/83	Álvaro Dias	Dispõe sobre as emissões de papel moeda, de Letras de Tesouro Nacional e de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.	Em tramitação
224/83	Mário Maia	Altera a Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais, e dá outras providências.	Em tramitação
225/83	Murilo Badaró	Cria, e regula a aplicação pela Censura Federal, o Certificado de Liberação Restrita e dá outras providências.	Em tramitação
226/83	Nelson Carneiro	Concede anistia a dirigentes sindicais punidos com base na legislação trabalhista.	Em tramitação
227/83	Mauro Borges	Revoga dispositivos do Decreto-lei nº 1.541, de 14-4-77, que "institui as sublegendas para as eleições de Senador e Prefeito", eliminando o critério de considerar suplente do Senador eleito o candidato a Senador não eleito.	Em tramitação
228/83	Hélio Gueiros	Dispõe sobre a substituição por "Ana Lídia" do nome "Rogério Pithon Faria", no logradouro público de Brasília, anteriormente conhecido como Parque da Cidade.	Em tramitação
229/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivos da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Registros Públicos), visando a eliminar a exigência de pagamento de multa por registro de nascimento feito fora do prazo.	Em tramitação
230/83	Gastão Müller (Complementar)	Revoga a Lei Complementar nº 28, de 18 de novembro de 1975, e dá outras providências.	Em tramitação
231/83	Álvaro Dias	Dispõe sobre a concessão de amparo previdenciário aos filhos dos trabalhadores rurais desde que inválidos ou portadores de defeitos físicos ou congênitos.	Rejeitado
232/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Estende aos trabalhadores rurais o regime da previdência e assistência social urbana, bem como a legislação do seguro de acidentes do trabalho, e dá outras providências.	Em tramitação
233/83	Nelson Carneiro	Considera perigosas, para efeito da vantagem adicional prevista em lei, as atividades dos manobreiros de pátios e guarda-chaves ferroviários.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
234/83	Itamar Franco	Garante desconto do Imposto sobre a Renda de salários pagos a empregados e dá outras providências.	Em tramitação
235/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a tributação de medicamentos e produtos farmacêuticos nos casos de remarcação ilegal.	Em tramitação
236/83	Nelson Carneiro	Isenta de tributos e taxas, inclusive municipais, as transmissões imobiliárias que especifica.	Em tramitação
237/83	Nelson Carneiro	Modifica toda a Seção III, do Capítulo I do Título V, da Consolidação das Leis do Trabalho, concernente à administração do Sindicato.	Em tramitação
238/83	Mário Maia	Institui o Dia Nacional das Vítimas dos torpedamentos dos navios brasileiros durante a II Grande Guerra, a ser comemorado anualmente a 14 de fevereiro, e dá outras providências.	Em tramitação
239/83	Lázaro Barboza	Introduz dispositivo legal na Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
240/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre exigência a ser observada pelos estabelecimentos que comercializam carnes e outros produtos alimentícios perecíveis de origem animal.	Em tramitação
241/83	Martins Filho	Dispõe sobre a instalação de aparelhos de alarme para proteção contra incêndio em hotéis e estabelecimentos similares.	Em tramitação
242/83	Nelson Carneiro	Assegura aos aposentados pelo sistema previdenciário uma renda mensal equivalente ao salário mínimo da respectiva região.	Em tramitação
243/83	Mário Maia	Altera a Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, que autoriza o desmembramento da Companhia Urbanizadora da Nova Capital — NOVACAP, mediante alteração de seu objetivo e constituição da Companhia Imobiliária — TERRACAP, e dá outras providências.	Em tramitação
244/83	Álvaro Dias	Dispõe sobre a possibilidade de os Sindicatos de Trabalhadores poderem reclamar em Juízo, independentemente de mandato procuratório, adicionais de insalubridade e periculosidade, em benefício de seus associados.	Em tramitação
245/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa aos deveres dos sindicatos.	Em tramitação
246/83	Lázaro Barboza	Institui obrigação das Empresas de Mineração investirem nos municípios em que se encontram suas minas.	Em tramitação
248/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, definindo como de efetivo exercício para efeito de direito a quinquênios o tempo da licença especial não gozada pelo servidor.	Em tramitação
249/83	Lázaro Barboza	Institui o Regime Especial da Permissão de Lavra Garimpeira, para o aproveitamento imediato de substâncias minerais e introduz alterações no Código de Mineração.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
250/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de garantir imunidade aos dirigentes sindicais.	Em tramitação
251/83	Fernando Henrique Cardoso	Autoriza a contagem recíproca para aposentadoria de tempo por serviço público e de atividade privada dos professores.	A Câmara
252/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
253/83	Lázaro Barboza (Tram. conj. c/ o PLS/255/83)	Introduz alterações no Código de Mineração.	Em tramitação
254/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
255/83	Lázaro Barboza (Vide PLS/253/83)	Introduz alterações no Código de Mineração.	Em tramitação
256/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, que instituiu o PIS.	Em tramitação
257/83	Marco Maciel	Dispõe sobre a inclusão de obras de arte nas construções que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
259/83	Alvaro Dias	Altera a redação do Caput e do § 1º do art. 7º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, às pessoas transportadas ou não.	Em tramitação
260/83	Lázaro Barboza	"Institui a figura do ACHADO MINERAL".	Em tramitação
261/83	Nelson Carneiro	Dá nova redação a dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, elevando para 50 anos o limite de idade exigido dos candidatos a ingresso na magistratura trabalhista.	Em tramitação
262/83	Alvaro Dias	Institui nas empresas industriais e comerciais com mais de 500 empregados o serviço de assistência social.	Em tramitação
263/83	Henrique Santillo	Dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 250 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e dá outras providências.	Em tramitação
264/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à vigente Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de estabelecer a obrigatoriedade de fixação de horários em favor do advogado do trabalhador reclamante.	Em tramitação
265/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à vigente Consolidação das Leis do Trabalho na parte concernente ao aviso prévio.	Em tramitação
266/83	Marco Maciel	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
267/83	Itamar Franco	Dispõe sobre a não aplicação dos Regulamentos disciplinares das Forças Armadas aos casos que especifica.	A Câmara
268/83	Marco Maciel	Dispõe sobre a aquisição de passagens aéreas e marítimas pelos órgãos e entidades de administração pública federal direta e indireta.	Em tramitação
269/83	Benedito Ferreira	Concede anistia a infratores das normas do crédito rural.	Em tramitação
270/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.889, que estatui normas reguladoras do trabalhador rural.	Em tramitação
271/83	Fernando Henrique Cardoso	Autoriza o levantamento de recursos do PIS-PASEP para aquisição da casa própria.	Em tramitação
272/83	Milton Cabral	Autoriza o Poder Executivo a isentar as empresas do recolhimento do FGTS de empregado recrutado para prestação do Serviço Militar.	Em tramitação
273/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a reversão para cargos integrantes do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.	Em tramitação
274/83	Mário Maia	Altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências.	Em tramitação
275/83	Nelson Carneiro	Autoriza o Governo do Distrito Federal a alienar os imóveis que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
276/83	Albano Franco	Dispõe sobre a criação do Conselho Econômico e Social, define suas competências, e dá outras providências.	Em tramitação
277/83	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao § 2º do art. 24 da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979.	Em tramitação
278/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, com previsão de providência para a revogação do incentivo nele previsto.	Em tramitação
279/83	Nelson Carneiro	Restabelece o art. 62 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito), vetado, com nova redação dispondo sobre o direito de o proprietário de veículo conservar os números de sua placa nas eventuais mudanças dessa que o permitam.	Em tramitação
280/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, visando a restabelecer salário mínimo específico para menores, com base no grupo etário.	Em tramitação
281/83	Henrique Santillo	Dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 6.045, de 15 de maio de 1974.	Em tramitação
282/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários.	Em tramitação
283/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978, para o fim de permitir a acumulação da pensão especial nela prevista com pensão previdenciária.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
284/83	Carlos Chiarelli	Introduz alterações na Lei n.º 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, para dispor sobre a guarda dos filhos, e dá outras providências.	Em tramitação
285/83	Fernando Henrique Cardoso	Ampara os trabalhadores rurais no caso de acidente do trabalho.	Em tramitação
286/83	Nelson Carneiro	Assegura preferência de subvenção oficial às entidades que especifica.	Em tramitação
287/83	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a divulgação dos dados cadastrais relativos a latifúndios.	Em tramitação
288/83	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o arrendamento compulsório de parcelas de latifúndio, para os efeitos que especifica.	Em tramitação
289/83	Fernando Henrique Cardoso	Restaura a redação do § 2º do art. 67 da Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
291/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a denominação dos juizes classistas nas Juntas de Conciliação e Julgamento.	Em tramitação
292/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, para o fim de atribuir competência fiscalizadora às entidades sindicais de trabalhadores rurais, relativamente à prestação de serviços de saúde.	Em tramitação
293/83	Odacir Soares	Estabelece limite de remuneração para servidores ou empregados de entidades estatais da União, do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.	Em tramitação
294/83	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação
295/83	Roberto Saturnino	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para a aquisição de automóveis a álcool, por deficiente físico, nas condições que especifica.	Em Tramitação
296/83	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre abatimento, da renda bruta, de despesas com empregados domésticos.	Em Tramitação
297/83	Henrique Santillo	Institui penalidade para empresa, pelo descumprimento de legislação salarial e de decisão final da Justiça Trabalhista e dá outras providências.	Em Tramitação
298/83	Albano Franco	Altera a redação do § 4º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.	Em Tramitação
299/83	Pedro Simon	Estabelece que sejam semestrais e que não exceda em 80% do INPC os aumentos de preços de medicamentos que contenham produtos constantes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais — RENAME.	Em Tramitação
300/83	Virgílio Távora	Altera a redação do art. 7º da Lei nº 6.223, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União pelo Congresso Nacional, modificada pela Lei nº 6.525, de 11 de abril de 1978.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
301/83	Iris Célia	Autoriza o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, a elaborar o projeto do novo Código Tributário Nacional.	Em Tramitação
1/84	DF	Estabelece prazo para prescrição do direito de ação contra atos relativos a concursos para provimento de cargos e empregos na administração direta do Distrito Federal e nas suas autarquias.	Em Tramitação
2/84	Carlos Chiarelli	Institui, facultativamente, o sistema de garantia do tempo de serviço do empregado doméstico e dá outras providências.	Em tramitação
3/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre o trabalho do menor sem qualificação profissional, em regime especial e dá outras providências.	Em tramitação
4/84	Carlos Chiarelli	Introduz alterações no art. 17 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, para dispor sobre indenização dos aposentados espontaneamente e que estavam com mais de dez anos de serviço na mesma empresa anteriormente a setembro de 1966.	Em tramitação
5/84	Carlos Chiarelli	Acrescenta um inciso ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho, para adicionar dois dias de aviso prévio por ano de serviço prestado ao mesmo empregador.	Em tramitação
6/84	Carlos Chiarelli	Institui fator de correção salarial proporcional ao salário mínimo, sobre o qual deve incidir o Índice Nacional de Preços ao Consumidor.	Em tramitação
7/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a proibição do fabrico, exposição, comercialização e divulgação de brinquedos belicosos.	Em tramitação
8/84	Carlos Chiarelli	Altera a redação do art. 10 da Lei nº 6.903, de 30 de abril de 1981, para equiparar ao funcionário público civil da União, o Juiz Temporário aposentado.	Em tramitação
11/84	Nelson Carneiro (Tram. em conj. c/ PLC 109/83 e PLS 28/85)	Altera a redação do art. 11 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho, compatibilizando o prazo prescricional de direitos do diploma consolidado com o da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação
13/84	Comissão Especial	Estabelece normas sobre a aplicação da Lei de Segurança Nacional, revoga o Decreto-lei nº 898, de 1969 e dá outras providências.	Em tramitação
14/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, que dispõe sobre as entidades de previdência privada.	Em tramitação
15/84	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a dedução das despesas realizadas com a aquisição de medicamentos nas declarações do imposto de renda.	Em tramitação
16/84	Jaison Barreto	Modifica a redação do art. 7º e do § 2º do art. 8º da LOPS, de modo a estabelecer que o trabalhador desempregado, mesmo perdendo a qualidade de segurado por ter deixado de contribuir, não ficará privado da assistência médica previdenciária.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
17/84	Jorge Kalume	Estabelece a obrigatoriedade de consignação do nome do autor nas fórmulas de promulgação ou sanção de atos legislativos.	Arquivado (Art. 278 do Reg. Interno)
18/84	Gabriel Hermes	Acrescenta a categoria profissional do Contador no grupo das profissões liberais.	À Câmara
19/84	Nelson Carneiro	Acrescenta à legislação orgânica da previdência social (Lei nº 3.807, de 26-8-60), ampliando o alcance do benefício de auxílio-funeral.	Em tramitação
20/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, estabelecendo privilégio em favor dos locatários com mais de 80 anos de idade, no caso de despejo.	Em tramitação
21/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, mandando computar as horas extras trabalhadas para efeito de aposentadoria.	Em tramitação
22/84	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a elevar o valor da remuneração das horas extraordinárias.	Em tramitação
24/84	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a autorização para transferência de permissão de exploração de bancas de jornais e revistas no Distrito Federal, nas condições que especifica.	Em tramitação
25/84	Marco Maciel	Dispõe sobre o registro de pessoas físicas ou jurídicas junto às Casas do Congresso Nacional, para os fins que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
26/84	Fernando Henrique Cardoso	Concede estabilidade provisória à gestante, ao trabalhador acidentado e ao menor no ano de seu alistamento militar.	Em tramitação
27/84	Itamar Franco	Torna obrigatória a referência ao domicílio das partes nos contratos versando sobre direitos reais.	Em tramitação
28/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, no Capítulo concernente à Justiça do Trabalho.	Em tramitação
29/84	Passos Pôrto	Inclui, ao Polígono das Secas, toda a área dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.	Em tramitação
30/84	Nelson Carneiro	Dispõe sobre limitação dos valores das prestações mensais de amortização dos empréstimos para aquisição de casa própria.	Em tramitação
31/84	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação no Diário Oficial da União, de dados relativos ao Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.	Em tramitação
33/84	Murilo Badaró	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 6.879, de 9-12-80, que dispõe sobre cancelamento de penalidades aplicadas aos servidores civis da União e dá outras providências.	Em tramitação
34/84	Murilo Badaró	Dá nova redação ao art. 116, da Lei nº 1.711, de 28-10-52, que dispõe sobre a licença especial de funcionário público federal.	À Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
35/84	Mário Maia	Dispõe sobre o pagamento dos financiamentos dos contratos imobiliários do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Sistema de Financiamento e Empréstimos sob garantia hipotecária.	Em tramitação
36/84	Itamar Franco (Complementar)	Isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM, a comercialização de leite <i>in natura</i> .	Em tramitação
37/84	Nelson Carneiro	Altera os §§ 1º e 3º do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a deixar estabelecido na lei que haja assistência aos empregados em todos os casos de demissão, independentemente do tempo de serviço.	Em tramitação
38/84	Fernando Henrique Cardoso	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.	Em tramitação
39/84	Itamar Franco	Denomina "Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira" o Aeroporto Internacional de Confins, no Município de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.	Em tramitação
41/84	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao item III do art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
42/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, que dispõe sobre contribuições para o custeio da Previdência Social, determinando a manutenção, pela Previdência Social, de assistência especializada aos idosos.	Em tramitação
43/84	Itamar Franco	Altera a redação do art. 66, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que disciplina o instituto da alienação fiduciária, assegurando ao devedor, em qualquer hipótese, a efetiva propriedade do bem dado em garantia.	Em tramitação
44/84	Nelson Carneiro	Altera o art. 589 da Consolidação das Leis do Trabalho para o fim de destinar parte da arrecadação das contribuições sindicais às associações de aposentados.	Em tramitação
45/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, que dispõe sobre contribuições para custeio da Previdência Social, com vistas à criação e manutenção de clínicas geriátricas, na assistência médica previdenciária.	Em tramitação
46/84	Carlos Chiarelli	Revoga o art. 2º do Decreto-lei nº 2.087, de 22 de dezembro de 1983.	Em tramitação
47/84	Fernando Henrique Cardoso	Altera a redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, relativos à segurança e medicina do trabalho.	Em tramitação
48/84	Roberto Campos	Dispõe sobre a Política Nacional de Informática e dá outras providências.	Em tramitação
49/84	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de conta corrente em nome das pessoas que percebem salário ou provento através de estabelecimento bancário oficial, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
50/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária dos medicamentos, drogas etc., com vistas a determinar a utilização de embalagens econômicas.	Em tramitação
51/84	Humberto Lucena (Complementar) (Tram. em conj. com o PLS nº 132/84)	Dá nova redação aos arts. 4º, inciso X, e 7º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, alterada pela Lei Complementar nº 45, de 14 de dezembro de 1983, que estabelece critérios e limites para a fixação da remuneração de vereadores.	Em tramitação
52/84	Pedro Simon	Dispõe sobre o processo para cobrança de crédito hipotecário vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação.	Em tramitação
53/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas ao estabelecimento de maiores garantias para os representantes dos empregados nas CIPAs.	Em tramitação
54/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre critérios de aplicação de recursos do Sistema Financeiro de Habitação, transferências de imóvel pelo mutuário, e dá outras providências.	Em tramitação
55/84	Carlos Chiarelli	Introduz alteração no § 1º do art. 21 da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, que instituiu as entidades de previdência privada e acrescenta mais dois parágrafos ao mesmo artigo.	Em tramitação
56/84	Hélio Gueiros	Estabelece normas para movimentação das contas bancárias dos órgãos federais da administração direta e indireta e dá outras providências.	Em tramitação
57/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivos da Lei nº 4.266, que dispõe sobre o salário-família do trabalhador, e dá outras providências.	Em tramitação
58/84	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a estabelecer que o trabalhador alcance a estabilidade no emprego a partir do 91º dia de vigência do contrato de trabalho.	Em tramitação
59/84	Helvídio Nunes (Complementar)	Altera a Lei Complementar nº 15, de 13 de agosto de 1973, que regula a composição e o funcionamento do Colégio que elegerá o Presidente da República, modificada pelo Decreto-lei nº 1.539, de 14 de abril de 1977, e pela Emenda Constitucional nº 22.	Em tramitação
60/84	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da legislação orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26-8-60) que proíbe ao pensionista do sexo feminino continuar recebendo a pensão quando volte a se casar.	Em tramitação
61/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a considerar legalmente estável o trabalhador que houver completado vinte e oito anos de contribuição para a Previdência Social, independentemente do tempo de serviço prestado a uma mesma empresa.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
62/84	Gastão Müller	Habilita as microdestilarias de álcool para fins carburantes a participarem dos programas oficiais de financiamento, libera a comercialização da respectiva produção e dá outras providências.	Em tramitação
63/84	Albano Franco	Dispõe sobre as Letras Comerciais.	Em tramitação
64/84	Itamar Franco	Sujeita à prévia aprovação do Congresso Nacional a instalação ou transferência de sede de representação diplomática para localidade situada em território de soberania disputada.	Em tramitação
66/84	Milton Cabral	Altera o art. 126, § 2º, letras d e f, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	Em tramitação
67/84	Milton Cabral	Dispõe sobre normas a serem obedecidas nos processos relativos à privatização de empresas estatais.	Em tramitação
68/84	Henrique Santillo	Altera o art. 38, caput , da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e dá outras providências.	Em tramitação
69/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei Orgânica da Previdência Social (nº 3.807) de modo a estender ao cônjuge do sexo masculino o direito à pensão pela morte da mulher contribuinte.	Em tramitação
71/84	Fernando Henrique Cardoso	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
72/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna.	Em tramitação
73/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, determinando o sobrestamento das prestações e demais encargos de compra da casa própria em favor do trabalhador desempregado.	Em tramitação
74/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento.	Em tramitação
75/84	Gastão Müller	Acrescenta alínea ao item II do § 1º do art. 250 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Em tramitação
76/84	Nelson Carneiro	Introduz modificação na legislação orgânica da Previdência Social (nº 3.807, de 26 de agosto de 1960), com vistas à redução para 90 dias do período de carência para a concessão do benefício de auxílio-doença.	Em tramitação
77/84	Carlos Chiarelli	Introduz alterações na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.	Em tramitação
78/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos.	Em tramitação
80/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
81/84	Jorge Kalume (Complementar)	Revoga o § 1º do art. 106 da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, alterada pela Lei Complementar nº 37, de 13 de novembro de 1979.	A Câmara
82/84	Nelson Carneiro	Altera a redação do § 1º do art. 457, da Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a determinar que o pagamento de horas extras habituais passe a integrar o salário.	Em tramitação
83/84	Carlos Chiarelli	Revoga o art. 6º, incisos e parágrafos da Lei nº 6.650, de 23 de maio de 1979, que dispõe sobre a criação, na Presidência da República, da Secretaria de Comunicação Social, altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, e dá outras providências.	Em tramitação
84/84	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 6.445, de 4 de outubro de 1977, que dispõe sobre consignações em folha de pagamento de servidores etc., para o fim de atribuir às consignações a que se refere a Lei nº 1.134, de 14-6-50 o caráter de obrigatórias.	Em tramitação
85/84	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, com vistas a permitir a utilização dos depósitos do PIS — PASEP na amortização de empréstimos para a casa própria.	Em tramitação
87/84	Nelson Carneiro	Introduz alterações na legislação que define e disciplina o processo e julgamento dos crimes de responsabilidade, com vistas a conceituar como tal o descumprimento de leis sobre controle de poluição.	Em tramitação
88/84	Gastão Müller	Inclui a utilização de agentes químicos desfolhantes, e de agrotóxicos, fora das condições legais previstas, entre os crimes definidos na Lei de Segurança Nacional.	Arquivado (art. 278 do Reg. Int.)
89/84	Henrique Santillo	Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Educação Ambiental.	Em tramitação
90/84	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a legislação previdenciária.	Em tramitação
91/84	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre contagem de tempo de serviço público e de atividade privada, para efeito de aposentadoria pelo INPS.	Em tramitação
92/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.463, de 9 de novembro de 1977, que torna obrigatória a declaração de preço total nas vendas a prestação, e dá outras providências, visando proibir discriminação creditícia por efeito de idade avançada.	Em tramitação
93/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências.	Em tramitação
94/84	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho, determinando que o presidente e vice-presidente da CIPA sejam eleitos dentre seus membros.	Em tramitação
96/84	Benedito Ferreira	Dá nova redação aos arts. 23 e 65, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração).	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
97/84	Nelson Carneiro	Determina a percepção do adicional de insalubridade pelos trabalhadores da categoria que especifica.	Em tramitação
98/84	Nelson Carneiro (Complementar)	Dispõe sobre isenção de tributo municipal, no caso e forma que especifica, nos termos do disposto no § 2º do art. 19, da Constituição Federal.	Em tramitação
99/84	Nelson Carneiro	Permite que as entidades sindicais de âmbito local e regional obtenham empréstimo junto ao Sistema Financeiro de Habitação, para a construção ou aquisição de sede própria.	Em tramitação
101/84	Itamar Franco	Proíbe às entidades integrantes do sistema financeiro público a realização de qualquer negócio jurídico visando assegurar a liquidez ou a solvabilidade de empresa integrante do sistema financeiro privado.	Em tramitação
102/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre o abatimento, pela pessoa física, de importância paga a empregado doméstico, de acordo com a legislação do Imposto de Renda.	Arquivado (art. 278 do Reg. Int.)
104/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, tratando de isentar da contribuição previdenciária, parte do empregador, as associações sindicais de trabalhadores.	Em tramitação
105/84	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a tornar expresso que o pagamento por horas extras e por gratificações tacitamente ajustadas integrem o salário, desde que habituais.	Em tramitação
107/84	Gastão Müller	Proíbe ao BNH e quaisquer outras entidades financeiras vinculadas ao Sistema Financeiro de Habitação o fornecimento de informações sobre mutuários em débito.	Em tramitação
108/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, na parte referente à proteção do trabalho da mulher.	Em tramitação
109/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS, de modo a determinar que a competência para apreciar litígios acidentários seja a da Justiça do Trabalho.	Em tramitação
110/84	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a determinar que a data da constatação de que o trabalho se realiza em condições perigosas ou insalubres seja a mesma a partir da qual o trabalhador fará jus aos pagamentos de adicionais correspondentes.	Em tramitação
111/84	Gastão Müller	Estabelece o Seguro Fiança como garantia indisputável e irrecusável para a locação de imóveis residenciais ou comerciais e dá outras providências.	Em tramitação
112/84	Nelson Carneiro	Dá nova redação aos arts. 85, acrescido de parágrafo único, e 117 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.	Em tramitação
113/84	Marco Maciel	Modifica dispositivos da Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, que dispõe sobre a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
		cor, acrescenta-lhe novas disposições e dá outras providências.	
114/84	Henrique Santillo	Dispõe sobre a criação de um Conselho de Desenvolvimento para a Região Geoeconômica de Brasília.	Em tramitação
115/84	Henrique Santillo	Dá nova redação ao art. 210 do Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências.	Em tramitação
116/84	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que dispõe sobre o FGTS, com vistas a possibilitar que o empregado optante utilize sua conta vinculada na aquisição ou edificação de casa própria sem a vinculação obrigatória ao Sistema Financeiro de Habitação.	Em tramitação
117/84	Gabriel Hermes	Dá nova redação ao art. 18 do Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974.	Em tramitação
118/84	Itamar Franco	Fixa procedimento para apuração da dívida externa e estabelece critérios para o respectivo acompanhamento mensal.	Em tramitação
119/84	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo privilégio para os trabalhadores que freqüentam curso regular de alfabetização.	Em tramitação
124/84	Nelson Carneiro	Modifica dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, com vistas a permitir a utilização do FGTS também na construção de moradia própria.	Em tramitação
125/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, com a finalidade de impor pesada multa, que reverterá ao trabalhador prejudicado, no caso de descumprimento de exigência legal relativa à isonomia salarial.	Em tramitação
126/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, com vistas a permitir o cômputo das horas extras habituais ao tempo de serviço, para efeito de aposentadoria.	Em tramitação
127/84	Jaison Barreto	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, que estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante, dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S.A.	Em tramitação
128/84	Nelson Carneiro	Faculta ao trabalhador aposentado readmissão na empresa, na condição que especifica.	Em tramitação
129/84	Enéas Faria	Dispõe sobre recenseamento nos municípios das Regiões Metropolitanas.	Em tramitação
130/84	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei Orgânica da Previdência Social, de modo a determinar que a restituição de contribuições prevista no § 3º do art. 64 se faça invariavelmente com correção monetária e juros moratórios.	Em tramitação
131/84	Fernando Henrique Cardoso	Estabelece a correção automática integral dos salários e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
132/84	Henrique Santillo (Complementar) (Tramita em conjunto com o PLS/51/84)	Altera o inciso X do art. 4º da Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, com a alteração introduzida pela Lei Complementar nº 38, de 13 de novembro de 1979.	Em tramitação
133/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a correção automática dos salários, reajustes das prestações dos imóveis residenciais adquiridos pelo Sistema Financeiro de Habitação, dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social e dá outras providências.	Em tramitação
134/84	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, parte referente às comissões internas de prevenção de acidentes — CIPAs — com vistas à ampliação dos direitos de seus integrantes, representantes dos empregados.	Em tramitação
135/84	Fernando Henrique Cardoso	Regulamenta o item XIX do art. 165 da Constituição, que dispõe sobre a aposentadoria da mulher com salário integral.	Rejeitado
136/84	Jaison Barreto	Faculta o pagamento parcelado dos débitos dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, e dá outras providências.	Em tramitação
137/84	Humberto Lucena	Autoriza o Poder Executivo a aplicar recursos do Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL) na assistência médica da Previdência Social.	Em tramitação
138/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a permitir a sindicalização da categoria de trabalhadores que menciona.	Em tramitação
139/84	Nelson Carneiro	Revoga o Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977 (Lei das Sublegendas).	A Câmara
141/84	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento médico de urgência por hospitais públicos e dá outras providências.	Em tramitação
142/84	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao § 2º do art. 79 da Lei Orgânica da Previdência Social, a fim de isentar os proprietários de habitações populares da responsabilidade solidária perante a Previdência Social.	Em tramitação
143/84	Amaral Furlan	Dá nova redação ao item IV ao art. 8º da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.	Em tramitação
144/84	Itamar Franco	Dispõe sobre anotação obrigatória da vacinação contra a hepatite tipo B e dá outras providências.	Em tramitação
145/84	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de ser designado um representante do sindicato dos aeronautas para acompanhar os inquéritos destinados a apurar causas de acidentes com aviões.	Em tramitação
146/84	Pedro Simon	Estabelece a correção trimestral dos salários, fixa critérios para esta correção e revoga dispositivos do Decreto-lei nº 2.065, de 26-10-83.	Em tramitação
147/84	Nelson Carneiro	Atribui às Secretarias de Agricultura, dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a competência exclusiva para fixar as quotas de farelo de trigo, soja e arroz que devam caber a cada produtor rural.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
149/84	Gabriel Hermes	Altera disposições do Decreto-lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969.	Em tramitação
150/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, com vistas ao estabelecimento de mais restrições ao desmatamento.	Em tramitação
151/84	Nelson Carneiro	Declara de utilidade pública os serviços de radio-amador e de rádio do cidadão, dando outras providências.	Em tramitação
152/84	Gastão Müller	Torna obrigatória, nas sindicâncias que envolvam a apuração das causas de acidentes aéreos, a presença de um membro designado pelo Sindicato dos Aeronautas.	Em tramitação
154/84	Nelson Carneiro	Define a residência médica e disciplina o exercício profissional da atividade, dando outras providências.	Em tramitação
155/84	Roberto Saturnino	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), incluindo entre os bens absolutamente impenhoráveis os que especifica.	Em tramitação
156/84	Pedro Simon	Acrescenta item ao § 1º do art. 27 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, a fim de incluir pelo menos dois mutuários no Conselho de Administração do Banco Nacional da Habitação (BNH).	Em tramitação
157/84	Gastão Müller	Proíbe o trabalho em horas extraordinárias nas empresas que, no último quinquênio, tenham reduzido o número de empregados.	Em tramitação
158/84	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis), estabelecendo que a gratificação adicional de tempo de serviço seja paga em anuênios.	Em tramitação
159/84	Álvaro Dias	Libera de restrições a moagem colonial de trigo.	Em tramitação
160/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, para o fim de determinar a imediata e automática absorção, pelo Judiciário, dos processos de liquidação extrajudicial de instituições financeiras, sociedades seguradoras e entidades de previdência privada, quando não concluídos no prazo de seis meses.	Em tramitação
161/84	Nelson Carneiro	Determina que seja incorporada ao vencimento, na condição que especifica, a gratificação de cargo técnico percebida por servidor público.	Em tramitação
162/84	Nelson Carneiro	Autoriza o pagamento do 13º salário em parcelas mensais, a partir do primeiro mês do ano, na condição que especifica.	Em tramitação
164/84	Roberto Saturnino	Institui o Estatuto das Empresas Estatais, dispondo sobre a fiscalização de seus atos, criando formas de co-gestão e determinando outras providências.	Em tramitação
165/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, visando a restabelecer o privilégio da indenização dobrada ao trabalhador que conta mais de 10 anos de serviço e é despedido sem justa causa.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
166/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito).	Em tramitação
167/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Estatística, a produção de informações estatísticas e dá outras providências.	Em tramitação
168/84	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
169/84	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao art. 73, caput , da CLT, com vistas a elevar para 25 o percentual do acréscimo da hora noturna.	Em tramitação
170/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, para o fim de isentar de contribuição previdenciária os aposentados por invalidez.	Em tramitação
171/84	Carlos Chiarelli	Introduz alterações nos incisos II e III do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, para permitir que o empregado com mais de 10 anos de serviço numa mesma empresa possa retirar 50% do valor do depósito bancário.	Em tramitação
172/84	Carlos Chiarelli	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 6.210, de 4 de junho de 1975, para permitir que o segurado aposentado por invalidez possa retornar à atividade laborativa, em caráter parcial, mediante autorização da Previdência Social.	Em tramitação
173/84	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o reajustamento dos valores das aposentadorias e pensões devidas pela Previdência Social.	A Câmara
174/84	Fernando Cardoso	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação
175/84	Carlos Chiarelli	Altera a redação do art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho para estabelecer que o adicional de insalubridade incidirá sobre o salário percebido pelo trabalhador, salvo se se tratar de profissional com profissão regulamentada.	Em tramitação
176/84	Jorge Kalume	Autoriza a instituição da Fundação Memorial Israel Pinheiro e dá outras providências.	Em tramitação
177/84	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11-8-75, com vistas a atribuir à Justiça do Trabalho competência para dirimir questões relacionadas com o PIS, bem como a fixar prazo de prescrição para reclamar direitos nesse campo.	Em tramitação
178/84	Fernando Henrique Cardoso	Revoga o item VIII do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
179/84	Henrique Santillo	Altera dispositivos da Lei nº 6.538, de 1978, que dispõe sobre os serviços postais, e dá outras providências.	Em tramitação
180/84	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS-PASEP, com vistas a permitir a utilização do saldo das contas individuais, no caso que específica.	Em tramitação
181/84	Nelson Carneiro	Altera o art. 35 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, para modificar a atual denominação do Ministério da Indústria e do Comércio.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
182/84	Nelson Carneiro	Estabelece critério para os reajustes semestrais automáticos dos valores de benefícios de prestação continuada da previdência social.	Em tramitação
183/84	Fernando Henrique Cardoso	Dá ao empregado doméstico a proteção da legislação de acidentes do trabalho.	Em tramitação
184/84	Mauro Borges	Altera dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, modificados pelas Leis nºs 5.697, de 27 de agosto de 1971, 5.781, de 5 de junho de 1972, 6.444, de 3 de outubro de 1977, e 6.767, de 20 de dezembro de 1979, e dá outras providências.	A Câmara
185/84	Nelson Carneiro	Autoriza o Banco do Brasil a realizar empréstimos pessoais simples em favor de servidores públicos aposentados, nas condições que especifica.	Em tramitação
186/84	Mário Maia	Denomina Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek a BR-364 e dá outras providências.	Em tramitação
187/84	Gastão Müller	Dispõe sobre programação de interesse local nas emissoras de televisão.	Em tramitação
189/84	Gabriel Hermes	Dispõe sobre o registro de profissionais e de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões e dá outras providências.	Em tramitação
190/84	Gabriel Hermes	Revoga os arts. 373, 374, 375, 376, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385 e 386, da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, e altera a redação do parágrafo 1º do item IV do art. 389 do mesmo diploma consolidado.	Em tramitação
191/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre o exercício da profissão de economista doméstico e dá outras providências.	A Câmara
192/84	Moacyr Duarte	Altera o Decreto-lei nº 5.998, de 18 de novembro de 1943, e a Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, acrescentando artigo ao Decreto-lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941.	Em tramitação
193/84	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS-PASEP, para o fim de permitir a movimentação da conta individual, na situação que especifica.	Em tramitação
194/84	Gastão Müller	Torna obrigatório o laudo de peritos da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nas obras de arte e dá outras providências.	Em tramitação
195/84	Carlos Chiarelli	Institui o Registro Nacional de Propriedade Automotora e dá outras providências.	Em tramitação
196/84	Roberto Saturnino	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
197/84	Henrique Santillo	Dá nova redação aos arts. 1º, 2º, 3º, 10, 11, 13, 15 e 19 da Lei nº 6.341, de 15 de julho de 1976, para permitir a organização e o funcionamento do Movimento Feminino nos Partidos Políticos.	Prejudicado (art. 369 do Reg. Int.)
198/84	Nelson Carneiro	Resguarda direitos adquiridos por funcionários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, antes da vigência da Lei nº 5.903, de 9-7-73, quanto à percepção de adicionais por quinquênios.	Em tramitação
199/84	Itamar Franco	Estabelece limite à fixação de preço público pelo fornecimento de bens ou serviços essenciais.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
200/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aumentando para 2 (duas) horas o tempo de descanso concedido à mulher para o aleitamento do filho.	Em tramitação
201/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a atribuir aos sindicatos de empregados a prerrogativa de fornecer atestados de desemprego a seus filiados ou a outros trabalhadores da categoria representada.	Em tramitação
202/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de treinador de futebol e dá outras providências.	Em tramitação
203/84	Jutahy Magalhães	Modifica os arts. 393 e 394 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
204/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que modificou a legislação da previdência social, objetivando permitir aos segurados progredir na escala de contribuições na forma e condição que especifica.	Em tramitação
206/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público e privado, com vistas a permitir o cômputo do tempo de duração do curso universitário para efeito de aposentadoria no regime aí estabelecido.	Em tramitação
207/84	Jorge Kalume	Autoriza o Poder Executivo a isentar da cobrança de multas e de correção monetária os débitos relativos no ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural) e a contribuição devida ao INCRA, incidentes sobre imóveis situados na Amazônia Legal e dá outras providências.	Em tramitação
208/84	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
209/84	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980, estendendo a todos os servidores, mesmo não estatutários, o direito à pensão especial.	Em tramitação
210/84	Gabriel Hermes	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, alterada pela Lei nº 6.458, de 1º de novembro de 1977, dispondo sobre o pagamento de duplicatas em data posterior à de seus vencimentos.	Em tramitação
211/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT, na parte concernente à proteção à maternidade, concedendo à mãe adotiva, na condição que especifica, o direito a descanso para amamentação.	Em tramitação
212/84	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao § 4º do art. 9º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação
213/84	Roberto Saturnino	Altera o Decreto-lei nº 1.422, de 23 de outubro de 1975.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
214/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 (Lei de Falências), com vistas a criar a figura do síndico ou depositário para o período imediatamente posterior ao pedido, antes que ocorra a sentença de concessão.	Em tramitação
215/84	Gabriel Hermes	Altera o art. 4º do Decreto-lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969.	Em tramitação
216/84	Nelson Carneiro	Estabelece critério para o reajustamento das prestações da casa própria do mutuário profissional liberal.	Em tramitação
217/84	Galvão Modesto	Torna obrigatória a prática, nas faculdades de Ciências Agrícolas de ensino médio, de disciplina referente aos agrotóxicos e de outros biocidas e dá outras providências.	Em tramitação
218/84	Amaral Furlan	Isenta do pagamento de direitos autorais previstos no art. 73 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, os pequenos e médios comerciantes e industriais.	Em tramitação
219/84	Gabriel Hermes	Integra o sistema de eclusas aos projetos de engenharia para aproveitamento hidrelétrico, e dá outras providências.	Em tramitação
220/84	Henrique Santillo	Estabelece critérios para reajustamento salarial do servidor público e dá outras providências.	Em tramitação
221/84	Carlos Chiarelli	Altera a redação da alínea c do inciso II do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, para incluir, expressamente, como necessidade grave e premente, enfermidade pessoal ou familiar do trabalhador.	Em tramitação
222/84	Roberto Saturnino	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo, na forma do disposto no art. 142 da Constituição Federal, a delimitação da competência da Justiça do Trabalho.	Em tramitação
223/84	Nelson Carneiro	Estende às pensões percebidas por viúvas de militares os benefícios da Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980.	Em tramitação
224/84	Jaison Barreto	Dispõe sobre a autorização para taxa de câmbio especial, nos casos que especifica.	Em tramitação
225/84	Nelson Carneiro	Estabelece o piso de 100% do INPC para os reajustes salariais que se realizarem no País, qualquer que seja a sua periodicidade.	Em tramitação
226/84	Nelson Carneiro	Revoga o Decreto-lei nº 1.971, de 30 de novembro de 1982.	Em tramitação
227/84	Nelson Carneiro (Complementar)	Autoriza a movimentação das contas individuais do PIS-PASEP, pelos participantes que especifica, durante tempo certo.	Em tramitação
228/84	Nelson Carneiro	Autoriza deduzir da renda bruta das pessoas físicas, sujeitas à tributação do imposto de renda, as despesas com aquisição de aparelho para surdez, na forma que especifica.	Em tramitação
229/84	Nelson Carneiro	Altera a Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, que regula o exercício da enfermagem profissional, com vistas a nela incluir, definindo as respectivas atribuições, o Técnico de Enfermagem.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
230/84	Eunice Michiles	Proíbe a adição do bromato de potássio à farinha de trigo, nos produtos de sua fabricação, pelas panificadoras e confeitarias.	Em tramitação
231/84	Gastão Müller	Dispõe sobre a extração e o transplante de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, com fins terapêuticos e científicos, e dá outras providências.	Em tramitação
233/84	Jorge Kalume	Altera o art. 20 do Código de Processo Civil.	Arquivado (art. 278 do Reg. Interno)
234/84	Nelson Carneiro	Restabelece o art. 398 da CLT, com nova redação, visando a estender à mãe adotiva, na condição que especifica, as regras de proteção à maternidade dos arts. 392 e 396.	Em tramitação
235/84	Henrique Santillo	Substitui no texto da Lei nº 6.341, de 5 de julho de 1976, e nos artigos onde constar, o termo Movimento Estudantil por Movimento Jovem, dá nova redação ao item II do art. 2º da mesma lei e revoga o parágrafo único do mesmo artigo.	Em tramitação
236/84	Jorge Bornhausen	Acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).	Em tramitação
237/84	Jorge Bornhausen	Dispõe sobre a constituição de blocos parlamentares e dá outras providências.	Em tramitação
238/84	Raimundo Parente	Dispõe sobre isenções tributárias, de taxas e serviços que menciona, as instituições de educação ou de assistência social, e dá outras providências.	Em tramitação
239/84	Nelson Carneiro	Autoriza as instituições de ensino superior vinculadas à União a manterem cursos noturnos.	Em tramitação
240/84	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, com vistas a estabelecer a compatibilidade entre o FGTS e o sistema indenizatório da CLT.	Em tramitação
241/84	Pedro Simon	Dispõe sobre a produção, comercialização, uso, fiscalização e importação de agrotóxicos e afins e dá outras providências.	Em tramitação
242/84	João Lobo	Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.	Em tramitação
244/84	Nelson Carneiro (Complementar)	Isenta de encargos fiscais as transmissões imobiliárias que especifica.	Em tramitação
245/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984, que dispõe sobre a manutenção da correção automática semestral dos salários, para o fim de determinar reposição salarial obrigatória a partir do princípio de 1985, no "quantum" e, condição que especifica.	A Câmara
246/84	Raimundo Parente (Complementar)	Altera a redação do art. 7º da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, modificada pelas Leis Complementares nº 28, de 18 de novembro de 1977; nº 33, de 16 de maio de 1978, e nº 46, de 20 de agosto de 1984.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
247/84	João Lobo	Disciplina a aplicação dos recursos do PIN-PROTERRA.	Em tramitação
248/84	Lenoir Vargas	Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 6.899, de 8 de abril de 1981, renumerando os artigos que indica, a fim de corrigir monetariamente os valores de títulos protestados, a partir dos respectivos vencimentos.	Em tramitação
249/84	Aderbal Jurema	Dispõe sobre a transmissão de música brasileira pelas emissoras de rádio.	Em tramitação
250/84	Nelson Carneiro (Complementar)	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRO-RURAL.	Em tramitação
251/84	Raimundo Parente	Destina recursos combinados do FGTS e do FINSOCIAL para a solução do problema habitacional das áreas carentes do Nordeste e do Norte do País e dá outras providências.	Em tramitação
252/84	João Lobo	Dá nova redação ao art. 10, da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências.	Em tramitação
254/84	Nelson Carneiro	Assegura aposentadoria especial à categoria de trabalhador que especifica.	Em tramitação
255/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a comprovação de serviço prestado por profissional liberal perante a Previdência Social, para efeito de concessão de benefícios de prestação continuada.	Em tramitação
256/84	João Lobo	Acrescenta artigo ao Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.	Em tramitação
257/84	Raimundo Parente	Dispõe sobre a instituição da Licença Remunerada para fins educativos e dá outras providências.	Em tramitação
258/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à proteção à maternidade, concedendo à mãe adotiva, na condição que especifica, o direito a descansos para amamentação.	Em tramitação
259/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à legislação do FGTS, restabelecendo, em favor do trabalhador, com mais de dez anos de serviço, despedido sem justa causa, o privilégio da indenização dobrada.	Em tramitação
260/84	Virgílio Távora	Dispõe sobre os direitos relativos a Software e dá outras providências.	Em tramitação
261/84	Jorge Kalume	Estabelece critérios para a fixação das prestações dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, dos reajustamentos dessas prestações e dá outras providências.	Em tramitação
262/84	Helvídio Nunes	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 1.272, de 29 de maio de 1973, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
263/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Capítulo das Disposições Gerais (IV) da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.	Em tramitação
264/84	Nelson Carneiro	Institui o Código de Aplicações das Normas Jurídicas.	Em tramitação
265/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei Orgânica da Previdência Social, de modo a estabelecer que a pensionista do sexo feminino mantenha o direito à sua cota de pensão em casos de novo matrimônio, com pequeno desconto para a finalidade que especifica.	Em tramitação
266/84	Marco Maciel	Dispõe sobre o Ouvidor-Geral e dá outras providências.	Em tramitação
267/84	Comissão Parlamentar de Inquérito	Dispõe sobre a Política Nacional de População e Planejamento Familiar, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	Retirado de tramitação pelo Presidente

B) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/85	(Poder Executivo) DF	Dispõe sobre a inclusão, nos proventos de aposentadoria, da gratificação por operações especiais de que trata o Decreto-lei nº 1.727, de 10 de dezembro de 1979, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.386, de 18-10-85
2/85	(Poder Executivo) DF	Autoriza o Governo do Distrito Federal a contratar operação de crédito no valor de FF. 38.800.000 (trinta e oito milhões e oitocentos mil francos franceses), correspondente, em outubro de 1984, a Cr\$ 9.700.000.00. (nove bilhões e setecentos milhões de cruzeiros).	Transformado no PR nº 78/85
3/85	(Poder Executivo) DF	Autoriza o Governo do Distrito Federal a contratar operação de crédito interno no valor de 161.210 ORTNs, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.	Transformado no PR nº 77/85
4/85	Nelson Carneiro e Passos Pôrto	Modifica o art. 27 e seus parágrafos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, que dispõe sobre a política Nacional de Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional de Petróleo, institui a sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima e dá outras providências.	A Câmara
5/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.958, de 10 de dezembro de 1973, de modo a permitir que a opção retroativa pelo regime do FGTS se faça sem a concordância do empregador.	Em tramitação
6/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a redefinir o alcance do adicional de insalubridade.	Em tramitação
7/85	Álvaro Dias	Descaracteriza como de interesse da segurança nacional os municípios que especifica.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
8/85	Nelson Carneiro	Modifica dispositivo do Código Nacional de Trânsito (Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966), de modo a estabelecer a facultatividade do uso de cinto de segurança nos veículos.	Em tramitação
9/85	Morvan Acayaba	Autoriza o Poder Executivo a considerar extintos os débitos fiscais das microempresas para com a Fazenda Federal e dá outras providências.	Em tramitação
10/85	Affonso Camargo (Complementar)	Revoga o art. 6º da Lei Complementar nº 42, de 1º de fevereiro de 1982, que altera a Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970, que estabeleceu casos de inelegibilidade.	Em tramitação
11/85	Nelson Carneiro	Altera o inciso IV, do art. 496, acrescenta parágrafo único ao art. 530 e modifica a epígrafe do Capítulo IV do Título X do Livro I da Lei número 5.869, de 1º de outubro de 1973 (Código de Processo Civil).	Em tramitação
12/85	Mário Maia	Altera o art. 91 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral — e dá outras providências.	Em tramitação
13/85	Carlos Chiarelli	Acrescenta um parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em Tramitação
14/85	Fábio Lucena (Complementar)	Restringe a exigência do art. 6º da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967.	Em Tramitação
15/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações, de modo a estabelecer a possibilidade de o inquilino votar nas assembleias gerais quando a isso não se oponha o proprietário.	Em Tramitação
16/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT, com vistas a determinar que se transfira ao marido o direito a ter filho sob a vigilância e assistência de creche mantida pelo empregador, no caso de separação e condições que especifica.	Em Tramitação
17/85	Amaral Peixoto	Dispõe sobre a recondução de membros do Conselho Federal de Cultura.	Retirado pelo Autor
18/85	Nelson Carneiro	Inclui o marido como dependente da segurada.	Em Tramitação
18-A/85	José Sarney	Dispõe sobre benefícios fiscais na área do Imposto sobre a Renda atribuídos a operações de caráter cultural ou artístico.	Em Tramitação
19/85	Odacir Soares (Complementar)	Cria o Estado de Brasília, e dá outras providências.	Em Tramitação
20/85	Nelson Carneiro	Declara a nulidade de despedidas de empregados, nos casos que especifica, e dá outras providências.	Em Tramitação
21/85	Carlos Chiarelli	Altera a redação do art. 10 da Lei nº 6.903, de 30 de abril de 1981, que dispõe sobre a aposentadoria dos Juizes Temporários da União de que trata a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
22/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à nacionalização do trabalho, com vistas a determinar a atribuição de pesos aos robôs importados e considerá-los trabalhadores estrangeiros.	Em Tramitação
23/85	Jorge Kalume	Regulamenta a profissão de Treinador de Futebol e dá outras providências.	Em tramitação
24/85	Alexandre Costa	Dispõe sobre alienação de Imóvel Residencial de propriedade da União e do Fundo Rotativo Habitacional de Brasília — FRHB, e dá outras providências.	À Câmara
25/85	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao parágrafo único art. 4º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, com vistas a determinar, nas escrituras relativas à alienação de unidades condominiais, a comprovação de ausência de débitos para com o condomínio.	Retirado pelo Autor
26/85	Álvaro Dias	Dispõe sobre isenções fiscais para o transporte coletivo urbano visando a reduzir seus custos e tarifas.	Em Tramitação
27/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre prorrogação de prazo de validade de concursos públicos, nos casos e condições que específica.	Em Tramitação
28/85	Carlos Chiarelli Tramitando em conjunto com PLC nº 109/83 PLS nº 11/84	Dispõe sobre a prescrição dos direitos do trabalhador, assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
29/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, a fim de permitir a utilização do FGTS também para gastos com ampliação e reforma da casa própria.	Em tramitação
30/85	Jutahy Magalhães	Autoriza as Comissões Executivas Nacionais dos Partidos Políticos decidir sobre a realização de Convenções.	À Câmara Lei nº 7.307, de 9-4-85
31/85	Jaison Barreto	Estabelece normas para vó por instrumentos e dá outras providências.	Em tramitação
32/85	Nelson Carneiro Tramitando em conjunto com PLC nº 13/84	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo limite mínimo de gratificação para os bancários que exercem cargos de confiança.	Em tramitação
33/85	Hélio Gueiros	Altera a redação do art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.	Em tramitação
34/85	Nelson Carneiro	Introduz modificação no Decreto-lei nº 1.338, de 23 de julho de 1974, com vistas a permitir resgate antecipado de aplicações no Fundo 157, no caso que especifica.	Em tramitação
35/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de deixar expressa a possibilidade de os aposentados participarem da direção de associação sindical.	Em tramitação
36/85	Roberto Saturnino	Estabelece critérios para as contribuições previdenciárias das empresas e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
37/85	Roberto Saturnino	Institui indenização a ser paga pelo empregador no caso de despedida sem justa causa.	Em tramitação
38/85	Alexandre Costa	Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.	Em tramitação
39/85	Amaral Peixoto	Dispõe sobre a recondução de membros do Conselho Federal de Cultura.	Em tramitação
40/85	João Castelo	Isenta do imposto de renda as pensões e os proventos de inatividade das pessoas físicas maiores de 65 anos.	Em tramitação
41/85	Roberto Saturnino	Dispõe sobre a concessão de empréstimo especial por motivo de casamento.	Em tramitação
42/85	Roberto Saturnino	Isenta do recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI a aquisição de veículos de fabricação nacional por portadores de deficiência física.	Em tramitação
43/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, com vistas a reformular o critério de enquadramento sindical de proprietário agrícola.	Em tramitação
44/85	Carlos Chiarelli (Complementar)	Altera a redação do § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que regula o Programa de Integração Social — PIS e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP.	Em tramitação
45/85	Jutahy Magalhães	Torna obrigatória a publicação anual, por parte de todos os órgãos da administração direta e indireta, das despesas efetuadas com propaganda e publicidade, discriminando o montante pago a cada agência ou veículo beneficiado.	Em tramitação
46/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações no Código Penal, com vistas a ampliar a imunidade penal do advogado no exercício de sua atividade postulatória judicial.	Em tramitação
47/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, impondo ao empregador o encargo de obrigações trabalhistas em dobro, quando não as cumprir dentro do prazo certo.	Em tramitação
48/85	Alberto Silva	Dispõe sobre a destinação do produto da arrecadação da Taxa Rodoviária Única e dá outras providências.	À Câmara
49/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a determinar que as cobranças judiciais de contribuições sindicais em atraso se façam por intermédio da Justiça do Trabalho.	Em tramitação
50/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a limpeza obrigatória de imóveis não edificados, no Distrito Federal, a cargo do proprietário, nas condições que especifica.	Em tramitação
51/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre as Professoras Normalistas e seu engajamento na educação nacional.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
52/85	Odacyr Soares	Estende aos servidores públicos civis, militares e autárquicos não sujeitos ao regime jurídico da CLT o direito à gratificação de natal.	Em tramitação
53/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 6.150, de 3 de dezembro de 1974, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de iodação do sal destinado ao consumo humano, etc", para o fim de também determinar a fluoretação do produto, nas condições que especifica.	Em tramitação
54/85	Nelson Carneiro	Estabelece valores para as bolsas de estudos distribuídas pelo Programa Especial de Bolsas de Estudos (PEBE).	Em tramitação
55/85	João Castelo	Institui adicional sobre o IPI de bebidas alcoólicas e de derivados de fumo, para aplicação nos serviços de saúde pública.	Em tramitação
56/85	Jorge Kalume	Altera dispositivos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.	Em tramitação
57/85	Nelson Carneiro	Trata da fixação de honorários de perito.	Em tramitação
58/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da legislação previdenciária, com vistas a determinar que as filhas solteiras de qualquer condição permaneçam como dependentes dos segurados da previdência, independentemente de limite de idade.	Em tramitação
59/85	Nelson Carneiro	Altera o critério de cobrança da taxa de ocupação pela posse e uso de espaço em próprios do Distrito Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
60/85	Hélio Gueiros	Dispõe sobre a substituição e sucessão temporária do Governador do Distrito Federal.	Em tramitação
61/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância.	Em tramitação
62/85	Lenoir Vargas	Regula a concessão de carteiras de habitação a pessoas qualificadas como analfabetas, e acrescenta um parágrafo ao art. 70, da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, modificada pela Lei nº 6.731, de 4 de dezembro de 1979.	Em tramitação
63/85	Jorge Kalume	Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados o material fotográfico nacional.	Em tramitação
64/85	Jorge Kalume	Isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias o material fotográfico nacional.	Em tramitação
65/85	Nelson Carneiro	Disciplina seguro obrigatório de veículos automotores.	Em tramitação
66/85	Jutahy Magalhães	Cria o Balanço Trimestral de Transporte aéreo.	Em tramitação
67/85	Carlos Alberto	Dispõe sobre a autonomia das universidades federais.	Em tramitação
68/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a exigência de quadro de instrumentador cirúrgico nos hospitais da rede particular, como condição para credenciamento pela previdência social.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
69/85	Amaral Peixoto	Inclui Tancredo de Almeida Neves na Galeria dos Ex-Presidentes da República.	A Câmara
70/85	Nelson Carneiro (Tramita em conj. com os PLS: 79, 82, 85, 132, 163, 174, e 185 de 1985)	Introduz modificações na Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, com vistas a estabelecer critérios de preferência na admissão e demissão de aeronautas, quando esta se tornar imperiosa por motivo de ordem econômica.	Em tramitação
71/85	João Lobo	Dispõe sobre a denominação de "Presidente Tancredo Neves" à atual Praça dos Três Poderes, em Brasília, DF.	Em tramitação
72/85	Alfredo Campos	Dá o nome de "Aeroporto Internacional Presidente Tancredo Neves" ao Aeroporto Internacional de Confins, em Minas Gerais.	Em tramitação
73/85	Fernando Henrique Cardoso	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
74/85	João Castelo	Dispõe sobre o cálculo do imposto de renda das pessoas físicas que são obrigadas a apresentar declaração de rendimentos dentro do ano-base.	Em tramitação
75/85	Nelson Carneiro	Estabelece regra especial de fiscalização dos veículos oficiais, e dá outras providências.	Em tramitação
76/85	Jorge Kalume	Estabelece a obrigatoriedade do exame de sanidade física e mental para os candidatos aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.	Em tramitação
77/85	Nelson Carneiro	Modifica a proporcionalidade de empregados brasileiros, alterando o artigo 354 da CLT, e dá outras providências.	Em tramitação
78/85	Itamar Franco	Determinando que os procedimentos instaurados para apurar causa de acidente aéreo sejam integrados, paritariamente, por militares, aeronautas e aviários.	Em tramitação
79/85	Itamar Franco (Tramita em conj. com os PLS: 70, 82, 85, 132, 163, 174 e 185, de 1985)	Dá nova redação ao artigo 51 da Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, que "regula o exercício da profissão de aeronauta".	Em tramitação
80/85	Lenoir Vargas	Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 7.025, de 8 de setembro de 1982.	Em tramitação
81/85	Jutahy Magalhães	Dá nova redação aos artigos 4º, item II, 5º e 125, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969; dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de atos e contratos de interesse da Administração Pública Federal Direta e Indireta, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
82/85	Nelson Carneiro Tramita em conjunto com os PLS: 70, 79, 85, 132, 163, 174 e 185 de 1985	Introduz modificações na Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, com a finalidade de estabelecer critério especial de concessão de férias ao aeronauta, e dá outras providências.	Em tramitação
83/85	Itamar Franco	Prorroga a vigência da Lei nº 7.069, de 20 de dezembro de 1982, que estabelece limite ao reajuste de alugueres residenciais.	A Câmara Lei nº 7.335 de 4-7-85
84/85	Roberto Saturnino	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984.	Retirado pelo autor
85/85	Roberto Saturnino Tramita em conjunto com os PLS: 70, 79, 82, 132, 163, 174 e 185 de 1985	Altera dispositivo da Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984.	Em tramitação
86/85	Virgílio Távora	Restabelece princípios da Política Nacional de Informática estatuidos pelo Projeto de Lei nº 10, de 1984, do Congresso Nacional, parcialmente vetados pelo Poder Executivo, ao promulgar a Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984.	A Câmara
87/85	Hélio Gueiros	Extingue o cargo de Vice-Reitor das Universidades autárquicas, e dá outras providências.	Em tramitação
88/85	Lenoir Vargas (Complementar)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, que "estabelece critério e limites para a fixação da remuneração de Vereadores."	Em tramitação
89/85	Roberto Wypych	Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar das embalagens de produtos alimentícios, de limpeza e de higiene pessoal industrializados inscrição do preço ao consumidor, e dá outras providências.	Em tramitação
90/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre Referência Especial de Salário Mínimo profissional de nível superior, e dá outras providências.	Em tramitação
91/85	Carlos Alberto (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que "altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP)", com vistas a facultar a movimentação das contas individuais, no caso de calamidade pública decorrente de enchente ou inundação.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
92/85	(Poder Executivo) DF	Dispõe sobre vencimentos e vantagens dos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.	A sanção Lei nº 7.314, de 23-5-85
93/85	Comissão Diretora	Reajusta os atuais valores de vencimentos dos servidores ativos e inativos do Senado Federal, bem como os das pensões e dá outras providências.	A Câmara Lei nº 7.338, de 8-7-85
94/85	Nelson Carneiro	Determinando que os conjuntos residenciais construídos com recursos do Sistema Financeiro de Habitação sejam aparelhados com módulos esportivos de uso comum da comunidade.	Em tramitação
95/85	Guilherme Palmeira (Complementar)	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 1971, alterada pela Lei Complementar nº 16, de 1973, e da outras providências.	Em tramitação
96/85	César Cals	Determina o enquadramento das cooperativas de condutores de veículos automotores na Categoria de Grande Consumidor.	A Câmara
97/85	Carlos Alberto	Modifica a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que "Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências" visando a permitir a movimentação da conta vinculada no caso de calamidade pública decorrente de enchente ou inundação.	Em tramitação
98/85	Mário Maia	Denomina Aeroporto Internacional Senador Adalberto Sena, o Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre.	Em tramitação
99/85	José Lins	Sistematiza as ações do Governo Federal, no Nordeste, no que tange aos problemas das águas.	A Câmara
100/85	Carlos Alberto	Isenta do imposto de renda na fonte os rendimentos do trabalho assalariado até Cr\$ 6.662.400.	Em tramitação
101/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 3.529, de 13 de janeiro de 1959, que disciplina a aposentadoria especial dos jornalistas profissionais, para o fim de estabelecer que as mulheres, exercentes dessa atividade, possam aposentar-se após vinte e cinco anos de tempo de serviço.	Em Tramitação
102/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a ampliar as oportunidades de trabalho dos estivadores.	Em tramitação
103/85	Roberto Saturnino	Dispõe sobre a forma de escolha dos dirigentes das universidades mantidas pela União e dá outras providências.	Em tramitação
104/85	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "institui a Lei de Execução Penal".	Em tramitação
105/85	Jutahy Magalhães	Cria o Serviço Nacional de Alistamento Eleitoral e dá outras providências.	Em tramitação
106/85	Gastão Müller	Institui a Semana Nacional da Democracia, cujo patrono é Tancredo de Almeida Neves.	Em tramitação
107/85	Roberto Saturnino	Altera o inciso IX do artigo 659 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
108/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações no Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973), com vistas a restabelecer o antigo recurso de revista, sob a denominação de embargos de divergência, no lugar do atual procedimento de uniformização de jurisprudência.	Em tramitação
109/85	Carlos Alberto	Assegura aos empregados domésticos férias anuais remuneradas iguais às dos trabalhadores em geral.	Em tramitação
110/85	Carlos Chiarelli	Acrescenta uma alínea ao art. 1º da Lei nº 1.234, de 14 de novembro de 1950, para conceder aposentadoria especial aos exercentes de atividades com Raios "X" e substâncias radioativas.	Em tramitação
111/85	Roberto Saturnino	Garante emprego dos empregados em empresas sob fusão, incorporação, privatização ou intervenção.	Em tramitação
112/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, dispondo sobre a incidência de correção monetária nas indenizações que lhes forem devidas, estabelecendo foro privilegiado em seu favor e dando outras providências.	Em tramitação
113/85	Carlos Alberto	Dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço entre atividades abrangidas pelo Programa de Assistência ao Trabalhador Rural e aquelas vinculadas à Previdência Social Urbana.	Em tramitação
114/85	Fábio Lucena e Raimundo Parente (Complementar)	Dispõe sobre a instalação de Municípios e dá outras providências.	A Câmara Lei Complementar nº 49, de 27-6-85
115/85	Raimundo Parente	Destina 5% (cinco por cento) da Renda Líquida da Loteria de Números (LOTO) ao atendimento de deficientes físicos.	Em tramitação
116/85	João Castelo	Dispõe sobre o cálculo do Imposto de Renda na fonte sobre rendimentos do trabalho assalariado.	Em tramitação
117/85	José Ignácio Ferreira	Institui regime de fiscalização intensiva a ser aplicado pelo Banco Central do Brasil nas instituições que menciona, altera a Lei de Falência (Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945), e dá outras providências.	Em tramitação
118/85	Carlos Alberto	Estabelece limites à revisão e reajuste dos contratos administrativos de concessão dos serviços públicos de fornecimento de água e saneamento básico, distribuição de energia elétrica e telefonia.	Em tramitação
119/85	Humberto Lucena	Restitui aos civis e militares as condecorações nacionais que foram retiradas em decorrência de cassação de mandato e de suspensão de direitos políticos, através de atos de exceção.	Em tramitação
120/85	João Calmon	Estabelece padrões mínimos de remuneração para o magistério.	Em tramitação
121/85	Raimundo Parente	Permite o desmembramento de terrenos de mansão com área igual ou superior a 2 Ha (dois hectares) e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
122/85	Carlos Alberto (Complementar)	Dá nova redação ao § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que "altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), para o fim de permitir, ao titular de conta individual, o recebimento do respectivo saldo, na hipótese de desemprego involuntário.	Em tramitação
123/85	Carlos Alberto	Acrescenta parágrafo e altera a redação do artigo 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que "cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências".	Em tramitação
124/85	Henrique Santillo (Complementar)	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, modificada pelas Leis Complementares nºs 38, de 13 de novembro de 1979 e 45, de 14 de dezembro de 1983.	A Câmara veto total
125/85	Nivaldo Machado	Altera a redação dos artigos 143 e 178 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dá outras providências.	Em tramitação
126/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, com vistas a beneficiar os integrantes da Marinha Mercante que especifica.	Em tramitação
127/85	Jutary Magalhães	Dispõe sobre a extensão dos efeitos das Leis nº 3.502, de 21 de dezembro de 1985 e nº 3.164, de 1º de julho de 1957, a outros casos, que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
128/85	Nivaldo Machado	Altera a redação do item IV do artigo 17 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, e dá outras providências.	Em tramitação
129/85	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a vedar a concessão de férias a empregado em período que coincida com sua convocação para servir ao júri.	Em tramitação
130/85	Carlos Alberto	Altera a redação dos artigos 116, 145 e 146, e insere o artigo 151 na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.	Em tramitação
131/85	Raimundo Parente	Cria o "Fundo de Recreação Turística" e determina outras providências.	Em tramitação
132/85	Nelson Carneiro Tramita em conjunto com os PLS: 70, 79, 82, 85, 163, 174 e 185 de 1985	Modifica a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, acrescentando-lhe um artigo, sob nº 18, para o fim de determinar que serviços aéreos sejam organizados em carreira, e dá outras providências.	Em tramitação
133/85	Cid Sampaio (complementar)	Promove a remissão dos débitos fiscais e para-fiscais das empresas e dá participação aos trabalhadores das mesmas.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
134/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a concessão de prazo para purgação da mora nos aforamentos de terrenos pertencentes à União.	Em tramitação
135/85	Carlos Alberto	Altera o § 5º do art. 3º da Lei nº 5.890, de 6 de junho de 1973.	Em tramitação
136/85	Alfredo Campos	Dá o nome de "Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek" ao Aeroporto Internacional de Brasília, no Distrito Federal.	Em tramitação
137/85	Nelson Carneiro	Dá nova disciplinação à política salarial e revoga a Lei nº 7.238, de vinte e nove de outubro de mil novecentos e oitenta e quatro.	Em tramitação
138/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a manutenção da correção automática semestral dos salários, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor e dá outras providências.	Em tramitação
139/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o direito de greve.	Em tramitação
140/85	Gabriel Hermes	Dispõe sobre as atribuições do bacharel em ciências e do técnico em contabilidade.	Em tramitação
141/85	Passos Porto	Altera dispositivo do Código Civil Brasileiro (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916), que dispõe sobre a herança jacente e a sucessão legítima.	Em tramitação
142/85	Lomanto Júnior	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Pró-Município, e dá outras providências.	Em tramitação
143/85	Jorge Kalume	Revoga disposição do Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981.	Em tramitação
144/85	João Castelo	Elimina o impedimento dos servidores públicos para o exercício da advocacia para a propositura de ação popular.	Em tramitação
145/85	Galvão Modesto	Institui o Dia Nacional de Jejum e Oração.	Em tramitação
146/85	Nelson Carneiro	Determina a inclusão de um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura na Comissão Nacional do Alcool.	Em tramitação
147/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a inclusão obrigatória de um representante dos produtores de cada Estado na administração das Centrais de Abastecimento S.A. — CEASAs.	Em tramitação
148/85	Carlos Alberto	Dispõe sobre a criação do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento do Nordeste.	Em tramitação
149/85	Lenoir Vargas	Acrescenta parágrafo ao artigo 86 da Lei número 7.210, de 11 de julho de 1984 — Lei de Execução Penal.	Em tramitação
150/85	Nelson Carneiro	Estabelece limite máximo de comprometimento da renda do trabalhador para pagamento de prestações de casa própria, adquirida através do Sistema Financeiro da Habitação.	Em tramitação
151/85	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a edição de decretos secretos e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
152/85	Nelson Carneiro	Estabelece salário mínimo profissional para os controladores de tráfego aéreo e técnicos de informações aeronáuticas.	Em tramitação
153/85	Raimundo Parente e outros Senhores Senadores	Introduz modificações na Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, que "dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências", e no Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que "altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e regula a Zona Franca de Manaus".	A Câmara
154/85	Gastão Müller	Denomina Rodovia Presidente Tancredo Neves a BR-158, que liga Altamira, no Pará, a Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul.	Em tramitação
155/85	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Lei de Imprensa, com vistas a excluir a possibilidade de apreensão de periódicos por ato do Ministro da Justiça.	Em tramitação
156/85	Guilherme Palmeira	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1943.	Em tramitação
157/85	Fábio Lucena	Altera a redação do item VI do art. 7º da Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984.	Retirado pelo autor
158/85	César Cals	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para táxis com motor a álcool e caminhões, para condutores autônomos, e abre linhas de crédito para financiamento desses veículos.	Em tramitação
159/85	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, de modo a tornar abrangidos pelo benefício os sindicatos de empregados, no caso que especifica.	Em tramitação
160/85	Poder Executivo	Dispõe, no âmbito do Distrito Federal, sobre microempresa, substituição tributária em operações sujeitas ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, isenções deste e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e dá outras providências.	Retirado pelo autor
161/85	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 474 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
162/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que dispõe sobre normas de direito processual do trabalho, altera dispositivos da CLT, etc.	Em tramitação
163/85	Nivaldo Machado (Tramita em conj. com os PLS: 70, 79, 82, 85, 132, 174 e 185 de 1985)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, que "regula a profissão de aeronauta e dá outras providências".	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
164/85	Nelson Carneiro	Declara de utilidade pública o Instituto Internacional de Cultura.	À Câmara
165/85	César Cals	Cancela débitos para com a Fazenda Nacional.	Em tramitação
166/85	Nelson Carneiro	Regula a indenização aos dependentes e dá outras providências.	Em tramitação
167/85	Nivaldo Machado	Acrescenta § 2º ao art. 116 e dá nova redação ao art. 117 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).	Em tramitação
168/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a extensão do benefício da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, ao deficiente físico, na condição que especifica.	Em tramitação
169/85	Nelson Carneiro	Estabelece privilégio para a obtenção de registro de nascimento extemporâneo, destinado a instruir o pedido de Carteira de Trabalho.	Em tramitação
170/85	Jorge Kalume	Estabelece a reciprocidade da correção monetária e juros no pagamento com atraso de dívidas ao contribuinte.	Em tramitação
171/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o término dos contratos de trabalho por tempo indeterminado, e dá outras providências.	Em tramitação
172/85	Alfredo Campos	Dispõe sobre a inclusão de temas relativos ao Poder Constituinte nos Programas de Educação Moral e Cívica e Estudo de Problemas Brasileiros, nos anos de 1986 e 1987.	À Câmara
173/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que "dispõe sobre o Estatuto da Terra", com vistas a estabelecer restrições à alienação de terras havidas através da distribuição da reforma agrária".	Em tramitação
174/85	Roberto Saturnino (Tramita em conj. com os PLS: 70, 79, 82, 85, 132, 163 e 185 de 1985)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984.	Em tramitação
175/85	Carlos Alberto	Institui o reajuste trimestral do salário mínimo.	Em tramitação
176/85	Carlos Alberto	Dá nova redação ao art. 45 da Lei nº 6.251, de 9 de outubro de 1975, que "institui normas gerais sobre desportos".	Em tramitação
177/85	Alfredo Campos	Altera alínea a dos itens I e II e elimina o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência do Funcionário, estendendo ao marido e a filha maior de 21 (vinte e um) anos o direito à pensão.	À Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
178/85	Alfredo Campos	Dá nova redação ao item I do Artigo 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, estendendo ao marido e à filha maior de 21 (vinte e um) anos o direito à pensão, na forma que estabelece.	Em Tramitação
179/85	Virgílio Távora	Dispõe sobre o cálculo do imposto de renda na fonte dos servidores públicos civis, no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 1985.	Retirado pelo Autor
180/85 DF	Poder Executivo	Reajusta os vencimentos, salários, soldos e proventos dos servidores civis da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.334, de 2-7-85
181/85	Nelson Carneiro	Estabelece normas de assistência ao Excepcional e autoriza a criação da Fundação de Assistência ao Excepcional — FUNASE, e dá outras providências.	Em Tramitação
182/85	Virgílio Távora	Altera o "caput" do art. 3º da Lei nº 7.025, de 8 de setembro de 1982.	Em Tramitação
183/85	Gabriel Hermes	Apoio à produção nacional de insumos básicos à indústria farmacêutica.	Em Tramitação
184/85	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, com vistas a atribuir aos sindicatos a competência para comprovar a condição de trabalhador rural de pretendente a benefício do PRORURAL.	Em Tramitação
185/85	Nelson Carneiro Tramitação em conjunto com os PLS: 70, 79, 82, 85, 132, 165 e 174 de 1985	Introduz modificações na Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, que regula o exercício da profissão de aeronauta.	Em Tramitação
186/85	João Castelo	Institui a obrigatoriedade do Ensino Profissionalizante de 2º grau nas empresas estatais.	Em Tramitação
187/85	Itamar Franco	Dá nova redação ao Capítulo III, do Título X do livro I, do Código de Processo Civil.	Em Tramitação
188/85	Mário Maia	Proíbe e pune a derrubada de seringueiras nativas, obrigando o seu replantio, respeitadas as condições ecológicas.	Em Tramitação
189/85	Mário Maia	Proíbe o desmatamento das margens dos rios e dispõe sobre a proteção das matas ciliares.	Em Tramitação
190/85	Carlos Chiarelli	Altera o caput do art. 6º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, para crescer de 10% (dez por cento) para 20% (vinte por cento), o montante devido pelo empregador, quando da rescisão do contrato de trabalho.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
191/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974, na parte em que permitiu o exercício do direito de voto aos eleitores residentes no DF mas inscritos em outros Estados, com vistas a estender tal prática aos eleitores residentes em quaisquer municípios.	Em Tramitação
192/85	Carlos Alberto	Institui a estabilidade provisória no emprego para todos os trabalhadores.	Em Tramitação
193/85	Carlos Alberto	Institui o 13º salário para o empregado doméstico.	Em Tramitação
194/85	Carlos Alberto	Concede subsídio para pagamento das contas de água e luz, para os trabalhadores que percebem salário mínimo.	Em tramitação
195/85	Gabriel Hermes	Inclui as categorias funcionais de Contador, Auditor e Técnico de Controle Interno entre os destinatários da Gratificação de Desempenho de Atividades de Fiscalização Financeira e Orçamentária da União.	Em tramitação
196/85	Benedito Ferreira	Torna obrigatório, nos pagamentos à vista, em estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, que utilizem o sistema de cartões de crédito, um desconto de 10% (dez por cento) mais a correção monetária do mês da operação sobre o preço da mercadoria ou serviço adquirido.	Em tramitação
197/85	Murilo Badaró e Humberto Lucena	Dispõe sobre o horário gratuito no rádio e televisão para eleições de 1985, e dá outras providências.	A Câmara
198/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a extensão, aos servidores que especifica, da gratificação do Decreto-lei nº 1.714, de 21 de novembro de 1979.	Em tramitação
199/85	Carlos Aberto	Estende ao empregado doméstico, o direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
200/85	Carlos Alberto	Autoriza o Poder Executivo a reestruturar o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e adotar outras providências.	Em tramitação
201/85	Benedito Ferreira (Complementar)	Cria o Estado do Tocantins e dá outras providências.	A Câmara veto total
202/85	Heráclito Rollemberg (Complementar)	Altera o Código Tributário.	Em tramitação
203/85	Henrique Santillo	Concede moratória aos produtores de soja e algodão e dá outras providências.	Em tramitação
204/85	João Castelo	Dispõe sobre o cálculo do lucro tributável pelo Imposto de Renda da pessoa física, nas alienações de imóvel adquirido por herança.	Em tramitação
205/85	Nelson Carneiro	Considera insalubres as atividades dos operadores de telex e teletipo, e dá outras providências.	Em tramitação
206/85	Jorge Kalume	Permite o uso dos créditos em Fundos do Decreto-lei nº 157, para amortização de prestações do Sistema Financeiro da Habitação.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
207/85	Mário Maia	Altera a redação dos artigos 116 e 123 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).	Em tramitação
208/85	Nelson Carneiro (Complementar)	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, que instituiu o PIS, de modo a determinar que reverta em favor do trabalhador prejudicado a multa aplicada ao empregador por omissão dolosa ou declaração falsa.	Em tramitação
209/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, de modo a não permitir qualquer diferença de direitos trabalhistas entre homem e mulher, assim como desses em relação aos menores, no trabalho rural.	Em tramitação
210/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a destinação de um (1) concurso de prognósticos da Loteria Esportiva Federal (Decreto-lei nº 594, de 27-5-69) ao Fundo de Assistência ao Atleta Profissional (FAAP).	Em Tramitação
211/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a prever o ressarcimento das despesas realizadas pelo reclamante com o comparecimento, seu e das testemunhas, às audiências, na situação que especifica.	Em Tramitação
212/85	Guilherme Palmeira	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º-5-1943.	Em Tramitação
213/85	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a não permitir jornadas maiores de oito horas de trabalho para vigias.	Em Tramitação
214/85	Roberto Saturnino	Atribui à rede bancária oficial a função dos tributos federais.	Em Tramitação
215/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a aperfeiçoar o mecanismo de funcionamento do Enquadramento Sindical.	Em Tramitação
216/85	Gastão Müller	Modifica o "caput" do art. 70 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, para permitir que analfabetos possam obter carteira de habilitação para conduzir veículo automotor.	Em Tramitação
217/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, para o fim de definir, como crime contra a economia popular, a remarcação de mercadorias em supermercados e estabelecimentos congêneres.	Em Tramitação
218/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 6.367, de 19-10-76, que "dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo da previdência social", para o fim de incluir entre seus beneficiários o membro de unidade familiar do trabalhador rural, na situação que especifica.	Em Tramitação
219/85	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a garantir indenização também ao trabalhador despedido antes de completar um ano de serviço, desde que sem justa causa.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	
220/85	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, que "estabelece critério e limites para fixação da remuneração dos Vereadores", com vistas a determinar um piso para tal remuneração.	Em Tramitação
221/85	Jorge Kalume	Dispõe sobre isenção do Imposto Territorial Rural para propriedades até 300 hectares, na Amazônia Legal, e dá outras providências.	Em Tramitação
222/85	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.	Em Tramitação
223/85	Nivaldo Machado	Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978, e dá outras providências.	Em Tramitação
224/85	Nelson Carneiro	Acrescenta item ao art. 232 do Código de Processo Civil, disciplinando o conteúdo dos editais.	Em Tramitação
225/85	Cesar Cals	Amplia as finalidades da Fundação de Assistência ao Estudante, a que se refere a Lei nº 7.091, de 18 de abril de 1983.	Em Tramitação
226/85	Nivaldo Machado	Altera a redação da alínea b do artigo 182 da Lei nº 1.711, de 18 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).	Em tramitação
227/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, que "define os crimes contra a Segurança Nacional", de modo a redefinir o crime de entrega de documento sigiloso a estrangeiro.	Em tramitação
228/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a estabelecer nova condição para os casos de despedimento por justa causa.	Em tramitação
229/85	Jorge Kalume	Institui a gratificação de natal para os funcionários públicos, ativos e inativos e dá outras providências.	Em tramitação
230/85	Virgílio Távora	Dispõe sobre o cálculo do imposto de renda na fonte dos servidores públicos civis, federais, estaduais e municipais.	Em tramitação
231/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a criação da Polícia Florestal, e dá outras providências.	Em tramitação
232/85	Gastão Müller	Torna isenta de todas as custas judiciárias e cartorárias a ação ou contestação judicial de qualquer natureza, visando à preservação do meio ambiente.	Em tramitação
233/85	Nelson Carneiro	Restabelece a plenitude do direito de associação e de opinião dos estudantes.	Em tramitação
234/85	Odacir Soares	Autoriza o Presidente da República a criar o título de "Cidadão Benemérito do Brasil".	Em tramitação
235/85	(Poder Executivo - DF)	Altera os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 10 e 11 da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, que "dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
236/85	Marcondes Gadelha	Altera a redação do parágrafo único do art. 2º, da Lei nº 6.433, de 15 de julho de 1977.	Em tramitação
237/85	Nelson Carneiro	Amplia os efeitos da Lei de Anistia e dá outras providências.	Em tramitação
238/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a inclusão obrigatórias das doenças cárdio-vasculares entre as doenças profissionais de que trata a legislação acidentária do trabalho.	Em tramitação
239/85	Galvão Modesto	Modifica a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que "cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências", para o fim de permitir que, sem distinção de sexo, o empregado que venha a casar-se, na vigência do contrato de trabalho, possa utilizar a sua conta vinculada.	Em tramitação
240/85	Galvão Modesto	Dispõe sobre a periodicidade e a base dos reajustes dos servidores públicos civis e militares federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.	Em tramitação
241/85	Galvão Modesto	Dispõe sobre o enquadramento de servidor público egresso de Tabelas Especial ou Temporária e dá outras providências.	Em tramitação
242/85	Carlos Chiarelli	Acrescenta parágrafo ao art. 116 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, para permitir a contagem de tempo de serviço prestado ao serviço público, em outro órgão, para efeito de concessão de Licença Especial.	Em tramitação
243/85	Galvão Modesto	Altera a redação dos arts. 67 e 68 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
244/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, que define os crimes contra a Segurança Nacional, eliminando a prisão cautelar policial e transferindo para o juiz a faculdade de determinar a custódia do indiciado.	Em tramitação
245/85	Nivaldo Machado	Altera a Lei nº 5.698, de 31 de agosto de 1971, que "dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da Previdência Social, e dá outras providências.	Em tramitação
246/85 DF	Poder Executivo	Altera a Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
247/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 4.090 de 13 de julho de 1962, para o fim de dispor sobre o pagamento integral da Gratificação Natalina ao trabalhador enfermo.	Em tramitação
248/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o enquadramento sindical do trabalhador que exerce atividade de manuseio de lã.	Em tramitação
249/85 DF	Poder Executivo	Estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1986.	À sanção Lei nº 7.426 de 17-12-85

Nº	Autor	Ementa	Resultado
250/85	Nelson Carneiro	Altera e acrescenta dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a atribuir ao TST a competência para expedir instruções sobre eleições sindicais.	Em tramitação
251/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, com vistas a garantir terra para agricultura de subsistência ao empregado rural.	Em tramitação
252/85	João Lobo	Dispõe sobre a distribuição de linhas aéreas regulares internacionais, e dá outras providências.	Em tramitação
253/85	Jorge Kalume	Autoriza o Poder Executivo a instituir a zona franca na cidade de Cruzeiro do Sul, município do Estado do Acre, pelo prazo que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
254/85	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, concedendo o direito de saque do Fundo PIS-PASEP a todos os participantes casados, mesmo que o casamento tenha sido realizado anteriormente.	Em tramitação
255/85	Comissão Diretora	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Bibliotecário, do Grupo-Outras Atividade de Nível Superior, do Quadro Permanente do Senado Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
256/85	Amaral Peixoto	Dá nova redação aos arts. 41, 45 e § 1º do art. 55, da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 e dá outras providências.	À Câmara
257/85	Gastão Müller	Estabelece a obrigatoriedade do cadastramento dos doadores de sangue bem como a realização de exames laboratoriais no sangue coletado, visando prevenir a propagação de doenças, e dá outras providências.	À Câmara
258/85	Carlos Criarelli	Dispõe sobre prazo para restituição do Imposto de Renda retido na fonte.	Em tramitação
259/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.899, de 8 de abril de 1981, para determinar a incidência de correção monetária nos títulos entregues a cartório de protesto, a partir do vencimento.	Em tramitação
260/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais do ramo de agrotóxicos e fertilizantes manterem engenheiro agrônomo como técnico responsável, e dá outras providências.	Em tramitação
261/85	Nelson Carneiro	Obriga os estabelecimentos comerciais do ramo de produtos veterinários a manterem um técnico responsável.	Em tramitação
262/85	Roberto Wypych	Dispõe sobre a criação de Escolas Agrícolas Federais nos Municípios de Cascavel, Palotina e Medianeira, no Estado do Paraná, a nível de 2º Grau.	Em tramitação
263/85	Nivaldo Machado	Altera a Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964 e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
264/85	Alfredo Campos	Determina a impressão da data de fabricação e dos preços do fabricante e de venda ao consumidor, na embalagem de produtos de fabricação nacional e dá outras providências.	Em tramitação
265/85	Nelson Carneiro	Disciplina a aplicação da equivalência salarial no pagamento das prestações na aquisição da casa própria, e dá outras providências.	Em tramitação
266/85 DF	Poder Executivo	Aprova o estatuto dos Bombeiros-Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
267/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o plantio de árvores frutíferas às margens das rodovias asfaltadas e dá outras providências.	Em tramitação
268/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a composição do Conselho Monetário Nacional.	Em tramitação
269/85	Jutahy Magalhães	Prevê a destinação do produto líquido da arrecadação de dois testes anuais da Loteria Esportiva Federal para a implantação, conservação ou reforma dos campos de treinamento ou competição dos clubes, dos estádios municipais ou estaduais.	Em tramitação
270/85	Nelson Carneiro	Estende aos integrantes da Categoria Funcional de Agente de Defesa Florestal, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, a gratificação instituída pelo Decreto-lei nº 1.714, de 21 de novembro de 1979, e dá outras providências.	Em tramitação
271/85	Raimundo Parente	Estabelece a competência do Juizado de Pequenas causas para o processo das Contravenções Penais	Em tramitação
272/85	Murilo Badaró	Denomina "Ponte Deputado Pedro Dutra" a ponte existente em Cataguazes, Minas Gerais.	Em tramitação
273/85	Nelson Carneiro	Obriga a doação de livros, pelas editoras, às bibliotecas públicas, na forma que especifica.	Em tramitação
274/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei Orgânica da Previdência Social, para o fim de excluir a restrição ali contida contra o marido de mulher segurada.	Em tramitação
275/85	Raimundo Parente (Complementar)	Isenta de imposto predial os promitentes-compradores de imóveis adquiridos através do Sistema Financeiro da Habitação.	Em tramitação
276/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1960, que institui o FGTS, para o fim de determinar que a conta individualizada do empregado não optante também seja transferida aos dependentes, no caso de seu falecimento.	Em tramitação
277/85	Jutahy Magalhães	Altera a Lei nº 3.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática de salários, modifica a política salarial e dá outras providências.	Em tramitação
278/85	Amaral Peixoto	Dispõe sobre prestação de assistência, na área de fisioterapia, através de empresas de serviços médicos, em regime de convênio ou contrato com a Previdência Social.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
279/85	Jorge Kalume	Estende aos servidores públicos civis, aposentados por tempo de serviço e por invalidez simples, o reposicionamento, de até doze referências, já deferido aos servidores em atividade.	Em tramitação
280/85 DF	Poder Executivo	Concede ao Doutor Plínio Catanhede, ex-Prefeito do Distrito Federal, um Susídio mensal e vitalício, e dá outras providências.	Em tramitação
281/85	João Lobo	Assegura ao professor, contribuinte da Previdência Social, aposentadoria por tempo de serviço com valor integral do seu salário.	Em tramitação
282/85	Alfredo Campos	Dispõe sobre a aplicação de percentual da parcela mensal de Imposto de Renda retido na fonte para a amortização de débito junto ao Sistema Financeiro da Habitação.	Em tramitação
283/85	Luiz Viana e outros Senhores Senadores	Cria Distritos de Exportação de Informática e Automação, em regiões metropolitanas do Nordeste, e dá outras providências.	Em tramitação
284/85	Carlos Chiarelli	Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, para fixar novos critérios de nomeação de Administrador Regional.	Em tramitação
285/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei n 3.807, de 26 de agosto de 1960, para o fim de garantir a qualidade de segurado ao dirigente sindical, durante o prazo correspondente ao exercício do mandato.	Em tramitação
286/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de um técnico em Turismo, de nível superior, pelas agências de viagens e turismo do País.	Em tramitação
287/85	Guilherme Palmeira	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.	Em tramitação
288/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT, considerando insalubre o trabalho realizado em hospitais e estabelecimentos similares, para efeito de percepção de adicional.	Em tramitação
289/85	Juthay Magalhães	Altera a base de cálculo e alíquotas do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis, de que trata o Decreto-lei nº 1.785, de 13 de maio de 1980 e dá outras providências.	Em tramitação
290/85	João Lobo	Altera dispositivos da Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol, e dá outras providências.	Em tramitação
291/85	Nelson Carneiro	Estabelece critério especial de reajustamento das prestações de aquisição de casa própria para mutuários do Sistema Financeiro da Habitação que sejam profissionais liberais.	Em tramitação
292/85	Milton Cabral	Dispõe sobre a participação de militares inativos em atividade político-partidária.	Em tramitação
293/85	Cid Sampaio	Cria o Instituto Nordeste de Tecnologia e Ciência-INTC, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
294/85	Mário Maia	Concede pensão provisória às viúvas dos funcionários civis, até o recebimento da definitiva.	Em tramitação
295/85	Mário Maia	Equipara os servidores aposentados por tempo de serviço aos inativos por incapacidade física.	Em tramitação
296/85	Nivaldo Machado	Assegura ao ex-combatente, contribuinte da Previdência Social, aposentadoria com valor correspondente ao seu salário.	Em tramitação
297/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito), para o fim de determinar a inclusão de um representante da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego no CONTRAN.	Em tramitação
298/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o estágio de estudantes de engenharia civil nas empresas do ramo, e dá outras providências.	Em tramitação
299/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a possibilidade de reintegração liminar ou pagamento dos salários a dirigente sindical despedido por justa causa.	Em tramitação
300/85	Odacir Soares	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 5.782, de 6 de junho de 1972.	À Câmara
301/85	Poder Executivo (DF)	Altera dispositivo da Lei nº 5.619, de 3 de novembro de 1970, e dá outras providências.	À Sanção (Lei nº 7.412, de 6-12-85)
302/85	Nelson Carneiro	Declara de utilidade pública o Clube de Radioamadores CWRJ do Grupo de CW do Estado do Rio de Janeiro.	Em tramitação
303/85	Severo Gomes e Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a padronização, classificação, inspeção e registro de bebidas dietéticas e dá outras providências.	Em tramitação
304/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a proibição de importar produtos agropecuários de que o País seja tradicional produtor, ressalvados os casos que especifica.	Em tramitação
305/85	Aloysio Chaves	Altera dispositivos do Código Eleitoral e dá outras providências.	Em tramitação
306/85	Eunice Michiles	Institui incentivo fiscal destinado à implantação ou manutenção de empreendimentos de proteção à fauna silvestre.	Em tramitação
307/85	Alcides Saldanha	Dispõe sobre o resgate de investimentos incentivados, aplicados de acordo com o art. 3º do Decreto-lei nº 157/67 e legislação posterior.	Em tramitação
308/85	Alcides Saldanha	Estende aos policiais militares a isenção de que trata o art. 33 da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972.	Em tramitação
309/85	Heráclito Rollemberg	Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Idoso — FUNABEL, e dá outras providências.	Em tramitação
310/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, para o fim de isentar de contribuição previdenciária o aposentado ou pensionista sob tratamento médico.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
311/85	Jorge Kalume (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).	Em tramitação
312/85	Poder Executivo (DF)	Dispõe, no âmbito do Distrito Federal, sobre microempresas, isenções do imposto sobre a circulação de mercadorias e do imposto sobre serviços de qualquer natureza e dá outras providências.	Em tramitação
313/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Código Nacional de Trânsito (Lei nº 5.108, de 1966), com vistas a estabelecer prazo de validade dos exames de sanidade física e mental dos condutores de veículos que especifica.	Em tramitação
314/85	Roberto Wypych	Dispõe sobre a criação de Escolas Agrícolas Federais nos Municípios de Marechal Cândido Rondon, Capanema e Cafelândia, no Estado do Paraná, a nível de 2º Grau.	Em tramitação
315/85	Nelson Carneiro	Disciplina a publicidade nos uniformes esportivos dos atletas profissionais, de qualquer modalidade, e dá outras providências.	Em tramitação
316/85	César Cals	Cria a Tarifa Aérea Universitária e dá outras disposições.	Em tramitação
317/85	Gastão Müller	Altera o art. 95 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, para permitir, desde que não ofensivo à moralidade pública, o registro do cognome do candidato.	Em tramitação
318/85	Mário Maia	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985, estendendo seus benefícios ao pessoal da ativa da ex-Guarda Territorial e da Polícia Civil do Acre, classificado no Grupo PF 500 a 505.	Em tramitação
319/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre o exercício da profissão de Oceanógrafo e dá outras providências.	Em tramitação
320/85	Roberto Saturnino	Dispõe sobre concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores da categoria dos aviários, nas funções que especifica.	Em tramitação
321/85	Nelson Carneiro	Visa proibir, ao Banco Nacional da Habitação — BNH, e aos agentes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo — SBPE, cobrança aos interessados nas operações relacionadas com a aquisição da casa própria, qualquer valor pela prática de ato administrativo ou contratual.	Em tramitação
322/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a criação da Polícia Ferroviária Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
323/85	Nivaldo Machado	Autoriza o Poder Executivo a reestruturar os Planos de Cargos e Salários dos docentes e do pessoal técnico e administrativo das Instituições Federais de Ensino Superior.	Em tramitação
324/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.529, de 13 de janeiro de 1959, equiparando os radialistas aos jornalistas profissionais, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
325/85	Nelson Carneiro	Autoriza a instalação de representação do sindicato dos aeroviários nos aeroportos, e dá outras providências.	Em tramitação
326/85	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, para o fim de estabelecer penalidades aos infratores das normas relativas à correção automática dos salários.	Em tramitação
327/85	Nivaldo Machado	Dispõe sobre o título de livre-docente.	Em tramitação
328/85	Nelson Carneiro	Atribui à carteira de radialista a qualidade de prova de identidade para todos os efeitos legais.	Em tramitação
329/85	Nivaldo Machado	Dispõe sobre a progressão vertical dos integrantes da carreira de magistério superior nas Instituições de Ensino Superior Federais.	Em tramitação
330/85	Odacir Soares	Estende aos Agentes Florestais a Gratificação por Operações Especiais de que trata o Decreto-lei nº 1.714, de 21 de novembro de 1979.	Em tramitação
331/85	Odacir Soares	Revoga o art. 566 da Consolidação das Leis do Trabalho e altera o art. 3º da Lei nº 6.185, de 11 de dezembro de 1974.	Em tramitação
332/85	Jorge Kalume	Reduz a jornada de trabalho da Caixa Econômica Federal de oito horas para seis horas.	Em tramitação
333/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968, que dispõe sobre a ação de alimentos, para o fim de deixar expresso que a citação do requerido se fará mediante isenção também das despesas postais.	Em tramitação
334/85	Carlos Chiarelli	Altera a redação do art. 16 da Consolidação das Leis do Trabalho, passando o parágrafo único a § 1º e criando um § 2º para dispor que as exigências para o fornecimento de Carteiras de Trabalho e Previdência Social ao menor de 18 anos somente serão feitas por ocasião da admissão no emprego.	Em tramitação
335/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que incidam juros e correção monetária sobre todos os valores monetários discutidos e julgados em dissídio coletivo, a partir da instauração da instância.	Em tramitação
336/85	Amaral Furlan	Altera a redação do caput do art. 3º da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, que dá nova regulamentação à profissão de Corretor de Imóveis, disciplinando o funcionamento de seus órgãos de fiscalização e dá outras providências.	Em tramitação
337/85	Enéas Faria	Dispõe sobre o Subsídio de Vereadores e dá outras providências.	Em tramitação
338/85 (DF) Executivo	Poder	Fixa o valor do soldo de Coronel BM do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e altera dispositivos da Lei nº 5.609, de 23 de julho de 1973, e dá outras providências.	(À Sanção Lei nº 7.435, de 19-12-85)
339/85	Nelson Carneiro	Modifica dispositivo da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
340/85	Alfredo Campos	Dá nova redação ao caput do art. 7º e ao parágrafo 2 do art. 9º e elimina o § 5 do art. 7º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que criou o Banco Nacional da Habitação — BNH.	Em tramitação
341/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre isenção de pagamento de passagem nos transportes coletivos, em favor dos deficientes físicos, e dá outras providências.	Em tramitação
342/85	César Cals	Dispõe sobre o pagamento de débitos de Contribuições Previdenciárias.	Em tramitação
343/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Código Nacional de Trânsito, com vistas a proibir a imobilização de veículos pela autoridade do trânsito.	Em tramitação
344/85	Nivaldo Machado	Isenta do pagamento da contribuição previdenciária os ex-combatentes.	Em tramitação
345/85	Nelson Carneiro	Modifica dispositivo do Decreto-lei nº 1.695, de 18 de setembro de 1979, com vistas a isentar do imposto de renda na fonte os salários atrasados pagos a trabalhadores em geral.	Em tramitação
346/85	Crrlos Chiarelli	Altera a redação do caput do art. 16 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, acrescentando-lhe mais um parágrafo, para permitir que o empregador possa depositar a indenização anterior à opção na conta bancária do empregado, em parcelas mensais, deduzindo-as do Imposto de Renda.	Em tramitação
347/85	Roberto Wypych	Dá a denominação de "WILLY BARTH" à rodovia BR 467.	Em tramitação
348/85	Nivaldo Machado	Altera os anexos dos Decretos-leis nºs 2.191 e 2.200, de 26 de dezembro de 1984.	Em tramitação
349/85	Alfredo Campos	Dispõe sobre a criação de uma Escola Agrícola Federal no Município de Iturama, no Estado de Minas Gerais, a nível de 2º grau.	Em tramitação
350/85	Alfredo Campos	Dispõe sobre o retorno ao Serviço Federal dos servidores do extinto Departamento Federal de Segurança Pública, transferidos para o extinto Estado da Guanabara.	Em tramitação
351/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a estabelecer prazo para a decisão final nos processos de dissídios coletivos.	Em tramitação
352/85	Nivaldo Machado	Altera dispositivo da Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978, para o fim de permitir a transferência de pensão especial, devida a ex-combatente, a dependentes específicos, e a acumulação desta com a pensão previdenciária.	Em tramitação
353/85	Nivaldo Machado	Isenta do Imposto de Renda os ex-combatentes da Segunda Guerra e dá outras providências.	Em tramitação
354/85	Carlos Alberto	Assegura à viúva de ex-combatente, a pensão especial instituída pela Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978.	Em tramitação
355/85	Aloysio Chaves	Assegura aos membros de congregações religiosas o direito de designar dependentes para os efeitos de percepção de benefícios previdenciários.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
356/85	José Lins	Prorroga o prazo de vigência de incentivos fiscais previstos na legislação do imposto de renda.	Em tramitação
357/85	José Lins	Acrescenta os §§ 4º e 5º do artigo 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
358/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a profissão de Zootecnista.	Em tramitação
359/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a estabelecer uma nova prerrogativa para os sindicatos de empregados.	Em tramitação
360/85	Gastão Müller	Retira do alienante as exigências de apresentação de certidões, quando o imóvel alienado já for financiado pelo SFH e estiver sendo objeto de transferência a terceiro.	Em tramitação
361/85	Poder Executivo (DF)	Institui no Distrito Federal o Imposto sobre a propriedade de veículos automotores e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.431 de 17-12-85
362/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a regalia da prisão especial em favor do radialista.	Em tramitação
363/85	Gastão Müller	Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de métodos ou sistemas de proteção à fauna aquática, quando da existência de barragens.	Em tramitação
364/85	Nivaldo Machado	Altera os artigos 3º e 4º do Decreto-lei nº 2.173, de 19 de novembro de 1984, que institui a Gratificação Judiciária devida aos funcionários pertencentes aos Órgãos do Poder Judiciário da União, do Distrito Federal e dos Territórios.	Em tramitação
365/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na legislação previdenciária, extinguindo o instituto da perda da qualidade de segurado e instituindo, em seu lugar, o do sobrestamento temporário da qualidade de segurado.	Em tramitação
366/85	Alcides Saldanha	Dispõe sobre a obrigatoriedade de concurso público para admissão em emprego nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta e nas funções instituídas ou mantidas pela União, e fixa critérios para estabelecimento de limite de idade para inscrição em concursos públicos.	Em tramitação
367/85	Gastão Müller	Fixa o valor da Taxa de Inscrição e Expediente cobrada pelo Agente Financeiro nas operações de transferência de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação.	Em tramitação
368/85	Galvão Modesto	Dispõe sobre a política de atendimento à infância e à adolescência.	Em tramitação
369/85	Poder Executivo DF	Reajusta os vencimentos, salários, soldos e proventos dos servidores civis e da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, dos membros e dos Servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público, e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.425, de 17-12-85
370/85	Nelson Carneiro	Determina a aplicação, aos aposentados da área médica, da gratificação dos Decretos-leis nº 2.114/84, 2.140/84 e 2.240/85.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
371/85	Roberto Wypych	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Zona Franca da Região Oeste do Paraná, pelo prazo que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
372/85	Nivaldo Machado	Proíbe a remuneração do fornecedor de sangue, a bancos de sangue, postos de coleta e serviços de hemoterapia em geral, e dá outras providências.	Em tramitação
373/85	Gastão Müller	Obriga a devolução de importâncias antecipadas como sinal ou início de pagamento de imóvel financiado pelo SFH, quando não concretizada a transação.	Em tramitação
374/85 DF	Poder Executivo	Estende aos integrantes da categoria funcional de Agente de Trânsito da Tabela de Pessoal do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, as Gratificações instituídas pelos Decretos-leis nº 1.727, de 10 de dezembro de 1979, e 2.126, de 19 de junho de 1984, alterado pelo Decreto-lei nº 2.239, de 28 de janeiro de 1985, e dá outras providências.	Em tramitação
375/85	Henrique Santillo	Amplia a área de jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento do Município de Anápolis, Goiás.	Em tramitação
376/85	Gastão Müller	Dispõe sobre a referência obrigatória às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas nos rótulos dos produtos industrializados.	Em tramitação
377/85	Alcides Saldanha	Acrescenta parágrafo ao art. 100 do Código de Processo Civil, que dispõe sobre competência de foro.	Em tramitação
378/85	Comissão do Distrito Federal	Retifica, sem ônus, a Lei nº 7.277, de 10 de dezembro de 1984, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1985.	Em tramitação
379/85	Severo Gomes	Cria, no Estado do Amazonas e Território Federal de Roraima, o Parque Indígena Yanomani, com os limites que estabelece, e dá outras providências.	Em tramitação
380/85	Nelson Carneiro	Regula o exercício da profissão de oficial-de-náutica e dá outras providências.	Em tramitação
381/85	Henrique Santillo	Determina a restituição integral do imposto de renda na fonte, descontado a maior, sobre proventos de aposentadoria ou reforma por invalidez decorrente de doença não especificada em lei, no prazo que indica.	Em tramitação
382/85	Mário Maia e Itamar Franco	Dispõe sobre o pagamento de pensão a beneficiário de funcionário público falecido e dá outras providências.	Em tramitação
c) Emendados pela Câmara dos Deputados			
4/79	Nelson Carneiro (nº 1.677/79, na CD)	Estende aos depósitos judiciais em dinheiro, ordenados por outras autoridades judiciárias, a correção monetária prevista para os ordenados por juízes federais.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
272/78	Otto Lehmann (nº 2.006/78, na CD)	Dá nova redação à alínea a do art. 32 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1984.	À sanção Veto total
118/77	Jessé Freire (nº 3.228/80, na CD)	Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.357, de 2-9-85 Veto parcial
145/76	Itamar Franco (nº 2.942/76, na CD)	Autoriza a Rede Ferroviária Federal S.A. a transferir para o Museu Mariano Procópio, o vagão de transporte pessoal utilizado pelo Imperador D. Pedro II.	Em tramitação
198/79	Nelson Carneiro (nº 5.179/85, na CD)	Disciplina o exercício da profissão de detetive particular.	À sanção (Veto total)
244/79	Amaral Furlan (nº 2.833/80, na CD)	Altera o título da Seção IV do Título I da Parte Especial do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, e acrescenta parágrafos ao seu art. 154.	Em tramitação
184/84	Mauro Borges (nº 5.729/85, na CD)	Altera dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho, modificada pelas Leis n.ºs 5.697, de 27 de agosto de 1971, 5.781, de 5 de junho de 1972, 6.444, de 3 de outubro de 1977, e de 20 de dezembro de 1979, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.379, de 7-10-85
191/84	Carlos Chiarelli (nº 5.802/85, na CD)	Dispõe sobre o exercício da profissão de economista doméstico e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.387, de 21-10-85
9/83	Nelson Carneiro (nº 5.328/85, na CD)	Inclui, entre as contravenções penais, a prática de atos resultantes de preconceitos de sexo e de estado civil.	À sanção Lei nº 7.437, de 20-12-85
43/80	Helvídio Nunes (nº 166/80, na CD)	Dá nova redação aos itens 1º e 4º do art. 2º da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que estabelece os requisitos mínimos da população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos Municípios.	À sanção (Veto total)
30/85	Jutahy Magalhães (nº 5.179/85, na CD)	Autoriza as Comissões Executivas Nacionais dos Partidos Políticos decidir sobre a realização de convenções.	À sanção Lei nº 7.307, de 9-4-85
99/85	José Lins (nº 5.986/85, na CD)	Sistematiza as ações do Governo Federal, no Nordeste, no que tange aos problemas das águas.	À sanção (Veto total)
4/85	Nelson Carneiro	Modifica o art. 27 e seus parágrafos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, que "dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A. e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.453, de 27-12-85

d) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei do Senado:

I — Total dos Projetos	1.260
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	877
desta sessão legislativa	383
Aprovados e enviados à sanção (da presente sessão legislativa)	7
Aprovados e enviados à Câmara	70
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	49
desta sessão legislativa	21
Rejeitados (de sessões legislativas anteriores)	17
Em andamento	1.141
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	795
desta sessão legislativa	347
Arquivados (art. 278 do Reg. Int.) de sessões legislativas anteriores).....	6
Prejudicados (de sessões legislativas anteriores)	6
Retirados pelo autor	9
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	3
desta sessão legislativa	6
Retirado pelo Presidente (de sessão legislativa anterior)	1
Transformados em Projetos de Resolução (desta sessão legislativa)	2
II — Emendados pela Câmara dos Deputados	13
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	10
desta sessão legislativa	3
Aprovados e enviados à sanção	10
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	7
desta sessão legislativa	3
Em andamento (de sessões legislativas anteriores)	3

F.5.2 PROJETOS DE LEI DA CÂMARA

a) De Sessões Legislativas anteriores

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
106/66	314/63	Dispõe sobre o consumo do carvão nacional nas empresas siderúrgicas a coque.	Em tramitação
115/75	1.411/73	Veda a ocupante de cargos de ministros e conselheiros a aposentadoria antes de quatro anos de exercício no cargo.	Em tramitação
88/76	1.106/75	Dá nova redação aos §§ 3º e 4º do art. 2º da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências.	Em tramitação
22/77	382/75	Acrescenta parágrafos ao art. 766 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).	Rejeitado
36/77	82/75	Dispõe sobre padronização de embalagens, e dá outras providências.	Rejeitado
49/77	395/75 (Tramita em conj. com os PLC 111/81 e PLC 124/83)	Altera a redação da letra a do art. 3º da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração.	Em tramitação
51/77	3.107/76	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.757, de 3 de dezembro de 1971, que estabelece regime de gratificação ao pessoal à disposição do FUNRURAL, e dá outras providências.	A Câmara
53/77	227/75	Dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais, e dá outras providências.	Rejeitado
83/77	3.110/76	Acrescenta parágrafos aos arts. 3º e 9º e altera a redação do art. 10 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, dispondo sobre limitação das indenizações por danos pessoais e materiais, cobertos pelos seguros de responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de via terrestre.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
141/77	1.068/75	Dispõe sobre o trabalho de excepcional nas oficinas protegidas e em trabalho competitivo.	Em tramitação
19/78	838/75	Proíbe a cobrança ao adquirente de casa própria, por intermédio do Sistema Financeiro de Habitação, de obras de equipamento comunitário e de infra-estrutura urbana.	Em tramitação
26/78	317/75	Regula o exercício da profissão de Técnico em Radiologia, e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 7.394, de 29-10-85 Veto parcial
37/78	2.252/76	Dispõe sobre a proteção contra incêndios.	Em tramitação
51/78	1.465/75	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.	Em tramitação
71/78	750/72	Regula a atividade profissional nos jornais de empresas.	Em tramitação
78/78	2.785/76	Dá nova redação ao art. 24 da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, que institui o Código da Propriedade Industrial.	Em tramitação
82/78	2.883/76	Estende a todas as espécies de animais o processo de abate com prévia insensibilização por métodos técnico-científicos.	Em tramitação
100/78	2.002/76 (Tramita em conjunto com o PLC/101/83)	Institui o salário adicional para os empregados do setor de energia elétrica, em condições de periculosidade.	À sanção Lei nº 7.369 de 20-9-85
115/78	3.441/77	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fixar prazo de validade para consumo nas embalagens dos produtos que especifica.	Rejeitado
127/78	1.423/75	Proíbe a pesca predatória, e dá outras providências.	Em tramitação
131/78	2.961/76	Dispõe sobre a propaganda e a publicidade nas entidades executantes dos serviços de radiodifusão e determina outras providências.	Em tramitação
12/79	1.686/75	Modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	À sanção Lei nº 7.305, de 2-4-85
45/79	924/75	Isenta da contribuição ao Instituto Nacional de Previdência Social, como empregadores, as entidades que prestam assistência médica aos seus associados.	Rejeitado
65/79	4.257/77	Autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes.	Em tramitação
68/79	2.248/76	Define o comportamento exigível às empresas que operam no Território Nacional sob o controle de capital estrangeiro.	Em tramitação
79/79	1.511/75	Acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Prejudicado (Art. 369, § 1º do Reg. Interno).
104/79	3.923/77	Especifica condições para inscrição e registro de embarcações.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
109/79	4.052/77	Dispõe sobre a proibição do fabrico e da venda de medicamentos e insumos farmacêuticos, cuja venda tenha sido interdita no país de origem da fórmula.	Em tramitação
21/80	1.015/79	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Em tramitação
22/80	147/79	Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão de Bibliotecário, e dá outras providências.	A Câmara
25/80	920/79	Define como crime contra a Segurança Nacional a manutenção de depósito em moeda estrangeira no exterior, fora dos casos previstos em lei.	Em tramitação
49/80	68/79	Dispõe sobre a propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas e determina outras providências.	Em tramitação
53/80	1.045/79	Altera o § 2º do art. 10 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, acrescenta-lhe novos parágrafos, regulamentando a realização de obras externas e internas nos edifícios, o quorum para decisões nas reuniões de condomínio, e dá outras providências.	Em tramitação
57/80	4.625/77	Acrescenta § 5º ao art. 169 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Rejeitado
58/80	1.693/79	Acrescenta parágrafo ao art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho.	A sanção Veto total
62/80	1.871/79	Dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 6.678, de 14 de agosto de 1979, que dispõe sobre a requisição de servidores públicos da administração direta e autárquica pela Justiça Eleitoral e dá outras providências.	Rejeitado
93/80	1.151/79	Dispõe sobre incentivos à produção de álcool e determina outras providências.	Em tramitação
95/80	3.308/77	Institui o Dia Nacional da Poesia.	Em tramitação
96/80	144/79	Define ilícitos de natureza fiscal e estabelece prazo de prescrição.	Em tramitação
98/80	3.181/80	Dispõe sobre isenção da multa prevista no art. 8º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Rejeitado
3/81	1.889/76	Altera a redação dos arts. 7º, 9º e 10 da Lei nº 6.223, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União, pelo Congresso Nacional, e dá outras providências.	A sanção Veto total
4/81	4.469/77	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho.	A sanção Veto total
6/81	237/79	Fixa em oito horas a jornada de trabalho dos vigias.	A sanção Lei nº 7.313, de 17-5-85

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
10/81	1.529/79	Dispõe sobre a aposentadoria com proventos integrais dos ex-combatentes segurados da Previdência Social.	Em tramitação
13/81	78/79	Introduz modificações na Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.	À sanção Lei nº 7.415, de 9-12-85
14/81	2.977/80	Suprime a alínea b do art. 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	À sanção Veto total
20/81	1.091/79	Altera dispositivos da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, facultando-lhes permitirem ou não, em seus estatutos, a representação de associados nas assembléias gerais.	Em tramitação
25/81	6/79	Introduz alterações na Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, no que se refere à arrematação de bens penhorados.	À sanção Lei nº 7.363, de 11-9-85
30/81	623/75	Acrescenta parágrafos ao art. 460 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, disciplinando a admissão de novo empregado em vaga decorrente de dispensa sem justa causa, e dá outras providências.	Rejeitado
34/81	3.658/80	Acrescenta parágrafo ao art. 234 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	À sanção Veto total
37/81	1.795/79	Acrescenta parágrafo ao art. 65 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.	À sanção Veto total
38/81	2.930/76	Altera dispositivos da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos.	Rejeitado
45/81	650/79	Altera dispositivo da Lei nº 6.032, de 30 de abril de 1974, que dispõe sobre o Regimento de Custas de Justiça Federal, para o fim de determinar o prevalecimento dos arts. 789 e 790 da Consolidação das Leis do Trabalho, sempre que se tratar de litígio decorrente de relação de trabalho.	À sanção. Veto total.
48/81	4.708/78	Introduz alterações no art. 243 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	À sanção. Veto total
49/81	946/79	Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de empresas beneficiadas com incentivos fiscais na área da atuação da SUDENE.	Em tramitação
50/81	2.048/79	Dá nova redação ao § 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre o fornecimento de transporte para o trabalhador.	À sanção. Veto total.

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
51/81	1.468/79	Dispõe sobre a criação do Instituto de Energia Solar, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN.	Em tramitação
53/81	614/79	Introduz alterações no Decreto-lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, e na Lei nº 5.741, de 1º de dezembro de 1971, que dispõem sobre cédula hipotecária e a cobrança de crédito hipotecário vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação.	Rejeitado
54/81	435/79	Inclui a filha desquitada, divorciada ou viúva entre os beneficiários do servidor público federal, civil, militar ou autárquico.	Em tramitação
55/81	1.186/79	Torna obrigatória a licitação nos casos de alienação de bem público e em hipóteses de aquisição ou arrendamento de bem imóvel destinado ao Serviço Público, introduzindo alterações no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, e determina outras providências.	Em tramitação
57/81	2.109/79	Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, na parte relativa ao procedimento sumaríssimo.	Rejeitado
59/81	1.894/79	Inclui na Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, ferrovia transversal ligando Belém—São Luís—Teresina.	A sanção. Lei nº 7.436 de 20-12-85
63/81	2.087/79	Modifica a redação do § 2º do art. 20 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Rejeitado
66/81	1.412/79	Dispõe sobre a alienação de imóveis da União, nas condições que menciona.	Em tramitação
67/81	3.506/80	Dá nova redação ao § 4º do art. 662 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
69/81	816/79	Dá nova redação ao art. 110 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, determinando o pagamento, pelo infrator, de multa de trânsito de sua responsabilidade.	Em tramitação
70/81	10/79	Modifica dispositivos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Novo Código Florestal.	Em tramitação
71/81	81/79	Modifica a redação do <i>caput</i> do art. 7º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria.	Em tramitação
74/81	1.563/79	Altera a redação da Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979, que disciplina a profissão de Geógrafo.	A sanção. Lei nº 7.399 de 4-11-85
81/81	3.123/80	Assegura os direitos de autores teatrais.	À sanção. Veto total
84/81	3.464/80	Institui o "Dia Nacional de Combate ao Fumo".	Em tramitação
85/81	3.652/80	Altera dispositivos da Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, dispondo sobre os Conselhos Federal e Regionais de Economia.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
92/81	3.820/80	Acrescenta parágrafo ao art. 659 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
102/81	1.764/79	Dispõe sobre o acesso de interessados a estudos, pesquisas e demais trabalhos realizados e impressos por órgãos públicos, e determina outras providências.	Em tramitação
109/81	337/79	Acrescenta parágrafo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
110/81	443/79	Torna obrigatória a existência de alojamento para motorista, nas empresas de ônibus que específica.	Em tramitação
111/81 (Tramita em conj. com os PLC n.ºs 49/77 e 124/83)	2.665/80	Dispõe sobre a admissão de Técnicos de Administração pelas entidades que menciona.	Em tramitação
115/81	2.900/80	Dispõe sobre a perícia policial, nos casos de colisão de veículos automotores, e dá outras providências.	Rejeitado
124/81	3.437/80	Regula o exercício da profissão de Agente da Propriedade Industrial.	Em tramitação
133/81	4.630/81	Estabelece, atendendo ao disposto no art. 175 da Constituição Federal e na Emenda Constitucional nº 12, de 1978, normas de amparo à pessoa deficiente, e determina outras providências.	Em tramitação
134/81 (Tramita em conj. com o PLC nº 118/84)	1.270/79	Introduz alterações no art. 131 do Código Civil Brasileiro e no art. 40 do Código de Processo Penal.	Em tramitação
9/82	3.048/80	Faculta ao segurado a retificação do enquadramento correspondente a seu tempo de filiação à previdência social.	A Câmara
10/82	4.608/81	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade das Missões, com sede em Santo Ângelo — RS.	Em tramitação
13/82	204/79	Fixa os níveis máximos permissíveis de sons e ruídos produzidos por veículos automotores, regula a fabricação e o uso de acessórios que específica, e dá outras providências.	Em tramitação
18/82	2.090/79	Regula o processo de fiscalização, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo, e dá outras providências.	Em tramitação
22/82	3.012/76	Dá nova redação ao art. 242 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.	Em tramitação
23/82	687/79	Assegura a contagem do tempo de serviço prestado por docentes, nas condições que especifica.	Em tramitação
24/82	1.872/79	Fixa prazo para o pagamento dos empréstimos obtidos por estudantes através do Programa Especial de Crédito.	Em tramitação
25/82	413/79	Autoriza a pessoa física residente na Amazônia Legal a aplicar incentivo fiscal em Fundo para o Desenvolvimento Regional.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
28/82	1.096/79	Permite a impetração de mandado de segurança contra atos de autoridade do ensino particular, de qualquer grau.	Em tramitação
34/82	452/79	Modifica a redação do caput do art. 10 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
36/82	831/79	Dispõe sobre a incidência de correção monetária nos depósitos judiciais.	A sanção Veto total.
37/82	1.299/79	Altera dispositivo da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra.	Em tramitação
39/82 (Tramita em conj. com o PLC nº 175/84)	4.104/80	Acrescenta parágrafo ao art. 668 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal.	Em tramitação
45/82	1.898/79	Autoriza o Poder Executivo a conceder direito real de uso sobre as áreas de terras que margeiam as rodovias federais.	A Câmara
46/82	903/79	Dá nova redação ao art. 125 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e revoga a alínea d do § 2º do seu art. 126.	Rejeitado
47/82	1.899/79	Dá nova redação ao § 2º do art. 6º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.	Rejeitado
49/82	2.159/79	Dispõe sobre a criação do Colégio Agrícola de Sertânia, no Estado de Pernambuco.	A sanção Lei nº 7.413, de 9-12-85 Veto parcial
50/82 (Tramita em conj. com o PLS nº 116/80)	2.056/79	Altera o § 2º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Rejeitado
51/82	5.402/78	Define o trabalho rural para efeito de enquadramento sindical, assistência e previdência rurais, e determina outras providências.	Em tramitação
52/82	1.076/79	Veda novas inscrições no Quadro de Provisionados da Ordem dos Advogados do Brasil e, mediante alterações da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, assegura, aos atualmente inscritos nesse Quadro, o amplo direito de exercício da profissão de advogado.	A sanção Lei nº 7.346, de 22-7-85
55/82	2.631/80	Acrescenta parágrafo ao art. 27 da Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957, que disciplina o regime penitenciário.	A sanção Veto total
56/82 (Tramita em conj. com o PLC nº 175/84)	1.078/79	Dá nova redação ao art. 6º do Código de Processo Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.	Em tramitação
57/82	2.074/79	Dispõe sobre a execução do Projeto Dom Bosco, resultante das conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o Problema da Criança e do Menor Carentes no Brasil.	Em tramitação
59/82	2.254/79	Dispõe sobre a regulamentação de reservas florestais nos municípios.	Rejeitado
60/82	3.427/80	Dispõe sobre a reguamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências.	A Câmara

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
61/82	342/75	Modifica os arts. 2º e 6º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências.	A sanção Veto total
64/82	2.452/79	Altera o art. 7º da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979 — Lei do Inquilinato.	A sanção Lei nº 7.355, de 30-8-85
71/82	1.630/79	Cria incentivos à teleducação.	Em tramitação
73/82	3.257/80	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.	Em tramitação
74/82	4.196/80	Modifica a redação do art. 20 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
84/82	3.758/80	Altera dispositivos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal.	Em tramitação
85/82	882/72	Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 2.591, de 7 de agosto de 1912, que regula a emissão e a circulação de cheques.	Em tramitação
88/82	4.919/81	Acrescenta alínea ao § 2º do art. 9º da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os serviços postais.	Em tramitação
90/82	3.990/80	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, que dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centrais Federais de Educação Tecnológica, e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.350, de 27-8-85
96/82	4.596/81	Dispõe sobre normas referentes aos tabelionatos, e dá outras providências.	Em tramitação
98/82	362/79	Altera a redação do art. 189 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e determina outras providências.	Em tramitação
100/82	4.022/80	Introduz alteração no art. 794 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
101/82	292/79	Determina que nos ônibus intermunicipais, interestaduais e internacionais sejam reservados lugares para passageiros não-fumantes, e dá outras providências.	Em tramitação
102/82	4.697/81	Altera a Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, que dispõe sobre o preconceito de raça ou de cor.	Em tramitação
104/82	2.004/79	Modifica a relação do art. 1º da Lei nº 4.281, de 8 de novembro de 1963, que institui abono especial, em caráter permanente, para aposentados da previdência social.	Em tramitação
106/82	4.800/81	Disciplina as atividades profissionais dos vigias portuários e dá outras providências.	Rejeitado
110/82	1.569/79	Assegura a todo empregado o salário-assiduidade, e determina outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
114/82	1.713/79	Dispõe sobre a utilização obrigatória de fibras de algodão na composição de tecido e determina outras providências.	Em tramitação
117/82	5.268/81	Introduz modificação na Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos.	Em tramitação
119/82	4.698/81	Estabelece a competência do Estado para distribuição de leite a mães e crianças carentes.	Em tramitação
126/82	1.226/79	Dá nova redação ao art. 3º e revoga o art. 5º e seu parágrafo único do Decreto-lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970.	Em tramitação
128/82	4.465/79	Dá nova redação ao § 6º e acrescenta § 8º ao art. 6º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, dispondo sobre casos de aposentadoria por invalidez.	Em tramitação
129/82	2.451/79	Confere à usina da Companhia Energética de São Paulo — CESP, em construção no Porto Primavera, a denominação de Hidrelétrica Domingos Leonardo Cerávolo.	Em tramitação
133/82	2.954/80	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos.	Em tramitação
138/82	3.226/82	Introduz alterações na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra.	Em tramitação
140/82	4.997/81	Altera a Lei nº 6.690, de 25 de setembro de 1979, que disciplina o cancelamento de protesto de títulos cambiais, e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.401, de 5-11-85
142/82	361/79	Altera a redação do art. 556 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
145/82	2.647/80	Dispõe sobre lançamento de detritos industriais em cursos de água.	Em tramitação
154/82	559/79	Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.	Em tramitação
155/82	3.391/80	Altera a redação do art. 9º do Decreto-lei nº 891, de 25 de novembro de 1938, e do art. 4º da Lei nº 5.726, de 29 de outubro de 1971.	Em tramitação
1/83	3.027/80	Dispõe sobre a utilização do sistema de arbitramento na solução dos conflitos verificados na celebração de acordos ou convenções coletivas de trabalho.	Em tramitação
2/83	3.366/80	Altera o caput do art. 492 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
3/83 (Tramita em conj. com o PLC 175/84)	3.419/80	Altera o art. 408 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal, relativo à sentença de pronúncia.	Em tramitação
4/83	1.627/79	Institui o salário mínimo profissional dos farmacêuticos, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
5/83	5.356/81	Regulamenta as profissões da área de processamento eletrônico de dados e dá outras providências.	Em tramitação
10/83 (Tramita em conj. com os PLS/156/79, 304/80 e 75/83)	170/82	Institui o seguro-desemprego.	Em tramitação
12/83	283/79	Não permite sejam os proventos da aposentadoria por invalidez de valor abaixo do salário mínimo regional.	Em tramitação
13/83	112/79	Dá nova redação ao art. 243 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
14/83	191/79	Torna obrigatória a instalação de dispositivos de proteção à ictiofauna em usinas hidrelétricas.	Em tramitação
15/83	277/79	Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que "cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências", dispondo sobre o pagamento de percentuais ao empregado despedido sem justa causa.	Em tramitação
16/83	531/79	Faculta a sindicalização dos integrantes das guardas portuárias, dando nova redação ao art. 9º do Decreto-lei nº 3, de 27 de janeiro de 1966.	Rejeitado
18/83	1.622/79	Altera a redação do art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
22/83	5.450/81	Concede anistia a mães-de-família condenadas a até 5 (cinco) anos de prisão.	A sanção Lei nº 7.417, de 10-12-85
23/83	5.199/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.	Em tramitação
24/83	5.016/81	Introduz modificação na Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que dispõe sobre normas de direito processual do trabalho e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.402, de 5-11-85
25/83	4.979/81	Acrescenta parágrafo ao art. 33 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.	Em tramitação
27/83	4.810/81	Dispõe sobre a divulgação, pelo Poder Executivo, do elenco de bancos de dados existentes no País.	A sanção Veto total
29/83	4.616/81	Revoga o art. 6º da Lei nº 3.419, de 5 de julho de 1958, e determina outras providências.	Em tramitação
30/83	4.563/81	Altera a redação do art. 446 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
31/83	4.524/81	Torna obrigatória a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação — CRS, quanto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, para os fins que menciona.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
32/83	330/79	Dispõe sobre a concessão de financiamentos agrícolas, e dá outras providências.	Em tramitação
33/83 (Tramita em conj. com o PLC/71/83)	4.283/81	Acrescenta parágrafo ao art. 459 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
34/83	4.258/80	Introduz alteração no Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, determinando a reserva de parte dos terrenos de marinha para construção de casas de pescadores.	Em tramitação
36/83	3.776/80	Altera o art. 830 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
38/83	3.773/80	Estabelece normas sobre carga e descarga de mercadorias em transporte rodoviário, e dá outras providências.	Em tramitação
39/83	528/79	Dispõe sobre a contagem, para efeitos previdenciários, do tempo correspondente ao exercício do mandato de Prefeito Municipal.	Em tramitação
40/83	215/79	Acrescenta dispositivo ao art. 49 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra.	Em tramitação
41/83	4.255/80	Acrescenta parágrafo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
43/83	536/79	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 6.463, de 9 de novembro de 1977, que torna obrigatória a declaração de preço total nas vendas a prestação.	Em tramitação
44/83 (Tramita em conj. com os PLS/149/79 e 36/83)	193/79	Atera a redação dos arts. 76 e 81 <i>caput</i> , da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para acrescentar os itens previdência social, educação, saúde e lazer à cláusula que define salário mínimo.	Em tramitação
45/83	427/79	Considera insalubre as atividades do pessoal empregado nos serviços de limpeza urbana de coleta e destino de lixo e dá outras providências.	Em tramitação
47/83	5.615/81	Introduz alteração na Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação precial urbana.	Em tramitação
48/83	5.019/81	Dispõe sobre a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com sede em João Pessoa, Estado da Paraíba, e dá outras providências.	Em tramitação
49/83	4.295/81	Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
50/83	4.351/81	Dispõe sobre a criação do Colégio Agrícola de Garanhuns, no Estado de Pernambuco.	A sanção Lei nº 7.304, de 1º-4-85
52/83	197/79	Autoriza os agentes do Sistema Nacional de Crédito Rural a adotarem medidas financeiras emergenciais, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
56/83	1.379/79	Dispõe sobre o parcelamento de débitos das Prefeituras Municipais perante o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social — IAPAS, e dá outras providências.	Rejeitado
58/83	1.343/79	Altera a redação do parágrafo único do art. 566 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, assegurando o direito de sindicalização aos empregados das empresas públicas.	Em tramitação
60/83	2.355/79	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, a fim de garantir ao empregado doméstico o direito à gratificação natalina instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.	Em tramitação
61/83	1.345/79	Dispõe sobre a aplicação do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, ao parceiro e ao arrendatário agrícolas.	Em tramitação
63/83	1.442/79	Dispõe sobre o afastamento de empregados eleitos para os Conselhos Federais e Regionais de entidades de fiscalização do exercício profissional.	Em tramitação
64/83	1.003/79	Dispõe sobre a desapropriação do imóvel no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco, para atender ao deslocamento das famílias que atualmente residem em áreas do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.	Em tramitação
65/83	1.916/79	Concede aposentadoria especial ao piloto agrícola e determina outras providências.	Em tramitação
68/83	2.009/79	Acrescenta dispositivos aos arts. 11 e 12 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que “institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o Sistema Financeiro para a aquisição da Casa Própria, cria o Banco Nacional da Habitação — BNH, e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências”.	Em tramitação
69/83	323/79	Dá nova redação ao inciso VI do art. 43 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que “dispõe sobre o condomínio em edificações e incorporações imobiliárias”.	Em tramitação
70/83	4.470/81	Revoga o art. 47 do Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 — Lei das Contravenções Penais, e define o crime de exercício ilegal de profissão ou atividade.	Em tramitação
71/83 (Tramita em conj. com o PLC/33/83)	2.156/79	Altera o art. 459 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o pagamento de salários.	Em tramitação
72/83	1.180/79	Dispõe sobre a colocação de preços nos invólucros de leite.	Em tramitação
73/83	975/79	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Feira de Santana.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
74/83	603/83	Modifica a redação do art. 492 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, assegurando a estabilidade do trabalhador a partir da data de sua admissão, e dá outras providências.	Em tramitação
77/83	1.559/79	Comete à Justiça do Trabalho competência para dirimir questões relativas a contrato de locação entre empregado e empregador.	Em tramitação
78/83	1.263/79	Dá nova redação ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
80/83	1.246/79	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974.	Em tramitação
81/83	731/79	Dá nova redação ao § 3º do art. 670 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
82/83	1.810/79	Isenta da incidência do Imposto de Renda os proventos da aposentadoria ou reforma.	Em tramitação
87/83	1.372/79 (Tramita em conj. com o PLC/7/84)	Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Oficial de Cabeleireiro, Manicuro, Maquillador, Esteticista Facial, Depilador e Pedicuro, e dá outras providências.	Em tramitação
91/83	2.498/79	Acrescenta parágrafos ao art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
92/83	2.984/80	Acrescenta § 3º ao art. 47 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional de cooperativismo.	Em tramitação
93/83	3.471/80	Altera a redação do inciso III do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, para permitir que o empregado do sexo feminino possa, por motivo de casamento, levantar o seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, na vigência do contrato de trabalho.	Em tramitação
94/83	3.496/80	Revoga o art. 11 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que altera a legislação da previdência social.	Em tramitação
95/83	2.580/80	Modifica dispositivos das Leis n.ºs 4.594, de 29 de dezembro de 1964, e 6.435, de 15 de julho de 1977, dispondo sobre Corretores de Seguros.	Em tramitação
99/83	3.358/77	Introduz alterações na Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral, no que se refere à composição dos Tribunais Regionais Eleitorais.	Em tramitação
100/83	2.971/80	Cria a Junta de Conciliação e Julgamento de Cotia, no Estado de São Paulo, e determina outras providências.	Rejeitado
101/83	2.495/79 (Tramita em conj. com o PLC/100/78)	Estende aos eletricitários o adicional de periculosidade previsto no § 1º do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Prejudicado

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
102/83	3.059/80	Altera o Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre proteção e estímulos à pesca.	Em tramitação
103/83	2.549/79	Altera dispositivo da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.	Rejeitado
104/83	1.768/79	Acrescenta parágrafo único ao art. 467 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
105/83	2.693/80	Dispensa do pagamento de multas e penalidades os cidadãos que deixarem de providenciar, em tempo hábil, os documentos que menciona.	Em tramitação
107/83	317/79	Acrescenta parágrafos ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
108/83	2.456/79	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre proteção e estímulos à pesca, e dá outras providências.	Em tramitação
109/83	508/79 (Tramita em conj. com os PLS n.ºs 11/84 e 28/85)	Dá nova redação ao § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
114/83	1.775/79	Proíbe as agências noticiosas fornecerem notícias aos órgãos de comunicação social com sede no local do fato.	Em tramitação
121/83	439/83	Acrescenta parágrafo ao art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o período de férias seja desdobrado em dois.	Em tramitação
123/83	3.931/80	Proíbe ao condutor de veículo de transporte coletivo acumular a função de cobrador.	Em tramitação
124/83	1.385/83 (Tramita em conj. com os PLC n.ºs 111/81 e 49/77)	Altera dispositivos da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.	Em tramitação
125/83	3.632/80	Altera a redação do caput do art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
126/83	3.657/80	Considera insalubre a atividade profissional do linotipista.	Em tramitação
127/83	4.074/80	Altera a redação do caput do art. 1º da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que instituiu o amparo previdenciário para os maiores de 70 (setenta) anos e para os inválidos.	Em tramitação
128/83	4.013/80	Acrescenta parágrafo ao art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
130/83	3.832/80	Dá nova redação ao caput do art. 156 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
131/83	4.546/81	Acrescenta parágrafo ao art. 195 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
132/83	4.093/80	Revoga o art. 22 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, que estabeleceu normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante, dos portos nacionais e da Rede Ferroviária Federal.	A Sanção Veto Total
133/83	4.199/80	Autoriza o Poder Executivo a promover a realização de recenseamentos bianuais em regiões pioneiras.	Em tramitação
134/83	4.111/80	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 3.347, de 12 de junho de 1941, que instituiu o regime de benefícios da família dos segurados do IPASE.	Rejeitado
135/83	3.816/80	Dá nova redação ao art. 6º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, dispondo sobre descontos na remuneração dos empregados.	Em tramitação
136/83	3.772/80	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 1.234, de 14 de novembro de 1950, que confere direitos e vantagens a servidores que operem com Raios X e substâncias radioativas.	Em tramitação
137/83	4.084/80	Altera a redação do art. 12 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
138/83	4.075/80	Altera a redação dos incisos II e III do art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que trata das faltas ao serviço não consideradas para efeito de concessão de férias.	Em tramitação
139/83	4.512/81	Estende a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de São Luís aos Municípios de Rosário, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, todos do Estado do Maranhão.	A Sanção Lei nº 7.309, de 22-4-85
140/83	4.214/80	Dispõe sobre a complementação do 13º salário aos empregados em gozo de auxílio-doença.	Em tramitação
141/83	4.675/81	Torna obrigatória a colocação do "Símbolo Internacional de Acesso" em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.405, de 12-11-85
142/83	4.019/80	Altera a redação do art. 524 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
144/83	4.539/81	Dispõe sobre o fornecimento de água e luz ao trabalhador desempregado, pelo prazo que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
145/83	4.077/80	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, dispondo sobre o pagamento de honorários advocatícios nas ações de mandado de segurança.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
148/83	4.159/80	Dispõe sobre a organização e manutenção de bibliotecas escolares para os níveis de 1º e 2º graus e nível superior.	Em tramitação
149/83	4.506/81	Fixa em 6 (seis) horas a jornada diária de trabalho nos serviços de coqueria e bateria de fornos, e determina outras providências.	Em tramitação
150/83	4.791/81	Proíbe a divulgação, em veículo de comunicação social, da fotografia do indiciado ou suspeito de crime ou contravenção, e dá outras providências.	Em tramitação
151/83	4.748/81	Faculta ao pescador profissional filiar-se à previdência social urbana, na qualidade de autônomo.	Em tramitação
152/83	4.746/81	Altera a redação do art. 201 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
153/83	4.702/81	Altera o caput do art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para facultar, ao empregado, a conversão de um terço até a metade do período de férias em abono pecuniário.	Em tramitação
154/83	4.168/80	Altera o art. 288 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
163/83	5.237/81	Altera a redação do § 5º do art. 13 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, elevando o valor da contribuição mínima dos profissionais liberais.	Em tramitação
166/83	3.731/80	Dispensa de qualquer ônus o requerimento de segunda via do título de eleitor, revogando o art. 54 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Em tramitação
167/83	5.419/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.185, de 11 de dezembro de 1974, sobre admissão de excepcionais no serviço público civil da União.	Em tramitação
168/83	4.989/81	Disciplina o exercício da profissão de Tecnólogo em Cooperativismo.	Em tramitação
169/83	5.043/81	Assegura ao servidor público o direito de afastar-se de seu cargo ou função, durante a campanha eleitoral, sem prejuízo de vencimentos e vantagens, introduzindo modificação no Código Eleitoral.	Em tramitação
171/83	5.064/81	Introduz modificações na Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, para o fim de estabelecer a participação das Polícias Militares dos Estados, Territórios e do Distrito Federal no Sistema Nacional de Trânsito.	Em tramitação
172/83	5.573/81	Autoriza o Poder Executivo a desapropriar a área de terra onde está localizado o Aeroporto Carlos Prates, em Belo Horizonte - MG, para a constituição de um Parque Público.	Em tramitação
173/83	5.567/81	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de conceder estabilidade provisória ao empregado que ingressar em juízo com reclamatória.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
174/83	5.365/81	Estende a ex-servidores da extinta Fundação Brasil Central e da antiga Prefeitura do Distrito Federal, os benefícios da Lei nº 6.890, de 11 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a contagem do tempo de serviço prestado por extranumerário, diarista ou tarefeiro, bem como pelo pessoal retribuído à conta de dotação global, na forma que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
175/83	5.670/81	Dispõe sobre a divulgação de documentos sigilosos e a proibição de destruí-los.	Em tramitação
176/83	5.161/81	Dá nova redação ao art. 110 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, determinando o pagamento, pelo infrator, de multa de trânsito de sua responsabilidade.	Arquivado (art. 278 do Reg. Int.)
177/83	5.197/81	Determina a adoção do princípio de sucumbência no processo judiciário trabalhista, mediante acréscimo de parágrafo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
178/83	4.945/81	Dispõe sobre o exercício do magistério no Sistema Braille, e dá outras providências.	Em tramitação
179/83	4.977/81	Reativa a faculdade prevista no art. 11 da Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976, que autoriza reajustamento adicional de benefícios previdenciários, e dá outras providências.	Em tramitação
180/83	3.713/80	Altera a redação do art. 84 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963 — Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	Em tramitação
181/83	5.551/81	Dispõe sobre a padronização do boletim de acidentes de trânsito.	Em tramitação
182/83	5.287/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que "dispõe sobre o condomínio em edificações..." para o fim de determinar a obrigatoriedade de instalação de medidores individuais em todos os serviços públicos remunerados mediante tarifa, em cada unidade autônoma.	Em tramitação
183/83	5.277/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 — Lei da Anistia, para o fim de beneficiar também servidoras públicas prejudicadas funcionalmente com a punição imposta a seus maridos.	Em tramitação
184/83	5.704/81	Estabelece as normas a serem cumpridas pelas empresas que exploram os serviços públicos especificados.	Em tramitação
185/83	4.874/81	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
187/83	5.957/82	Introduz alteração na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.	Em tramitação
188/83	5.641/81	Dispõe sobre férias para os segurados autônomos.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
189/83	5.794/81	Define como crime de responsabilidade, dos Prefeitos Municipais, pagar a seus servidores salários abaixo do valor correspondente ao salário mínimo da região, introduzindo disposição no art. 1º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.	Em tramitação
190/83	4.046/80	Dispõe sobre o uso de veículo oficial em fim de semana e dia feriado.	Em tramitação
193/83	5.921/82	Autoriza o Poder Executivo a criar um Fundo para o Alistamento Eleitoral.	Em tramitação
194/83	5.966/82	Dispõe sobre prazos de inscrição em concursos ou provas de habilitação da União, suas autarquias, empresas públicas e entidades mistas e dá outras providências.	Em tramitação
195/83	5.709/81	Altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal — para efeito de garantir à mulher casada o direito de queixa, e dá outras providências.	Em tramitação
196/83	3.642/80	Dispõe sobre a incorporação ao patrimônio público dos presentes e doações recebidos pelas autoridades que menciona e dá outras providências.	Em tramitação
197/83	5.729/81	Altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que instituiu a modalidade de sorteio de números — LOTO.	Em tramitação
198/83 (Vide PLC/236/83)	803/83	Dispõe sobre a realização de concursos públicos e determina outras providências.	Em tramitação
199/83	263/83	Exclui, dentre os considerados de interesse da Segurança Nacional, os Municípios de Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Corumbá, Eldorado, Iguatemi, Ladário, Mundo Novo, Ponta Porã e Porto Murinho, no Estado de Mato Grosso do Sul.	Em tramitação
200/83	5.311/81	Assegura ao Guarda-noturno o direito à aposentadoria especial aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, e determina outras providências.	Em tramitação
201/83	287/83	Exclui, dentre os considerados de interesse da Segurança Nacional, o Município de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul.	Em tramitação
202/83	5.109/81	Regula o exercício da profissão de Motorista, e determina outras providências.	Em tramitação
204/83	4.969/81	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.	Em tramitação
206/83	77/83	Outorga ao Presidente Getúlio Vargas o título de "Patrono dos Trabalhadores do Brasil".	Em tramitação
207/83	6.011/82	Altera a Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos.	Em tramitação
208/83	1.318/79	Dispõe sobre a criação de Junta de Conciliação e Julgamento no Município de Araras, Estado de São Paulo.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
209/83	236/83	Extingue o período de carência para a concessão do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez no âmbito da Previdência Social, e determina outras providências.	Em tramitação
210/83	4.294/81	Revoga o § 4º do art. 37 da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 — Lei de Imprensa.	Em tramitação
212/83	4.802/81	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 5.474, de 18 de junho de 1968, que dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências.	Em tramitação
213/83	761/83	Revoga o art. 243 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o horário dos ferroviários de estações do interior.	Em tramitação
214/83	6.038/82	Revoga o art. 2º do Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contribuição previdenciária por parte de aposentados e pensionistas.	Em tramitação
215/83	553/83	Altera o art. 1º e seu § 1º da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, para ampliar as hipóteses de cabimento de ação popular e de legitimação para propô-la.	Em tramitação
217/83	505/75	Determina a obrigatoriedade da incidência de juros e correção monetária nos débitos de entidades públicas.	Em tramitação
218/83	566/75	Assegura o direito de preferência, dos atuais ocupantes de imóveis residenciais do Instituto Nacional da Previdência Social — INPS, à aquisição das unidades respectivas.	Em tramitação
219/83	405/75	Dispõe sobre a aplicação de produtos saneantes clorados.	Em tramitação
220/83	12/75	Institui o "Dia da Bíblia", para ser comemorado anualmente em todo o território nacional no segundo domingo de dezembro.	Em tramitação
221/83	316/75	Acrescenta parágrafos ao art. 77 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
222/83	416/75	Dispõe sobre a anotação do salário, na Carteira de Trabalho e Previdência Social dos barbeiros, cabeleireiros, manicures e massagistas.	Em tramitação
223/83	3.322/80	Assegura ao aposentado por invalidez que retorna à atividade, após se recuperar parcialmente, ou para trabalho diverso do que habitualmente exercia, direito a manter seus proventos.	Em tramitação
224/83	600/75	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
225/83	138/75	Institui o "Dia da Comunidade Afro-Brasileira" e determina outras providências.	Em tramitação
226/83	5.693/81	Declara de utilidade pública o Grupo Espírita Cristão "André Luiz de Interlagos", sediado na cidade de São Paulo — SP.	A sanção Lei nº 7.311 de 8-5-85

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
227/83	2.555/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo regime especial de férias para os tripulantes de unidades mercantes.	Em tramitação
228/83	5.566/81	Introduz alterações no Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, para o fim de incluir o crime de porte de arma e seus conseqüentários.	Em tramitação
229/83	593/75	Introduz alterações no Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que trata da responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, dispondo sobre maior proteção do mandato legislativo dos Vereadores.	Em tramitação
230/83	5.480/81	Altera o art. 100 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
231/83	614/75	Erige em monumento nacional o túmulo de Getúlio Dorneles Vargas, na cidade de São Borja.	Em tramitação
233/83	318/75	Concede dispensa de pagamento das prestações relativas à aquisição da casa própria, e dá outras providências.	Em tramitação
234/83	607/79	Altera dispositivo do Código de Processo Civil, aprovado pela Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, retificado pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.	Em tramitação
235/83	4.141/80	Altera dispositivos da Lei nº 5.507, de 10 de outubro de 1968, estendendo seus benefícios aos filhos menores de policiais mortos em serviço.	Em tramitação
236/83 (Vide PLC/198/83)	6.064/82	Dispõe sobre a realização de concursos públicos, e determina outras providências.	Em tramitação
238/83	4.009/80	Altera o art. 1º da Lei nº 5.589, de 3 de julho de 1970, para estender aos documentos que mencionam a autenticação pelo processo de chancela mecânica.	Em tramitação
239/83	2.183/79	Altera a redação do art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que modificou a legislação de previdência social.	Rejeitado
240/83	191/75	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 5.802, de 11 de setembro de 1972, que dispõe sobre a inscrição em prova de habilitação à livre docência, e determina outras providências.	Em tramitação
241/83	3.537/80	Altera a redação do § 2º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre licença para o empregado que se ausentar do trabalho para desempenhar funções sindicais.	Em tramitação
242/83	1.100/83	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 1.134, de 14 de junho de 1950, para atribuir às Federações e à Confederação dos Servidores Públicos do Brasil a competência para representarem seus associados junto, respectivamente, às autoridades estaduais e federais.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
243/83	6.200/82	Altera a Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família, a que se referem os arts. 161 e 256 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, na parte que diz respeito à Previdência.	Em tramitação
244/83	6.105/82	Determina a contratação, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, dos representantes do FUNRURAL que contem mais de 2 (dois) anos de efetivo exercício no cargo.	Em tramitação
245/83	3.398/80	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
247/83	842/75	Altera dispositivos da Lei nº 4.726, de 13 de julho de 1965, que “dispõe sobre os serviços do registro do comércio e atividades afins, e dá outras providências”.	Em tramitação
249/83	1.743/76	Altera o art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que “cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, e dá outras providências”.	Em tramitação
250/83	1.833/76	Acrescenta parágrafo ao art. 116 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre a proibição de fixar valores diferentes do salário mínimo em um mesmo Estado, a partir de 1976.	Em tramitação
251/83	15/83	Exclui o Município de Canoas da relação dos municípios declarados áreas de segurança nacional.	À Sanção Lei nº 7.308 de 15-4-85
253/83	1.661/75	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 5.668, de 23 de junho de 1971, que “dispõe sobre a filiação dos empregados das Bolsas de Valores no sistema orgânico da Previdência Social, e dá outras providências”.	Em tramitação
254/83	905/75	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.757, de 3 de dezembro de 1971, que estabelece regime de gratificação ao pessoal à disposição do FUNRURAL, dispondo sobre a obrigatoriedade da apresentação do Certificado de Regularidade de situação e Certificado de Quitação, que serão exigíveis a partir de 1º de janeiro de 1976.	Em tramitação
255/83	301/83	Revoga e altera dispositivos da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que define os crimes contra a segurança nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências.	Em tramitação
256/83	1.327/75	Altera a redação do § 2º do art. 2º da Lei número 6.210, de 4 de junho de 1975, que extingue as contribuições sobre benefícios da previdência social e a suspensão da aposentadoria por motivo de retorno à atividade.	Em tramitação
257/83	1.658/75	Acrescenta parágrafo ao art. 79 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
259/83	826/75	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, proibindo a dispensa da gestante nas condições que especifica.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
261/83	648/75	Altera a redação do art. 9º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social, e dá outras providências.	Em tramitação
262/83	1.619/75	Altera disposições da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, que regula a repressão ao abuso do poder econômico, e dá outras providências.	Em tramitação
263/83	1.851/76	Eleva para 25% (vinte e cinco por cento) o acréscimo da remuneração do trabalho noturno sobre o diurno, e fixa o período noturno entre as 20:00 horas de um dia e as 06:00 horas do seguinte, modificando a redação ao art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
	Tramitação conjunta com o PLS nº 326/80		
264/83	2.076/76	Dá nova redação ao inciso I do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
266/83	2.120/83	Dispõe sobre o vestibular para os Cursos de Comunicação Social, nas condições que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
278/83	4.941/81	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a transferir o imóvel que menciona, situado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Em tramitação
	Poder Executivo		
279/83	1.370/83	Aplica aos denominados “Soldados da Borracha” disposições das Leis n.ºs 5.315, de 12 de setembro de 1967, e 5.698, de 31 de agosto de 1971, e dá outras providências.	Em tramitação
280/83	2.674/80	Estabelece condições de associado efetivo de entidade de Previdência Privada, e dá outras providências.	Em tramitação
281/83	102/76	Dispõe sobre a concessão do benefício auxílio-doença ao trabalhador rural.	À Sanção veto total
	Complementar		
282/83	6.030/82	Dá nova redação ao art. 133 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
283/83	1.013/83	Dispõe sobre o alistamento de quem venha a completar dezoito anos de idade entre a data de encerramento do alistamento e a véspera do dia da eleição.	Em tramitação
284/83	2.101/76	Acrescenta parágrafo único ao art. 476 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
285/83	2.353/76	Equipara as associações de classe aos sindicatos para os fins previstos no Decreto nº 57.870, de 25 de fevereiro de 1966, que institui Programa Especial de Bolsas de Estudo.	Em tramitação
287/83	2.197/76	Revoga o art. 11 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a legislação da previdência social.	Em tramitação
288/83	4.330/81	Altera os arts. 523 e 524 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
289/83	2.397/76	Dispõe sobre a obrigatoriedade de aceitar inscrição, em concurso público, de candidato que, não estando de posse do diploma do curso escolar exigido, possa provar havê-lo concluído.	Em tramitação
291/83	661/83	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, que autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências.	Em tramitação
1/84	2.445/76	Dispõe sobre a resistência de veículos, altera o art. 36 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, e dá outras providências.	Em tramitação
2/84	3.061/76	Dá nova redação à alínea g do art. 1º do Decreto-lei nº 1.003, de 21 de outubro de 1969 — Lei da Organização Judiciário Militar.	Em tramitação
4/84	2.401/76	Dispõe sobre requisitos de segurança para fabricação de veículos automotores e dá outras providências.	Em tramitação
5/84	3.825/77	Proíbe os estabelecimentos de ensino de receberem, adiantadamente, anuidades escolares, vedando, ainda, a emissão de título de crédito com a mesma finalidade, e dá outras providências.	A Câmara
6/84	3.791/77	Limita a contratação de empréstimos pelos Prefeitos Municipais e dá outras providências.	Em tramitação
7/84	27/79	Dispõe sobre o exercício da profissão de pedicuro.	Em tramitação
(Tramitação conjunta com o PLC 87/83)			
8/84	2.124/79	Altera a redação do art. 57 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social, e dá outras providências.	Em tramitação
10/84	3.304/77	Altera o Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, modificando o traçado da BR-080.	Em tramitação
11/84	3.681/77	Altera dispositivo da Lei nº 6.032, de 30 de abril de 1974, que dispõe sobre o Regimento de Custas da Justiça Federal.	À Sanção Lei nº 7.400, de 5-11-85
12/84	2.518/76	Fixa a multa máxima permitida em casos de atrasos nos pagamentos de mensalidades ou anuidades escolares.	Em tramitação
13/84	2.716/76	Dá nova redação ao § 2º do art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com as modificações da legislação posterior.	Em tramitação
Tramitação conjunta com o PLS 32/85			
14/84	2.867/76	Intraduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de assegurar estabilidade provisória à mulher trabalhadora que contrair núpcias.	Em tramitação
15/84	2.760/76	Dá nova redação ao § 3º do art. 8º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a legislação previdenciária.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
16/84	3.013/76	Altera o Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, incluindo ligações na EF-116, no trecho Crato—Salgueiro.	Em tramitação
17/84	2.845/76	Acrescenta dispositivos à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para dispor sobre o segurado que tiver assumido cargo público e perdido o prazo para continuar contribuindo como autônomo.	A sanção veto total
18/84	3.313/77	Acrescenta dispositivo ao texto da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito, objetivando facilitar o transporte de pessoas que necessitem de atendimento médico urgente.	Em tramitação
21/84	6.082/82	Dispõe sobre a inviolabilidade dos Vereadores.	Arquivado Art. 278 do RI
22/84	3.603/77	Amplia o traçado da ligação ferroviária EF-465, da Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.	Em tramitação
23/84	126/79	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-ei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
24/84	1.319/83	Dá nova relação ao art. 15 do Decreto-lei nº 411, de 8 de janeiro de 1969, que dispõe sobre a administração dos Territórios Federais, a organização dos seus Municípios e dá outras providências.	Rejeitado
26/84	3.004/80	Regula a responsabilidade civil das empresas de ônibus no transporte de passageiros.	Em tramitação
27/84	2.567/83	Institui o "Dia da Solidariedade ao povo libanês", e dá outras providências.	Em tramitação
28/84	56/79	Dispõe sobre a aposentadoria especial para os motoristas profissionais.	Em tramitação
29/84	128/79	Determina a inclusão de parágrafo no art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social, regulando a inclusão dos pescadores no regime dessa Lei.	A sanção Lei nº 7.356 de 30-8-85
30/84	75/79	Assegura a transferência da matrícula de universitários funcionários públicos estaduais, nas condições que especifica.	Em tramitação
31/84	87/79	Proíbe a dispensa de empregado acidentado, até 12 (doze) meses após a sua volta ao trabalho, nas condições que menciona.	Em tramitação
32/84	32/79	Altera a redação do art. 1º da Lei nº 5.958, de 10 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a retroatividade da opção pelo regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
33/84	2.103/76	Revigora, por 180 (cento e oitenta) dias, dispositivo do Decreto-lei nº 194, de 24 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
34/84	91/79	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais e dá outras providências.	Em tramitação
38/84	753/79	Altera dispositivo da Lei nº 4.726, de 13 de julho de 1965, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e Atividades afins, e dá outras providências.	Em tramitação
39/84	611/79	Dispõe sobre não-incidência tributária nos casos que especifica.	Em tramitação
40/84	3.006/76	Dispõe sobre a obrigatoriedade de vacinação anti-aftosa, e dá outras providências.	Em tramitação
41/84	1.272/83	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Roraima e dá outras providências.	Lei nº 7.364, de 12-9-85 Veto parcial
44/84	619/79	Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de Direito Agrário nas Faculdades de Agronomia e de Direito do País.	Em tramitação
46/84	615/79	Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios, e dá outras providências.	Em tramitação
47/84	702/79 (Tramita em conj. com o PLC 175/84)	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, e do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.	Em tramitação
48/84	705/79	Altera a redação do § 1º do art. 475 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
49/84	711/79	Institui o passe livre a professores e seus dependentes, nos transportes urbanos coletivos de passageiros, e determina outras providências.	Arquivado (Art. 278 do R.I.)
51/84	6/83 Poder Executivo	Estabelece normas sobre o processo de trabalho.	Em tramitação
53/84	66/79	Dispõe sobre a situação do empregado que se candidate ou que seja eleito vereador.	Em tramitação
54/84	880/79	Dá nova redação aos arts. 1º e 4º da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.	À Câmara
55/84	759/83	Determina que os depósitos e repasses dos órgãos públicos federais do Nordeste sejam feitos no Banco do Nordeste do Brasil S.A. — BNB.	À Câmara
57/84	577/83	Altera a redação do art. 237 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
58/84	3.886/77	Modifica a redação do Capítulo II da Convenção de Condomínio — do Título I da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.	Em tramitação
60/84	4.152/80	Dispõe sobre a perda da pensão do cônjuge credor, introduzindo alteração no art. 29 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
61/84	944/79 (Tramita em conj. com o PLC nº 175/84)	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal.	Em tramitação
62/84	820/79	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 6.260, de 6 de novembro de 1975, para equiparar ao empregador rural os filhos maiores de idade.	Em tramitação
63/84	871/79	Inclui nos encargos de famílias as importâncias pagas a título de alimentos ou pensões, em nome da mãe adotiva, para efeito de abatimento da renda bruta do contribuinte do Imposto de Renda.	Em tramitação
64/84	1.447/79	Dispõe sobre a criação de 2 (duas) Escolas Agrícolas no Estado do Pará, a nível de 2º grau.	Em tramitação
67/84	818/79	Estabelece medidas de proteção ao trabalhador rural exposto a substâncias químicas nocivas.	Em tramitação
68/84	864/79	Dispõe sobre amparo a inválidos congênitos, introduzindo alterações na Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974.	Em tramitação
69/84	867/79	Autoriza as entidades públicas ou privadas, em todo o território nacional, a aproveitar a capacidade ociosa de suas instalações e do seu pessoal para fins educativos, e dá outras providências.	Em tramitação
70/84	928/79	Acrescenta parágrafos aos arts. 766 e 859 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e determina outras providências.	Em tramitação
71/84	1.174/79	Dá nova redação ao art. 39 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo.	Em tramitação
72/84	1.206/79	Estabelece condições para a alienação de empresas desestatizadas.	Em tramitação
73/84	1.223/79	Modifica o art. 237 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
79/84	1.224/79	Introduz alterações na Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências.	Em tramitação
81/84	6.228/82 Poder Executivo	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a doar o imóvel que menciona.	Em tramitação
83/84	1.583/79	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de ampliar o alcance da estabilidade do art. 492 ao empregado que tenha exercido cargo de direção ou representação sindical, e dá outras providências.	Em tramitação
87/84	1.115/75	Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.138, de 8 de novembro de 1974, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização do comércio de fertilizantes.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
88/84	853/79	Dispõe sobre o recolhimento de contribuições previdenciárias e altera o inciso II do art. 79 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Prejudicado
89/84	307/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
90/84	305/79	Modifica o art. 3º do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1968, que dispõe sobre a verificação judicial de insalubridade e periculosidade, e dá outras providências.	Prejudicado
92/84	170/79	Obriga o plantio de árvores nativas e frutíferas nos projetos de florestamento e reflorestamento.	Em tramitação
93/84	2.932/76	Introduz alterações na Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais, e dá outras providências.	Em tramitação
95/84	2.494/83 Poder Executivo	Cria a Guarda Costeira.	Retirado pelo autor
96/84	302/79	Altera a redação do art. 85 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.	Em tramitação
97/84	990/75	Dispõe sobre a prescrição dos processos ético-disciplinares contra profissionais liberais, e dá outras providências.	Em tramitação
98/84	235/79	Acrescenta § 2º ao art. 11 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural.	Em tramitação
99/84	3.818/77	Dispõe sobre a plantação da árvore pau-brasil em parques nacionais, e dá outras providências.	Em tramitação
100/84	200/79	Dispõe sobre a preservação da fauna fluvial na hipótese que especifica.	Em tramitação
101/84	1.075/75	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que institui o salário-família do trabalhador, e dá outras providências.	Em tramitação
102/84	389/75	Dispensa a exigência do visto de saída para brasileiro residente no exterior.	Em tramitação
103/84	281/79	Dá a denominação de "Afonso Pena" ao aeroporto de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.	A sanção Lei nº 7.343, de 15-7-85
104/84	282/79	Estabelece a gratuidade da expedição de atestados médicos e carteiras de saúde, pelos órgãos públicos federais.	Em tramitação
105/84	2.105/76	Dispõe sobre financiamentos a agricultores.	Em tramitação
106/84	231/83	Assegura os benefícios da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, aos que foram punidos por motivos políticos, embora sem fundamento nos Atos Institucionais e Complementares, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
107/84	291/79	Acrescenta § 4º ao art. 4º da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971 (com nova redação dada pela Lei nº 5.864, de 12 de dezembro de 1972), isentando as instituições filantrópicas do pagamento da "Taxa de Distribuição de Prêmios".	Em tramitação
108/84	586/75	Faculta o pagamento do empregado através de cheque, e determina outras providências, alterando a redação dos arts. 463 e 465 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
109/84	273/79	Institui o tombamento do sítio urbano constituído pela Lapa e Encosta de Santa Tereza, na cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências.	Em tramitação
110/84	1.816/76	Assegura aos beneficiários do empregado não optante pelo regime do FGTS, quando de sua morte, a indenização prevista no art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
111/84	192/79	Dispõe sobre a obrigatoriedade de a decisão no processo judiciário trabalhista estabelecer os honorários advocatícios quando vencido o empregador, alterando a redação do § 2º do art. 832 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
112/84	1.473/79	Altera a redação do art. 4º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958 — Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família, e dá outras providências.	Em tramitação
114/84	234/79	Institui o seguro obrigatório para atletas profissionais.	Em tramitação
115/84	295/79	Dispõe sobre a filiação facultativa da dona de casa ao regime da Previdência Social.	Em tramitação
116/84	2.595/83	Acrescenta parágrafo ao art. 232 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	A Sanção Lei nº 7.359, de 10-9-85
117/84	1.208/83	Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.306, de 9-4-85
118/84	634/75	Institui o Código Civil.	Em tramitação
119/84	272/79	Institui o tombamento do sítio cultural denominado Cinelândia, na cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências.	Em tramitação
120/84	305/75	Altera a redação do art. 4º e acrescenta dispositivos ao art. 5º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao funcionário e sua família, e dá outras providências.	Em tramitação
121/84	496/79	Dispõe sobre a aplicação obrigatória da jornada-padrão de trabalho (arts. 58 e 61 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943) aos vigilantes ou guardas de segurança em estabelecimentos de crédito.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
122/84	2.742/76	Introduz alterações na Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, para o fim de compatibilizá-la integralmente com a Constituição em vigor.	Em tramitação
123/84	1.608/79	Disciplina o transporte de madeira em toras, por via fluvial.	Em tramitação
124/84	2.770/83	Dispõe sobre a atualização monetária das importâncias devidas pela Fazenda Pública, em virtude de setença judicial, simplifica trâmites processuais e dá outras providências.	Retirado pelo autor
125/84	2.951/76	Torna obrigatória a criação, em todos os municípios brasileiros, de parques especificamente destinados à preservação do meio ambiente e dá outras providências.	Em tramitação
127/84	148/79	Dispõe sobre a comercialização de defensivos destinados à agropecuária, institui a obrigatoriedade de receituário agrônomo e veterinário para sua aquisição, e dá outras providências.	Em tramitação
128/84	547/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre o trabalho noturno e o executado em condições de insalubridade.	Em tramitação
129/84	1.593/79	Mantém a denominação de Celso Suckow da Fonseca para o Centro Federal de Educação Tecnológica, com sede na Cidade do Rio de Janeiro.	Prejudicado
131/84	459/79	Altera a redação do art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
132/84	764/75	Dispõe sobre a concessão de meia-entrada a estudantes em cinemas e teatros.	Em tramitação
133/84	553/79	Altera o art. 33 e o § 2º do art. 64 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
134/84	28/83	Torna eliminatória a prova de Língua Portuguesa no concurso vestibular.	Em tramitação
135/84	170/75	Dispõe sobre a contagem recíproca do tempo de serviço prestado pelo trabalhador como segurado do INPS e beneficiário do FUNRURAL.	Em tramitação
136/84	544/79	Altera o inciso IX do art. 1º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, incluindo a obtenção de empréstimo excedentes da capacidade de pagamento da receita orçamentária do município, durante o último ano de mandato, entre os crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais.	Em tramitação
137/84	294/79	Altera a redação do caput do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprova-la pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
138/84	3.386/77	Dispõe sobre a velocidade máxima de 100 km/h (cem quilômetros horários) para veículos que trafegam em auto-estradas e 90 km/h (noventa quilômetros horários) nas demais rodovias pavimentadas em todo o Território Nacional.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
139/84	428/79	Dispõe sobre a suspensão do art. 555 e suas alíneas da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
140/84	616/83	Equipara às empresas jornalísticas, para fins de responsabilidade civil e penal, as empresas cinematográficas.	À Sanção Lei nº 7.300, de 27-3-85
142/84	329/79	Considera insalubre o trabalho de coleta, transporte e tratamento de lixo, para os efeitos que especifica.	Em tramitação
143/84	365/79	Dispõe sobre a concessão dos direitos e vantagens da Lei nº 1.234, de 14 de novembro de 1950, aos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, nas mesmas condições.	Arquivado (Art. 278 do R.I.)
144/84	558/79	Dispõe sobre a criação de Escola Técnica Agrícola e de Economia Doméstica, no Município de São Fidélis, no Estado do Rio de Janeiro.	Em tramitação
145/84	486/79	Acrescenta § 3º ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
146/84	2.394/76	Altera a redação dos §§ 4º e 5º do art. 23 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que modifica a legislação de previdência social e dá outras providências.	Em tramitação
147/84	331/79	Altera a redação do inciso I do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
148/84	401/79	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975, que regula a situação do aposentado pela Previdência Social que volta ao trabalho e a do segurado que se vincula ao seu regime, após completar 60 (sessenta) anos de idade.	Em tramitação
149/84	322/79 Tramitando em conjunto PLC 195/84	Introduz alterações no art. 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
157/84	6.487/82 Poder Executivo	Fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Fonoaudiólogo, e dá outras providências.	Em tramitação
159/84	2.529/76	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
162/84	4.965/81 Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar ao Estado de Goiás os imóveis que menciona.	À sanção Lei nº 7.445 de 20-12-85
163/84	1.913/83	Revoga o Decreto-lei nº 1.284, de 28 de agosto de 1973, que declarou o Município de Anápolis de interesse da segurança nacional.	À sanção Lei nº 7.303 de 1-4-85

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
164/84	3.001/84	Autoriza a reversão ao Município de Ourinhos, Estado de São Paulo, do terreno que menciona.	À sanção Lei nº 7.344, de 15-7-85
165/84	3.472/84	Fixa os valores da retribuição do Grupo-Atividades de Fiscalização de Combustíveis, do Serviço Civil do Poder Executivo, e dá outras providências.	À sanção veto total
166/84	1.769/83	Autoriza a reversão ao Estado de Mato Grosso, do terreno que menciona.	À sanção Lei nº 7.331, de 1-7-85
171/84	3.989/84	Concede pensão especial a Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior, ex-Arcebispo de Niterói — RJ.	Retirado pelo autor
175/84	1.655/83	Institui o Código de Processo Penal.	Em tramitação
177/84	2.039/79	Acrescenta parágrafos ao art. 450 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
178/84	2.241/79	Estabelece a obrigatoriedade de constar das capas de discos de músicas nacionais, as respectivas letras e os dados biográficos dos seus autores e dá outras providências.	Em tramitação
179/84	1.521/79	Veda aos cônjuges e a parentes consanguíneos ou afins, entre si, até o 3º grau, pertencerem ao mesmo diretório partidário, acrescentando inciso ao art. 26 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos.	Em tramitação
180/84	379/79	Atribui aos vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento a função de conciliar os dissídios individuais e dá outras providências.	Em tramitação
181/84	1.797/79	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a Reforma Bancária, para o fim de determinar que as instituições financeiras privadas tornem públicas as suas tabelas de juros.	Em tramitação
182/84	2.106/79	Proíbe o fumo nas salas de aula, auditórios e bibliotecas dos estabelecimentos de todos os graus e modalidades de ensino e dá outras providências.	Em tramitação
183/84	169/83	Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação, incluindo a Rodovia de Integração Sul-Centro-Oeste.	A Câmara
184/84	1.578/83	Inclui, no cálculo dos proventos de aposentadoria, gratificações de complementação salarial e de serviço extraordinário percebidas por servidor público na atividade e dá outras providências.	Em tramitação
185/84	2.189/79	Dispõe sobre a criação de um Distrito Rodoviário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER no Estado do Acre.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
186/84	871/83	Altera dispositivos da Lei nº 6.996, de 7 de junho de 1982, que dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais e dá outras providências.	Em tramitação
187/84	386/83	Determina a devolução aos municípios do montante das retenções efetuadas a título de custeio do serviço de lançamento e arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.	Em tramitação
188/84	260/83	Acrescenta parágrafo ao art. 132 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Em tramitação
189/84	2.550/79	Modifica o Plano Nacional de Viação.	Em tramitação
190/84	2.804/80	Torna obrigatória a construção de creches nos conjuntos residenciais de Cooperativas Habitacionais financiadas pelo Banco Nacional da Habitação — BNH.	Em tramitação
192/84 (Complementar)	29/83	Altera, e acrescenta dispositivo, a Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que estabelece os requisitos mínimos para a criação de novos municípios.	Em tramitação
193/84	2.816/80	Estabelece multa pelo descumprimento do prazo previsto no art. 1º da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.	Em tramitação
195/84	2.065/79	Altera o art. 50 da Consolidação das Leis da Previdência Social — CLPS, aprovada pelo Decreto nº 89.312, de 23 de janeiro de 1984.	Em tramitação
196/84	2.736/83	Dispõe sobre a alienação de imóveis pertencentes aos municípios e dá outras providências.	Em tramitação
197/84	953/83	Institui o Programa Nacional do Milho — PRO-MILHO e determina outras providências.	Em tramitação
198/84	2.925/80	Veda a concessão de recursos oriundos de incentivos fiscais da área da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE às empresas que especifica.	Em tramitação
199/84	1.718/79	Dispõe sobre a contribuição para a Previdência Social de servidor público sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e sobre a fixação do valor dos benefícios.	Em tramitação
200/84	504/70	Dispõe sobre a possibilidade de os sindicatos de trabalhadores poderem reclamar em juízo, independentemente de mandato procuratório, adicionais de insalubridade e periculosidade, em benefício de seus associados.	Em tramitação
201/84	2.232/79	Altera os arts. 29 e 53 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir penalidade para os casos de recusa de anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
202/84	1.735/79	Dispõe sobre o sistema previdenciário dos servidores municipais.	Em tramitação
203/84	2.516/79	Dispõe sobre o advogado dativo, modificando artigo do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, aprovado pela Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963.	Em tramitação
204/84	2.762/80	Altera a redação do art. 18 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências.	Em tramitação
208/84	1.678/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
209/84	525/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na parte relativa ao adicional de periculosidade, e determina outras providências.	Em tramitação
210/84	522/79	Acrescenta parágrafo ao art. 489 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a rescisão do contrato de trabalho, sem ônus para o empregado, durante o período do aviso prévio.	Em tramitação
213/84	586/79	Dispõe sobre a concessão de salário-família aos empregados domésticos.	Em tramitação
214/84	1.720/79	Estende ao titular de firma individual, ao diretor, aos sócios de todas as condições, ao autônomo e ao empregado doméstico a proteção da Lei número 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho.	Arquivado (Art. 278 do R.I.)
215/84 Poder Executivo	635/75	Institui a Lei das Contravenções Penais.	Em tramitação
216/84	380/79	Dispõe sobre reescalonamento de débitos bancários dos produtores do Vale do São Francisco atingidos por inundações.	Em tramitação
218/84 (Complementar)	1/83	Cria o Estado do Tocantins e determina outras providências.	A sanção Veto total
221/84	1.850/79	Modifica legislação sobre supervisão ministerial e dá outras providências.	Em tramitação
222/84	1.959/79	Revoga incisos do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei número 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
223/84	2.099/79	Modifica a redação do art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
224/84	1.907/79	Acrescenta Seção ao Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre a Segurança e Medicina do Trabalho.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
225/84	2.170/79	Dá nova redação ao caput do art. 143, da Consolidação das Leis da Previdência Social — CLPS, aprovada pelo Decreto nº 89.312, de 23 de janeiro de 1984.	Em tramitação
226/84	1.940/79	Estabelece a obrigatoriedade da empresa em manter um Assistente Social na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), visando ao estudo de suas causas.	Arquivado (Art. 278 do Reg. Int.)
227/84	1.737/79	Faculta ao Prefeito Municipal, na hipótese que menciona, a filiação à Previdência Social.	Em tramitação
228/84	1.759/79	Altera a redação do art. 469 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
229/84	2.145/79	Acrescenta § 4º ao art. 6º do Decreto-lei número 1.691, de 2 de agosto de 1979, para autorizar o Poder Executivo a fixar a porcentagem, de participação dos Municípios no produto da arrecadação da Taxa Rodoviária Única, atendendo-se ao limite mínimo de vinte por cento do total arrecadado.	Em tramitação
230/84	1.822/79	Altera a redação do inciso VI do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
231/84 (Complementar)	232/84	Dispõe sobre os empregados das empresas agroindustriais e agrocomerciais que exercem suas atividades no meio rural.	Em tramitação
232/84	2.045/79	Dá nova redação ao inciso II do art. 54 da Consolidação das Leis da Previdência Social — CLPS, aprovada pelo Decreto nº 89.132, de 23 de janeiro de 1984.	Em tramitação
234/84	4.493/84	Concede anistia aos que efetuaram conversão de- sautorizada em veículos.	Em tramitação
235/84 Poder Executivo	3.014/84	Dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 7.433 de 18-12-85
236/84	1.298/83	Disciplina e limita o comprometimento da renda familiar dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação — SFH e os reajustes da casa própria.	Em tramitação
238/84 Poder Executivo	1.770/83	Autoriza a reversão ao Município de Jacarezinho, Estado do Paraná, do terreno que menciona.	À Sanção Lei nº 7.337 de 8-7-85
239/84 Poder Executivo	3.739/84	Cria cargos de Procurador Militar de 2ª Categoria na carreira do Ministério Público da União junto à Justiça Militar e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.380 de 7-10-85
240/84 Poder Executivo	3.023/84	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a doar o imóvel que menciona.	À Sanção Lei nº 7.442 de 20-12-85
244/84	4.637/84	Altera a redação do art. 156 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 — Lei de Execução Penal.	Em tramitação
245/84 Poder Executivo	3.858/84	Autoriza a transferência da participação da União Federal no Capital da Companhia Nacional de Alcalis.	À Sanção Lei nº 7.382 de 15-10-85

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
246/84 Poder Executivo	1.768/83	Autoriza a permuta dos terrenos que menciona, situados no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.	Em tramitação
249/84	526/83	Altera os arts. 58, 59 e 374 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, fixando a jornada semanal em 40 (quarenta) horas de trabalho.	Em tramitação
250/84	4.222/84	Dispõe sobre a reversão ao Município de Boa Vista, no Território Federal de Roraima, nos termos que especifica, de gleba patrimonial.	À Sanção Veto total
251/84 Poder Executivo	4.517/84	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Assistente Social, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.341, de 10-7-85
252/84 Poder Executivo	3.031/84	Introduz modificação no Sistema Financeiro de Habitação — SFH e dá outras providências.	Em tramitação

b) da presente sessão legislativa

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
1/85	4.239/84	Dispõe sobre a estruturação de Categorias Funcionais do Grupo-Atividades de Apoio Judiciário do Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.299, de 14-3-85
2/85	4.794/84	Altera a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, para incluir o basalto no regime especial de exploração por licenciamento.	À Sanção Lei nº 7.312, de 16-5-85
3/85 Poder Executivo	5.134/85	Prorroga, até o dia 28 de junho de 1985, o prazo fixado no Decreto-lei nº 2.175, de 27 de novembro de 1984, para a regularização do recolhimento dos débitos previdenciários das Prefeituras e Autarquias Municipais.	À Sanção Lei nº 7.302, de 29-3-85
4/85	185/79	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estender a exigência da proporcionalidade de dois terços de empregados brasileiros a outros setores.	Em tramitação
5/85 Poder Executivo	4.729/84	Altera a composição e a organização interna dos Tribunais Regionais do Trabalho que menciona, cria cargos e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.325, de 18-6-85
6/85	4.352/81	Estende aos trabalhadores avulsos os benefícios da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, que dispõe sobre as entidades de previdência privada e dá outras providências.	Em tramitação
7/85 Poder Executivo	3.009/84	Autoriza o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF a doar o imóvel que menciona.	À Sanção Lei nº 7.368, de 18-9-85
8/85	4.616/84	Dispõe sobre medidas de segurança aos ex-Presidentes da República e dá outras providências.	Em tramitação
9/85	3.905/84	Altera a denominação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.321, de 13-6-85

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
10/85	3.809/85	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a alienar, mediante venda, os imóveis urbanos que menciona, de sua propriedade.	Em tramitação
11/85	4.024/84	Dispõe sobre a criação de cargos na secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Alagoas e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.372, de 24-9-85
12/85	5.272/85 Poder Executivo	Autoriza a desapropriação de ações das companhias que menciona e a abertura de crédito especial de até Cr\$ 900.000.000.000 (novecentos bilhões de cruzeiros) e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.135, de 24-5-85 Veto parcial
13/85	3.413/80	Institui a obrigatoriedade de seguro, nos financiamentos de investimentos rurais, cobrindo o risco de morte ou invalidez permanente.	Em tramitação
14/85	2.393/79	Atera a redação do art. 135 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre a concessão das férias anuais remuneradas.	A Sanção Lei nº 7.414, de 9-12-85
15/85	4.248/80	Institui a Caderneta de Controle de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS e dá outras providências.	Em tramitação
16/85	1.880/83	Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.398, de 4-11-85 Veto parcial
17/85	2.296/83	Dispõe sobre a defesa de médico, servidor público, em processos judiciais decorrentes do exercício da profissão.	A Sanção Veto total
18/85	4.337/84	Dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.371, de 24-9-85
19/85	2.789/83	Dá o nome de “Guarulhos” ao aeroporto em construção no Município paulista do mesmo nome e determina outras providências.	Em tramitação
20/85	4.984/85	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, assim como a qualquer outro interesse difuso, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.347, de 24-7-85 Veto Parcial
21/85	4.212/84 Poder Executivo	Concede pensão especial a Josa Pedro Tiradentes, trineto de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.	A Sanção Lei nº 7.342, de 10-7-85
22/85	4.421/84 Poder Executivo	Concede pensão especial a Clodomiro Ignácio Xavier, ex-Cabo do Exército, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.327, de 18-6-85
23/85	1.558/83	Altera o art. 1º da Lei nº 883, de 21 de outubro de 1949, que dispõe sobre o reconhecimento de filhos ilegítimos.	Em tramitação
24/85	4.211/84	Dispõe sobre os pré-requisitos para o desempenho de cargos de chefia e assessoramento do Grupo-DAS, na Secretaria da Receita Federal.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
25/85	818/83	Exclui, dentre os considerados de interesse da segurança nacional, os municípios de Cubatão, São Sebastião, Paulínia e Castilho, no Estado de São Paulo.	Em tramitação
26/85	3.365/77	Estabelece a obrigatoriedade de divulgação, pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, dos dados que especifica.	Em tramitação
27/85	273/83	Define crimes contra o sistema financeiro nacional e contra a ordem econômico-financeira.	Em tramitação
28/85	5.386/85	Cria cargos no Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário — MIRAD e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.319, de 11-6-85
29/85	5.163/85	Dispõe sobre o processo de liquidação extrajudicial de entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e dá outras providências.	Em tramitação
30/85	1.849/83	Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.396, de 1-11-85
31/85	4.896/84	Cria a 13ª Região da Justiça do Trabalho e o respectivo Tribunal Regional do Trabalho, institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.324, de 18-6-85
32/85	4.981/85	Reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Câmara dos Deputados e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.339, de 8-7-85
33/85	1.550/83	Declara Feriado Nacional o dia 20 de novembro, já celebrado Dia Nacional da Consciência Negra pela comunidade afro-brasileira.	Rejeitado
34/85	1.969/83	Altera dispositivos do Código Nacional de Trânsito, aprovado pela Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, para assegurar a municipalização do trânsito.	Em tramitação
35/85	129/79	Introduz alterações no texto da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que "cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS e dá outras providências.	Em tramitação
36/85	1.371/75	Estabelece a obrigatoriedade de qualidade artística para os cartazes publicitários localizados ao longo das rodovias e dá outras providências.	Em tramitação
37/85	2.988/80	Altera os arts. 293 e 294 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de assegurar direitos especiais aos trabalhadores em minas de carvão e fluorita e em quaisquer atividades que liberem poeiras minerais e orgânicas.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
38/85	2.981/80	Altera o art. 147 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de assegurar direito as férias proporcionais aos empregados que pedirem demissão, com menos de um ano de serviço.	Em tramitação
39/85	4.307/84	Denomina "Presidente Juscelino Kubitschek" a Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul.	À sanção Lei nº 7.390, de 25-10-85
40/85	458/79	Concede aposentadoria, aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, aos trabalhadores em áreas perigosas das refinarias de petróleo e determina outras providências.	Em tramitação
41/85	4.976/85 Poder Executivo	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Geógrafo, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.389, de 25-10-85
42/85	4.982/85 Poder Executivo	Fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Técnico de Cobrança e Pagamentos Especiais, código NS-944 ou LT-NS-944, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.340, de 10-7-85
43/85	4.973/85 Poder Executivo	Altera o valor do vencimento dos cargos que especifica e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.345, de 15-7-85
44/85	5.539/85 (Poder Executivo)	Altera o prazo para pagamento do imposto de renda devido por pessoas jurídicas.	À sanção Lei nº 7.329, de 27-6-85
45/85	4.972/85 Poder Executivo	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Nutricionista, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.427, de 17-12-85
46/85	5.345/85 Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo a transpor recursos para implementação e funcionamento dos Ministérios que especifica e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.328, de 25-6-85
47/85	5.462/85 Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 23.507.600.000.000 (vinte e três trilhões, quinhentos e sete bilhões e seiscentos milhões de cruzeiros) e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.330, de 27-6-85
48/85	5.684/85	Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.332, de 1º-7-85
49/85	5.565/85 Poder Executivo	Dispõe sobre indenização aos Ministros de Estado.	A Câmara
50/85	5.777/85 Poder Executivo	Reajusta os vencimentos, salários e soldos dos servidores civis e militares da União e dos Territórios Federais, dos membros do Poder Judiciário da União, do Distrito Federal e Territórios, do Tribunal de Contas da União, bem como revê proventos e pensões e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.333, de 2-7-85
51/85	3.990/84 Poder Executivo	Altera o art. 7º da Lei nº 1.649, de 19 de julho de 1952, modificado pelo Decreto-lei nº 531, de 16 de abril de 1969.	À sanção Lei nº 7.336, de 4-7-85

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
52/85	2.771/83 Poder Executivo	Simplifica o registro dos contratos de alienação fiduciária de veículo automotor, embarcação e aeronave.	Em tramitação
53/85	5.686/85 (Poder Executivo)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$ 32.332.200.000 (trinta e dois bilhões, trezentos e trinta e dois milhões e duzentos mil cruzeiros), para o fim que especifica.	A Sanção Lei nº 7.349, de 22-8-85
54/85	5.685/85 Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação, crédito especial de Cr\$ 6.242.900.000 (seis bilhões, duzentos e quarenta e dois milhões e novecentos mil cruzeiros), para o fim que especifica.	A Sanção Lei nº 7.358, de 2-9-85
55/85	4.980/85	Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Permanente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.354, de 30-8-85
56/85	4.975/85 Poder Executivo	Altera a Estrutura da Categoria Funcional de Sociólogo, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.393, de 25-10-85
57/85	4.504/84 Poder Executivo	Dispõe sobre a execução do § 4º do art. 176 da Constituição Federal e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.348, de 24-7-85
58/85	3.012/84 Poder Executivo	Aprova a participação acionária da "Centrais Elétricas de Roraima S.A.", no Capital social do Banco de Roraima S.A.	Em tramitação
59/85	4.958/85 Poder Executivo	Reajusta a pensão especial concedida pela Lei nº 6.610, de 7 de dezembro de 1978, a Walter dos Santos Siqueira e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.367, de 18-9-85
60/85	4.990/85 Poder Executivo	Concede pensão especial ao Padre Virgínio Fistorol (Ordem Salesiana).	A Sanção Lei nº 7.362, de 10-9-85
61/85	4.985/85 Poder Executivo	Fixa os valores de retribuição das Categorias Funcionais de Zootecnista e Terapeuta Ocupacional, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior a que se refere a Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.392, de 25-10-85
62/85	4.974/85 Poder Executivo	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Tradutor e Intérprete, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.409, de 25-11-85
63/85	5.889/85 Poder Executivo	Dispõe sobre a isenção da multa prevista no art. 8º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	A Sanção Lei nº 7.373, de 25-9-85
64/85	5.078/85 Poder Executivo	Dispõe sobre a reestruturação da Defensoria do Ofício da Justiça Militar e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.384, de 18-10-85 Veto Parcial
65/85	2.114/83 Poder Executivo	Autoriza o Instituto do Açúcar e do Alcool — IAA a alienar bens de sua propriedade, localizados nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, e dá outras providências.	Em Tramitação
66/85	5.204/85	Dispõe sobre a estruturação de Categorias Funcionais do Grupo-Atividades de Apoio Judiciário dos Quadros das Secretarias dos Tribunais Eleitorais e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.411, de 2-12-85

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
67/85	3.139/84	Dá denominação ao Aeroporto do Tirirical, em São Luis, no Estado do Maranhão.	À Sanção Lei nº 7.383, de 17-10-85
68/85	2.043/83	Atribui vantagens aos ocupantes de cargos ou funções em comissão.	Em Tramitação
69/85	5.783/81	Altera a redação do § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estendendo a estabilidade ao empregado associado investido em cargo de direção de Associação Profissional.	Em Tramitação
70/85	1.310/83	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, que "cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico e dá outras providências.	Em Tramitação
71/85	727/83	Introduz modificações nas disposições penais da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, e dá outras providências".	Em Tramitação
72/85	4.721/81	Altera a redação de dispositivo da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que "dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho e dá outras providências".	Em tramitação
73/85	5.390/85	Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Permanente do Tribunal Superior Eleitoral.	À sanção Lei nº 7.385 de 18-10-85
74/85	3.362/84 Poder Executivo	Dá nova redação ao art. 14 do Decreto-Lei nº 538, de 7 de julho de 1983, que organiza o Conselho Nacional do Petróleo, define suas atribuições e dá outras providências.	Em tramitação
75/85	4.986/85 Poder Executivo	Dispõe sobre o exercício da profissão de Secretário e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.377
76/85	3.707/84 Poder Executivo	Dispõe sobre a Procuradoria Especial da Marinha e dá outras providências. (De iniciativa do Senhor Presidente da República).	Em tramitação
77/85	2.816/83	Dá o nome de JOSÉ ANTÔNIO MENDES SAN- SANO à CEASA — Campinas.	Em tramitação
78/85	525/83	Torna privativo dos bacharéis em Direito o cargo de Diretor de Secretaria dos Tribunais do Trabalho e das Juntas de Conciliação e Julgamento.	Em tramitação
79/85	1.243/83	Obriga a realização de exames pré-anestésicos em pacientes sujeitos a cirurgia, para evitar choques anestésicos.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
80/85	1.218/83	Cancela penas impostas ao ex-Presidente João Goulart, determina a devolução das condecorações nacionais que lhe foram retiradas, bem como a sua reinclusão nos quadros das respectivas ordens dos quais tenha sido excluído.	A sanção Lei nº 7.381 de 15-10-85
81/85	5.776/85 Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior o crédito especial de até Cr\$ 22.000.000.000 (vinte e dois bilhões de cruzeiros), para o fim que especifica. (De iniciativa do Senhor Presidente da República).	A sanção Lei nº 7.376 de 30-9-85
82/85	632/83	Acrescenta dispositivo ao art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, proibindo a realização de exame ou teste de gravidez por ocasião da admissão de emprego.	Em tramitação
83/85	5.739/85	Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.361 de 10-9-85
84/85	3.631/84	Autoriza a emissão de selo comemorativo do Centenário de nascimento do poeta piauiense ANTÔNIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA.	A sanção Lei nº 7.378 de 30-9-85
85/85	4.965/85 Poder Executivo	Dispõe sobre a aplicação do disposto no art. 2º da Lei nº 6.185, de 11 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da Administração Federal direta e das autarquias federais e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.391, de 25-10-85
86/85	3.541/84 Poder Executivo	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a doar à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA o imóvel que menciona.	Em tramitação
87/85	322/83	Introduz dispositivos na Lei nº 6.727, de 21 de novembro de 1979, que "acrescenta parágrafo ao art. 10 do Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista.	Em tramitação
88/85	815/83	Revoga o parágrafo único do art. 482, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 descaracterizando a prática de ato atentatório à segurança nacional como justa causa para dispensa de empregado.	Em tramitação
89/85	4.869/84	Autoriza o Poder Executivo a estender aos servidores do Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO os benefícios previstos no art. 3º da Lei nº 7.025, de 8 de setembro de 1982.	A Câmara
90/85	286/83	Permite ao cônjuge não-cabeça do casal declarar em separado, para incidência do imposto de renda, os rendimentos de seu trabalho e de seus bens.	Em Tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
91/85	2.049/83	Permite a tolerância de 5% (cinco por cento) na pesagem de carga em veículos de transporte.	À Sanção Lei nº 7.408, de 25-11-85
92/85	5.778/85 Poder Executivo	Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher — CNDM e dá outras providências. (De iniciativa do Senhor Presidente da República).	À Sanção Lei nº 7.353, de 29-8-85
93/85	3.724/84	Dispõe sobre a conservação do Memorial de Juscelino Kubitschek.	Em Tramitação
94/85	1.261/83	Altera dispositivo da Lei nº 6.996, de 7 de junho de 1982, para permitir que seja adotado sistema de votação através de meios eletrônicos e determina outras providências.	Em Tramitação
95/85	2.219/83	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Território Federal de Roraima.	Em Tramitação
96/85	1.762/83	Dispõe sobre o transporte rodoviário de passageiros em veículos de carga.	Em Tramitação
97/85	1.698/83	Dispõe sobre a validação dos cursos superiores não-reconhecidos.	À Sanção Lei nº 7.397, de 1-11-85 Veto Parcial
98/85	1.579/83	Acrescenta parágrafo ao art. 30 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.	Em Tramitação
99/85	4.977/85 Poder Executivo	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Engenheiro de Operações, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.441, de 20-12-85
100/85	2.609/83	Introduz modificações na legislação de amparo aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial e dá outras providências.	Em Tramitação
101/85 (Complementar)	93/83	Modifica a Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que "estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios.	Em Tramitação
102/85	3.305/84	Dispõe sobre a criação de uma Escola Técnica Federal, no Município de Cajazeiras, Estado da Paraíba, e dá outras providências.	Em Tramitação
103/85	2.527/83	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol, destinando 5% (cinco por cento) sobre o total do preço de transferência ao sindicato profissional do atleta.	Em Tramitação
104/85	3.138/84	Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 6.999, de 7 de junho de 1982, que dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral.	Em Tramitação
105/85	2.569/76	Fixa a Capital da República como sede do Conselho Nacional de Desportos.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
106/85	4.543/84	Dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados, instituindo o Estatuto Nacional dos Portuários, e dá outras providências.	Em tramitação
107/85 Poder Executivo	4.791/84	Altera as redações dos §§ 2º e 3º do art. 139, da alínea "a" do art. 140, e do art. 141, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 — Código de Águas.	Em tramitação
108/85 Poder Executivo	5.081/85	Autoriza a reversão ao Município de Porto Lucena, Estado do Rio Grande do Sul, do imóvel que menciona.	Em tramitação
109/85 Poder Executivo	4.963/85	Fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Técnico de Estradas e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.422, de 17-12-85
110/85 Poder Executivo	4.964/85	Fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Engenheiro de Pesca a que se refere a Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.447, de 20-12-85
111/85 Poder Executivo	5.063/85	Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, autarquia vinculada ao Ministério do Interior, a doar o imóvel que menciona, situado no Município de Antenor Navarro, no Estado da Paraíba.	À sanção Lei nº 7.403, de 5-11-85
112/85	1.675/85	Permite a utilização, como combustível de gás de gasogênio, biogás, gás de pântano e semelhantes, nos veículos automotores.	Em tramitação
113/85	378/83	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Vale do Jacuí, em Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Em tramitação
114/85 Poder Executivo	4.983/85	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Datilógrafo, do Grupo-Serviços Auxiliares, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.428, de 17-12-85
115/85 Poder Executivo	4.966/85	Reajusta a pensão especial concedida pela Lei nº 3.684, de 9 de dezembro de 1959, a HILDA SAYÃO CARVALHO ARAÚJO, viúva do ex-Vice-Governador do Estado de Goiás e ex-Diretor da Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP, Bernardo Sayão Carvalho Araújo.	À sanção Lei nº 7.375, de 30-9-85
116/85	2.246/83	Institui o PRÓ-FRUTI — Programa Nacional de Arborização Urbana com Árvores Frutíferas e determina outras providências.	Em tramitação
117/85	92/83	Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 856, parágrafo único ao art. 862 e parágrafo, a ser numerado como § 1º, ao art. 872, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
118/85	6.266/85 Poder Executivo	Altera o item XXVIII do Anexo II do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974.	À sanção Lei nº 7.370, de 20-9-85
119/85	343/83	Estabelece normas sobre a utilização dos livros didáticos e dá outras providências.	Em tramitação
120/85	5.082/85 Poder Executivo	Autoriza a reversão, à Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, do terreno que menciona, situado no Município de Jacarezinho, Estado do Paraná.	À sanção Lei nº 7.443, de 20-12-85
121/85	742/83	Revoga a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, que "dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola", bem como sua legislação complementar.	À sanção Lei nº 7.423, de 17-12-85
122/85	4.960/85 Poder Executivo	Autoriza a reversão, ao Estado de Mato Grosso, do terreno que menciona.	Em tramitação
123/85	5.180/85 Poder Executivo	Cria cargos em comissão no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.440, de 20-12-85
124/85	4.014/84	Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras e dá outras providências.	Em tramitação
125/85	4.959/85 Poder Executivo	Autoriza a reversão do Estado de Mato Grosso do terreno que menciona. (De iniciativa do Senhor Presidente da República.)	Em tramitação
126/85	4.957/85 Poder Executivo	Fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Fisioterapeuta, do Grupo-Outras Atividades de Nivel Superior, código NS-900, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.439, de 20-12-85
127/85	249/85 Poder Executivo (Complementar)	Dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial, nos termos do art. 103 da Constituição Federal.	A Sanção Lei Complementar nº 51, de 20-12-85
128/85	2.523/79	Dispõe sobre o salário-profissional do jornalista.	Em tramitação
129/85	3.076/80	Altera a Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para incluir a dona-de-casa entre os segurados facultativos da Previdência Social.	Em tramitação
130/85	4.065/84 Poder Executivo	Altera dispositivo da Lei nº 5.701, de 9 de setembro de 1971, que dispõe sobre o agistério do Exército.	A sanção Lei nº 7.438, de 20-12-85
131/85	252/85 (Complementar)	Inclui o Município de Maracanaú, recém-desmembrado do Município de Maranguape, na região Metropolitana de Fortaleza, alterando o § 8º do art. 1º da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação
132/85	3.157/80	Dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 5.107 de 13 de setembro de 1966, dispondo sobre a utilização da conta vinculada pelo empregado para o fim de adquirir moradia.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
133/85	3.379/80	Libera o transporte de material esportivo referente ao esporte de vôo livre.	Em tramitação
134/85	3.469/80	Proíbe a utilização de chapas de cor amarela em veículos utilizados pela Administração Pública Federal Direta e Indireta, inclusive Fundações.	Em tramitação
135/85	3.736/80	Declara de utilidade pública a Associação dos Criadores da Mata Norte do Estado de Pernambuco.	Em tramitação
136/85	3.098/84	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 — Código de Minas.	Em tramitação
137/85	5.347/85	Declara o cidadão Tancredo de Almeida Neves Presidente Honorário da República.	Em tramitação
138/85	3.844/80	Dispõe sobre a correção monetária incidente sobre honorários advocatícios, inclusive em mandado de segurança, e dá outras providências.	Em tramitação
139/85	3.782/80	Torna obrigatória a instalação de tacógrafos nos veículos automotores, de passageiros e de carga, destinados ao transporte rodoviário.	Em tramitação
140/85	3.760/80	Estende os financiamentos e demais benefícios do PROÁLCOOL às miniusinas de álcool destinadas a consumo próprio.	Em tramitação
141/85	1.914/83	Considera insalubre a atividade profissional dos empregados nos serviços de coleta, transportes e tratamento de lixo, e determina outras providências.	Em tramitação
142/85	5.192/85	Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.395, de 31-10-85
143/85	4.961/84 Poder Executivo	Fixa os valores de retribuição do Grupo-Arquivo, do Serviço Civil do Poder Executivo, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.446, de 20-12-85
144/85	6.056/85 Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Saúde, crédito suplementar até o limite de Cr\$ 2.411.700.000 (dois bilhões, quatrocentos e onze milhões e setecentos mil cruzeiros), para o fim que especifica.	À Sanção Lei nº 7.406, de 18-11-85
145/85	4.362/84	Denomina "Senador Nilo Coelho" a Rodovia BR-428, que liga Cabrobó a Petrolina, no Estado de Pernambuco.	Em tramitação
146/85	4.324/85	Autoriza a criação, em Guarulhos, no Estado de São Paulo, de Escola Técnica Federal, em nível de 2º grau.	Em tramitação
147/85	1.297/83	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978, que concede amparo aos ex-combatentes julgados incapazes definitivamente para o serviço militar.	Em tramitação
148/85	3.295/84	Dispõe sobre a isenção de limite mínimo de idade para admissão de professores às escolas oficiais em decorrência de concurso público.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
149/85 (Complementar)	48/83	Altera redação do inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que "estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais para a criação de novos municípios.	A Câmara
150/85	4.118/80	Determina o afastamento da autoridade responsável por violação dos direitos humanos e dá outras providências.	Em tramitação
151/85	3.908/84	Declara de utilidade pública o Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor — IAJES, com sede em Andradina, Estado de São Paulo.	Em tramitação
152/85	4.086/80	Acrescenta parágrafo, a ser numerado como § 1º, ao art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
153/85	2.061/83	Acrescenta parágrafos ao art. 239 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que "dispõe sobre as sociedades por ações".	Em tramitação
154/85	2.270/83	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.	Em tramitação
155/85	2.622/83	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Vale do Rio Pardo, em Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Em tramitação
156/85	2.751/83	Altera o Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, que "dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências".	Em tramitação
157/85	1.888/83	Dá denominação ao aeroporto internacional de Campinas.	Em tramitação
158/85	1.586/83	Dispõe sobre a obrigatória utilização de legendas nos programas de televisão que especifica, visando a possibilitar a sua percepção por deficientes auditivos.	Em tramitação
159/85	1.087/83	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que disciplina o exercício da profissão de jornalista.	Em tramitação
160/85	1.322/83	Eleva a cidade de Oeiras, no Estado do Piauí, à condição de monumento nacional.	Em tramitação
161/85	183/83	Dispõe sobre o salário mínimo profissional do advogado e dá outras providências.	Em tramitação
162/85 Poder Executivo	6.444/85	Dispõe sobre a Tabela de Pessoal da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.388 de 23-10-85
163/85	5.661/81	Dispõe sobre medidas aplicáveis às empresas beneficiárias de recursos dos Fundos de Investimentos criados pelo Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, e dá outras providências.	Em tramitação
164/85	3.122/80	Extingue a censura prévia para o livro, teatro e cinema e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
165/85 Poder Executivo	4.416/84	Dispõe sobre a pensão especial de que trata a Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978.	A Sanção Lei nº 7.424, de 17-12-85
166/85	2.975/83	Altera a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, acrescentando alínea ao art. 3º e modificando a redação do art. 7º, instituindo a obrigatoriedade de assistência social nas delegacias.	Em tramitação
167/85	3.622/84	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Gurupi, no Estado de Goiás, e dá outras providências.	Em tramitação
168/85	2.935/83	Estabelece o salário mínimo profissional para os diplomados em Ciências Econômicas.	Em tramitação
169/85	2.247/83	Dispõe sobre a criação da Escola Agrotécnica de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.	Em tramitação
170/85 Poder Executivo	5.987/85	Autoriza o Poder Executivo a abrir à Justiça Eleitoral o crédito especial de Cr\$ 920.500.000 (novecentos e vinte milhões, e quinhentos mil cruzeiros), para o fim que especifica.	A Sanção Lei nº 7.429, de 17-12-85
171/85 Poder Executivo	4.971/85	Autoriza a doação, ao Clube dos Previdenciários de Brasília, de terreno do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social — IAPAS.	Em tramitação
172/85	2.266/83	Autoriza a desapropriação e o tombamento, por necessidade pública, do imóvel em que nasceu Graciliano Ramos, em Quebrangulo, no Estado de Alagoas.	Em tramitação
173/85	1.080/83	Assegura autonomia às organizações sindicais e estabelece elegibilidade dos dirigentes de sindicato destituídos por atos do Poder Executivo.	Em tramitação
174/85	5.499/81	Dispõe sobre autorização do Poder Executivo para eletrificação do metrô de superfície na cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, e dá outras providências.	Em tramitação
175/85 (Complementar)	180/81	Altera a Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, que “dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional”.	Em tramitação
176/85	1.224/83	Modifica o art. 84 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 que “define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências.	Em tramitação
177/85	5.892/85	Retifica, sem ônus, a Lei nº 7.276, de 10 de dezembro de 1984, que “estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1985”.	A Câmara
178/85 Poder Executivo	5.463/85	Dispõe sobre pessoal admitido em Tabela Temporária nos Ofícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.	À sanção Veto total

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
179/85	6.206/85	Dispõe sobre a destinação do produto da arrecadação da Taxa de Melhoramento dos Portos.	A sanção Veto total
180/85	6.501/85 Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 10.146.500.000.000 e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.404, de 11-11-85
181/85	6.702/85 Poder Executivo	Modifica a redação do parágrafo único do art. 1º do Decreto-lei nº 2.249, de 25 de fevereiro de 1985, e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.407, de 19-11-85
182/85	6.699/85 Poder Executivo	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, na aquisição de automóveis de passageiros e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.416 de 10-12-85
183/85	5.312/85	Dispõe sobre a estruturação de Categorias Funcionais do Grupo-Atividades de Apoio Judiciário do Quadro das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal e dá outras providências.	Em tramitação
184/85	5.731/85	Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, cria cargos e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.421, de 17-12-85
185/85	2.680/83 Poder Executivo	Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.	Em tramitação
186/85	5.083/85 Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo a alienar imóveis da União.	Em tramitação
187/85	4.967/85 Poder Executivo	Fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Biomédico e dá outras providências.	Em tramitação
188/85	3.857/84 Poder Executivo	Autoriza a doação, ao Clube dos Previdenciários de Pernambuco, de terreno do Instituto da Administração Financeira da Previdência e Assistência Social — IAPAS.	Em tramitação
189/85	5.465/85	Dispõe sobre a criação e extinção de cargos na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região e dá outras providências.	Em tramitação
190/85	5.389/85	Estende aos servidores da Justiça do Trabalho as disposições do art. 3º, e seu parágrafo único, da Lei nº 7.299, de 14 de março de 1985.	Em tramitação
191/85	3.198/80	Altera a redação da alínea b do inciso IX do art. 146 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral, eliminado da legislação eleitoral o voto vinculado.	A sanção Lei nº 7.434, de 19-12-85
192/85	6.005/85 Poder Executivo	Institui o Vale-Transporte e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.418, de 16-12-85

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
193/85	6.448/85	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Subanexo Encargos Gerais da União o crédito especial de Cr\$ 6.000.000.000 (seis bilhões de cruzeiros), para o fim que especifica.	Em tramitação
194/85	6.202/85	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Agricultura o crédito especial até o limite de Cr\$ 54.528.466.000 (cinquenta e quatro bilhões, quinhentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil cruzeiros), para os fins que especifica.	Em tramitação
195/85	6.203/85	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação o crédito especial de Cr\$ 22.465.000.000 (vinte e dois bilhões, quatrocentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.	Em tramitação
196/85	4.962/85	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a vender o imóvel que menciona, de sua propriedade.	Em tramitação
197/85	4.987/85	Altera o valor do vencimento de Cargos que especifica e dá outras providências.	Em tramitação
198/85	6.577/85	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação o crédito especial até o limite de Cr\$ 4.244.600.000 (quatro bilhões, duzentos e quarenta e quatro milhões e seiscentos mil cruzeiros), para o fim que especifica.	Em tramitação
199/85	4.111/84	Dá nova redação ao caput do art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	A Sanção Lei nº 7.430, de 17-12-85
200/85	356/85	Altera a redação do art. 1º da Lei Complementar nº 45, de 14 de dezembro de 1983 e concede poderes às Câmaras Municipais para efetuar o cálculo da remuneração dos Vereadores.	A Sanção Lei Complementar nº 50, de 19-12-85
201/85	6.249/85	Cria órgãos na estrutura básica da administração do Distrito Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
202/85	6.935/85	Altera a redação do parágrafo único do art. 566 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, assegurando o direito de sindicalização aos empregados da Caixa Econômica Federal.	A Sanção Lei nº 7.449, de 20-12-85
203/85	5.385/85	Denomina "Aeroporto Internacional Tancredo Neves" o Aeroporto Internacional de Confins, no município de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.	Em tramitação
204/85	6.615/85	Cria juntas de Conciliação e Julgamento nas Regiões da Justiça do Trabalho, define áreas de jurisdição e dá outras providências.	Em tramitação
205/85	6.332/85	Revoga o Decreto-lei nº 251, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
206/85	6.968/85 Poder Executivo	Dispõe sobre a inclusão de servidores da Administração Federal Direta e das Autarquias Federais no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências.	À Sanção Veto total
207/85	6.906/85 Poder Executivo	Reajusta os valores de vencimentos, salários, soldos e proventos dos servidores civis e militares da União, dos Territórios e das Autarquias Federais, dos membros do Poder Judiciário da União, do Distrito Federal e dos Territórios, do Tribunal de Contas da União, bem como os valores das pensões, e dá outras providências.	À Sanção Veto parcial Lei nº 7.419, de 17-12-85
208/85	6.578/85 Poder Executivo	Dispõe sobre a estruturação das Categorias Funcionais do Grupo-Atividades de Apoio Judiciário dos Quadros Permanentes das Secretarias do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar e dá outras providências.	Em tramitação
209/85	6.844/85 Poder Executivo	Prorroga o prazo de vigência dos incentivos fiscais previstos nos arts. 80 e 81 do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, fixado pelo Decreto-lei nº 2.134, de 26 de junho de 1984.	À sanção Veto total
210/85	6.845/85 Poder Executivo	Cria o Fundo do Estado-Maior das Forças Armadas — EMFA, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.448 de 20-12-85
211/85	6.934/85 Poder Executivo	Dispõe sobre a implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e a revisão do eleitorado e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.444 de 20-12-85
212/85	4.452/77	Revoga a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, os Decretos-leis nºs 594, de 27 de maio de 1969, 1.617, de 3 de março de 1968, e 1.924, de 20 de janeiro de 1982, o art. 48 da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, art. 3º do Decreto-lei nº 1.923, de 20 de janeiro de 1982, dá nova redação ao inciso I e § 1º do art. 2º da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, e fixa normas de instituição e funcionamento da Loteria Esportiva Federal.	Em tramitação
213/85	6.972/85	Altera dispositivo da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.454 de 30-12-85
214/85	6.822/85 Poder Executivo	Prorroga o prazo de isenção do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, incidentes nos álcoois etílico e metílico, para fins carburantes, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.451 de 26-12-85
215/85	6.837/85 Poder Executivo	Dispõe sobre a prorrogação de vigência de incentivo fiscal previsto na legislação do Imposto de Renda.	À sanção Veto total
216/85	2.929/83	Altera a redação da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
217/85 Poder Executivo	6.970/85	Dispõe sobre o resgate de quotas dos Fundos Fiscais criados pelo Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967.	Em tramitação
218/85 Poder Executivo	6.698/85	Dispõe sobre o I Plano Nacional de Informática e Automação — PLANIN.	Em tramitação
219/85 Poder Executivo	6.971/85	Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.450 de 23-12-85
220/85 Poder Executivo	6.250/85	Cria diretorias na estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, e dá outras providências.	Em tramitação
221/85	6.876/85	Autoriza o Poder Executivo a promover a publicação das obras completas de José Américo de Almeida, nas condições que especifica.	Em tramitação
222/85 Poder Executivo	6.286/85	Autoriza a extinção e a exclusão de créditos relativos ao imposto sobre a propriedade territorial rural, à contribuição dos que exercem atividades rurais, à taxa de serviços cadastrais e à contribuição sindical rural, em Municípios do Nordeste nas condições que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação

c) Súmula

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei da Câmara:

Total dos Projetos	740
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	518
desta sessão legislativa	222
Aprovados e enviados à sanção	147
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	55
desta sessão legislativa	92
Emendados e devolvidos à Casa de origem	13
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	9
desta sessão legislativa	4

Rejeitados	27
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	26
desta sessão legislativa	1
Permanecem em estudo	539
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	414
desta sessão legislativa	125
Prejudicados (de sessões legislativas anteriores)	5
Retirados pelo autor (Poder Executivo)	3
Arquivados (de sessões legislativas anteriores)	6

F.5.3 — PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

a) De Sessões Legislativas anteriores

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
22/82	Sen. Passos Pôrto	Dispõe sobre o Pecúlio Parlamentar.	À Câmara
15/83	22/83	Aprova o texto da emenda à alínea a do parágrafo 3º do Artigo XI da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, de 3 de março de 1973, adotada pela Sessão Extraordinária da Conferência das Partes, realizada em Bonn, a 22 de junho de 1979.	Decreto Legislativo nº 21, de 1º-10-85
19/83	3/83	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, Educacional, Científica e Técnica, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular do Congo, em Brasília, a 7 de julho de 1982.	Decreto Legislativo nº 15, de 28-8-85
22/83	Sen. Itamar Franco	Determina que o Poder Executivo denuncie, no prazo de 48 horas, o texto do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional.	Em tramitação
24/83	6/83	Aprova a correção do Artigo XV, alínea b, do Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite — INTELSAT, assinado pelo Brasil em Washington, a 20 de agosto de 1971, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 87, de 5 de dezembro de 1972, e promulgado pelo Decreto nº 74.130, de 28 de maio de 1974.	Em tramitação
30/83	18/83	Aprova o texto do Convênio sobre Transporte Terrestre Fronteiriço de Carga, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, concluído em Caracas, a 19 de fevereiro de 1982.	Em tramitação
34/83	29/83	Aprova o texto do Protocolo de 1978, relativa à Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, de 1974, concluído em Londres, a 17 de fevereiro de 1978.	Em tramitação
43/83	33/83	Aprova o texto do Convênio sobre Imunidades e Privilégios da OLADE (Organização Latino-Americana de Energia), adotado durante a VI Reunião Ordinária de Ministros da OLADE, em 1975.	A promulgação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
2/84	35/83	Aprova o texto da Emenda ao Artigo XXI da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção de 1973, aprovado pela Conferência das Partes, em reunião extraordinária realizada em Gaborone, em 20 de abril de 1983.	Decreto Legislativo nº 35, de 5-12-85
4/84	37/83	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Amazônica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Brasília, a 5 de outubro de 1982.	Decreto Legislativo nº 32, de 5-12-85
5/84	39/83	Aprova o texto da Convenção para evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Equador, celebrado em Quito, a 26 de maio de 1983.	Em tramitação
8/84	44/84	Aprova o texto do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha, celebrado em Brasília, a 12 de maio de 1983.	Em tramitação
9/84	97/81	Aprova o novo texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais, assinada em Roma, a 6 de dezembro de 1951, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 3, de 18 de maio de 1961, e promulgada pelo Decreto nº 51.342, de 28 de outubro de 1961. O novo texto incorpora as modificações aprovadas em novembro de 1979, durante a XX Sessão da Conferência da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura — FAO.	Decreto Legislativo nº 12, de 26-6-85
10/84	17/83	Aprova o texto do Protocolo sobre Privilégios e Imunidades da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite — INMARSAT, concluído em Londres, a 1º de dezembro de 1981.	Em tramitação
11/84	45/84	Aprova o texto do Protocolo de 1983 para a VII Prorrogação da Convenção sobre o Comércio do Trigo de 1971, concluído em Londres, a 1º de dezembro de 1982.	Decreto Legislativo nº 34, de 5-12-85
12/84	48/84	Aprova o texto do Segundo Protocolo Adicional à Constituição da União Postal das Américas e Espanha, assinado em Manágua, a 28 de agosto de 1981.	Decreto Legislativo nº 4, de 30-4-85
14/84	47/84	Aprova o texto dos Protocolos Adicionais à Constituição da União Postal Universal (UPU), negociados no Congresso do Rio de Janeiro, de 1979.	A promulgação
16/84	58/84	Aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948, por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
18/84	50/84	Aprova os textos da Convenção nº 140 e da Recomendação nº 148, referentes a "licença remunerada para estudos, adotadas na 59ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho de 1974.	Em tramitação
20/84	53/84	Aprova as Contas do Senhor Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1982.	Em tramitação
21/84	66/84	Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo Regular, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, em Luanda, em 16 de dezembro de 1983.	Em tramitação
22/84	57/84	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino de Marrocos, celebrado em Fez, a 10 de abril de 1984.	Em tramitação
23/84	62/84	Aprova o texto do Ato Constitutivo da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana — RITLA, celebrado em Brasília, a 26 de outubro de 1983.	Em tramitação
24/84	71/84	Aprova o texto do Convênio Zoossanitário para a importação e a exportação de animais e de produtos de origem animal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha e concluído em Madrid, a 12 de abril de 1984.	Decreto Legislativo nº 30, de 2-12-85
25/84	70/84	Aprova o texto da Convenção nº 133, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre "alojamento a bordo de navios (disposições complementares)", adotada em Genebra, a 30 de outubro de 1970, durante a 55ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
26/84	52/84	Aprova o texto do Protocolo concernente à emenda ao Acordo de Comércio e Pagamentos, de 5 de junho de 1975, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Romênia, concluído em Brasília, a 29 de dezembro de 1983.	Em tramitação
27/84	65/84	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Campo da Ciência e da Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil, e o Governo do Japão, concluído em Tóquio, a 25 de maio de 1984.	Decreto Legislativo nº 10, de 7-6-85
29/84	69/84	Aprova o texto da Convenção nº 119, sobre "Proteção das Máquinas", adotada na 47ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, realizada em Genebra, em junho de 1963.	Em tramitação

b) Da presente Sessão Legislativa

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
1/85	56/84	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Suécia, concluído em Brasília, a 3 de abril de 1984.	Em tramitação
2/85	60/84	Aprova o texto da Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, concluída em Camberra, em 20 de maio de 1980.	Decreto Legislativo nº 33, de 5-12-85
3/85	64/84	Aprova o texto da Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto Sobre a Renda entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas, celebrado em Brasília, a 29 de setembro de 1983.	Em tramitação
4/85	59/84	Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Energia Nuclear para Fins Pacíficos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, concluído em Caracas, a 30 de novembro de 1983.	Em tramitação
5/85	31/83	Concede homologação a ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no ano de 1981, no valor de Cr\$ 150.000.000.000 (cento e cinquenta bilhões de cruzeiros).	Em tramitação
6/85	78/84	Aprova os textos da Convenção nº 137 e da Recomendação nº 145, da Organização Internacional do Trabalho, relativas às Repercussões Sociais dos Novos Métodos de Processamento de Carga nos Portos, adotados em Genebra, em 25 de junho de 1973, durante a 58ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
7/85	77/81	Aprova o texto da Recomendação nº 131, referente a "aposentadorias por invalidez e por velhice e pensões por morte", adotada na 51ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho de 1967.	Em tramitação
8/85	85/85	Aprova os tetos da Convenção nº 136 e da Recomendação nº 144, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre "Proteção contra os Riscos de Intoxicação Provocados pelo Benzeno", adotadas em Genebra, a 30 de junho de 1971, durante LVI Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
9/85	90/85	Aprova o texto do Acordo Básico sobre Privilégios e Imunidades e Relações Institucionais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, celebrado em Brasília, a 17 de julho de 1984.	Em tramitação
10/85	103/85	Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 11 e 14 do mês de agosto de 1985, em visita oficial à República Oriental do Uruguai.	Decreto Legislativo nº 11 de 19-6-85

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
11/85	87/85	Aprova o texto do Convênio Internacional do Café de 1983, concluído em Londres, a 16 de setembro de 1982.	Decreto Legislativo nº 14 de 23-8-85
12/85	98/85	Aprova o texto do Protocolo Adicional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha ao Acordo Cultural de 25 de junho de 1960, assinado em Brasília, em 1º de fevereiro de 1984.	Em tramitação
13/85	81/85	Aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa, firmado em Brasília, a 1º de agosto de 1984.	Em tramitação
14/85	89/85	Aprova o texto do Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, concluído a 26 de junho de 1984.	Em tramitação
15/85	93/85	Aprova o texto do Protocolo relativo à Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluído em Montreal, a 10 de maio de 1984.	Em tramitação
16/85	94/85	Aprova o texto do Adendo ao Acordo para funcionamento do Escritório de Área da Organização Pan-Americana da Saúde — OPAS/Organização Mundial da Saúde — OMS no Brasil, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Repartição Sanitária Pan-Americana, assinado em Brasília, a 21 de dezembro de 1984.	Em tramitação
17/85	80/85	Aprova o texto da Convenção destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, concluído em Brasília, a 4 de junho de 1984.	Decreto Legislativo nº 28, de 12-11-85
18/85	96/85	Aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1983.	Em tramitação
19/85	72/84	Aprova o texto do Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, concluído em Brasília, a 26 de junho de 1984.	Em tramitação
20/85	75/84	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou emissão de papel-moeda, no exercício de 1982, no valor global de Cr\$ 420.000.000.000 (quatrocentos e vinte bilhões de cruzeiros).	Em tramitação
21/85	73/84	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em Brasília, a 26 de junho de 1984.	Em tramitação
22/85	83/85	Aprova o texto da Convenção nº 134, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Prevenção de Acidentes de Trabalho dos Marítimos, adotada em Genebra, a 30 de outubro de 1970, durante a LV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
23/85	84/85	Aprova o texto da Recomendação nº 116, da Organização Internacional do Trabalho, sobre a Redução da Duração do Trabalho, adotada em Genebra, a 26 de junho de 1962, durante a XLVI Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
24/85	82/85	Aprova o texto do Acordo relativo à Cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América celebrado em Brasília, a 6 de fevereiro de 1984.	Em tramitação
25/85	88/85	Aprova o texto do Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos, concluído em Fez, a 10 de abril de 1984.	Em tramitação
26/85	92/85	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Tailândia.	Em tramitação
27/85	106/85	Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País nos últimos dez dias do mês de setembro próximo, a fim de participar da abertura da XL Sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas.	Decreto Legislativo nº 17, de 30-8-85
28/85	95/85	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Alemã, concluído em Brasília, a 22 de novembro de 1984.	Em tramitação
29/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre dotação financeira ao Fundo Assistencial do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC.	Em tramitação
30/85	114/85	Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País nos últimos dias do mês de novembro de 1985, a fim de, juntamente com o Senhor Presidente da República Argentina, inaugurar a ponte Internacional que liga as cidades de Porto Meira, no Brasil, e Puerto Iguazu, na Argentina.	Decreto Legislativo nº 23 de 14-10-85
31/85	111/85	Aprova, com reservas, os textos da Convenção Internacional de 1973 para Prevenção da Poluição causada por Navios, concluída em Londres, a 2 de novembro de 1973, e o Protocolo de 1978 relativo à Convenção Internacional para a prevenção da Poluição causada por Navios, concluído a 17 de fevereiro de 1978, em Londres.	Em tramitação
32/85	107/85	Aprova o texto da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluído em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982.	Em tramitação
33/85	102/85	Aprova o texto do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Pequim, a 11 de outubro de 1984.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
34/85	74/85	Concede homologação a ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no ano de 1983, nos valores de Cr\$ 950.000.000.000 (novecentos e cinquenta bilhões de cruzeiros).	Em tramitação
35/85	108/85	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Federal da Áustria, em Viena, a 3 de maio de 1985.	Em tramitação
36/85	51/84	Aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Paquistão, concluído em Brasília, a 18 de novembro de 1982.	Em tramitação
37/85	91/85	Aprova o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para o funcionamento do Escritório em Brasília da Comissão Econômica para a América Latina, concluído em Santiago, Chile, em 27 de julho de 1984.	Em tramitação

c) recebidos da Câmara dos Deputados para promulgação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
41/81	102/81	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, assinado em Bogotá, a 12 de março de 1981.	Decreto Legislativo nº 7, de 3-6-85
7/82	124/82	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Arábia Saudita, concluído em Brasília, a 13 de agosto de 1981.	Decreto Legislativo nº 8, de 3-6-85
3/83	Itamar Franco	Submete à aprovação do Congresso Nacional todos os ajustes, atos e contratos complementares do Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, em Bonn, a 27 de junho de 1975.	Decreto Legislativo nº 3, de 9-4-85
28/83	14/83	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti, celebrado em Brasília, a 15 de outubro de 1982.	Decreto Legislativo nº 9, de 4-6-85

c) Súmula

Foram os seguintes os dados numéricos referentes aos Projetos de Decreto Legislativo:

I — Total dos Projetos	65
Sendo:	
oriundos de Sessões Legislativas anteriores	28
desta Sessão Legislativa	37
Aprovados e promulgados	17
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	11
desta Sessão Legislativa	6
Aprovado com emenda e enviado à Câmara dos Deputados (de sessão legislativa anterior) .	1
Permanecem em estudo	47
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	16
desta Sessão Legislativa	31
II — Recebidos da Câmara dos Deputados para promulgação	4
III — Os Projetos de Decreto Legislativo aprovados versaram sobre:	
1 Atos internacionais	58
2 Autorização para o Presidente da República ausentar-se do País	3
3 Aprovação de contas do Presidente da República	2
4 Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional	1
5 Fundo Assistencial do IPC	1
6 Homologação de ato do Conselho Monetário Nacional	3
7 Pecúlio Parlamentar	1

F.5.4 PROJETOS DE RESOLUÇÃO

a) De Sessões Legislativas anteriores

Nº	Autor	Ementa	Resultado
132/80	Affonso Camargo	Dispõe sobre a utilização dos veículos de representação no Senado Federal e dá outras providências.	Em tramitação
149/80	Jutahy Magalhães	Acrescenta parágrafo ao art. 344 do Regimento Interno.	Em tramitação
53/81	Lourival Baptista	Proíbe o uso do fumo em dependências do Senado que menciona.	Em tramitação
37/82	Jutahy Magalhães	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
1/83	Itamar Franco	Dá nova redação ao art. 137 do Regimento Interno e fixa em 48 (quarenta e oito) horas o prazo para a Comissão de Constituição e Justiça opinar sobre recurso contra decisão da Presidência.	Em tramitação
2/83	Comissão Parlamentar de Inquérito	Aprova o relatório e as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 1, de 1980.	Resolução nº 5, de 25-4-85
22/83	Marco Maciel	Cria a Comissão de Ciência e Tecnologia.	Resolução nº 3, de 17-4-85
32/83	Henrique Santillo	Dá nova redação ao art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, referente às atribuições da Comissão de Segurança Nacional.	Rejeitado
34/83	Passos Pôrto	Altera os arts. 78 e 105 do Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
35/83	Carlos Alberto	Cria a Comissão de Assuntos Imobiliários e Habitacionais.	Em tramitação
37/83	Itamar Franco	Fixa em 5 (cinco) dias o prazo para comparecimento de Ministro de Estado convocado para prestar informações e dá outras providências.	Em tramitação
43/83	Henrique Santillo	Altera a redação do inciso XI do art. 239 do Regimento Interno do Senado Federal.	Resolução nº 112, de 18-10-85
45/83	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 419 do Regimento Interno.	Em tramitação
46/83	Henrique Santillo	Altera a redação da alínea a, item I, do art. 239 do Regimento Interno.	Em tramitação
47/83	Henrique Santillo	Dá nova redação ao item XI do art. 16 e à alínea J do art. 419 do Regimento Interno.	Resolução nº 98, de 3-10-85

Nº	Autor	Ementa	Resultado
62/83	José Ignácio	Cria uma Comissão Permanente de Defesa do Meio Ambiente.	Em tramitação
64/83	Mário Maia	Cria a Comissão Permanente de Assuntos Fundiários (CAF).	Em tramitação
65/83	Itamar Franco	Determina a Submissão ao Senado Federal das cláusulas contratuais referentes a operações externas realizadas por Estados ou Municípios.	Em tramitação
91/83	Marco Maciel	Disciplina a apreciação da escolha de Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.	Em tramitação
95/83	Henrique Santillo	Cria CPI para os fins que especifica.	Em tramitação
107/83	Humberto Lucena	Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar fatos relacionados com a intervenção do Banco Central no Grupo Coroa-Brastel.	Em tramitação
110/83	Marco Maciel	Dispõe sobre o credenciamento de entidades junto à Mesa.	Em tramitação
118/83	Lomanto Júnior	Dispõe sobre a publicação de trabalhos do escritor Carlos Chiacchio.	Em tramitação
119/83	Itamar Franco	Extingue o § 3º do art. 77 do Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
120/83	Henrique Santillo	Altera disposições Regimentais atinentes às Comissões de Inquérito.	Em tramitação
1/84	Comissão Diretora	Modifica o art. 392 do Regimento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972.	Em tramitação
3/84	Marco Maciel	Denomina Comissão do Interior (CI) a Comissão de Assuntos Regionais (CAR), e redefine-lhe as atribuições.	Em tramitação
27/84	Murilo Badaró	Submete à prévia autorização do Senado Federal o cumprimento de obrigações financeiras por parte do Governo Brasileiro.	Em tramitação
29/84	Comissão Diretora	Reestrutura o Grupo-Atividades de Apoio Legislativo, extingue os Grupos Serviços Auxiliares, Serviços de Transporte Oficial e Portaria, Artesanato e Outras Atividades de Nível Médio, e de Adjunto Legislativo do Quadro Permanente do Senado Federal, institui o Incentivo ao Mérito Funcional e dá outras providências.	Em tramitação
46/84	Hélio Gueiros	Modifica, em parte, os arts. 179 e 180 do Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
54/84	Itamar Franco	Dá nova redação aos arts. 188, caput e 192 do Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
75/84	Comissão Diretora	Cria a Categoria Funcional de Adjunto de Segurança Legislativa e dá outras providências.	Em tramitação
80/84	Pedro Simon	Cria, em dependência do Senado Federal, Capela Ecumênica destinada a orações e atos religiosos para Parlamentares e Funcionários do Senado.	Em tramitação
136/84	Comissão Parlamentar de Inquérito	Aprova as conclusões e recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar os problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro, criada pela Resolução nº 1/83.	Resolução nº 6, de 25-4-85

b) da presente Sessão Legislativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/85	Comissão Diretora	Dispõe sobre a incorporação dos proventos de aposentadoria de servidores inativos do Senado Federal, da Gratificação de Nível Superior e dá outras providências.	Resolução nº 14, de 7-6-85
2/85	Comissão Especial	Aprova o Relatório, a Conclusão e Recomendação da Comissão Especial destinada a examinar e avaliar os fatos relacionados com as denúncias do Jornal "O Estado de S. Paulo", sobre os acordos entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Polônia.	Resolução nº 78, de 8-8-85
3/85	Henrique Santillo	Altera dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
4/85	Jorge Kalume	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
5/85	Jorge Kalume	Cria a Coordenação de Recursos Humanos e Patrimônio Cultural do Senado Federal diretamente subordinada ao Diretor-Geral e dispõe sobre a sua estrutura e atribuições.	Em tramitação
6/85	Milton Cabral	Dá nova redação aos arts. 73, 74, 75, 78, 86, 98, 99 e 105/116; e revoga o § 6º do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
7/85	Comissão Diretora	Adapta o Regimento Interno às disposições da Lei nº 7.295, de 19 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo e os da Administração Indireta, e dá outras providências.	Resolução nº 8, de 8-5-85
8/85	Comissão Diretora	Cria o Pecúlio dos Servidores do Senado Federal.	Resolução nº 12, de 30-5-85
9/95	Guilherme Palmeira	Altera dispositivo do Regimento Interno do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 93, de 1970.	Em tramitação
10/85	Fernando Henrique Cardoso	Altera a Resolução nº 62, de 1975, que dispõe sobre operações de crédito dos Estados e Municípios, fixa seus limites e condições.	Resolução nº 64, de 28-6-85
11/85	Itamar Franco	Extingue o processo de votação simbólica.	Em tramitação
12/85	Comissão do Distrito Federal	Aprova as contas do Governo do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1981.	Resolução nº 94 de 19-10-85
13/85	Alfredo Campos	Denomina corredor do Anexo II do Senado Federal "Ala Senador Tancredo Neves".	Em tramitação
14/85	Comissão Diretora	Institui a Gratificação Legislativa.	Resolução nº 13, de 3-6-85
15/85	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre Requerimento de Informações e dá outras providências.	Resolução nº 142, de 5-12-85
16/85	Lenoir Vargas	Concede aos ex-Senadores da República o direito de utilização dos serviços técnico-assistenciais do Senado Federal que discrimina, e dá outras providências.	Em tramitação
17/85	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o uso da palavra e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
18/85	Comissão de Economia	Autoriza o Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 30.371.297.614 (trinta bilhões, trezentos e setenta e um milhões, duzentos e noventa e sete mil, seiscentos e quatorze cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 23, de 28-6-85
19/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 252.255.850.210 (duzentos e cinquenta e dois bilhões, duzentos e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta mil, duzentos e dez cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 26, de 28-6-85
20/85	Comissão de Economia	Autoriza o Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 75.338.274.875 (setenta e cinco bilhões, trezentos e trinta e oito milhões, duzentos e setenta e quatro mil, oitocentos e setenta e cinco cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 33, de 28-6-85
21/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 15,800,000.00 (quinze milhões e oitocentos mil dólares norte-americanos).	Resolução nº 34, de 28-6-85
22/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a realizar operação de empréstimo externo, no valor de até US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares norte-americanos), destinada ao Programa de Obras Viárias e de Saneamento na cidade de Manaus.	Resolução nº 43, de 28-6-85
23/85	Comissão de Fiscalização e Controle	Dispõe sobre a tramitação da Proposta de Fiscalização e Controle.	Resolução nº 79, de 12-8-85
24/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 66,500,000.00 (sessenta e seis milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos).	Resolução nº 51, de 28-6-85
25/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a prestar garantia à Companhia do Metropolitan de São Paulo (METRÔ) em operação de crédito no valor de Cr\$ 96.291.000 (noventa e seis milhões, duzentos e noventa e um mil cruzeiros).	Resolução nº 27, de 28-6-85
26/85	Comissão de Economia	Autoriza o Estado de Minas Gerais a elevar, temporariamente, em Cr\$ 517.422.174.898 (quinhentos e dezessete bilhões, quatrocentos e vinte e dois milhões, cento e setenta e quatro mil, oitocentos e noventa e oito cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 17, de 28-6-85
27/85	Comissão Diretora	Altera o art. 530 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.	Em tramitação
28/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Araputanga (MT) a elevar em Cr\$ 640.315.909 (seiscentos e quarenta milhões, trezentos e quinze mil, novecentos e nove cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 20, de 28-6-85

Nº	Autor	Ementa	Resultado
29/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Alegre (ES) a elevar em Cr\$ 30.817.175 (trinta milhões, oitocentos e dezessete mil, cento e setenta e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 22, de 28-6-85
30/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cotia (SP) a elevar em Cr\$ 10.720.200.000 (dez bilhões, setecentos e vinte milhões e duzentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 18, de 28-6-85
31/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ibiúna (SP) a elevar em Cr\$ 5.360.100.000 (cinco bilhões, trezentos e sessenta milhões e cem mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 28, de 28-6-85
32/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a prestar garantia à Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ) em operação de crédito no valor de Cr\$ 51.868.928.114 (cinquenta e um bilhões, oitocentos e sessenta e oito milhões, novecentos e vinte e oito mil, cento e catorze cruzeiros).	Resolução nº 29, de 28-6-85
33/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Guarujá (SP) a elevar em Cr\$ 7.952.802.000 (sete bilhões, novecentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.	Resolução nº 30, de 28-6-85
34/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 25,000,000.00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 21, de 28-6-85
35/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 28,800,000.00 (vinte e oito milhões e oitocentos mil de dólares norte-americanos).	Resolução nº 48, de 28-6-85
36/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 45,000,000.00 (quarenta e cinco milhões de dólares americanos).	Resolução nº 31, de 28-6-85
37/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 15,000,000.00 (quinze milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 47, de 28-6-85
38/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 79,000,000.00 (setenta e nove milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 37, de 28-6-85
39/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 11,000,000.00 (onze milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 24, de 28-6-85
40/85	Comissão de Finanças	Autoriza a Prefeitura Municipal de Anápolis (GO), autorização para que possa realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 3,500,000.00 (três milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos).	Resolução nº 42, de 28-6-85
41/85	Comissão de Finanças	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mogiguaçu, Estado de São Paulo, a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 4,000,000.00 (quatro milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 19, de 28-6-85

Nº	Autor	Ementa	Resultado
42/85	Comissão de Finanças	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campinas — SP a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 32, de 28-6-85
43/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 49, de 28-6-85
44/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a elevar em Cr\$ 5.487.433.380 (cinco bilhões, quatrocentos e oitenta e sete milhões, quatrocentos e trinta e três mil, trezentos e oitenta cruzeiros).	Resolução nº 41, de 28-6-85
45/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 25,000,000.00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 25, de 28-6-85
46/85	Comissão de Finanças	Modifica a redação do art. 1º da Resolução nº 135, de 6 de dezembro de 1984, que autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinada ao Programa de Investimentos do Município.	Resolução nº 63, de 28-6-85
47/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 55,000,000.00 (cinquenta e cinco milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 68, de 28-6-85
48/85	Comissão de Economia	Autoriza o Estado do Acre a elevar em Cr\$. . 13.254.670.000 (treze bilhões, duzentos e cinquenta e quatro milhões, e seiscentos e setenta mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 50, de 28-6-85
49/85	Roberto Saturnino	Introduz alterações na Resolução nº 62, de 1975, que dispõe sobre operações de crédito dos Estados e Municípios, fixa seus limites e condições.	Em tramitação
50/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a realizar operação de crédito externo no valor de US\$ 8.177.000,00 (oito milhões, cento e setenta e sete mil dólares americanos).	Resolução nº 45, de 28-6-85
51/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de crédito externo no valor de US\$ 197,600,000.00 (cento e noventa e sete milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos), para os fins que especifica.	Resolução nº 56, de 28-6-85
52/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a realizar operação de crédito externo no valor de US\$ 130,000,000.00 (cento e trinta milhões de dólares norte-americanos), para os fins que especifica.	Resolução nº 58, de 28-6-85
53/85	Comissão de Finanças	Altera o art. 1º da Resolução nº 108, de 1984, que autoriza o Estado do Espírito Santo a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares norte-americanos), destinado ao programa de Infra-estrutura Rural daquele Estado.	Resolução nº 59, de 28-6-85

Nº	Autor	Ementa	Resultado
54/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 38, de 28-6-85
55/85	Comissão de Economia	Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 65.956.369.973 (sessenta e cinco bilhões, novecentos e cinquenta e seis milhões, trezentos e sessenta e nove mil e novecentos e setenta e três cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 54, de 28-6-85
56/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jacareí (SP) a elevar em Cr\$ 5.301.868.000 (cinco bilhões, trezentos e um milhões, oitocentos e sessenta e oito mil cruzeiros).	Resolução nº 53, de 28-6-85
57/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos (SP) a elevar em Cr\$ 7.146.800.000 (sete bilhões, cento e quarenta e seis milhões e oitocentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 35, de 28-6-85
58/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vinhedo (SP), a elevar em Cr\$ 7.146.968.000 (sete bilhões, cento e quarenta e seis milhões, novecentos e sessenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 52, de 28-6-85
59/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires (SP) a elevar em Cr\$ 7.952.802.000 (sete bilhões, novecentos e cinquenta e dois milhões, e nove cruzeiros e vinte e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 44, de 28-6-85
60/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mambai (GO) a elevar em Cr\$ 33.221.139,25 (trinta e três milhões, duzentos e vinte e um mil, cento e trinta e nove cruzeiros e vinte e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 57, de 28-6-85
61/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (BA) a elevar em Cr\$ 1.947.932.813 (um bilhão, novecentos e quarenta e sete milhões, novecentos e trinta e dois mil, oitocentos e treze cruzeiros).	Resolução nº 55, de 28-6-85
62/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Indaiatuba (SP) a elevar em Cr\$ 5.301.868.000 (cinco bilhões, trezentos e um milhões, oitocentos e sessenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 46, de 28-6-85
63/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jundiá (SP) a elevar em Cr\$ 10.720.200.000 (dez bilhões, setecentos e vinte milhões e duzentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 39, de 28-6-85
64/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bragança Paulista (SP) a elevar em Cr\$ 14.659.236.000 (quatorze bilhões, seiscentos e cinquenta e nove milhões, duzentos e trinta e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 36, de 28-6-85

Nº	Autor	Ementa	Resultado
65/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Limeira (SP) a elevar em Cr\$ 7.952.802.000 (sete bilhões, novecentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 40, de 28-6-85
66/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Grande (MS) a elevar em Cr\$ 3.704.669.206 (três bilhões, setecentos e quatro milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, duzentos e seis cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 60, de 28-6-85
67/85	Comissão de Economia	Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 67.000.000.310 (sesenta e sete bilhões e trezentos e dez cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 74, de 28-6-85
68/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno (RO) a elevar em Cr\$ 3.976.401.000 (três bilhões, novecentos e setenta e seis milhões, quatrocentos e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 61, de 28-6-85
69/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Arari (MA) a elevar em Cr\$ 88.421.771 (oitenta e oito milhões, quatrocentos e vinte e um mil, setecentos e setenta e um cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 67, de 28-6-85
70/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a promover a realocação do empreendimento a ser custeado pela operação de crédito objeto da Resolução Senatorial nº 343, de 30 de setembro de 1983.	Resolução nº 72, de 28-6-85
71/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a elevar em Cr\$ 1.144.701.308 (hum bilhão, cento e quarenta e quatro milhões, setecentos e um mil, trezentos e oito cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 69, de 28-6-85
72/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a elevar em Cr\$ 752.098.032 (setecentos e cinquenta e dois milhões, noventa e oito mil e trinta e dois cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 73, de 28-6-85
73/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jundiá (SP) a elevar em Cr\$ 2.103.497.275 (dois bilhões, cento e três milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, duzentos e setenta e cinco cruzeiros).	Resolução nº 71, de 28-6-85
74/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pancas (ES) a contrair dívida consolidada interna no valor de Cr\$ 159.089.613 (cento e cinquenta e nove milhões, oitenta e nove mil, seiscentos e treze cruzeiros).	Resolução nº 65, de 28-6-85
75/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nobres (MT) a elevar em Cr\$ 1.327.244.778 (hum bilhão, trezentos e vinte e sete milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, setecentos e setenta e oito cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 77, de 28-6-85

Nº	Autor	Ementa	Resultado
76/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória (ES) a elevar em Cr\$ 2.813.261.080 (dois bilhões, oitocentos e treze milhões, duzentos e sessenta e um mil e oitenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 66, de 28-6-85
77/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Distrito Federal a contratar operação de crédito no valor de Cr\$. . . . 3.564.427.256 (três bilhões, quinhentos e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, duzentos e cinquenta e seis cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 75, de 28-6-85
78/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Distrito Federal a contratar operação de crédito no valor de FF. 38.800.000 (trinta e oito milhões e oitocentos mil Francos Franceses).	Resolução nº 76, de 28-6-85
79/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a elevar em Cr\$ 339.561.810.000 (trezentos e trinta e nove bilhões, quinhentos e sessenta e um milhões, oitocentos e dez mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 70, de 28-6-85
80/85	Comissão de Finanças	Modifica a redação do artigo 1º da Resolução nº 70, de 24 de novembro de 1984, que autoriza o Estado da Paraíba a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares americanos).	Resolução nº 62, de 28-6-85
81/85	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende, por inconstitucionalidade, a execução de dispositivos da Lei nº 1.042, modificada pela Lei nº 1.166, de 1973 e 1977, respectivamente, do Município de Ibitinga (SP), e do art. 4º do Decreto nº 634, de 5 de julho de 1978, que regulamentou as leis mencionadas.	Resolução nº 99, de 4-10-85
82/85	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução dos parágrafos 1º e 2º do art. 4º, da Lei nº 999, de 13 de dezembro de 1977, do Município de Junqueirópolis, Estado de São Paulo.	Resolução nº 100, de 4-10-85
83/85	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 2º da Lei nº 7.266, de 17 de outubro de 1973, do Estado do Rio de Janeiro.	Resolução nº 101, de 4-10-85
84/85	Comissão de Economia	Autoriza o Estado de São Paulo a elevar, temporariamente, em Cr\$ 265.325.520.000 (duzentos e sessenta e cinco bilhões, trezentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e vinte mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.	Resolução nº 90, de 20-9-85
85/85	Comissão de Finanças	Modifica a redação do art. 1º da Resolução nº 122/84, do Senado Federal, que "autoriza o Estado de Goiás a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares) destinada ao saneamento das finanças das instituições de crédito daquele Estado.	Resolução nº 83, de 29-8-85
86/85	Itamar Franco	Altera o art. 2º da Resolução nº 79, de 12 de agosto de 1985.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
87/85	Comissão de Finanças	Modifica a redação do art. 1º da Resolução nº 129/84 que autoriza a Prefeitura Municipal de Maceió (AL) a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 5.000.000.00 (cinco milhões de dólares norte-americanos) destinado a financiar o Programa de Investimentos naquela Prefeitura.	Resolução nº 84, de 11-9-85
88/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Araguaína (GO) a elevar em Cr\$ 152.711.060 (cento e cinquenta e dois milhões, setecentos e onze mil e sessenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.	Resolução nº 87, de 13-9-85
89/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Teófilo Ottoni (MG) a elevar em Cr\$ 5.197.659.784 (cinco bilhões, cento e noventa e sete milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, setecentos e oitenta e quatro cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.	Resolução nº 89, de 19-9-85
90/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Manaus (AM) a elevar em Cr\$ 1.335.608.228.35 (um bilhão, trezentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e oito mil, duzentos e vinte e oito cruzeiros e trinta e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.	Resolução nº 85, de 12-9-85
91/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Timóteo (MG) a elevar em Cr\$ 6.812.900.380 (seis bilhões, oitocentos e doze milhões, novecentos mil, trezentos e oitenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.	Resolução nº 88, de 13-9-85
92/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Prefeito Municipal da cidade de Recife a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 5.000.000.00 (cinco milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 86, de 12-9-85
93/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a elevar em Cr\$ 1.834.526.659 (um bilhão, oitocentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 93, de 27-9-85
94/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Rondônia a elevar em Cr\$ 2.446.857.420 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 91, de 27-9-85
95/85	Comissão de Economia	Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 171.802.465.372 (cento e setenta e um bilhões, oitocentos e dois milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e dois cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 92, de 27-9-85
96/85	Jorge Kalume	Cria a Comissão de Desenvolvimento da Civilização Brasileira.	Em tramitação
97/85	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da letra h, do item I, do art. 1º da Lei nº 5.384, de 27 de dezembro de 1966, do Rio Grande do Sul, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.	Resolução nº 113, de 18-10-85

Nº	Autor	Ementa	Resultado
98/85	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 213, da Lei Complementar nº 28/82, do Estado da Paraíba.	Resolução nº 120, de 31-10-85
99/85	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 11 do Decreto-lei Federal nº 554, de 25 de abril de 1969.	Resolução nº 126, de 8-11-85
100/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Joviânia (GO), a elevar em Cr\$ 33.712.590 (trinta e três milhões, setecentos e doze mil, quinhentos e noventa cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 105, de 16-10-85
101/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aurora do Norte (GO), a elevar em Cr\$ 141.371.509 (cento e quarenta e um milhões, trezentos e setenta e um mil, quinhentos e nove cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 106, de 16-10-85
102/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Piracicaba (SP), a elevar em Cr\$ 10.720.200.000 (dez bilhões, setecentos e vinte milhões, e duzentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 107, de 16-10-85
103/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Lages (SC), a elevar em Cr\$ 116.937.338 (cento e dezesseis milhões, novecentos e trinta e sete mil, trezentos e trinta e oito cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 108, de 16-10-85
104/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Araras (SP), a elevar em Cr\$ 7.952.802.000 (sete bilhões, novecentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e dois mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 109, de 16-10-85
105/85	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 194 da Lei n 744/75, do Município de Itápolis, Estado de São Paulo. (Ementa alterada na Resolução).	Resolução nº 130, de 18-11-85
106/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Arenópolis a elevar em Cr\$ 897.577.690 (oitocentos e noventa e sete milhões, quinhentos e setenta e sete mil, seiscentos e noventa cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 110, de 16-10-85
107/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a elevar em Cr\$ 19.655.865.420 (dezenove bilhões, seiscentos e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e vinte cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 102, de 7-10-85
108/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a elevar em Cr\$ 6.187.413.236 (seis bilhões, cento e oitenta e sete milhões, quatrocentos e treze mil, duzentos e trinta e seis cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 103, de 14-10-85
109/85	Comissão de Economia	Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a elevar, temporariamente, em Cr\$ 78.117.802.912 (setenta e oito bilhões, cento e dezessete milhões, oitocentos e dois mil, novecentos e doze cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 114, de 21-10-85

Nº	Autor	Ementa	Resultado
110/85	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 1º da Resolução nº 13, de 4 de maio de 1983, da Câmara dos Deputados, na parte em que deliberou sustar o processo criminal contra o ex-Deputado Antônio de Freitas Diniz Neto.	Resolução nº 143, de 5-12-85
111/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Muniz Freire (ES) a elevar em Cr\$ 30.769.788 (trinta milhões, setecentos e sessenta e nove mil, setecentos e oitenta e oito cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 127, de 8-11-85
112/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aparecida do Taboado (MS) a elevar em Cr\$ 151.058.702 (cento e cinquenta e um milhões, cinquenta e oito mil, setecentos e dois cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 115, de 21-10-85
113/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Várzea Grande (MT) a elevar em Cr\$ 2.721.810.643 (dois bilhões, setecentos e vinte e um milhões, oitocentos e dez mil, seiscentos e quarenta e três cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 118, de 29-10-85
114/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rondonópolis (MT) a elevar em Cr\$ 7.518.456.912 (sete bilhões, quinhentos e dezoito milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, novecentos e doze cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 121, de 4-11-85
115/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Uberaba (MG) a elevar em Cr\$ 100.988.400 (cem milhões, novecentos e oitenta e oito mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 139, de 29-11-85
116/85	Cid Sampaio	Altera a Resolução nº 93, de 1976, que dispõe sobre operações de crédito dos Estados e municípios, fixa seus limites e condições.	Resolução nº 140, de 5-12-85
117/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a elevar em Cr\$ 2.253.965.524 (dois bilhões, duzentos e cinquenta e três milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte e quatro cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 119, de 29-10-85
118/85	Comissão de Legislação Social	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a transferir à Companhia Vale do Rio Doce ou à sua empresa controlada Floresta Rio Doce S.A. o direito à aquisição da diferença entre a área efetivamente alienada à Empreendimentos Florestais S.A. — FLONIBRA e o total da área cuja alienação é autorizada pela Resolução nº 47, de 1975, do Senado Federal.	Resolução nº 133, de 21-11-85
119/85	Comissão de Economia	Modifica a redação do art. 1º da Resolução nº 75/85, que autoriza o Governo do Distrito Federal a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 3.564.427.256 (três bilhões, quinhentos e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, duzentos e cinquenta e seis cruzeiros).	Resolução nº 111, de 17-10-85

Nº	Autor	Ementa	Resultado
120/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a elevar em Cr\$ 977.282.400 (novecentos e setenta e sete milhões, duzentos e oitenta e dois mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 122, de 7-11-85
121/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a elevar em Cr\$ 519.044.481.001 (quinhentos e dezenove bilhões, quarenta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e um mil e um cruzeiro) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 124, de 7-11-85
122/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 15,000,000.00 (quinze milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 123, de 7-11-85
123/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno (RO) a elevar em Cr\$ 254.822.079 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil e setenta e nove cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 136, de 28-11-85
124/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jauru (MT) a elevar em Cr\$ 1.085.652.592 (um bilhão, oitenta e cinco milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e noventa e dois cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 135, de 28-11-85
125/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Branco (MT) a elevar em Cr\$ 543.197.257 (quinhentos e quarenta e três milhões, cento e noventa e sete mil, duzentos e cinquenta e sete cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 137, de 28-11-85
126/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos (MT) a elevar em Cr\$ 1.128.299.406 (um bilhão, cento e vinte e oito milhões, duzentos e noventa e nove mil, quatrocentos e seis cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 138, de 29-11-85
127/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Pará a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 106.035.140.400 (cento e seis bilhões, trinta e cinco milhões, cento e quarenta mil e quatrocentos cruzeiros).	Resolução nº 125, de 7-11-85
128/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Natal (RN) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.672.261.865 (um bilhão, seiscentos e setenta e dois milhões, duzentos e sessenta e um mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzeiros).	Resolução nº 129, de 18-11-85
129/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 341.877.815.580 (trezentos e quarenta e um bilhões, oitocentos e setenta e sete milhões, oitocentos e quinze mil, quinhentos e oitenta cruzeiros).	Resolução nº 128, de 8-11-85

Nº	Autor	Ementa	Resultado
130/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a realizar operações de crédito externo no valor de US\$ 80,000,000.00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 134, de 21-11-85
131/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Paraná a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 63,600,000.00 (sessenta e três milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos).	Resolução nº 141, de 5-12-85
132/85	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução dos arts. 35 e parágrafo único e 36 da Lei nº 9.240, de 30 de agosto de 1982, do Estado de Goiás.	Resolução nº 156, de 5-12-85
133/85	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do título "IV-A" — Taxa de Conservação de Estradas Municipais e do fato gerador — da Lei nº 278/77/4, que dispõe sobre alterações e atualização do Código Tributário do Município de Estrela do Norte, Estado de São Paulo.	Em tramitação
134/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a elevar em Cr\$ 3.131.146.369 (três bilhões, cento e trinta e um milhões, cento e quarenta e seis mil, trezentos e sessenta e oito cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 144, de 5-12-85
135/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 145, de 5-12-85
136/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 44,800,000.00 (quarenta e quatro milhões e oitocentos mil dólares norte-americanos).	Resolução nº 146, de 5-12-85
137/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 147, de 5-12-85
138/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itapecuru-Mirim (MA) a elevar em Cr\$ 147.658.086 (cento e quarenta e sete milhões, seiscentos e cinqüenta e oito mil e oitenta e seis cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 148, de 5-12-85
139/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Marília (SP) a elevar em Cr\$ 2.400.000.000 (dois bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 149, de 5-12-85
140/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Salto do Céu (MT) a elevar em Cr\$ 439.917.320 (quatrocentos e trinta e nove milhões, novecentos e dezessete mil, trezentos e vinte cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução Resolução nº 150, de 5-12-85
141/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Grajaú (MA) a elevar em Cr\$ 441.261.654 (quatrocentos e quarenta e um milhões, duzentos e sessenta e um mil, seiscentos e cinqüenta e quatro cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 151, de 5-12-85

Nº	Autor	Ementa	Resultado
142/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Macaíba (RN) a elevar em Cr\$ 1.053.744.725 (um bilhão, cinquenta e três milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 152, de 5-12-85
143/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Tangará da Serra (MT) a elevar em Cr\$ 4.473.178.930 (quatro bilhões, quatrocentos e setenta e três milhões, cento e setenta e oito mil, novecentos e trinta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 153, de 5-12-85
144/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Criciúma (SC) a elevar em Cr\$ 2.724.658.100 (dois bilhões, setecentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 154, de 5-12-85
145/85	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre as Comissões e dá outras providência.	Em tramitação
146/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 24.404.323.468 (vinte e quatro bilhões, quatrocentos e quatro milhões, trezentos e vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e oito cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
147/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.208.436.063 (um bilhão, duzentos e oito milhões, quatrocentos e trinta e seis mil e sessenta e três cruzeiros).	Em tramitação
148/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 3.520.541.401 (três bilhões, quinhentos e vinte milhões, quinhentos e quarenta e um mil, quatrocentos e um cruzeiros).	Em tramitação
149/85	Comissão Diretora	Aprova o Plano de Classificação de Cargos e Empregos e dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Senado Federal.	Em tramitação
150/85	Comissão Diretora	Aprova o Regulamento de Pessoal do Senado Federal e dá outras providências.	Em tramitação
151/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paranaguá - (PR) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 965.435.900 (novecentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil e novecentos cruzeiros).	Em tramitação
152/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Sebastião (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 4.590.191.000 (quatro bilhões, quinhentos e noventa milhões, cento e noventa e um mil cruzeiros).	Em tramitação
153/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mococa - (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 6.108.015.000 (seis bilhões, cento e oito milhões e quinze mil cruzeiros).	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
154/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mogiguaçu - (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 13.770.573.000 (treze bilhões, setecentos e setenta milhões, quinhentos e setenta e três mil cruzeiros).	Em tramitação
155/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caraguatuba (SP), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 9.180.382.000 (nove bilhões, cento e oitenta milhões, trezentos e oitenta e dois mil cruzeiros).	Em tramitação
156/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal ne Campo Limpo Paulista (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 7.329.618.000 (sete bilhões, trezentos e vinte e nove milhões, seiscentos e dezoito mil cruzeiros).	Em tramitação
157/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Agudos (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 9.180.382.000 (nove bilhões, cento e oitenta milhões, trezentos e oitenta e dois mil cruzeiros).	Em tramitação
158/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D'Oeste (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 9.772.824.000 (nove bilhões, setecentos e setenta e dois milhões, oitocentos e vinte e quatro mil cruzeiros).	Em tramitação
159/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Várzea Grande (MT) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 4.395.142.078 (quatro bilhões, trezentos e noventa e cinco milhões, cento e quarenta e dois mil e setenta e oito cruzeiros).	Em tramitação
160/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis (RJ) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 14.659.236.000 (quatorze bilhões, seiscentos e cinqüenta e nove milhões, duzentos e trinta e seis mil cruzeiros).	Em tramitação
161/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB) a elevar em Cr\$ 1.492.599.767 (hum bilhão, quatrocentos e noventa e dois milhões, quinhentos e noventa e nove mil, setecentos e sessenta e sete cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
162/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Distrito Federal a contratar operações de crédito no valor de Cr\$ 702.372.620.154 (setecentos e dois bilhões, trezentos e setenta e dois milhões, seiscentos e vinte mil, cento e cinqüenta e quatro cruzeiros).	Em tramitação
163/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de empréstimo externo, no valor de DM 10.000.000,00 (dez milhões de marcos alemães) destinada ao Programa de Saneamento Básico daquele Estado.	Em tramitação
164/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 52,000,000.00 (cinqüenta e dois milhões de dólares norte-americanos), destinado ao financiamento parcial do II Programa de Rodovias Alimentadoras daquele Estado.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
165/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 57,600,000.00 (cinquenta e sete milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos) destinada à liquidação dos compromissos externos existentes, vencidos e vencíveis em 1985.	Em tramitação
166/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paranaguá (PR) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 965.435.900 (novecentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil e novecentos cruzeiros).	Em tramitação
167/85	Comissão de Finanças	Modifica a redação da Resolução nº 120, de 5 de dezembro de 1984, do Senado Federal, que "Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 15,100,000.00 (quinze milhões e cem mil dólares), destinado à liquidação dos compromissos existentes e vencíveis em 1984 e 1985.	Em tramitação
168/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 120,000,000.00 (cento e vinte milhões de dólares norte-americanos) destinada ao Programa de Refinanciamento da dívida externa daquele Estado.	Em tramitação
169/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Acre a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) destinada a carrear recursos para o Programa Rodoviário daquele Estado.	Em tramitação
170/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 181.488.226.556 (cento e oito milhões, duzentos e vinte e seis mil, quinhentos e cinquenta e seis cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
171/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 134.513.277.512 (cento e trinta e quatro bilhões, quinhentos e treze milhões, duzentos e setenta e sete mil, quinhentos e doze cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
172/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Paraná a elevar em Cr\$ 6.465.500.000 (seis bilhões, quatrocentos e sessenta e cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros).	Em tramitação
173/85	Comissão de Economia	Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 152.682.159.144 (cento e cinquenta e dois bilhões, seiscentos e oitenta e dois milhões, cento e cinquenta e nove mil, cento e quarenta e quatro cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
174/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Várzea Paulista (SP) a contratar operação de crédito, no valor de Cr\$ 14.688.611.200 (quatorze bilhões, seiscentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e onze mil e duzentos cruzeiros).	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
175/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Brasilândia (MS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 3.043.254.331 (três bilhões, quarenta e três milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e trinta e um cruzeiros).	Em tramitação
176/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Barra do Garças (MT) a elevar em Cr\$ 4.886.412.000 (quatro bilhões, oitocentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e doze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
177/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paranaguá (PR) a elevar em Cr\$ 961.855.200 (novecentos e sessenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
178/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itapira (SP) a contratar operação de crédito no valor de ... Cr\$ 8.541.692.500 (oito bilhões, quinhentos e quarenta e um milhões, seiscentos e noventa e dois mil e quinhentos cruzeiros).	Em tramitação
179/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Salto de Itapora (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 2.680.050.000 (dois bilhões, seiscentos e oitenta milhões e cinquenta mil cruzeiros).	Em tramitação
180/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 85.665.500.000 (oitenta e cinco bilhões, seiscentos e sessenta e cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
181/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Sombrio (SC) a contratar operação de crédito no valor de ... Cr\$ 275.952.706 (duzentos e setenta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, setecentos e seis cruzeiros), junto à Caixa Econômica Federal.	Em tramitação
182/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Alta Floresta (MT) a elevar em Cr\$ 3.140.422.050 (três bilhões, cento e quarenta milhões, quatrocentos e vinte e dois mil e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
183/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Mourão (PR) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 2.629.828.800 (dois bilhões, seiscentos e vinte e nove milhões, oitocentos e vinte e oito mil e oitocentos cruzeiros).	Em tramitação
184/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ibiporã (PR) a elevar em Cr\$ 1.007.805.300 (um bilhão, sete milhões, oitocentos e cinco mil e trezentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
185/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Maringá (PR) a elevar em Cr\$ 9.627.841.800 (nove bilhões, seiscentos e vinte e sete milhões, oitocentos e quarenta e um mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
186/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Barra Mansa (RJ), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 15.897.513.479 (quinze bilhões, oitocentos e noventa e sete milhões, quinhentos e treze mil, quatrocentos e setenta e nove cruzeiros).	Em tramitação
187/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 42.459.266.750 (quarenta e dois bilhões, quatrocentos e cinquenta e nove milhões, duzentos e sessenta e seis mil, setecentos e cinquenta cruzeiros).	Em tramitação
188/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Luz (MG) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 872.837.604 (oitocentos e setenta e dois milhões, oitocentos e trinta e sete mil, seiscentos e quatro cruzeiros).	Em tramitação
189/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a contratar operações de crédito no valor global de Cr\$ 32.242.728.664 (trinta e dois bilhões, duzentos e quarenta e dois milhões, setecentos e vinte e oito mil, seiscentos e sessenta e quatro cruzeiros).	Resolução nº 155, de 5-12-85

c) Súmula

Eis os dados numéricos relativos aos Projetos de Resolução:

Total dos Projetos	222
Sendo:	
oriundos de sessões legislativas anteriores	33
apresentados nesta sessão legislativa	189
Aprovados	136
Sendo:	
desta sessão legislativa	131
de sessões legislativas anteriores	5
Rejeitado (de sessão legislativa anterior)	1
Permanecem em estudo	85
Sendo:	
desta sessão legislativa	58
de sessões legislativas anteriores	27
Os Projetos de Resolução aprovados versaram sobre:	
empréstimos ou financiamentos externos	37
operações de crédito internas	114
suspensão de execução de dispositivos legais	10
assuntos da Administração Interna do Senado Federal	16
contas do Governo do Distrito Federal	1
conclusões de CPI	3
alienação de terras	1
Alteração do Regimento Interno	33
Criação de CPI	2

F.5.5 REQUERIMENTOS

a) de Sessões Legislativas anteriores

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
493	5- 4-83	Henrique Santillo	Convocação de Autoridade	Arquivado
683	1- 6-83	Mauro Borges	Convocação de Autoridade	Arquivado
686	6- 6-83	Henrique Santillo	Convocação de Autoridade	Arquivado
717	29- 6-83	Roberto Saturnino	Constituição de Comissão Especial	Em tramitação
741	11- 8-83	Marco Maciel	Convocação de Autoridade	Arquivado
842	16-11-83	Nelson Carneiro	Retirada de Projeto	Em tramitação
867	28-11-83	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
896	3-12-83	Eunice Michiles	Criação de Comissão Especial Mista	Em tramitação
7	15- 3-84	Álvaro Dias	Transcrição nos Anais	Em tramitação
53	2- 5-84	Álvaro Dias	Transcrição nos Anais	Em tramitação
65	9- 5-84	Henrique Santillo	Criação de Comissão Especial Interna	Em tramitação
110	14- 6-84	Henrique Santillo	Convocação de Autoridade	Arquivado
115	18- 6-84	Henrique Santillo	Convocação de Autoridade	Arquivado
151	2- 8-84	Nelson Carneiro	Transcrição nos Anais	Aprovado
155	3- 8-84	Jaison Barreto	Transcrição nos Anais	Em tramitação
160	10- 8-84	Nelson Carneiro	Criação de Comissão Especial Interna	Retirado pelo autor
161	13- 8-84	Moacyr Duarte	Transcrição nos Anais	Em tramitação
164	15- 8-84	Humberto Lucena como Líder	Transcrição nos Anais	Em tramitação
179	27- 8-84	Moacyr Duarte	Transcrição nos Anais	Em tramitação
229	26- 9-84	Severo Gomes	Criação de Comissão Especial	Em tramitação
331	27-11-84	Odacir Soares	Criação de Comissão Especial Interna	Em tramitação

b) da presente Sessão Legislativa

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
1	1- 3-85	Nelson Carneiro	Homenagem de Pesar	Aprovado
2	1- 3-85	Lenoir Vargas e outros	Homenagem de Pesar	Aprovado
3	4- 3-85	Nelson Carneiro	Inversão da Ordem do Dia	Rejeitado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
4	5- 3-85	Líderes PDS, PDT, e PTB	Urgência (art. 371 "c" do RI)	Aprovado
5	5- 3-85	Humberto Lucena	Adiamento de Discussão	Aprovado
6	5- 3-85	Humberto Lucena	Adiamento de Discussão	Aprovado
7	6- 3-85	Carlos Chiarelli e outros	Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito	Aprovado
8	6- 3-85	Líderes PDS, PMDB, PTB e PDT	Urgência	Aprovado
9	7- 3-85	Líderes PMDB, PFL e PTB	Urgência (art. 371 "c" do RI)	Aprovado
10	7- 3-85	Líder PMDB	Urgência (art. 371 "c" do RI)	Aprovado
11	7- 3-85	Nelson Carneiro	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
12	7- 3-85	Henrique Santillo	Adiamento de Discussão	Prejudicado
13	7- 3-85	Líderes PMDB, PDS, PDT e PTB	Urgência	Aprovado
14	7- 3-85	Líderes PMDB, PDS, PDT e PTB	Urgência	Aprovado
15	8- 3-85	Humberto Lucena e outros	Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito	Retirado pelos autores
16	11- 3-85	Itamar Franco	Homenagem de Pesar	Aprovado
17	12- 3-85	Henrique Santillo e outros	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
18	12- 3-85	Líderes PMDB e PDS	Urgência	Aprovado
19	12- 3-85	Líderes PMDB e PDS	Urgência	Aprovado
20	12- 3-85	Aloysio Chaves	Retirada de Emenda	Aprovado
21	13- 3-85	Benedito Ferreira	Urgência	Prejudicado
22	13- 3-85	Itamar Franco	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
23	13- 3-85	Almir Pinto	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
24	13- 3-85	Milton Cabral	Adiamento de Votação	Rejeitado
25	13- 3-85	Severo Gomes	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
26	13- 3-85	Severo Gomes	Prorrogação de sessão	Aprovado
27	14- 3-85	Gastão Müller e outros	Não realização de sessão	Aprovado
28	14- 3-85	Líderes PMDB, PTB e PDS	Urgência	Aprovado
29	14- 3-85	Líderes PMDB, PTB, PDS, PFL e PDT	Urgência	Aprovado
30	18- 3-85	José Ignácio Ferreira	Prorrogação prazo Comissão Especial	Aprovado
31	18- 3-85	Humberto Lucena	Transcrição nos Anais	Aprovado
32	18- 3-85	Murilo Badaró	Destinação do Expediente	Aprovado
33	18- 3-85	Severo Gomes	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
34	19- 3-85	Henrique Santillo	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
35	19- 3-85	Henrique Santillo	Retirada de Requerimento	Deferido
35	19- 3-85	Henrique Santillo	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
37	19- 3-85	Roberto Campos e outros	Adiamento de votação	Prejudicado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
38	20- 3-85	Alvaro Dias	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
39	20- 3-85	Fábio Lucena	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
40	21- 3-85	Líderes PMDB e PFL	Urgência (art. 371 "c" do RI)	Retirado
41	21- 3-85	Jorge Kalume	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
42	22- 3-85	Nelson Carneiro	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
43	25- 3-85	Roberto Campos	Informações	Deferido
44	26- 3-85	Líderes PMDB, PTB, PDS e PFL	Urgência	Aprovado
45	26- 3-85	Líderes PMDB, PDS e PFL	Urgência	Aprovado
46	26- 3-85	Líderes PMDB e PFL	Urgência (art. 371 "c" do RI)	Retirado
47	27- 3-85	Jorge Kalume	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
48	27- 3-85	Jutahy Magalhães	Votação em globo	Aprovado
49	28- 3-85	Amaral Peixoto	Retirada de Proposição	Aprovado
50	28- 3-85	Severo Gomes	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
51	28- 3-85	Líderes PMDB, PFL e PDS	Urgência	Aprovado
52	29- 3-85	Humberto Lucena e outros	Realização de Sessão Especial	Aprovado
53	29- 3-85	Odacir Soares e outros	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
54	29- 3-85	Líder PMDB	Retirada de Requerimento	Deferido
55	29- 3-85	Líder PMDB	Retirada de Requerimento	Deferido
56	29- 3-85	Alexandre Costa	Transcrição nos Anais	Aprovado
57	1- 4-85	Líderes PMDB e PDS	Urgência (art. 371 "c" do RI)	Retirado
58	1- 4-85	Líderes PMDB e PDS	Urgência (art. 371 "c" do RI)	Retirado
59	2- 4-85	Hélio Gueiros	Não realização de sessão	Aprovado
60	3- 4-85	Alexandre Costa	Informações	Deferido
61	3- 4-85	Itamar Franco	Informações	Deferido
62	8- 4-85	Jorge Kalume	Informações	Deferido
63	8- 4-85	Líderes PMDB e PDS	Urgência	Aprovado
64	9- 4-85	Milton Cabral	Transcrição nos Anais	Em tramitação
65	9- 4-85	Itamar Franco	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
66	10- 4-85	Cesar Cals	Convocação de Autoridade	Aprovado
67	11- 4-85	Fábio Lucena	Transcrição nos Anais	Em tramitação
68	11- 4-85	Nivaldo Machado	Voto de Congratulações	Aprovado
69	11- 4-85	José Inácio Ferreira e outros	Realização de Sessão Especial	Aprovado
70	11- 4-85	Itamar Franco	Informações	Deferido
71	11- 4-85	Henrique Santillo	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
72	15- 4-85	Gastão Müller e outros	Destinação do Expediente	Aprovado
73	15- 4-85	Severo Gomes	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
74	16- 4-85	Jutahy Magalhães	Informações	Deferido
75	16- 4-85	Itamar Franco	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
76	17- 4-85	Murilo Badaró e outros	Destinação do Expediente	Aprovado
77	17- 4-85	Líderes PMDB-PDS-PFL	Urgência	Prejudicado
78	17- 4-85	Líderes PMDB-PDS	Urgência	Prejudicado
79	18- 4-85	Lourival Baptista e outros	Homenagem de Pesar	Aprovado
80	18- 4-85	Itamar Franco	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
81	18- 4-85	Líderes PMDB-PDS	Urgência	Aprovado
82	18- 4-85	Líderes PMDB-PDS	Urgência	Aprovado
83	19- 4-85	Nelson Carneiro	Retirada de Projeto	Aprovado
84	25- 4-85	Líderes PMDB-PFL-PDS-PDT-PTB	Homenagem de Pesar	Aprovado
85	25- 4-85	Marcelo Miranda	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
86	25- 4-85	Líderes PMDB-PTB-PDS-PFL	Urgência	Aprovado
87	25- 4-85	Líderes PMDB-PTB-PDS-PFL	Urgência	Aprovado
88	26- 4-85	Severo Gomes e outros	Criação de CPI	Aprovado
89	29- 4-85	José Ignácio Ferreira	Prorrogação de Prazo de Comissão Especial	Aprovado
90	29- 4-85	Humberto Lucena	Retirada de Requerimento	Deferido
91	29- 4-85	Líderes PMDB-PDS	Urgência (art. 371, b, RI)	Prejudicado
92	30- 4-85	Martins Filho	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
93	2- 5-85	Jutahy Magalhães	Informações	Deferido
94	2- 5-85	Martins Filho	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
95	2- 5-85	Líderes PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
96	3- 5-85	Guilherme Palmeira e outros	Homenagem de Pesar	Aprovado
97	6- 5-85	Martins Filho	Inversão Ordem do Dia	Prejudicado
98	7- 5-85	Fábio Lucena	Transcrição nos Anais	Aprovado
99	7- 5-85	Martins Filho	Inversão Ordem do Dia	Prejudicado
100	8- 5-85	Martins Filho	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
101	9- 5-85	Martins Filho	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
102	14- 5-85	Martins Filho	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
103	15- 5-85	Martins Filho	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
104	16- 5-85	Martins Filho e outro	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
105	16- 5-85	Líderes PMDB, PFL, PDS e PTB	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
106	16- 5-85	Líderes PMDB, PFL, PDS e PTB	Urgência (art. 371, b, do RI)	Prejudicado
107	17- 5-85	Nelson Carneiro	Retirada de Projeto	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
108	20- 5-85	Jutahy Magalhães e outros	Homenagem de Pesar	Aprovado
109	20- 5-85	Murilo Badaró e outros	Homenagem de Pesar	Aprovado
110	20- 5-85	Martins Filho	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
111	21- 5-85	Humberto Lucena e outros	Homenagem de Pesar	Aprovado
112	21- 5-85	Humberto Lucena e outros	Homenagem de Pesar	Aprovado
113	21- 5-85	Martins Filho	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
114	21- 5-85	Moacyr Duarte	Destaque	Rejeitado
115	21- 5-85	Moacyr Duarte	Destaque	Rejeitado
116	21- 5-85	Líderes PMDB, PFL, e PDS	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
117	21- 5-85	Líderes PDS e PMDB	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
118	22- 5-85	Murilo Badaró	Dispensa de Interstício	Aprovado
119	22- 5-85	Martins Filho	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
120	22- 5-85	Jorge Kalume	Dispensa Publicação redação final	Aprovado
121	23- 5-85	Martins Filho	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
122	28- 5-85	Martins Filho	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
123	28- 5-85	Líderes PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
124	28- 5-85	Líderes PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Prejudicado
125	30- 5-85	Martins Filho	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
126	30- 5-85	Líderes PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
127	30- 5-85	Líderes PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
128	3- 6-85	Helvídio Nunes e outros	Destinação do Expediente	Aprovado
129	4- 6-85	Jutahy Magalhães	Não realização de sessão	Aprovado
130	4- 6-85	Humberto Lucena e outros	Homenagem de Pesar	Aprovado
131	4- 6-85	Itamar Franco	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
132	4- 6-85	Líderes PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
133	4- 6-85	Líderes PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
134	5- 6-85	Martins Filho	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
135	10- 6-85	José Ignácio Ferreira	Tramitação Conjunta	Aprovado
136	10- 6-85	José Ignácio Ferreira	Tramitação Conjunta	Aprovado
137	10- 6-85	Martins Filho	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
138	12- 6-85	Líderes PDS, PFL, e PMDB	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
139	13- 6-85	Passos Pôrto	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
140	13- 6-85	Odacir Soares e outros	Sessão Especial	Aprovado
141	14- 6-85	Itamar Franco	Convocação de Autoridade	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
142	14- 6-85	Nivaldo Machado e outros	Sessão Especial	Aprovado
143	17- 6-85	Jutahy Magalhães	Informações	Deferido
144	18- 6-85	Martins Filho	Informações	Deferido
145	18- 6-85	Helvídio Nunes	Informações	Deferido
146	18- 6-85	Nelson Carneiro	Homenagem de Pesar	Aprovado
147	18- 6-85	Martins Filho	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
148	18- 6-85	Hélio Gueiros	Adiamento de votação	Aprovado
149	18- 6-85	Líderes PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
150	19- 6-85	Martins Filho	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
151	19- 6-85	Jutahy Magalhães	Prorrogação do Tempo de Sessão	Rejeitado
152	19- 6-85	Líderes PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
153	19- 6-85	Líderes PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
154	20- 6-85	Martins Filho	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
155	20- 6-85	Líderes PDS e PMDB	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
156	20- 6-85	Líderes PDS e PFL e PMDB	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
157	20- 6-85	Líderes PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
158	20- 6-85	Líderes PMDB, PFL, PDT, PTB e PDS	Urgência (art. 371, b, do RI)	Prejudicado
159	21- 6-85	Fábio Lucena	Retirada de Projeto	Aprovado
160	24- 6-85	Fábio Lucena	Transcrição nos Anais	Aprovado
161	24- 6-85	Líderes PMDB, PFL, PDS e PTB	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
162	24- 6-85	Líderes PMDB, PFL e PDS	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
163	25- 6-85	Martins Filho	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
164	25- 6-85	Líderes PMDB, PTB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
165	26- 6-85	Líderes PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
166	26- 6-85	Líderes PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
167	26- 6-85	Mário Maia	Votação em globo de substitutivo	Aprovado
168	26- 6-85	Mário Maia	Dispensa Publicação redação final	Prejudicado
169	26- 6-85	Nelson Carneiro	Informações	Deferido
170	26- 6-85	Martins Filho	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
171	26- 6-85	Líderes PMDB, PDS, PFL e PTB	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
172	26- 6-85	Líderes PMDB, PFL, PDS, PDT e PTB	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
173	27- 6-85	Líderes PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
174	27- 6-85	Líderes PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
175	27- 6-85	Carlos Alberto	Convocação de autoridade	Em tramitação
176	27- 6-85	Líderes PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
177	27- 6-85	Líderes PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
178	27- 6-85	Carlos Chiarelli	Dispensa de Interstício	Aprovado
179	27- 6-85	Carlos Chiarelli	Dispensa de Interstício	Aprovado
180	27- 6-85	Carlos Chiarelli	Dispensa de Interstício	Aprovado
181	27- 6-85	Carlos Chiarelli	Dispensa de Interstício	Aprovado
182	27- 6-85	Carlos Chiarelli	Dispensa de Interstício	Aprovado
183	27- 6-85	Carlos Chiarelli	Dispensa de Interstício	Aprovado
184	27- 6-85	Carlos Chiarelli	Dispensa de Interstício	Aprovado
185	27- 6-85	Carlos Chiarelli	Dispensa de Interstício	Aprovado
186	27- 6-85	Carlos Chiarelli	Dispensa de Interstício	Aprovado
187	27- 6-85	Carlos Chiarelli	Dispensa de Interstício	Aprovado
188	27- 6-85	Nivaldo Machado	Dispensa de Interstício	Aprovado
189	27- 6-85	Nivaldo Machado	Transcrição nos Anais	Aprovado
190	27- 6-85	Líderes PMDB e PDS	Retirada de requerimento	Deferido
191	27- 6-85	Líderes PMDB, PDS e PFL	Prorrogação do tempo da Sessão	Aprovado
192	27- 6-85	Líderes PMDB, PDS e PFL	Adiamento da votação	Aprovado
193	27- 6-85	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
194	27- 6-85	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
195	27- 6-85	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
196	27- 6-85	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
197	27- 6-85	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
198	27- 6-85	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
199	27- 6-85	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
200	27- 6-85	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
201	27- 6-85	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
202	27- 6-85	Saldanha Derzi	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
203	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de Interstício	Aprovado
204	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de Interstício	Aprovado
205	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de Interstício	Aprovado
206	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de interstício	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
207	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de Interstício	Aprovado
208	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de Interstício	Aprovado
209	27- 6-85	Líderes PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371 b , do RI)	Aprovado
210	27- 6-85	Líderes PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371 b , do RI)	Aprovado
211	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
212	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
213	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
214	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
215	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
216	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
217	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
218	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
219	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
220	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
221	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
222	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
223	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
224	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
225	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
226	27- 6-85	Mário Maia	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
227	27- 6-85	Líderes PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do RI)	Aprovado
228	27- 6-85	Líderes PMDB, PTB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b , do RI)	Aprovado
229	27- 6-85	José Ignácio Ferreira	Tramitação Conjunta	Aprovado
230	27- 6-85	Gastão Müller	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
231	27- 6-85	Gastão Müller	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
232	27- 6-85	Gastão Müller	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
233	27- 6-85	Gastão Müller	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
234	27- 6-85	Gastão Müller	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
235	27- 6-85	Gastão Müller	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
236	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
237	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
238	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
239	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
240	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
241	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
242	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
243	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
244	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
245	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
246	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
247	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
248	28- 6-85	Octávio Cardoso	Dispensa de Interstício	Aprovado
249	28- 6-85	Humberto Lucena	Adiamento de Discussão	Aprovado
250	28- 6-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
251	28- 6-85	Líderes PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
252	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
253	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
254	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
255	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
256	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
257	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
258	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
259	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
260	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
261	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
262	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
263	28- 6-85	Nelson Carneiro	Dispensa de Interstício	Aprovado
264	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
265	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
266	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
267	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
268	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
269	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
270	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
271	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
272	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
273	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
274	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
275	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
276	28- 6-85	Líderes PMDB, PFL, PDS	Urgência (art. 371, b , do RI)	Aprovado
277	28- 6-85	Líderes PMDB, PFL, PDS	Urgência (art. 371, b , do RI)	Aprovado
278	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
279	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
280	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
281	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
282	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
283	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
284	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
285	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
286	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
287	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
288	28- 6-85	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
289	28- 6-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b , do RI)	Aprovado
290	28- 6-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b , do RI)	Aprovado
291	1- 8-85	Guilherme Palmeira	Homenagem de Pesar	Aprovado
292	1- 8-85	Fernando Henrique Cardoso	Transcrição nos Anais	Aprovado
293	2- 8-85	Fábio Lucena	Transcrição nos Anais	Aprovado
294	6- 8-85	José Fragelli	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
295	6- 8-85	Jorge Bornhausen	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
296	6- 8-85	Amaral Peixoto	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
297	7- 8-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b , do RI)	Aprovado
298	7- 8-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b , do RI)	Aprovado
299	8- 8-85	Gastão Müller	Adiamento de Discussão	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
300	8- 8-85	Nelson Carneiro	Adiamento de Discussão	Aprovado
301	8- 8-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
302	8- 8-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
303	13- 8-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Convocação de autoridade	Aprovado
304	13- 8-85	Itamar Franco	Dispensa de Interstício	Aprovado
305	14- 8-85	Nelson Carneiro e outros	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
306	14- 8-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
307	19- 8-85	José Ignácio Ferreira	Tramitação Conjunta	Aprovado
308	20- 8-85	Virgílio Távora	Retirada de Projeto	Aprovado
309	20- 8-85	Gastão Müller	Dispensa de Interstício	Aprovado
310	20- 8-85	Henrique Santillo	Adiamento de Discussão	Aprovado
311	20- 8-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
312	20- 8-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
313	21- 8-85	José Ignácio Ferreira	Tramitação Conjunta	Aprovado
314	21- 8-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
315	21- 8-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
316	22- 8-85	Luiz Viana	Autorização viagem ao estrangeiro	Aprovado
317	22- 8-85	Roberto Saturnino	Retirada de Projeto	Aprovado
318	22- 8-85	Moacyr Duarte	Autorização viagem ao estrangeiro	Aprovado
319	22- 8-85	José Lins	Autorização viagem ao estrangeiro	Aprovado
320	22- 8-85	Gastão Müller	Adiamento de Discussão	Aprovado
321	26- 8-85	Moacyr Duarte	Transcrição nos Anais	Aprovado
322	27- 8-85	Mauro Borges	Autorização viagem ao estrangeiro	Aprovado
323	27- 8-85	José Ignácio Ferreira	Tramitação Conjunta	Aprovado
324	27- 8-85	José Ignácio Ferreira	Tramitação Conjunta	Aprovado
325	27- 8-85	José Ignácio Ferreira	Tramitação Conjunta	Aprovado
326	27- 8-85	José Ignácio Ferreira	Tramitação Conjunta	Aprovado
327	27- 8-85	José Ignácio Ferreira	Tramitação Conjunta	Aprovado
328	27- 8-85	Hélio Gueiros	Adiamento de Votação	Aprovado
329	27- 8-85	Gastão Müller	Adiamento de Votação	Aprovado
330	28- 8-85	José Ignácio Ferreira	Tramitação Conjunta	Aprovado
331	28- 8-85	Jorge Kalume	Retirada de Proposição	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
332	28- 8-85	Alcides Saldanha	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
333	29- 8-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, c, do RI)	Aprovado
334	30- 8-85	Itamar Franco	Informações	Deferido
335	30- 8-85	Fábio Lucena	Adiamento de Discussão	Aprovado
336	3- 9-85	José Ignácio Ferreira	Tramitação Conjunta	Aprovado
337	3- 9-85	Alfredo Campos	Reexame de Comissão	Aprovado
338	4- 9-85	Amaral Furlan	Adiamento de Discussão	Aprovado
339	4- 9-85	Milton Cabral	Retirada de Proposição	Aprovado
340	5- 9-85	Fábio Lucena	Transcrição nos Anais	Aprovado
341	5- 9-85	Fábio Lucena	Transcrição nos Anais	Em tramitação
342	5- 9-85	Milton Cabral	Adiamento de Discussão	Aprovado
343	10- 9-85	Gabriel Hermes	Tramitação Conjunta	Aprovado
344	11- 9-85	Nivaldo Machado	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
345	12- 9-85	Líder PFL	Urgência (art. 371, c, do RI)	Retirado pelo autor
346	12- 9-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
347	13- 9-85	Líder PMDB	Urgência (art. 371, c, do RI)	Aprovado
348	16- 9-85	Helvídio Nunes	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
349	16- 9-85	Líder PFL	Retirada de Proposição	Deferido
350	16- 9-85	Líder PMDB	Adiamento de Votação	Aprovado
351	16- 9-85	Alexandre Costa	Adiamento de Votação	Aprovado
352	16- 9-85	Humberto Lucena	Adiamento de Votação	Aprovado
353	17- 9-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
354	17- 9-85	Líderes PMDB, PDS, PFL, PDT PTB	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
355	17- 9-85	Jutahy Magalhães	Autorização para viagem ao estrangeiro	Aprovado
356	17- 9-85	Humberto Lucena	Votação em globo de substitutivo	Aprovado
357	18- 9-85	Humberto Lucena	Adiamento de Votação	Aprovado
358	18- 9-85	Humberto Lucena	Adiamento de Discussão	Aprovado
359	18- 9-85	Aderbal Jurema	Adiamento de Discussão	Aprovado
360	18- 9-85	Humberto Lucena	Adiamento de Discussão	Aprovado
361	18- 9-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
362	18- 9-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
363	19- 9-85	Itamar Franco	Informações	Deferido
364	19- 9-85	Gastão Müller	Adiamento de Discussão	Aprovado
365	19- 9-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
366	19- 9-85	Gastão Müller	Autorização para viagem ao estrangeiro	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
367	19- 9-85	Carlos Chiarelli	Autorização para viagem ao estrangeiro	Aprovado
368	19- 9-85	Cid Sampaio	Autorização para viagem ao estrangeiro	Aprovado
369	19- 9-85	Murilo Badaró	Autorização para viagem ao estrangeiro	Aprovado
370	19- 9-85	Nelson Carneiro	Autorização para viagem ao estrangeiro	Aprovado
371	20- 9-85	Lenoir Vargas	Autorização para viagem ao estrangeiro	Aprovado
372	20- 9-85	Jorge Bornhausen	Autorização para viagem ao estrangeiro	Aprovado
373	24- 9-85	Lourival Baptista e outros	Transcrição nos Anais	Aprovado
374	24- 9-85	Álvaro Dias	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
375	24- 9-85	Álvaro Dias	Adiamento de Votação	Aprovado
376	24- 9-85	Álvaro Dias	Adiamento de Votação	Aprovado
377	25- 9-85	Itamar Franco	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
378	26- 9-85	Comissão de Constituição e Justiça	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
379	26- 9-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
380	1-10-85	Amaral Peixoto	Prorrogação de prazo de Comissão Especial Mista	Aprovado
381	1-10-85	Itamar Franco	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
382	1-10-85	Humberto Lucena	Adiamento de Votação	Aprovado
383	1-10-85	Líder do PDS	Adiamento de Votação	Aprovado
384	1-10-85	Humberto Lucena	Adiamento de Votação	Aprovado
385	2-10-85	Jutahy Magalhães	Dispensa de Interstício	Aprovado
386	2-10-85	Jutahy Magalhães	Transcrição nos Anais	Em tramitação
387	2-10-85	Itamar Franco	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
388	3-10-85	Virgílio Távora	Informações	Deferido
389	3-10-85	Hélio Gueiros	Dispensa de Interstício	Aprovado
390	3-10-85	Itamar Franco	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
391	3-10-85	Marcelo Miranda	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
392	4-10-85	Jutahy Magalhães	Informações	Deferido
393	4-10-85	Itamar Franco	Convocação de Autoridade	Retirado
394	7-10-85	Itamar Franco	Transcrição nos Anais	Em tramitação
395	7-10-85	Líderes PMDB, PFL	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
396	8-10-85	Itamar Franco	Retirada de Requerimento	Deferido
397	8-10-85	Hélio Gueiros	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
398	8-10-85	Líderes PMDB, PFL, PDS	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
399	9-10-85	Murilo Badaró e outros	Homenagem de Pesar	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
400	9-10-85	Américo de Souza	Autorização para viagem ao estrangeiro	Aprovado
401	10-10-85	Nivaldo Machado	Dispensa de Interstício	Aprovado
402	10-10-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
403	10-10-85	Líderes PMDB; PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
404	10-10-85	Nivaldo Machado	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
405	10-10-85	Alberto Silva	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
406	14-10-85	Octávio Cardoso	Adiamento de Discussão	Aprovado
407	15-10-85	Hélio Gueiros	Adiamento de Votação	Aprovado
408	15-10-85	Hélio Gueiros	Adiamento de Votação	Aprovado
409	15-10-85	Itamar Franco	Adiamento de Discussão	Aprovado
410	15-10-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do IR)	Aprovado
411	15-10-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do IR)	Aprovado
412	16-10-85	José Ignácio Ferreira	Tramitação conjunta	Aprovado
413	16-10-85	Moacyr Duarte	Informações	Deferido
414	16-10-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, c, do RI)	Aprovado
415	16-10-85	Hélio Gueiros	Adiamento de Votação	Aprovado
416	16-10-85	Hélio Gueiros	Adiamento de discussão	Aprovado
417	16-10-85	Hélio Gueiros	Adiamento de discussão	Aprovado
418	16-10-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
419	17-10-85	Martins Filho	Informações	Deferido
420	17-10-85	José Fragelli	Transcrição nos Anais	Em tramitação
421	17-10-85	Hélio Gueiros	Adiamento de discussão	Aprovado
422	17-10-85	Hélio Gueiros	Adiamento de discussão	Aprovado
423	18-10-85	Líder do PFL	Urgência (art. 371, c, do RI)	Em tramitação
424	18-10-85	Nelson Carneiro	Criação de Comissão Especial Mista	Em tramitação
425	24-10-85	Comissão de Legislação Social	Tramitação conjunta	Em tramitação
426	24-10-85	Alfredo Campos	Não-realização de sessão	Aprovado
427	24-10-85	Murilo Badaró	Transcrição nos Anais	Em tramitação
428	24-10-85	Nelson Carneiro	Autorização para viagem ao estrangeiro	Aprovado
429	24-10-85	Amaral Peixoto	Prorrogação de prazo de Comissão Especial Mista	Aprovado
430	24-10-85	Gastão Müller	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
431	24-10-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
432	6-11-85	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
433	6-11-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
434	6-11-85	Aderbal Jurema	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
435	6-11-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
436	6-11-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
437	6-11-85	Lourival Baptista	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
438	6-11-85	Lourival Baptista	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
439	6-11-85	Lourival Baptista	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
440	6-11-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
441	7-11-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
442	7-11-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
443	7-11-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
444	7-11-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
445	7-11-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
446	7-11-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
447	7-11-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
448	18-11-85	Murilo Badaró	Homenagem de pesar	Aprovado
449	19-11-85	Nelson Carneiro	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
450	19-11-85	Carlos Chiarelli	Adiamento de Votação	Aprovado
451	19-11-85	Murilo Badaró	Adiamento de Votação	Aprovado
452	19-11-85	Hélio Gueiros	Adiamento de Votação	Aprovado
453	19-11-85	Murilo Badaró	Destaque	Aprovado
454	19-11-85	Roberto Campos	Adiamento de Votação	Aprovado
455	19-11-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
456	19-11-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
457	20-11-85	Lomanto Júnior	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
458	20-11-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
459	20-11-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
460	22-11-85	Álvaro Dias	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
461	25-11-85	Lomanto Júnior	Criação de Comissão Especial Mista	Em tramitação
462	25-11-85	Virgílio Távora	Reconstituição de Projeto de Decreto Legislativo	Deferido
463	25-11-85	Jutahy Magalhães	Inclusão em Ordem do Dia	Prejudicado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
464	26-11-85	Jutahy Magalhães	Inclusão em Ordem do Dia	Em tramitação
465	27-11-85	Jutahy Magalhães	Inclusão em Ordem do Dia	Em tramitação
466	27-11-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
467	27-11-85	Jorge Kalume	Informações	Deferido
468	27-11-85	Jutahy Magalhães	Inclusão em Ordem do Dia	Em tramitação
469	27-11-85	Alexandre Costa e outros	Votação de emenda considerada inconstitucional	Aprovado
470	27-11-85	Passos Pôrto	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
471	2-12-85	José Ignácio Ferreira	Tramitação conjunta	Em tramitação
472	2-12-85	Américo de Souza	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
473	2-12-85	Américo de Souza	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
474	3-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
475	3-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
476	3-12-85	Américo de Souza	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
477	3-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
478	3-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
479	3-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
480	3-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
481	3-12-85	Alcides Saldanha PDS, PFL	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
482	3-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
483	3-12-85	Líderes PMDB,	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
484	3-12-85	Nelson Carneiro	Votação em globo de substitutivo	Aprovado
485	3-12-85	Nelson Carneiro	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
486	4-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
487	4-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
488	4-12-85	Alcides Saldanha	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
489	4-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
490	4-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
491	4-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
492	4-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
493	4-12-85	Américo de Souza	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
494	4-12-85	Jorge Kalume	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
495	4-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
496	4-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
497	4-12-85	Marcelo Miranda	Votação em globo de substitutivo	Aprovado
498	4-12-85	Marcelo Miranda	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
499	4-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RJ)	Aprovado
500	4-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
501	4-12-85	Américo de Souza	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
502	4-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
503	4-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
504	5-12-85	Líderes PMDB, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
505	5-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
506	5-12-85	Hélio Gueiros	Prorrogação de sessão	Aprovado
507	5-12-85	Roberto Campos	Destaque para aprovação de emendas	Rejeitado
508	5-12-85	Roberto Campos	Destaque para aprovação de emendas	Rejeitado
509	5-12-85	Roberto Campos	Destaque para aprovação de emendas	Rejeitado
510	5-12-85	Roberto Campos	Destaque para aprovação de emendas	Rejeitado
511	5-12-85	Roberto Campos	Destaque para aprovação de emendas	Rejeitado
512	5-12-85	Roberto Campos	Destaque para aprovação de emendas	Rejeitado
513	5-12-85	Roberto Campos	Destaque para aprovação de emendas	Rejeitado
514	5-12-85	Roberto Campos	Destaque para aprovação de emendas	Rejeitado
515	5-12-85	Roberto Campos	Destaque para aprovação de emendas	Rejeitado
516	5-12-85	Roberto Campos	Destaque para aprovação de emendas	Rejeitado
517	5-12-85	Roberto Campos	Destaque para aprovação de emendas	Rejeitado
518	5-12-85	Roberto Campos	Destaque para aprovação de emendas	Rejeitado
519	5-12-85	Roberto Campos	Destaque para aprovação de emendas	Rejeitado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
520	5-12-85	Roberto Campos	Destaque para aprovação de emendas	Rejeitado
521	5-12-85	Roberto Campos	Destaque para aprovação de emendas	Rejeitado
522	5-12-85	Alcides Saldanha	Votação em globo de substitutivo	Aprovado
523	5-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
524	5-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Prejudicado
525	5-12-85	Marcondes Gadelha	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
526	5-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Prejudicado
527	5-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
528	5-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Aprovado
529	5-12-85	Carlos Chiarelli	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
530	5-12-85	Carlos Chiarelli	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
531	5-12-85	Carlos Chiarelli	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
532	5-12-85	Carlos Chiarelli	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
533	5-12-85	Carlos Chiarelli	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
534	5-12-85	Américo de Souza	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
535	5-12-85	Carlos Chiarelli	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
536	5-12-85	Hélio Gueiros	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
537	5-12-85	Hélio Gueiros	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
538	5-12-85	Hélio Gueiros	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
539	5-12-85	Hélio Gueiros	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
540	5-12-85	Hélio Gueiros	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
541	5-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Prejudicado
542	5-12-85	Líderes PMDB, PDS, PFL	Urgência (art. 371, b, do RI)	Prejudicado

c) **Súmula**

Adiamento de Discussão	21
Adiamento de Votação	22
Autorização para aceitar missão do Executivo	5
Autorização para viagem ao estrangeiro	14
Convocação de Autoridade	11
Criação de Comissão Especial	8
Criação de CPI	3
Destaque para Rejeição	18
Destinação do Expediente	4
Dispensa de Interstício	48
Dispensa de publicação de redação final	92
Homenagem de pesar	15
Inclusão de matéria em Ordem do Dia	4
Informações	18
Inversão da Ordem do Dia	58
Licença para tratamento de saúde	1
Não realização de Sessão	4
Prorrogação de prazo de Comissão Especial	4
Prorrogação de Sessão	3
Reexame de Comissão	1
Reconstituição de Projeto	1
Retirada de Emenda	1
Retirada de Projeto	9
Retirada de Requerimento	6
Sessão Especial do Senado	4
Tramitação conjunta de Projetos	16
Transcrição nos Anais	25
Urgência	138
Votação de Emenda	1
Votação em globo de Substitutivo	7
Voto de congratulações	1
Total	563

F.5.6 — MATÉRIA VETADA

De acordo com o disposto no item V do art. 42, combinado com o § 1º do art. 17 da Constituição, cabe ao Senado Federal legislar para o Distrito Federal, sendo, ainda, da competência privativa do Senado, segundo o disposto no § 7º do art. 59 da Lei Maior, a apreciação de veto aposto aos projetos de lei que versem matéria especificada no citado § 1º do art. 17.

Na presente sessão legislativa, o Presidente da República, através da Mensagem nº 60, de 1985, submeteu à Casa veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 1984-DF, que dispõe sobre o Estatuto dos policiais militares da Polícia Militar do Distrito Federal.

A matéria vetada, embora tivesse constado da Ordem do Dia de várias sessões, não alcançou **quorum** de deliberação, sendo considerado mantido o veto, por decurso de prazo, nos termos do disposto no § 4º do art. 59 da Constituição.

F.5.7 — ESCOLHA DE AUTORIDADES

O Senado teve o ensejo de se manifestar sobre nomes escolhidos pelo Presidente da República para cargos cujo provimento depende da prévia aquiescência desta Casa.

Os nomes foram submetidos ao Senado através das Mensagens abaixo relacionadas.

a) Mensagens recebidas na sessão legislativa anterior

Mensagem nº SF	Mensagem nº PR	Nome	Cargo
175/84	359/84	Shigeaki Ueki ⁽¹⁾	Embaixador na Missão do Brasil junto às Comunidades Econômicas Europeias.
204/84	415/84	Octávio Luiz de Berenguer César	Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad-Tobago para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador em Santa Lúcia.
205/84	416/84	Sérgio Fernando Guarischi Bath	Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador junto ao Governo de Brunei.
206/84	417/84	Hélcio Tavares Pires	Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador junto ao Estado de Catar.
207/84	418/84	Raymundo Nonnato Loyola de Castro	Embaixador do Brasil junto ao Estado do Coveite, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador junto a República Democrática Popular do Iêmen.
208/84	419/84	Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho	Embaixador do Brasil junto à República da Costa do Marfim, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador junto à República da Libéria.
209/84	420/84	Celso Diniz	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador junto à República Árabe do Iêmen.

(1) Retirada pela Msg. nº 67/85

b) Mensagens recebidas nesta sessão legislativa

Mensagem nº		Nome	Cargo
SF	PR		
1/85	42/85	Octávio Luiz de Berenquer César ⁽¹⁾	Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo de Barbados.
2/85	43/85	Octávio Luiz de Berenquer César	Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República de Granada.
3/85	44/85	Octávio Luiz de Berenquer César	Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Domínia.
4/85	99/85	Nilson Vital Naves	Ministro do Tribunal Federal de Recursos.
61/85	120/85	Frederico Augusto Bastos	Conselheiro do Tribunal de Contas do DF.
62/85	127/85	Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro	Embaixador do Brasil junto à República Italiana.
65/85	142/85	Fernando Augusto Buarque Franco Netto	Embaixador do Brasil junto à República de Cabo Verde.
88/85	214/85	Eduardo Andrade Ribeiro de Oliveira	Ministro do Tribunal Federal de Recursos.
96/85	237/85	Ângelo Angelin	Governador do Estado de Rondônia.
99/85	246/85	José Aparecido de Oliveira	Governador do Distrito Federal
101/85	247/85	Luiz Philippe Vieira de Mello	Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.
127/85	307/85	Celso Monteiro Furtado	Embaixador do Brasil junto às Comunidades Econômicas Européias.
133/85	319/85	Fernando Paulo Simas Magalhães	Embaixador junto à Delegação Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração.
163/85	367/85	Rodolfo Godoy de Souza Dantas	Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.
164/85	368/85	Raymundo Nonnato Loyola de Castro	Embaixador do Brasil junto ao Estado do Coveite, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador junto ao Estado de Bareine.
165/85	369/85	Oswaldo Biató	Embaixador do Brasil junto à República de Gana.
166/85	370/85	Amaury Bier	Embaixador do Brasil em Barbados.
171/85	380/85	Francisco de Assis Grieco	Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos.
172/85	381/85	Celso Diniz	Embaixador do Brasil junto à República Popular da Hungria.

(1) Prejudicado, ao Arquivo

Mensagem nº SF	PR	Nome	Cargo
173/85	382/85	Antônio Fantinato Neto	Embaixador do Brasil junto à República Popular da Bulgária.
174/85	383/85	Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso	Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.
175/85	384/85	Tarcisio Marciano da Rocha	Embaixador do Brasil junto à Jamaira Árabe Popular da Líbia.
176/85	393/85	Josué de Souza Montello	Embaixador do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura.
196/85	421/85	George Belham da Motta	Ministro do Superior Tribunal Militar.
198/85	425/85	João Augusto de Médicis	Embaixador do Brasil na Etiópia.
202/85	430/85	Carlos Alberto Madeira	Ministro do Supremo Tribunal Federal.
207/85	444/85	Álvaro da Costa Franco Filho	Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.
215/85	461/85	Ivan Velloso da Silveira Batalha	Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito.
223/85	476/85	Sérgio Guarischi Batah	Embaixador do Brasil junto à República do Suriname.
230/85	497/85	Marcos Antonio de Salvo Coimbra	Embaixador do Brasil no Canadá.
259/85	541/85	Sérgio de Queiroz Duarte	Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua.
260/85	542/85	Paulo Dyrceu Pinheiro	Embaixador do Brasil junto à República Popular de Angola.
261/85	543/85	Luiz Orlando Carone Gelio	Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia.
262/85	544/85	Ayrton Gonzalez Gil Dieguez	Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.
263/85	545/85	Jorge de Sá Almeida	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita.
274/85	566/85	Alberto Vasconcellos da Costa e Silva	Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa.
275/85	567/85	Jorge Ronaldo de Lemos Barbosa	Embaixador do Brasil junto à República do Zaire.
282/85	577/85	Affonso Arinos de Melo Franco	Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano.
283/85	578/85	Paulo Henrique de Paranaguá	Embaixador do Brasil junto à República da Venezuela.
295/85	596/85	Alcides da Costa Guimarães Filho	Embaixador do Brasil junto à República Popular Polonesa.
296/85	597/85	José Ferreira Lopes	Embaixador do Brasil junto à República Unida de Tanzânia.
297/85	598/85	Antonio Sabino Cantuária Guimarães	Embaixador do Brasil junto à República Socialista da Romênia.
298/85	599/85	Marcel Dezon Costa Hasslocher	Embaixador do Brasil junto ao Reino de Marrocos.
311/85	617/85	Thalles Bezerra de Albuquerque Ramalho	Ministro do Tribunal de Contas da União.

G — O SENADO FEDERAL EM SUAS RELAÇÕES COM OUTROS ÓRGÃOS

G.1 — ELEMENTOS DE LIGAÇÃO

Atuaram como elementos de ligação junto ao Senado:

Presidência da República

Ministro José Jerônimo Moscardo de Souza

Ministério da Aeronáutica

Cel. Aviador Francisco Florêncio de Assis

Ministério do Exército

Cel. Carlos Alfredo Pellegrino

Ministério da Marinha

Cap.-de-Mar-e-Guerra Luiz P. Aguiar Regriffe

Ministério da Administração

Dr. José Wild de Oliveira Cabral

Ministério da Educação

Dr. João Paulo Machado Peixoto

Ministério das Minas e Energia

Dr. Atos Vieira de Andrade

Ministério da Previdência e Assistência Social

Dr. José Carlos Pacheco Pereira

Ministério das Relações Exteriores

Embaixador Luiz Felipe Teixeira Soares

Ministério do Trabalho

Dr. Walter Silva

Programa Nacional de Desburocratização

Dr. Mariano Adolfo Philligred Neto

EMFA

Cap.-de-Mar-e-Guerra Bick Silveira Melo

INCRA

Dr. Plínio Guimarães Moraes

G.2 — JORNALISTAS CREDENCIADOS

O Comitê de Imprensa junto ao Senado Federal funcionou com a seguinte composição:

Jornalistas	Órgãos
João Emílio Falcão Costa Filho José Tarcísio Saboya Holanda	Agência de Notícias dos Diários Associados (ANDA)
Evandro Fonseca Paranaguá Francisco de Assis Moreira e Silva	Agência Estado de São Paulo
Rubem Azevedo Lima Ruy Lopes	Agência Folhas de Notícias Ltda (São Paulo)
Milton Roberto Monteiro Ribeiro Eduardo Bentes Monteiro Kim-Ir-Sen-Pires Leal	Agência Imprensa Livre Ltda. (AGIL)
Jankiel Gonczarowka Francisco C. N. Lacerda Filho	Agência Jornalística do Planalto (APLAN)
Alfredo Obliziner Ruy Fabiano Baptista Rabello	Correio Braziliense S/A
João Baptista Parreira Saraiva	Rádio Capital (Rádio e TV Universitária Metropolitana Ltda.)
Antonio Frota Neto	Folha da Tarde (São Paulo)
Haroldo Cerqueira Lima Amália Maranhão Calmon José Marcondes Sampaio	Folha de São Paulo
Irineu Henrique Tamanini	Rádio Guaíba S/A (Porto Alegre)
Luiz Claudio M. Pinheiro Roberto Reis Stefanelli	Notícias Populares (Folha de S. Paulo)
Márcio Osmar Chaer Célia Franco de Campos Pinto Celso Campos Pinto Edison Rodrigues Chaves Severino Jorge Caldas de Araújo Goes José Antonio Severo Walter José Nunes Marques Claudia Netto Safatle	Gazeta Mercantil
Francisco Maia Farias Adriano Gaieski de Anhaia	Apoio (Comunicação e Congressos Ltda.)
Sérgio Chacon Francisco José Fiuza Dias Pinto	Jornal da Tarde (O Estado de S. Paulo)
Antonio Arrais de Oliveira José Luiz Faria	Agência Globo (Empresa Jornalística Brasileira Ltda.)

Jornalistas	Órgãos
Francisco José Lustosa da Costa	Diário do Nordeste (Editora Verdes Mares Ltda.)
Roque Francisco de Sá José Haroldo Hollanda	Jornal de Brasília
Roberto José Lopes da Cruz José da Graça de Jesus Negreiros Luiz Orlando Q. Carneiro	Jornal do Brasil
Maria Aparecida Fontes Mônica Câmara Yanakiew	Jornal O Globo (Empresa Jornalística Brasileira Ltda.)
Luiz José Magalhães Joca Marcos de Oliveira	Jornal Última Hora de Brasília
Cornélio Souza Lima Franco Leda Beatriz de Souza Guedes	Jornal O Estado de Minas
Aglaé Lavoratti Guedes Otilia Maria Rieth Goulart	Jornal Zero Hora (RS) Rede Brasil Sul de Comunicações
Adão Osmar dos Santos Oliveira	Jornal do Comércio (Cia. Jornalística J. C. Jarros — RS.)
Luiz Alencar Monteiro Manoel Vilela de Magalhães Carlos Chagas Murilo Murça de Carvalho Jorge Rosa	O Estado de S. Paulo
Maria Nilza Pereira da Silva Portocarrero Wanderval Calaça de Mendonça Esaú Afonso de Carvalho	OBN (O Brasil em Notícias)
Rita Maria Francisco Pereira Lyra Guilherme de Sena Varjão	Empresa Brasileira de Notícias — EBN
Georges Latif Bourdoukan	Revista Sawt Al-Bilad
José Carlos Lobo Bardawil	Revista Senhor
Wolfgang Gerth	Agência de Notícias da República Democrática Alemã (ADN)
David Allan Reditt	Agência Noticiosa Internacional "Reuters"
Ary Cícero de Moraes Ribeiro Sérgio Borges	Rádio Eldorado (O Estado de S. Paulo)
Luiz Einar Neri Solano	Jornal Tribuna de Brasília
Francisco das Chagas Leite Filho Luiz de Araújo Marques Filho	Rádio Planalto (Correio Braziliense)
Ana Amélia de Lemos Beatriz Corrêa Pires Dornelles	Rádio e Televisão Gaúcha S/A — Zero Hora — Rede Brasil Sul de Comunicações
Antônio de Pádua Aranha Araújo	Rádio Nacional de Brasília — FM — TV
José Fábio de Andrade Mendes Márcia Macedo Ferreira de Andrade	Revista Visão
Sebastião Baptista da Silva Mário Nelson Duarte	TV Brasília — Canal 6 (Correio Braziliense)
Jorge Faria de Souza Haig Baghdassarian	Rádio Jovem Pan
Rubens Américo Baratta Garcia Manoel Pompeu Filho Murilo Melo Filho Ney Bianchi	Rádio Eldorado FM (O Estado de S. Paulo)
	Revista Manchete (Bloch Editores S/A)

Jornalistas	Órgãos
Vicente Limongi Neto Dilson Ribeiro de Souza	Tribuna da Imprensa
Maria da Graça Costa Ramos Menandro Luiz Antônio de Souza Ribeiro Mariângela Hamú	Revista Isto É
Eliane Cristina Catanhede Rampazzo Luciano Batista Andrade	Agência Jornal do Brasil
Gilberto Dimenstein	Rádio Cidade (Jornal do Brasil)
Ossian da Silveira Brito	Jornal "O Liberal"
Alexandre Eggers Garcia	Rede Manchete — TV Manchete Ltda.
Luiz Cláudio Fontoura da Cunha	Revista Afinal
Tancredo Carvalho	Jornal "O Povo"
Duan Zhiqi Tong Qinli	Agência Noticiosa Nova China (Xinhua) no Brasil
Luciano de Figueiredo Mesquita	Brasília Super Rádio FM

V - O CONGRESSO NACIONAL REUNIDO

A — SESSÕES REALIZADAS

Realizaram-se 382 sessões conjuntas, sendo 372 para tratar de matéria legislativa, 9 solenes e uma para comunicação do falecimento do Presidente eleito Tancredo de Almeida Neves, vacância do cargo de Presidente da República e assunção do Dr. José Sarney ao cargo de Presidente da República.

As sessões solenes foram as seguintes:

Data	Finalidade
1º- 3-85	Instalação dos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura.
15- 3-85	Posse do Senhor José Sarney no cargo de Vice-Presidente da República.
15- 5-85	Promulgação da Emenda Constitucional que altera dispositivos da Constituição Federal e estabelece outras normas constitucionais de caráter transitório.
29- 5-85	Reverência à memória do Presidente Tancredo de Almeida Neves. (Oradores: Senadores Amaral Peixoto, Humberto Lucena, Carlos Chiarelli, Nelson Carneiro e Deputados Pimenta da Veiga, Aécio Cunha, Aldo Pinto, Luís Dulci e Milton Reis).
17- 9-85	Comemoração do 25º aniversário de Brasília. (Oradores: Deputado João Herculino e Senador Jorge Kalume).
15-10-85	Homenagem ao Senhor François Mitterrand, Presidente da França. (Oradores: Senador Marcondes Gadelha e Deputado Prisco Viana)
24-10-85	Comemoração do quadragésimo aniversário da Organização das Nações Unidas. (Oradores: Senador Cid Sampaio e Deputado Edison Lobão).
27-11-85	Promulgação da Emenda Constitucional que convoca a Assembléia Nacional Constituinte. (Oradores: Senador Aloysio Chaves e Deputados Pimenta da Veiga e Ulysses Guimarães).
28-11-85	Promulgação da Emenda Constitucional que altera dispositivos da Constituição Federal.

B — COMISSÕES MISTAS

Nesta sessão legislativa foram constituídas 128 Comissões Mistas, sendo:

Para exame de Propostas de Emenda à Constituição	52
Para exame de Projetos de Lei	7
Para exame de Decretos-leis	31
Para exame de Propostas de Delegação Legislativa	3
Para relatar Vetos Presidenciais	35

C — MATÉRIA LEGISLATIVA

C.1 — PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

a) de Sessões Legislativas Anteriores

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
15/82	Sen. Orestes Quércia	Revoga a alínea a do § 3º do art. 147 da Constituição Federal	Prejudicada virtude aprovação Substitutivo à PEC nº 2/84
17/82	Dep. Lúcia Viveiros	Acrescenta item ao art. 112, nova Seção ao Capítulo VIII do Título I, e renumera os arts. 144 e 145, da Constituição Federal.	Em tramitação
19/82	Dep. Nilson Gibson	Dá nova redação ao art. 195 da Constituição Federal.	Em tramitação
20/82	Dep. Túlio Barcellos	Dá nova redação ao art. 176, § 3º, item VI, da Constituição Federal.	Em tramitação
21/82	Dep. Salvador Julianelli	Altera a redação do § 4º, do art. 175, da Constituição Federal.	Em tramitação
22/82	Sen. Pedro Simon	Acrescenta parágrafo ao art. 21 da Constituição Federal.	Em tramitação
23/82	Dep. Juarez Furtado	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Em tramitação
24/82	Dep. Airton Sandoval	Acrescenta parágrafo ao art. 38 da Constituição Federal.	Em tramitação
28/82	Dep. Edgard Amorim	Revoga a alínea e do § 2º do art. 156 e o art. 162, altera os arts. 165 e 166, e acrescenta artigo às Disposições Gerais e Transitórias da Constituição Federal.	Em tramitação
29/82	Dep. Antônio Morais	Assegura aos professores em geral — inclusive aos rurais — dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e Municípios vencimentos não inferiores ao salário mínimo regional.	Em tramitação
31/82	Dep. Antônio Carlos de Oliveira	Revoga a alínea d do item VIII do art. 8º e dá nova redação ao § 8º do art. 153 da Constituição Federal, extinguindo a censura de diversões públicas.	Em tramitação
32/82	Dep. Hélio Duque	Altera a redação do § 35 do art. 153 da Constituição Federal.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
34/82	Dep. Octacílio Almeida	Dá nova redação ao § 2º do art. 113 da Constituição Federal.	Em tramitação
35/82	Dep. Juarez Furtado	Institui a Justiça Comercial.	Em tramitação
36/82	Dep. Juarez Furtado	Altera redação do § 2º do art. 99.	Em tramitação
37/82	Dep. Paulo Lustosa	Altera dispositivos da Constituição Federal, referentes ao orçamento da União, e dá outras providências.	Em tramitação
38/82	Sen. Hugo Ramos	Acrescenta parágrafos ao art. 152 da Constituição.	Em tramitação
39/82	Dep. Walter de Prá	Altera a seção do texto constitucional referente ao Ministério Público.	Em tramitação
40/82	Dep. Ruy Côdo	Determina que um terço dos membros dos Tribunais de Contas sejam nomeados mediante prévia aprovação em concurso público.	Em tramitação
42/82	Dep. Airton Sandoval	Altera o Capítulo VII do Título I e o Título V, para introduzir o regime de Governo Parlamentar.	Em tramitação
43/82	Dep. Carlos Bezerra	Altera a redação do art. 142 da Constituição Federal.	Em tramitação
44/82	Dep. Henrique Brito	Altera o art. 184 da Constituição.	Em tramitação
45/82	Dep. Airton Sandoval	Determina que as modificações introduzidas, durante uma legislatura, na legislação eleitoral, somente possam vigorar a partir da legislatura subsequente.	Em tramitação
46/82	Dep. José de Castro Coimbra	Acrescenta § 5º ao art. 15 da Constituição Federal.	Em tramitação
47/82	Dep. Modesto da Silveira	Altera a redação do § 11 do art. 153 da Constituição Federal.	Em tramitação
48/82	Dep. Jorge Vianna	Dispõe sobre a aposentadoria dos servidores policiais sob o regime estatutário e da Consolidação das Leis do Trabalho aos vinte e cinco anos de serviço, acrescentando dizeres ao art. 165 do texto constitucional no seu item XX.	Em tramitação
49/82	Dep. Brabo de Carvalho	Dá nova redação ao § 4º, acrescenta parágrafos e renumera os atuais §§ 5º e 6º do art. 144 da Constituição Federal, dispondo sobre os vencimentos da magistratura.	Em tramitação
50/82	Dep. Maurício Fruet	Revoga a alínea c do parágrafo único do art. 30 da Constituição Federal.	Em tramitação
51/82	Dep. Rogério Rego	Institui a Justiça Rural.	Em tramitação
52/82	Sen. Passos Pôrto	Dá nova redação ao art. 101 da Constituição Federal.	Em tramitação
53/82	Dep. Audálio Dantas	Restabelece a redação que a alínea d do § 1º do art. 144 tinha anteriormente a Emenda nº 7, de 1977, para o fim de devolver à Justiça Comum a competência para processar e julgar militares pela prática de crimes de natureza civil.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
54/82	Sen. Jutahy Magalhães	Altera o art. 153, § 10, da Constituição Federal.	Em tramitação
55/82	Sen. Lázaro Barboza	Altera os caput dos arts. 95 e 96 da Constituição Federal.	Em tramitação
56/82	Dep. Audálio Dantas	Dispõe sobre a estabilidade dos servidores da União, dos Estados e dos Municípios, da administração direta ou indireta, que à data da promulgação desta Emenda já tenham cinco ou mais anos de serviço, contínuos ou não.	Em tramitação
57/82	Sen. Jorge Kalume	Altera o art. 184 da Constituição Federal.	Em tramitação
59/82	Dep. Victor Faccioni	Institui o sistema parlamentar de governo.	Em tramitação
60/82	Dep. Inocêncio Oliveira	Dá nova redação ao § 3º do art. 97 da Constituição Federal.	Em tramitação
61/82	Dep. José Camargo	Altera a alínea d do item III do art. 19 da Constituição Federal, vedando a instituição de imposto sobre a tinta preta destinada à impressão do livro, do jornal e dos periódicos.	Em tramitação
62/82	Dep. Ronaldo Ferreira Dias	Altera a redação do inciso I do art. 165 da Constituição Federal.	Em tramitação
63/82	Sen. Mauro Benevides	Restabelece a eleição direta para Prefeito e Vice-Prefeito das Capitais dos Estados.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 2/84
1/83	Dep. Armando Pinheiro	Altera a redação do § 1º do art. 15 da Constituição Federal e acrescenta § 6º ao mesmo artigo.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 2/84
2/83	Sen. Affonso Camargo	Altera o art. 98 da Constituição Federal.	Em tramitação
3/83	Dep. Ruy Còdo	Dá nova redação ao art. 15, § 3º, alínea f , e ao art. 177, § 1º, da Constituição Federal.	Em tramitação
4/83	Dep. Ary Kffuri	Dispõe sobre os reajustes dos vencimentos dos funcionários públicos.	Em tramitação
7/83	Dep. Elquisson Soares	Revoga os §§ 5º e 6º do art. 152 da vigente Constituição da República Federativa do Brasil.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 2/84
9/83	Dep. Dionísio Hage	Altera o item II do art. 176 da Constituição Federal.	Em tramitação
10/83	Dep. José Carlos Teixeira	Acrescenta item ao art. 160 da Constituição Federal.	Em tramitação
11/83	Dep. Gerson Peres	Dispõe sobre a transformação do Congresso Nacional em Poder Constituinte, de 1º de janeiro de 1985, a 30 de janeiro de 1987.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 43/85
12/83	Dep. Ivete Vargas	Dispõe sobre a alteração do art. 217 da Constituição da República Federativa do Brasil.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 2/84
13/83	Dep. Myrthes Bevilacqua	Acrescenta dispositivos à Constituição.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
15/83	Sen. Mário Maia	Revoga os dispositivos que restringem a autonomia dos municípios brasileiros e dá nova organização política ao Distrito Federal.	Em tramitação
16/83	Dep. Maurício Fruet	Restabelece eleições diretas para prefeitos dos municípios que especifica, cria a representação política do Distrito Federal e dá outras providências.	Em tramitação
17/83	Dep. Herbert Levy	Acrescenta às Disposições Transitórias para introduzir o regime de governo parlamentar.	Em tramitação
18/83	Dep. Fernando Bastos	Altera os arts. 4º, item II e o art. 5º da Constituição Federal.	Em tramitação
19/83	Dep. João Bastos	Estende aos Deputados Estaduais e aos Vereadores a inviolabilidade no exercício do mandato.	Em tramitação
20/83	Dep. Theodoro Mendes	Estabelece que o Presidente da República será eleito, em pleito direto, pela maioria absoluta dos votos válidos.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 2/84
21/83	Dep. João Bastos	Incorpora ao texto constitucional a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU.	Em tramitação
25/83	Dep. Paulo Lustosa	Acrescenta dispositivo ao art. 102 da Constituição Federal.	Em tramitação
26/83	Dep. Mário Frota	Devolve à Justiça Comum a competência para processar e julgar os integrantes das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros pela prática de crimes de natureza civil.	Em tramitação
27/83	Dep. Luiz Henrique	Extirpa do texto constitucional os dispositivos que permitem ao Poder Executivo a expedição de decretos-leis.	Em tramitação
28/83	Dep. Paulo Lustosa	Dá nova redação ao § 1º do art. 104 da Constituição, facultando ao parlamentar a opção entre os rendimentos da parte fixa dos subsídios e os relativos ao emprego, cargo ou função.	Em tramitação
29/83	Dep. Paulo Lustosa	Introduz alterações no art. 60 da Constituição Federal, instituindo o critério de regionalização na lei orçamentária anual da União.	Em tramitação
30/83	Dep. Jonathas Nunes	Acrescenta parágrafo único ao art. 84 da Constituição, dispondo sobre a escolha de Ministros de Estado.	Em tramitação
31/83	Dep. Heráclito Fortes	Acrescenta dispositivo às Disposições Transitórias da Constituição, de modo a tornar inaplicáveis aos detentores de mandatos legislativos, pelo prazo que menciona, os dispositivos concernentes à fidelidade partidária.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 2/84
32/83	Dep. Airon Rios	Dispõe sobre programas de combate à seca no Nordeste.	Em tramitação
33/83	Dep. Fernando Gomes	Altera a redação do § 5º do art. 152 da Constituição Federal.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 2/84
34/83	Dep. José Camargo	Altera a redação da alínea a do parágrafo único do art. 151 da Constituição Federal.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
35/83	Dep. Mozarildo Cavalcanti	Dispõe que a nomeação dos Governadores dos Territórios deverá ser feita a partir de indicação pelos Deputados Federais do respectivo Território.	Em tramitação
36/83	Dep. Airon Rios	Introduz alteração na Constituição Federal, na parte relativa ao Orçamento, visando regionalizar a fixação da despesa orçamentária.	Em tramitação
37/83	Dep. Oswaldo Lima Filho	Restabelece a destinação constitucional de três por cento da renda tributária na execução do plano de defesa contra os efeitos da seca do Nordeste.	Em Tramitação
41/83	Dep. Geovani Borges	Altera o § 3º do art. 17 da Constituição Federal, dispondo sobre a nomeação de Prefeitos nos Territórios Federais.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 2/84
43/83	Dep. Dilson Fanchin	Altera o Capítulo III, no item I do art. 13, para introduzir as imunidades parlamentares para os Deputados Estaduais e Vereadores.	Em tramitação
44/83	Dep. Lélío Souza	Suprime o art. 57 da Constituição Federal.	Em tramitação
45/83	Dep. Luiz Guedes	Revoga o inciso V do art. 46 e o art. 55 da Constituição Federal.	Em tramitação
46/83	Dep. Daso Coimbra	Revoga o inciso V do art. 46 e o art. 55, seus incisos e parágrafos, todos da Constituição Federal.	Em tramitação
47/83	Dep. Aldo Arantes	Restabelece os poderes do Congresso Nacional para legislar sobre matéria financeira e revoga o art. 57 da Constituição.	Em tramitação
1/84	Dep. Sérgio Murilo	Acrescenta parágrafo ao art. 32 da Constituição Federal, e dá nova redação ao seu § 4º.	Em tramitação
2/84	Dep. Navarro Vieira Filho	Estabele eleições diretas nos Municípios considerados estâncias hidrominerais.	Emenda Constitucional nº 25
3/84	Sen. Henrique Santillo	Altera o art. 42 da Constituição Federal em seu inciso III, estendendo a competência do Senado Federal para aprovar previamente a indicação do Ministro-Chefe do SNI.	Em tramitação
4/84	Sen. Henrique Santillo	Altera o art. 43 da Constituição Federal em seu inciso II; o art. 65 em seu § 2º e o art. 66 e seus §§ 1º, 4º e 5º, para permitir ao Congresso Nacional discutir e votar a proposta do orçamento monetário.	Em tramitação
5/84	Dep. Dante de Oliveira	Altera a redação e revoga dispositivos da Constituição Federal, que contém restrições à exercitação do direito de greve.	Em tramitação
6/84	Dep. Gastone Righi	Confere ao Congresso Nacional, durante a primeira Sessão Legislativa Ordinária da 48ª Legislatura, a ser inaugurada em 1º de fevereiro de 1987, as funções de Assembléia Nacional Constituinte, estabelecendo normas para o seu funcionamento.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 43/85
7/84	Dep. Alberto Goldman	Acrescenta dispositivo ao Título V (Disposições Gerais e Transitórias) da Constituição Federal.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 43/85

Nº	1º Signatário	Assunto	Resultado
8/84	Dep. Adail Vettorazzo	Modifica a redação dos artigos 34 e 36 da Constituição Federal, assegurando aos Senadores e Deputados o direito de se licenciar para exercer novas funções na administração pública.	Em tramitação
9/84	Dep. Mário Frota	Dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros na Amazônia Legal.	Em tramitação
10/84	Dep. Renato Cordeiro	Altera a redação do caput do art. 36, da Constituição Federal.	Em tramitação
12/84	Dep. Renato Cordeiro	Amplia as hipóteses em que o Deputado ou o Senador pode exercer funções ou cargos sem perda do mandato.	Em tramitação
13/84	Dep. Coutinho Jorge	Altera a redação do art. 3º da Constituição.	Em tramitação
14/84	Dep. Cardoso Alves	Altera a redação das alíneas "b", "c" e "d" do § 1º ao art. 151, da Constituição Federal.	Rejeitada
15/84	Dep. Marcos Lira	Altera a forma de votação do Colégio Eleitoral que elege o Presidente da República.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 2/84
16/84	Dep. Alcides Lima	Altera a redação do art. 74 da Constituição Federal para incluir representantes dos Territórios no Colégio Eleitoral.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 2/84
17/84	Dep. Brandão Monteiro	Altera a redação dos arts. 21, 55 e 57 da Constituição.	Em tramitação
18/84	Dep. Onísio Ludovico	Altera a redação do item III do caput do art. 42, da Constituição Federal.	Em tramitação
19/84	Dep. Aldo Pinto	Estabelece eleição direta para Prefeito em município considerado área de segurança nacional.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 2/84
20/84	Dep. Fernando Lyra	Introduz modificações no § 3º do art. 75 da Constituição Federal, reduzindo para quatro anos o mandato do Presidente da República, respeitando o período de seis anos do atual mandato presidencial.	Em tramitação
21/84	Dep. Octacílio de Almeida	Dispõe sobre a inelegibilidade, alterando a letra "c" do § 1º do art. 151 da Constituição da República Federativa do Brasil.	Prejudicada virtude rejeição da PEC nº 14/84
22/84	Dep. Irma Passoni	Acrescenta parágrafo ao art. 3º do texto constitucional, estabelecendo a realização de plebiscito para a redivisão territorial.	Em tramitação
23/84	Dep. Airton Sandoval	Estabelece eleições diretas para Presidente da República.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 2/84
24/84	Dep. Wilmar Palis	Altera e acrescenta dispositivos à Constituição.	Em tramitação
25/84	Dep. Celso Barros	Dispõe sobre eleição direta do Presidente da República, por maioria absoluta dos votos, ou pelo Colégio Eleitoral, caso não alcance essa maioria.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 2/84

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
26/84	Dep. Eduardo Matarazzo Suplicy	Modifica a redação do § 2º do art. 13 e do inciso I do art. 15 da Constituição Federal.	Em tramitação
27/84	Dep. José Fogaça	Estabelece eleições em dois turnos para Governador e vice-Governador de Estado.	Em tramitação
28/84	Dep. Arthur Virgílio Neto	Retira, das atribuições do Presidente da República, a faculdade de editar decretos-lei.	Em tramitação
29/84	Dep. Paulo Lustosa	Acrescenta § 5º ao art. 62 da Constituição Federal.	Em tramitação
30/84	Dep. Paulo Lustosa	Acrescenta parágrafo ao art. 163 da Constituição.	Em tramitação
31/84	Sen. Jorge Kalume	Dispõe sobre a aposentadoria de servidores municipais.	Em tramitação
32/84	Dep. Brandão Monteiro	Acrescenta parágrafos ao art. 45 da Constituição Federal.	Em tramitação
33/84	Dep. Farabulini Júnior	Assegura o direito de voto aos cabos e soldados das polícias militares dos Estados.	Em tramitação
34/84	Dep. Domingos Juvenil	Acrescenta o § 6º ao art. 15 da Constituição.	Em tramitação
35/84	Dep. Armando Pinheiro	Confere o direito de voto aos cabos e soldados das polícias militares.	Em tramitação
36/84	Dep. Jorge Carone	Acrescenta parágrafo único ao artigo 167 da Constituição Federal.	Em tramitação
37/84	Sen. Benedito Ferreira	Obriga o Poder Público a solver seus débitos com correção monetária.	Em tramitação
38/84	Dep. Francisco Dias	Acrescenta parágrafo único ao art. 160 da Constituição Federal.	Em tramitação
39/84	Dep. Fernando Lyra	Dá nova redação ao § 2º do art. 151 da Constituição Federal, para permitir a reassunção do Governador e do Prefeito que se desincompatibilizaram para a disputa de mandato eletivo.	Em tramitação
40/84	Dep. Jorge Arbage	Institui a Justiça Agrária.	Em tramitação
41/84	Dep. Francisco Dias	Dá nova redação ao art. 98 da Constituição Federal.	Em tramitação
42/84	Dep. Ary Kffuri	Dispõe sobre a concessão, aos servidores civis e militares da União, de uma gratificação especial natalina.	Em tramitação
43/84	Dep. Jorge Leite	Altera a redação do § 2º do art. 147, da Constituição Federal.	Em tramitação
44/84	Dep. Francisco Dias	Dá nova redação ao item III do art. 165.	Em tramitação
46/84	Dep. Nilton Alves	Altera e acrescenta dispositivos na Constituição Federal, de modo a tornar gratuito o ensino em todos os níveis, sob o encargo do poder público.	Em tramitação
47/84	Dep. Paulo Lustosa	Altera a redação do artigo 216 da Constituição Federal.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 2/84
48/84	Dep. Irma Passoni	Modifica a redação do item II do § 3º do art. 176 da Constituição Federal.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
49/84	Dep. Jorge Carone	Altera, acrescenta e suprime dispositivos da Constituição.	Em tramitação
50/84	Sen. Mauro Borges	Modifica dispositivos da Constituição Federal, visando estabelecer nova organização política para o Distrito Federal, bem como assegurar-lhe representação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e da outras providências.	Em tramitação
51/84	Dep. João Batista Fagundes	Suprime o § 1º do art. 17 e o item V do art. 42, renumera os demais e acrescenta item ao art. 44 da Constituição Federal.	Em tramitação
52/84	Dep. Arildo Teles	Altera dispositivos da Constituição referentes aos Territórios e ao Distrito Federal.	Em tramitação
53/84	Dep. Múcio Athayde	Estabelece eleições para Governador, Senadores e Deputados Federais e Estaduais no Distrito Federal.	Em tramitação
54/84	Dep. Aldo Arantes	Altera dispositivos da Constituição Federal, nas partes que dispõem sobre a competência, organização e funcionamento do Distrito Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
55/84	Sen. Alvaro Dias	Dá nova redação ao item VIII do art. 13 da Constituição Federal.	Em tramitação
56/84	Dep. Fernando Collor	Altera a redação do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.	Em tramitação
57/84	Dep. José Tavares	Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal estendendo a imunidade parlamentar aos vereadores.	Em tramitação
58/84	Dep. Aldo Arantes	Acrescenta inciso III ao art. 15 da Constituição Federal.	Em tramitação
59/84	Dep. Carlos Vinagre	Altera a redação do inciso IV do art. 176, acrescentando ao mesmo artigo um novo item, e um parágrafo ao art. 176, como segue.	Em tramitação
60/84	Dep. Luiz Dulci	Acrescenta dispositivo à Constituição Federal.	Em tramitação
61/84	Dep. Arthur Virgílio Neto	Altera o art. 13, em seus caput , incisos VI e VIII, §§ 1º, 2º, 3º, 5º e 6º; o art. 15, em seus caput e § 1º, alíneas a e b ; o art. 17, §§ 1º a 3º; o art. 34, incisos IV e V; o art. 35, § 4º; o art. 41, em seu caput , §§ 1º e 2º; o art. 42, itens III e V; o art. 47, em seu caput , incisos e parágrafos; o art. 51, § 3º; o art. 59, em seus caput e §§ 3º e 4º; o art. 152, §§ 5º e 6º e acrescenta dois artigos no Título V da Constituição Federal, que trata das Disposições Gerais e Transitórias.	Em tramitação
62/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação ao § 7º do art. 23 da Constituição Federal.	Em tramitação
63/84	Dep. Freitas Nobre	Dispõe sobre a representação do Distrito Federal nas Casas do Congresso Nacional.	Prejudicada virtude aprovação Substitutivo à PEC nº 2/84
64/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação ao item III do art. 42 da Constituição Federal.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
65/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação ao art. 55 da Constituição Federal.	Em tramitação
66/84	Dep. Freitas Nobre	Acrescenta parágrafo ao art. 62 da Constituição Federal.	Em tramitação
67/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação ao art. 95 da Constituição Federal.	Em tramitação
68/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação à alínea 1 do item I do art. 119 e acrescenta ao artigo o § 4º	Em tramitação
69/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação ao art. 190 da Constituição Federal.	Em tramitação
70/84	Dep. Fernando Collor	Acrescenta § 7º ao art. 13 da Constituição Federal.	Em tramitação
71/84	Dep. Francisco Dias	Acrescenta dispositivo ao art. 19 da Constituição Federal.	Em tramitação
72/84	Dep. Myrthes Bevilacqua	Altera a redação do item I, do art. 44 da Constituição Federal.	Em tramitação
73/84	Dep. Dilson Fhanchin	Atribui competência ao Congresso Nacional para autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos, fazer operações de crédito, legislar sobre a dívida pública e estabelecer os meios de pagamento.	Em tramitação
74/84	Dep. Hugoardini	Condiciona à autorização do Congresso Nacional os empréstimos, operações ou acordos externos que importem ônus para o Tesouro Nacional.	Em tramitação
75/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação aos itens I e IV do art. 44 da Constituição Federal.	Em tramitação
76/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação ao caput do art. 69, transformando-o em parágrafo único, com nova redação.	Em tramitação
77/84	Dep. Geovani Borges	Altera a redação do art. 41 da Constituição Federal, relativo à composição do Senado, para determinar a representação dos Territórios Federais nessa Casa do Congresso.	Em tramitação
78/84	Dep. Juarez Batista	Determina que a eleição de juiz de paz nos municípios será feita por sufrágio direto.	Em tramitação
79/84	Dep. Airton Sandoval	Cria o Fundo de Compensação dos Estados, Distrito Federal e Municípios; altera e acrescenta dispositivos da Constituição Federal.	Em tramitação
80/84	Dep. Victor Faccioni	Altera a redação dos arts. 19, 21 e 23 da Constituição.	Em tramitação
81/84	Sen. Alvaro Dias	Altera o § 3º do art. 23 da Constituição Federal.	Em tramitação
82/84	Sen. Alvaro Dias	Dá nova redação aos §§ 8º e 9º do art. 23 da Constituição Federal.	Em tramitação
83/84	Sen. Carlos Chiarelli	Propõe alteração nos arts. 19, 21, 23, 25 e 26 e acrescenta o art. 218 na Constituição Federal.	Em tramitação
84/84	Dep. Paulo Zarzur	Altera a redação dos arts. 94, 95 e 96 da Constituição Federal.	Em tramitação
85/84	Dep. Alvaro Valle	Modifica o art. 3º e seu parágrafo único e acrescenta outras alterações na Constituição Federal.	Em tramitação

b) Da presente Sessão Legislativa

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
1/85	Dep. Lúcio Alcântara	Concede aos Estados o poder de legislarem supletivamente sobre manejo florestal, proteção ambiental e proteção da biota.	Em tramitação
2/85	Dep. Roberto Freire	Dá nova redação ao art. 152 que trata da organização e funcionamento dos Partidos Políticos, revogando-se seus parágrafos e incisos.	Prejudicada virtude aprovação Substitutivo à PEC nº 2/84
3/85	Dep. Daso Coimbra	Dispõe sobre revogação do parágrafo único do art. 148, da Constituição Federal.	Prejudicada virtude aprovação Substitutivo à PEC nº 2/84
4/85	Sen. Roberto Saturnino	Altera, suprime e acrescenta dispositivos no art. 152 da Constituição Federal, com vistas a restringir exigências para a criação e funcionamento de Partidos Políticos, bem como a estabelecer dotação orçamentária permanente em seu favor.	Prejudicada virtude aprovação Substitutivo à PEC nº 2/84
5/85	Dep. Jorge Vianna	Extingue o sistema distrital misto, majoritário e proporcional, alterando o art. 148 da Constituição.	Prejudicada virtude aprovação Substitutivo à PEC nº 2/84
6/85	Dep. Flávio Bierrenbach	Acrescenta parágrafo ao art. 170 da Constituição Federal.	Em tramitação
7/85	Dep. Flávio Bierrenbach	Acrescenta parágrafos ao art. 153 da Constituição Federal.	Em tramitação
8/85	Dep. Siegfried Heuser	Acrescenta parágrafo ao art. 161 da Constituição Federal.	Em tramitação
9/85	Dep. Valmor Giavarina	Altera redação dos arts. 101 e 102 da Constituição.	Em tramitação
10/85	Dep. Fernando Gomes	Institui o 13º salário para o funcionalismo público da União.	Em tramitação
11/85	Presidente da República	Restabelece a eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República.	Prejudicada virtude aprovação Substitutivo à PEC nº 2/84
12/85	Dep. Renato Vianna	Acrescenta parágrafos ao art. 102 da Constituição Federal.	Em tramitação
13/85	Sen. Mário Maia	Dá nova redação ao item c, do art. 197 da Constituição Federal.	Em tramitação
14/85	Dep. José Moura	Dispõe sobre o direito de votos dos analfabetos.	Prejudicada virtude aprovação Substitutivo à PEC nº 2/84
15/85	Sen. Odacir Soares	Altera o § 5º do art. 152 da Constituição Federal.	Prejudicada virtude aprovação Substitutivo à PEC nº 2/84

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
16/85	Dep. Milton Reis	Estabelece o voto do analfabeto no âmbito municipal, para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.	Prejudicada virtude aprovação Substitutivo à PEC nº 2/84
17/85	Dep. Freitas Nobre	Revoga o § 1º, e as respectivas letras a e b , do art. 15; dá nova redação ao art. 36 da Constituição e dispõe sobre a eleição de prefeitos e vice-prefeitos nos municípios que menciona.	Prejudicada virtude aprovação Substitutivo à PEC nº 2/84
18/85	Dep. Sérgio Cruz	Restabelece eleições para prefeito e vice-prefeito nas capitais dos Estados, estâncias hidrominerais e nos municípios declarados de segurança nacional, marcando eleições para 7 de outubro de 1985 e posse para 1º de dezembro de 1985.	Prejudicada virtude aprovação Substitutivo à PEC nº 2/84
19/85	Dep. Hermes Zaneti	Altera o caput do art. 147 da Constituição.	Em tramitação
20/85	Dep. Lúcia Viveiros	Restabelece e fixa data para a realização de eleições diretas para os prefeitos das capitais dos Estados.	Prejudicada virtude aprovação Substitutivo à PEC nº 2/84
21/85	Dep. Alércio Dias	Altera o caput do art. 147 da Constituição.	Em tramitação
22/85	Dep. Luiz Guedes	Restabelece autonomia das estâncias hidrominerais, das capitais dos Estados e das áreas de segurança nacional.	Prejudicada virtude aprovação Substitutivo à PEC nº 2/84
23/85	Dep. Fernando Collor	Suprime o § 1º e suas alíneas a e b do art. 15 da Constituição Federal e acrescenta art. 218 e §§ 1º e 2º ao Texto Constitucional.	Prejudicada virtude aprovação Substitutivo à PEC nº 2/84
24/85	Dep. Amílcar de Queiroz	Dá nova redação a dispositivos da Constituição Federal.	Em tramitação
25/85	Dep. Mendes Botelho	Modifica a redação do § 4º do art. 99 da Constituição Federal.	Em tramitação
26/85	Dep. Lélío Souza	Suprime as medidas de emergência, o estado de emergência e o Conselho Constitucional, instituindo o estado de sítio, decretado pelo Congresso Nacional, como única salvaguarda do Estado.	Em tramitação
27/85	Dep. Onísio Ludovico	Altera e acrescenta dispositivos à Constituição.	Em tramitação
28/85	Dep. Sérgio Cruz	Revoga os arts. 155 e 158 da Constituição, que dispõem sobre medidas coercitivas e estado de emergência.	Em tramitação
29/85	Dep. Clerir Barros	Altera e exclui dispositivos da Constituição relativos às medidas e ao estado de emergência.	Em tramitação
30/85	Dep. Siqueira Campos	Altera a redação do inciso VIII do art. 8º, da Constituição Federal, para o fim de determinar a subordinação da polícia rodoviária federal ao Ministério da Justiça.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
31/85	Dep. Itamar Franco	Exige prévia aprovação do Senado Federal para a realização de obras viárias nos parques nacionais.	Em tramitação
32/85	Dep. Hélio Manhães	Acrescenta item ao art. 57 da Constituição.	Em tramitação
33/85	Dep. Arnaldo Maciel	Cria o Tribunal Constitucional.	Em tramitação
34/85	Dep. Jorge Cury	Permite a um terço de cada Casa do Congresso Nacional propor emenda à Constituição.	Em tramitação
35/85	Dep. Evandro Ayres de Moura	Acrescenta artigo à Constituição Federal, referente à aplicação de recursos na área do Polígono das Secas.	Em tramitação
36/85	Dep. José Carlos Vasconcelos	Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros ao Nordeste.	Em tramitação
37/85	Dep. Manoel Gonçalves	Acrescenta parágrafos ao art. 62 da Constituição Federal.	Em tramitação
38/85	Dep. Arnaldo Maciel	Acrescenta parágrafo ao art. 101.	Em tramitação
39/85	Dep. Myrthes Bevilacqua	Acrescenta item ao art. 165 da Constituição Federal.	Em tramitação
40/85	Sen. Raimundo Parente	Acrescenta artigo à Constituição Federal.	Em tramitação
41/85	Dep. Ricardo Ribeiro	Modifica a redação dos arts. 119, I, a, e 122 da Constituição Federal.	Em tramitação
42/85	Dep. Tidei de Lima	Dá nova redação ao item XIX do art. 165 da Constituição.	Em tramitação
43/85	Presidente da República	Convoca a Assembléia Nacional Constituinte.	Emenda Constitucional nº 26
44/85	Dep. Sérgio Cruz	Institui a Assembléia Nacional Constituinte.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 43/85
45/85	Dep. Oswaldo Lima Filho	Restaura a competência do Congresso Nacional na elaboração do Orçamento, extingue os decretos-leis, regula a nomeação do Procurador-Geral da República, do Presidente do Banco Central do Brasil, a apreciação dos tratados, dos vetos, a representação sobre inconstitucionalidade e a disciplina do estado de sítio e de emergência.	Em tramitação
46/85	Dep. Freitas Nobre	Acrescenta parágrafo único ao art. 44 da Constituição Federal.	Em tramitação
47/85	Sen. Cid Sampaio	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Em tramitação
48/85	Dep. Jessé Freire	Altera os arts. 29, 60, 62, 66, 70, 71 e 81 e acrescenta artigo à Constituição Federal	Em tramitação
49/85	Dep. Mário Hato	Permite o voto ao estrangeiro, sob condições.	Em tramitação
50/85	Dep. Haroldo Sanford	Modifica o disposto nas alíneas b, c e d do § 1º do art. 151 da Constituição, dispondo sobre ilegibilidades.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
51/85	Dep. Felipe Cheidde	Assegura ao estrangeiro, nas condições que especifica, o direito de votar e ser votado, restrito porém às eleições municipais.	Em Tramitação
52/85	Dep. Jorge Arbage	Dispõe sobre a realização de plebiscito destinado a obter a manifestação do eleitorado sobre a conveniência de os futuros Membros do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas editarem, em cada âmbito, as respectivas Constituições.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 43/85
53/85	Dep. Myrthes Bevilacqua	Inclui entre os casos que permitem, a falta a sessões ordinárias de Casa Legislativa a condição de gestante de parlamentar.	Em Tramitação
54/85	Dep. Odilon Salmoria	Acrescenta item IV ao art. 40 da Constituição Federal.	Em tramitação
55/85	Dep. Siegfried Heuser	Altera o prazo de vigência da distribuição prevista no art. 26, item I, da Constituição.	Em tramitação
56/85	Sen. Lomanto Júnior	Determina que a União aplique não menos de 30% de sua renda tributária anual na Região Nordeste.	Em tramitação
57/85	Dep. Luiz Leal	Altera, acrescenta e suprime dispositivos da Constituição Federal.	Emenda Constitucional nº 27
58/85	Dep. Siegfried Heuser	Acrescenta parágrafos ao art. 23 da Constituição.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 57/85
59/85	Dep. Santinho Furtado	Altera e acrescenta dispositivos à Constituição Federal.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 57/85
60/85	Dep. Paulo Zarzur	Altera, acrescenta e suprime dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1967, com a redação que lhe foi dada pelas Emendas Constitucionais nºs 1 a 24.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 57/85
61/85	Sen. Alvaro Dias	Altera os §§ 1º e 2º do art. 26 da Constituição Federal.	Prejudicada virtude aprov. Substitutivo à PEC nº 57/85
62/85	Dep. Rubens Ardenghi	Altera a redação da alínea "e" do parágrafo único do art. 30 da Constituição.	Em tramitação
63/85	Dep. João Divino	Acrescenta parágrafos ao art. 200 da Constituição Federal.	Em tramitação
64/85	Dep. Walmor de Luca	Acrescenta dispositivo ao art. 98 da Constituição Federal, determinando paridade nos reajustes dos rendimentos dos funcionários civis e militares.	Em tramitação
65/85	Dep. Irajá Rodrigues	Suspende o pagamento de dívidas contraídas pela União, Estados e Municípios, nas condições que especifica.	Em tramitação
66/85	Dep. Edme Tavares	Estende aos odontólogos o direito à acumulação remunerada de cargos ou funções públicas, constante do item IV do art. 99 da Constituição Federal.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
67/85	Dep. Francisco Rollemberg	Estende aos paramédicos o direito à acumulação remunerada de cargos ou funções públicas, constante do item IV, do art. 99 da Constituição Federal.	Em tramitação
68/85	Dep. Clemir Ramos	Acrescenta dispositivo ao item IV do art. 99 da Constituição Federal, estendendo aos odontólogos os benefícios da acumulação de cargos públicos.	Em tramitação
69/85	Sen. Amaral Furlan	Amplia os direitos dos brasileiros naturalizados.	Em tramitação
70/85	Sen. Alvaro Dias	Altera o § 10 do art. 23 da Constituição Federal.	Em tramitação
71/85	Dep. Octacílio de Almeida	Dá nova redação ao art. 208 da Constituição Federal.	Em tramitação
72/85	Dep. Darcy Passos	Acrescenta parágrafos ao art. 18 da Constituição Federal.	Em tramitação
73/85	Sen. Albano Franco	Altera e acrescenta parágrafos ao art. 168 da Constituição Federal.	Em tramitação
74/85	Dep. Gomes da Silva	Altera a redação dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 168 da Constituição Federal.	Em tramitação
75/85	Dep. Samir Achôa	Estende o direito de voto aos cabos e soldados das Polícias Militares dos Estados.	Em tramitação
76/85	Dep. Hermes Zaneti	Acrescenta parágrafos ao art. 98 da Constituição.	Em tramitação
77/85	Dep. Renan Calheiros	Altera o art. 147 da Constituição.	Em tramitação
78/85	Dep. Denisar Arneiro	Acrescenta parágrafo único ao art. 169, tornando privativas das empresas nacionais a distribuição e comercialização de derivados de petróleo e álcool carburante.	Em tramitação
79/85	Dep. Francisco Dias	Altera o art. 36 da Constituição Federal.	Em tramitação
80/85	Dep. Leur Lomanto	Altera a redação dos arts. 34 e 36, que dispõem sobre a perda de mandato de Senador e Deputado.	Em tramitação
81/85	Dep. Jorge Arbage	Dá nova redação ao "caput" do art. 147, da Constituição Federal.	Em tramitação
82/85	Dep. Moacir Franco	Dá nova redação ao art. 92 da Constituição, estabelecendo o Serviço Agrícola Obrigatório.	Em tramitação
83/85	Dep. Altair Chagas	Dá nova redação aos arts. 17 e 217 da Constituição Federal.	Em tramitação
84/85	Sen. Mário Maia	Dispõe sobre a autonomia do Distrito Federal, alterando os arts. 13, 17 e 42 da Constituição, acrescentando novo artigo ao seu Título V.	Em tramitação
85/85	Sen. Eunice Michiles	Atribui aos Estados competência para disciplinar a criação de Municípios, alterando o art. 14 da Constituição.	Em tramitação
86/85	Dep. Celso Peçanha	Estende à justiça de paz os direitos, vantagens e garantias dos juizes temporários.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
87/85	Dep. Alcides Lima	Introduz modificação no § 3º do art. 1º da Constituição Federal, para permitir que os Territórios Federais tenham símbolos próprios.	Em tramitação
88/85	Dep. Vivaldo Frota	Dá nova redação ao parágrafo terceiro do art. 72 da Constituição Federal.	Em tramitação
89/85	Dep. Gerson Peres	Altera dispositivos do art. 151 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
90/85	Dep. Milton Reis	Fixa novos prazos para inelegibilidades.	Aguardando leitura
	Dep. Ademir Andrade	Introduz modificações ao art. 165 da Constituição Federal, estabelecendo limite para a diferença entre o salário mínimo e a remuneração máxima: obrigando o pagamento de remuneração dobrada às horas trabalhadas além das oito normais, e assegurando a qualquer membro do Congresso Nacional competência para dispor sobre a integração do seguro desemprego no âmbito da previdência social.	Aguardando leitura
	Dep. Roberto Rollemberg	Modifica o art. 161 e seu § 2º, da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Luiz Guedes	Altera a redação do art. 48 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. JG de Araújo Jorge	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Ralph Biasi	Acrescenta dispositivo à Constituição Federal, no capítulo referente ao Sistema Tributário, para o fim de instituir a possibilidade de aplicação de alíquotas progressivas no IPTU.	Aguardando leitura
	Dep. Ralph Biasi	Acrescenta parágrafo ao art. 62 da Constituição Federal, fixando, no Orçamento da União, as parcelas atribuídas aos Poderes Legislativo e Judiciário.	Aguardando leitura
	Sen. Henrique Santillo	Altera dispositivos da Constituição Federal, referentes ao Sistema Tributário Nacional.	Aguardando leitura
	Dep. Raul Ferraz	Unifica as estruturas do Poder Judiciário e do Ministério Público.	Aguardando leitura
	Dep. Sebastião Nery	Dá nova redação ao art. 92 da Constituição Federal e extingue o serviço militar obrigatório em tempo de paz.	Aguardando leitura
	Dep. Ludgero Raulino	Estabelece eleições diretas em 1986 para Presidente da República, Prefeitos de Capitais, das Estâncias Hidrominerais, Áreas de Segurança Nacional e dá outras providências.	Aguardando leitura
	Dep. João Cunha	Altera o art. 32 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. José Ribamar Machado	Altera o § 2º do art. 113 da Constituição.	Aguardando leitura

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
	Dep. Ademir Andrade	Altera a redação do art. 161 da Constituição Federal, visando facilitar o processo de desapropriação de imóvel territorial rural, que contrarie os objetivos da função social da propriedade, para efeito de reforma agrária, estendendo este poder aos Estados.	Aguardando leitura
	Dep. Farabulini Júnior	Altera o § 11 do art. 153 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Mação Tadano	Exclui a obrigatoriedade do voto.	Aguardando leitura
	Dep. Amílcar de Queiroz	Assegura aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, vencimentos nunca inferiores ao salário mínimo regional.	Aguardando leitura
	Dep. Jorge Cury	Altera a redação do § 2º do art. 113 da Constituição.	Aguardando leitura
	Sen. Jorge Kalume	Estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios de, no mínimo, um por cento da renda resultante dos impostos, na promoção, difusão e incentivo de atividades culturais.	Aguardando leitura
	Dep. Dante de Oliveira	Suprime competência da Justiça Militar.	Aguardando leitura
	Dep. Jorge Cury	Modifica dispositivos dos arts. 144 e 193 e altera a redação do art. 202, todos da Constituição.	Aguardando leitura
	Dep. Jorge Cury	Altera a redação da alínea b do § 1º e do § 5º do art. 141 da Constituição.	Aguardando leitura
	Dep. Ralph Biasi	Altera o art. 48 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Ralph Biasi	Altera os §§ 3º e 4º do art. 51 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Marcondes Pereira	Institui a Reforma Tributária.	Aguardando leitura
	Dep. Francisco Dias	Dá nova redação ao § 4º do art. 104 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Del Bosco Amaral	Modifica os arts. 42, 62 e 170 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Sarney Filho	Cria a Justiça Agrária.	Aguardando leitura
	Dep. José Fogaça	Altera e acrescenta dispositivos à Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Arnaldo Maciel	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Jorge Leite	Altera a redação da alínea b do inciso II do art. 15 da Constituição Federal, com vistas a permitir a instituição de polícia municipal nas capitais dos Estados.	Aguardando leitura
	Dep. Eduardo Galil	Dispensa a prévia separação judicial para a dissolução do casamento.	Aguardando leitura

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
	Dep. Renato Johnsson	Altera o art. 25 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Sen. César Cals	Institui o Ministério da Defesa Nacional.	Aguardando leitura
	Dep. Agnaldo Timóteo	Acrescenta o art. 218 à Constituição, relativo à nacionalidade de consortes e descendentes de brasileiros expatriados.	Aguardando leitura
	Dep. Nyder Barbosa	Acrescenta parágrafo ao art. 38 e dá nova redação ao item III do art. 42 da Constituição.	Aguardando leitura
	Dep. Paulo Maluf	Introduz alterações no art. 62 da Constituição Federal, determinando que o orçamento monetário e o das entidades autárquicas e paraestatais sejam aprovados pelo Congresso Nacional.	Aguardando leitura
	Dep. Lúcia Viveiros	Altera o art. 74 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Lélío Souza	Confere aos Estados e aos Municípios competência para fixação dos subsídios de Deputados Estaduais e Vereadores.	Aguardando leitura
	Dep. Epitácio Cafeteira	Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 102 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Luiz Leal	Modifica o § 2º do art. 102 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Lélío Souza	Dá nova redação ao art. 14 e seu parágrafo único da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Sen. Mário Maia	Altera o art. 41 e seus §§ 1º e 2º para conferir aos Territórios Federais representação no Senado.	Aguardando leitura
	Dep. Diogo Nomura	Concede nacionalidade brasileira aos estrangeiros após dez anos de residência no Brasil.	Aguardando leitura
	Sen. Jutahy Magalhães	Revoga o item V do art. 55 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Paulo Maluf	Altera a redação do art. 97 e seu § 1º da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Sen. Mário Maia	Dispõe sobre a realização de eleições nos Territórios Federais de Amapá e Roraima, a 15 de novembro de 1986.	Aguardando leitura
	Dep. Roberto Jefferson	Extingue o decurso de prazo e o decreto-lei.	Aguardando leitura
	Dep. Roberto Jefferson	Torna obrigatória a assistência de advogado, nos autos de prisão em flagrante.	Aguardando leitura
	Dep. Nelson Marchezan	Acrescenta parágrafo ao art. 13 e altera a redação do § 2º do art. 15 da Constituição.	Aguardando leitura
	Dep. Paulo Mincarone	Dá nova redação aos arts. 97 e 99 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Victor Faccioni	Propõe ajuste tributário emergencial, alterando a redação dos arts. 19, 21, 23 e 26 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Francisco Amaral	Altera a redação do item XVI do art. 165, da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Stélio Dias	Introduz na Constituição Federal dispositivos referentes à preservação do meio ambiente.	Aguardando leitura

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
	Dep. Milton Reis	Acrescenta parágrafo único ao art. 197 da Constituição Federal, assegurando direitos aos deficientes físicos.	Aguardando leitura
	Dep. Sérgio Lomba	Altera o caput e os §§ 2º, 3º e 4º do art. 39 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Agnaldo Timóteo	Introduz o serviço de polícia rodoviária no âmbito da polícia federal.	Aguardando leitura
	Dep. Wolney Siqueira	Estabelece que o afastamento do Prefeito será definitivo apenas quando vier a candidatar-se a Vereador do mesmo Município.	Aguardando leitura
	Dep. João Divino	Dá nova redação ao art. 144, item VII, § 4º da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Wagner Lago	Permite ao juiz exercer o magistério, em qualquer grau de ensino.	Aguardando leitura
	Dep. Carneiro Arnaud	Dispõe sobre a aposentadoria especial para médicos e médicas, respectivamente aos 30 (trinta) e 25 (vinte e cinco) anos de serviço.	Aguardando leitura
	Dep. Osvaldo Melo	Dá nova redação ao § 1º do art. 168, da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Pedro Germano	Dispõe sobre a exoneração de Ministros de Estado.	Aguardando leitura
	Sen. Galvão Modesto	Altera o art. 168 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Sen. Galvão Modesto	Estabelece a obrigatoriedade de aplicação, anualmente, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios de, pelo menos, 15% (quinze por cento) de suas receitas próprias em programas especiais de atendimento ao menor em situação irregular.	Aguardando leitura
	Sen. Galvão Modesto	Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores.	Aguardando leitura
	Sen. Galvão Modesto	Altera o § 14 do art. 153 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Sen. Alcides Saldanha	Amplia a competência do Tribunal do Júri.	Aguardando leitura
	Sen. Gabriel Hermes	Dá nova redação ao art. 182 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Sen. Nivaldo Machado	Altera a redação de dispositivo da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Theodoro Mendes	Acrescenta parágrafo único ao art. 103 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Sólton Borges	Assegura direitos trabalhistas e previdenciários a servidores admitidos em serviços temporários e contratados para funções de natureza técnica especializada.	Aguardando leitura
	Dep. Stélio Dias	Dispõe sobre a remuneração dos integrantes da Magistratura dos Estados.	Aguardando leitura
	Dep. Armando Pinheiro	Introduz modificações nos arts. 4º e 5º da Constituição Federal, com vistas a redefinir os bens de domínio da União e dos Estados, particularmente no que se refere às ilhas marítimas.	Aguardando leitura

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
	Dep. Airton Sandoval	Altera os arts. 18, 19, 21, 24, 25 e 26 da Constituição Federal e dá outras providências.	Aguardando leitura
	Dep. Armando Pinheiro	Altera a redação do art. 184 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Darcy Pozza	Dispõe sobre a tributação e aposentadoria do deficiente.	Aguardando leitura
	Dep. Francisco Dias	Acrescenta item X ao art. 44 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Victor Faccioni	Dispõe sobre o sistema parlamentar de governo.	Aguardando leitura
	Dep. Francisco Rolemberg	Altera redação do art. 99 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Manoel Costa Júnior	Dispõe sobre a investigação de violações à lei e aos direitos fundamenais do cidadão, através da Promotoria-Geral do Povo.	Aguardando leitura
	Dep. Theodoro Mendes	Dá nova redação ao item XX do art. 165, da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. José Fernandes	Altera a alínea b do item II do art. 15 da Constituição.	Aguardando leitura
	Dep. Sólon Borges	Altera o caput do art. 176 para incluir a responsabilidade como um dos valores em que se inspirará a educação.	Aguardando leitura

c) Súmula

Foram os seguintes os dados numéricos relativos às Propostas de Emenda à Constituição:

— Total das Propostas	332
Sendo:	
— oriundas de sessões legislativas anteriores, todas de iniciativa parlamentar ..	159
— encaminhadas nesta sessão legislativa	173
— de iniciativa parlamentar	171
— de iniciativa do Presidente da República	2
— Aprovadas	3
Sendo:	
— oriundas da sessão legislativa anterior e de iniciativa parlamentar	1
— encaminhada nesta sessão legislativa	2
— de iniciativa parlamentar	1
— de iniciativa do Presidente da República	1
— Rejeitada (da sessão legislativa anterior e de iniciativa parlamentar)	1
— Prejudicadas	39
Sendo:	
— oriundas de sessões legislativas anteriores, todas de iniciativa parlamentar ...	20
— encaminhadas nesta sessão legislativa	19
— de iniciativa parlamentar	18
— de iniciativa do Presidente da República	1
— Em andamento, todas de iniciativa parlamentar	204
Sendo:	
— oriundas de sessões legislativas anteriores	137
— encaminhadas nesta sessão legislativa	67
— Aguardando leitura	85

C 2 — PROJETOS DE LEI

a) Da Sessão Legislativa Anterior

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
25/84	113/84-CN (474/84, na origem)	Reorganiza os Quadros Complementares de Oficiais da Marinha, criados pelo Decreto-lei nº 610, de 4 de junho de 1969, alterado pelas Leis nºs 5.983, de 12 de dezembro de 1973, e 7.152, de 1º de dezembro de 1983.	Aprovado. Lei nº 7.301, de 29-3-85

b) Da presente sessão legislativa

1/85	11/85-CN (559/84, na origem)	Autoriza a alienação, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM, de parte dos bens imóveis que menciona, e dá outras providências.	Retirado pela Mensagem nº 262/85
2/85	16/85-CN (156/85, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Marinha o crédito especial até o limite de Cr\$ 388.800.000.000 para o fim que especifica.	Aprovado. Lei nº 7.310, de 2-5-85
3/85	17/85-CN (169/85, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir à Justiça do Trabalho o crédito especial de Cr\$ 17.000.000 para o fim que especifica.	Aprovado. Lei nº 7.317, de 28-5-85
4/85	18/85-CN (171/85, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Saúde o crédito especial até o limite de Cr\$ 5.000.000.000 para o fim que especifica.	Aprovado por decurso de prazo. Lei nº 7.332, de 18-6-85
5/85	19/85-CN (172/85, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Saúde o crédito especial até o limite de Cr\$ 654.700.000 para o fim que especifica.	Aprovado por decurso de prazo. Lei nº 7.323, de 18-6-85
6/85	56/85-CN (414/85, na origem)	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1986.	Aprovado. Lei nº 7.420, de 17-12-85
7/85	72/85-CN (570/85, na origem)	Aprova as diretrizes do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, para o período de 1986 a 1989, e dá outras providências.	Em tramitação

c) Súmula

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei:

— Total dos Projetos	8
Sendo:	
— oriundo da sessão legislativa anterior	1
— recebidos nesta sessão legislativa	7
— Aprovados (sendo 2 por decurso de prazo) e enviados à sanção	6
Sendo:	
— oriundo da sessão legislativa anterior	1
— da presente sessão legislativa	5
— Retirado (da presente sessão legislativa)	1
— Em tramitação (da presente sessão legislativa)	1

c.3 — DECRETOS-LEIS

a) Com tramitação iniciada na sessão legislativa anterior

Nº — Data	Mensagem	Ementa	Resultados
2.122, de 4-6-84	87/84-CN (182/84, na origem)	Aplica, no que couber, o disposto no Decreto-lei nº 2.112, de 17 de abril de 1984, aos funcionários pertencentes à Categoria Funcional privativa do Tribunal de Contas do Distrito Federal, incluída no Grupo-Atividades de Controle Externo, do Quadro de Pessoal do referido Tribunal de Contas.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 51/84-CN)
2.124, de 13-6-84	88/84-CN (197/84, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 50/84-CN)
2.129, de 25-6-84	93/84-CN (213/84, na origem)	Reajusta o valor do soldo base de cálculo da remuneração dos militares.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 1/85, oriundo do PDL nº 57/84-CN)
2.130, de 25-6-84	94/84-CN (214/84, na origem)	Reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como os das pensões e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 2/85, oriundo do PDL nº 55/84-CN)
2.131, de 25-6-84	95/84-CN (215/84, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros da Magistratura Federal, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União, bem como os das pensões e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 1/85-CN)
2.132, de 26-6-84	96/84-CN (216/84, na origem)	Autoriza a União a adquirir ações de empresas estatais e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 2/85-CN)
2.133, de 26-6-84	97/84-CN 217/84, na origem)	Dispõe sobre a tributação, pelo imposto de renda, de rendimento e ganho de capital produzidos por debêntures escriturais e nominativas não endossáveis, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo.
2.134, de 26-6-84	98/84-CN (218/84, na origem)	Prorroga o prazo de vigência de incentivos fiscais previstos na legislação do imposto de renda e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo.

b) Com tramitação iniciada na presente sessão legislativa

Nº — Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.135, de 27-6-84	12/85-CN (219/84, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 3/85-CN)
2.136, de 27-6-84	13/85-CN (220/84, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 5/85-CN)
2.137, de 27-6-84	14/85-CN (221/84, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 5/85, oriundo do PDL nº 8/85-CN)
2.138, de 28-6-84	15/85-CN (231/84, na origem)	Reajusta o valor do soldo base de cálculo da remuneração dos PM da Polícia Militar e dos BM do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 6/85, oriundo do PDL nº 4/85-CN)
2.139, de 28-6-84	24/85-CN (232/84, na origem)	Reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Distrito Federal, bem como os das pensões e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 6/85-CN)
2.140, de 28-6-84	25/85-CN (233/84, na origem)	Institui a Gratificação de Incentivo à Atividade Odontológica, na Previdência Social, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 7/85-CN)
2.141, de 28-6-84	29/85-CN (234/84, na origem)	Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 9/85-CN)
2.142, de 28-6-84	30/85-CN (235/84, na origem)	Reajusta os vencimentos e proventos dos funcionários do Quadro Permanente das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 13/85-CN)
2.143, de 28-6-84	32/85-CN (236/84, na origem)	Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Tribunais do Trabalho e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 12/85-CN)
2.144, de 28-6-84	33/85-CN (237/84, na origem)	Prorroga o prazo estabelecido pela Lei nº 7.186, de 24 de abril de 1984, para o pagamento de contribuições previdenciárias, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 14/85-CN)
2.145, de 28-6-84	34/85-CN (238/84, na origem)	Cancela créditos e reabre prazo relativo ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, à Contribuição dos que exercem atividades rurais e à Taxa de Serviços Cadastrais.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 17/85-CN)
2.146, de 2-7-84	35/85-CN (239/84, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Ofícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 10/85-CN)

Nº — Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.147, de 2-7-84	36/85-CN (240/84, na origem)	Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 16/85-CN)
2.148, de 2-7-84	39/85-CN (241/84, na origem)	Reajusta os atuais valores de vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 16/85, oriundo do PDL nº 11/85-CN)
2.149, de 3-7-84	40/85-CN (242/84, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 21/85-CN)
2.150, de 3-7-84	42/85-CN (243/84, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como os das pensões, e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 19/85, oriundo do PDL nº 15/85-CN)
2.151, de 5-7-84	43/85-CN (250/84, na origem)	Concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados para equipamentos de produção cinematográfica.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 18/85, oriundo do PDL nº 19/85-CN)
2.152, de 18-7-84	44/85-CN (267/84, na origem)	Estende o prazo limite fixado no Decreto-lei nº 1.825, de 22 de dezembro de 1980, que isenta do imposto de renda os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 20/85-CN)
2.153, de 24-7-84	45/85-CN (270/84, na origem)	Introduz parágrafos no art. 3º, da Lei nº 6.732, de 4 de dezembro de 1979, e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 22/85, oriundo do PDL nº 24/85-CN)
2.154, de 30-7-84	47/85-CN (271/84, na origem)	Estende a Gratificação de Desempenho das Atividades de Tributação, Arrecadação e Fiscalização dos Tributos Federais aos Fiscais de Tributos de Açúcar e Alcool.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 25/85-CN)
2.155, de 30-7-84	51/85-CN (272/84, na origem)	Altera os limites do Benefício Fiscal instituído pelo Decreto-lei nº 1.358, de 12 de novembro de 1974, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 18/85-CN)
2.156, de 13-8-84	52/85-CN (296/84, na origem)	Autoriza a elevação do capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 24/85, oriundo do PDL nº 27/85-CN)
2.157, de 14-8-84	53/85-CN (297/84, na origem)	Altera o art. 7º do Decreto-lei nº 2.035, de 21 de junho de 1983, acrescentado pelo Decreto-lei nº 2.055, de 1983, que dispõe sobre a sucessão da autarquia federal Superintendência Nacional da Marinha Mercante — SUNAMAM.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 22/85-CN)

Nº — Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.158, de 27-8-84	54/85-CN (312/84, na origem)	Autoriza a elevação do capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 29/85, oriundo do PDL nº 23/85-CN)
2.159, de 30-8-84	58/85-CN (318/84, na origem)	Transforma em cargos finais de carreira os atuais cargos em comissão de Subprocurador-Geral da República, Subprocurador-Geral Militar e Subprocurador-Geral do Trabalho, e dá outras providências.	Rejeitado. (Decreto Legislativo nº 31/85, oriundo do PDL nº 28/85-CN)
2.160, de 6-9-84	59/85-CN (330/84, na origem)	Inclui gratificação no Anexo II do Decreto-lei nº 1.360, de 22 de novembro de 1974, incorpora gratificações aos proventos de aposentadoria e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 27/85, oriundo do PDL nº 26/85-CN)
2.161, de 11-9-84	62/85-CN (337/84, na origem)	Dispõe sobre o enquadramento dos servidores integrantes da Tabela Especial do ex-Território Federal de Rondônia.	Em tramitação. (PDL nº 30/85-CN)
2.162, de 19-9-84	64/85-CN (343/84, na origem)	Altera o limite máximo para elevação das alíquotas da Tarifa Aduaneira no Brasil.	Em tramitação.
2.163, de 19-9-84	66/85-CN (344/84, na origem)	Dispõe sobre a adoção de medidas de incentivos à arrecadação federal e dá outras providências.	Em tramitação.
2.164, de 19-9-84	69/85-CN (345/84, na origem)	Institui incentivo financeiro para os adquirentes de moradia própria através do Sistema Financeiro da Habitação, a equivalência salarial como critério de reajustamento das prestações e dá outras providências.	Em tramitação. (PDL nº 29/85-CN)
2.165, de 2-10-84	73/85-CN (357/84, na origem)	Institui a Gratificação de Desempenho de Atividades Previdenciárias e dá outras providências.	Em tramitação.
2.176, de 29-11-84	67/85-CN (493/84, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 2.163, de 1º de setembro de 1984, que dispõe sobre a adoção de medidas de incentivo à arrecadação federal.	Em tramitação.
2.177, de 3-12-84	41/85-CN (555/84, na origem)	Altera os valores e percentuais constantes do Anexo ao Decreto-lei nº 2.149, de 3 de julho de 1984, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 21/85-CN)
2.240, de 31-1-85	70/85-CN (109/85, na origem)	Dá nova redação aos arts. 3º, 7º, § 2º do art. 9º e art. 12 do Decreto-lei nº 2.164, de 19 de setembro de 1983.	Em tramitação.

c) Aguardando Leitura

Nº — Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.166, de 16-10-84	(384/84, na origem)	Institui Gratificação de Atividades de Assessoramento Especial e de Altos Estudos e Pesquisas, na Escola Superior de Guerra.	

Nº — Data	Mensagem	Ementa
2.167, de 22-10-84	(414/84, na origem)	Dispõe sobre o recolhimento dos débitos previdenciários das Prefeituras Municipais.
2.168, de 29-10-84	(405/84 na origem)	Concede isenção de impostos aos bens importados para substituição ou reparo daqueles danificados pelas inundações ocorridas na Região Sul do País.
2.169, de 29-10-84	(406/84, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 1.928, de 18 de fevereiro de 1982, que dispõe sobre o pagamento prioritário de débitos decorrentes de compromissos em moeda estrangeira, assumidos pela Administração Pública.
2.170, de 5-11-84	(413/84, na origem)	Dispõe sobre a aplicação da correção monetária aos valores recebidos a maior pelas distribuidoras de combustíveis, relativos a ressarcimento de fretes.
2.171, de 13-11-84	(459/84, na origem)	Dispõe sobre o reajuste dos benefícios da Previdência Social.
2.172, de 19-11-84	(470/84, na origem)	Altera os valores e percentuais constantes do Anexo ao Decreto-lei nº 2.131, de 25 de junho de 1984, e dá outras providências.
2.173, de 19-11-84	(480/84, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências.
2.174, de 26-11-84	(481/84, na origem)	Dispõe sobre a aplicação do disposto no artigo 2º da Lei nº 6.732, de 4 de dezembro de 1979, aos funcionários designados para o exercício, no exterior, de funções diplomáticas.
2.175, de 27-11-84	(482/84, na origem)	Dispõe sobre o recolhimento dos débitos previdenciários das Prefeituras e Autarquias Municipais.
2.178, de 4-12-84	(556/84, na origem)	Fixa as bases para o soerguimento da Rede Ferroviária Federal S.A. — RFFSA, e dá outras providências.
2.179, de 4-12-84	(557/84, na origem)	Dispõe sobre a percepção de vencimento pelos candidatos submetidos aos cursos de formação profissional de que trata o artigo 8º da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, que instituiu o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal, e dá outras providências.
2.180, de 4-12-84	(564/84, na origem)	Concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados aos bens de capital importados por empresas concessionárias dos serviços de transporte ferroviário ou metroviário de passageiros ou de carga.
2.181, de 10-12-84	(565/84, na origem)	Restabelece o incentivo fiscal de que trata o Decreto-lei nº 1.932/82.
2.182, de 11-12-84	(568/84, na origem)	Altera a Legislação do Imposto de Renda.

Nº — Data	Mensagem		Ementa	Resultado
2.183, de 19-12-84	(11/85, origem)	na	Descaracteriza como de interesse da Segurança Nacional os municípios que especifica.	
2.184, de 20-12-84	(12/85, origem)	na	Altera a redação do art. 2º do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, que modificou a Legislação relativa ao Imposto Único sobre Lubrificantes Combustíveis Líquidos e Gasosos e dá outras providências.	
2.185, de 20-12-84	(13/85, origem)	na	Dispõe sobre a isenção da Taxa de Melhoramento dos Portos.	
2.186, de 20-12-84	(14/85, origem)	na	Institui o imposto sobre serviços de comunicações, e dá outras providências.	
2.187, de 26-12-84	(15/85, origem)	na	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974.	
2.188, de 26-12-84	(16/85, origem)	na	Institui a Gratificação de Incentivo à Atividade Médico-Veterinária no Ministério da Agricultura e dá outras providências.	
2.189, de 26-12-84	(17/85, origem)	na	Dispõe sobre a transformação de gratificação deferida aos Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e dá outras providências.	
2.190, de 26-12-84	(18/85, origem)	na	Dispõe sobre os novos percentuais da Gratificação de Representação de Atividade Diplomática e dá outras providências.	
2.191, de 26-12-84	(19/85, origem)	na	Altera o Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências.	
2.192, de 26-12-84	(20/85, origem)	na	Restabelece a carreira de Procurador da Fazenda Nacional e fixa os respectivos vencimentos básicos.	
2.193, de 26-12-84	(21/85, origem)	na	Inclui no Anexo II do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, a Gratificação de Desempenho das Atividades de Fiscalização de Abastecimento, e dá outras providências.	
2.194, de 26-12-84	origem) (22/85,	na	Dispõe sobre a transformação de gratificação deferida aos servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências.	
2.195, de 26-12-84	(23/85, origem)	na	Dispõe sobre a concessão do incentivo funcional a que alude o item II do artigo 2º da Lei nº 6.433, de 15 de julho de 1977, e dá outras providências.	
2.196, de 26-12-84	(24/85, origem)	na	Dispõe sobre a incorporação da Gratificação que menciona ao provento da aposentadoria e dá outras providências.	
2.197, de 26-12-84	(49/85, origem)	na	Autoriza a compensação de imposto de exportação e dá outras providências.	
2.198, de 26-12-84	(50/85, origem)	na	Aplica, no que couber, o disposto nos Decretos-leis nºs 2.114, de 23 de abril de 1984, e 2.140, de 28 de junho de 1984, aos Médicos e aos Dentistas, respectivamente, do Hospital das Forças Armadas.	

Nº — Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.199, de 26-12-84	(51/85, na origem)	Dispõe sobre a incorporação da Gratificação de Desempenho de Função Essencial à Prestação Jurisdicional ao provento de aposentadoria.	
2.200, de 26-12-84	(52/85, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências.	
2.201, de 27-12-84	(53/85, na origem)	Reajusta o valor do soldo base do cálculo da remuneração dos militares.	
2.202, de 27-12-84	(54/85, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências.	
2.203, de 27-12-84	(55/85, na origem)	Dispõe sobre a equiparação de companhias abertas a empresas nacionais definidas no art. 12 da Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, nas condições e para os efeitos que estabelece, e dá outras providências.	
2.204, de 27-12-84	(56/85, na origem)	Reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como os das pensões, e dá outras providências.	
2.205, de 27-12-84	(57/85, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros da Magistratura Federal, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União, bem como os das pensões, e dá outras providências.	
2.206, de 28-12-84	(58/85, na origem)	Reajusta o limite de remuneração estabelecido pelo Decreto-lei nº 1.971, de 30 de novembro de 1982.	
2.207, de 28-12-84	(59/85, na origem)	Autoriza a elevação do capital social do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. — BNCC e dá outras providências.	
2.208, de 28-12-84	(60/85, na origem)	Prorroga até 31 de dezembro de 1985 o prazo estabelecido no Decreto-lei nº 1.846, de 30 de dezembro de 1980.	
2.209, de 28-12-84	(61/85, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.	
2.210, de 28-12-84	(62/85, na origem)	Reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Distrito Federal, bem como os das pensões, e dá outras providências.	
2.211, de 31-12-84	(63/85, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974.	
2.212, de 31-12-84	(64/85, na origem)	Estabelece contenção de despesas orçamentárias para o exercício de 1985, e dá outras providências.	
2.213, de 31-12-84	(65/85, na origem)	Reajusta o valor do soldo base de cálculo da remuneração dos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.	
2.214, de 31-12-84	(66/85, na origem)	Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Tribunais do Trabalho e dá outras providências.	

Nº — Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.215, de 3-1-85	(67/85, na origem)	Reajusta os atuais valores de vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria Geral do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.	
2.216, de 3-1-85	(68/85, na origem)	Reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como os das pensões, e dá outras providências.	
2.217, de 3-1-85	(69/85, na origem)	Reajusta os vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências.	
2.218, de 3-1-85	(70/85, na origem)	Reajusta os vencimentos e proventos dos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais e dá outras providências.	
2.219, de 3-1-85	(71/85, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público e dá outras providências.	
2.220, de 7-1-85	(72/85, na origem)	Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar e dá outras providências.	
2.221, de 7-1-85	(73/85, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Ofícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.	
2.222, de 7-1-85	(74/85, na origem)	Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos Servidores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal e dá outras providências.	
2.223, de 7-1-85	(75/85, na origem)	Reajusta os vencimentos e proventos dos funcionários do Quadro das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância, bem como os das pensões, e dá outras providências.	
2.224, de 9-1-85	(76/85, na origem)	Inclui a Gratificação de Atividades de Apoio no Anexo II do Decreto-lei nº 1.360, de 22 de novembro de 1974, e dá outras providências.	
2.225, de 10-1-85	(77/85, na origem)	Cria a Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos, e dá outras providências.	
2.226, de 16-1-85	(78/85, na origem)	Autoriza o Tesouro Nacional a participar do capital da Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio — COBEC e dá outras providências.	
2.227, de 16-1-85	(79/85, na origem)	Dispõe sobre processo de consulta e dá outras providências.	
2.228, de 17-1-85	(81/85, na origem)	Reajusta os atuais valores dos vencimentos, salários, proventos, pensões e da Gratificação de Dedicção Exclusiva dos servidores que menciona e dá outras providências.	

Nº — Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.229, de 17-1-85	(82/85, na origem)	Estende aos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal o disposto no Decreto-lei nº 2.211, de 31 de dezembro de 1984.	
2.230, de 17-1-85	(83/85, na origem)	Altera o percentual da representação mensal dos cargos que menciona.	
2.231, de 21-1-85	(100/85, na origem)	Dispõe sobre a Gratificação pelo Desempenho de Atividade de Apoio.	
2.232, de 21-1-85	(101/85, na origem)	Dá nova redação ao art. 5º do Decreto-lei nº 1.950, de 14 de julho de 1982.	
2.233, de 21-1-85	(102/85, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 15.000.000.000, para o fim que especifica.	
2.234, de 23-1-85	(103/85, na origem)	Limita a remuneração e demais vantagens a Diplomatas casados, servindo juntos no exterior.	
2.235, de 23-1-85	(104/85, na origem)	Acrescenta o nível 5 na escala de vencimentos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores constante do Anexo II do Decreto-lei nº 1.462, de 29 de abril de 1976.	
2.236, de 23-1-85	(105/85, na origem)	Altera a tabela de emolumentos e taxas aprovada pelo art. 131 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.	
2.237, de 24-1-85	(106/85, na origem)	Altera o art. 2º do Decreto-lei nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, que dispõe sobre as contribuições destinadas à aplicação nas atividades ligadas ao ensino profissional aeronáutico, e dá outras providências.	
2.238, de 28-1-85	(107/85, na origem)	Concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados aos materiais e equipamentos importados para a construção e manutenção de embarcações.	
2.239, de 28-1-85	(108/85, na origem)	Inclui a Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa no Anexo II do Decreto-lei nº 1.360, de 22 de novembro de 1974, e dá outras providências.	
2.241, de 4-2-85	(115/85, na origem)	Estende até 31 de dezembro de 1985 o prazo a que se refere o art. 5º do Decreto-lei nº 2.061, de 19 de setembro de 1983.	
2.242, de 5-2-85	(116/85, na origem)	Acrescenta disposições ao art. 1º do Decreto-lei nº 2.212, de 31 de dezembro de 1984.	
2.243, de 11-2-85	(117/85, na origem)	Inclui parágrafo único no art. 3º do Decreto-lei nº 1.727, de 10 de dezembro de 1979, e dá outras providências.	
2.244, de 14-2-85	(118/85, na origem)	Estabelece a carreira de Procurador do Distrito Federal e fixa os respectivos vencimentos básicos.	
2.245, de 14-2-85	(119/85, na origem)	Dispõe sobre a composição das Categorias Direção Superior e Assessoramento Superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.	
2.246, de 21-2-85	(137/85, na origem)	Inclui no Anexo II do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização do Trabalho.	

Nº — Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.247, de 21-2-85	(136/85, na origem)	Estende a isenção de impostos previsto no art. 1º do Decreto-lei nº 2.044, de 7 de julho de 1983, às hipóteses que indica.	
2.248, de 25-2-85	(138/85, na origem)	Concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados aos bens destinados aos Censos Econômicos de 1985.	
2.249, de 25-2-85	(139/85, na origem)	Estende a concessão da Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa aos ocupantes de cargos e empregos de nível superior dos quadros e tabelas da Administração Federal direta e das autarquias federais.	
2.250, de 26-2-85	(140/85, na origem)	Prorroga o prazo de aplicação dos incentivos fiscais instituídos pelo Decreto-lei nº 880, de 18 de setembro de 1969, e dá outras providências.	
2.251, de 26-2-85	(141/85, na origem)	Dispõe sobre a criação da Carreira Policial Federal e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos, e dá outras providências.	
2.252, de 4-3-85	(148/85, na origem)	Revoga o art. 4º e seus parágrafos do Decreto-lei nº 1.924, de 20 de janeiro de 1982, que “destina ao Comitê Olímpico Brasileiro a renda líquida de um dos concursos de prognósticos esportivos nos anos em que não são realizados Jogos Olímpicos ou Jogos Pan-Americanos”.	
2.253, de 4-3-85	(149/85, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), relativos à filiação dos empregados das missões diplomáticas e repartições consulares estrangeiras e dos membros destas.	
2.254, de 4-3-85	(150/85, na origem)	Inclui no Anexo II do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, a Gratificação de Desempenho de Atividades de Fiscalização Financeira e Orçamentária da União, e dá outras providências.	
2.255, de 4-3-85	(151/85, na origem)	Institui a Gratificação de Incentivo à Atividade Agronômica no Distrito Federal, e dá outras providências.	
2.256, de 4-3-85	(152/85, na origem)	Institui a Gratificação de Incentivo à Atividade Médico-Veterinária no Distrito Federal, e dá outras providências.	
2.257, de 4-3-85	(153/85, na origem)	Institui a Gratificação pelo Desempenho de Atividades Rodoviárias no Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.	
2.258, de 4-3-85	(154/85, na origem)	Cria a Carreira Auditoria do Tesouro do Distrito Federal e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos, e dá outras providências.	
2.259, de 5-3-85	(174/85, na origem)	Estende a gratificação instituída pelo Decreto-lei nº 2.111, de 4 de abril de 1984, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 2.196, de 26 de dezembro de 1984, aos integrantes da Polícia Rodoviária Federal.	
2.260, de 6-3-85	(175/85, na origem)	Estende aos Fiscais de Contribuições Previdenciárias o disposto no Decreto-lei nº 2.187, de 26 de dezembro de 1984.	

Nº — Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.261, de 12-3-85	(181/85, na origem)	Institui a Gratificação de Desempenho de Atividades de Fiscalização Financeira e Orçamentária do Distrito Federal, destinada aos integrantes da categoria que indica, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências.	
2.262, de 12-3-85	(182/85, na origem)	Estende aos ocupantes de cargos e empregos de nível superior do Quadro e Tabela de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal o disposto no Decreto-lei nº 2.200, de 26 de dezembro de 1984, e dá outras providências.	
2.263, de 12-3-85	(183/85, na origem)	Acrescenta nível à escala de vencimentos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, Código TCDF-DAS-100, prevista no art. 1º da Lei nº 6.002, de 19 de dezembro de 1973, alterada pelo art. 1º da Lei nº 6.714, de 5 de novembro de 1979.	
2.264, de 12-3-85	(184/85, na origem)	Dispõe sobre a venda de bens imóveis pelo Ministério da Fazenda, com aplicação do produto da operação em empreendimentos do seu interesse, e dá outras providências.	
2.265, de 12-3-85	(185/85, na origem)	Dispõe sobre o recolhimento dos débitos previdenciários das Fundações e Autarquias Educacionais de Ensino Superior, mantidas com recursos do Poder Público.	
2.266, de 12-3-85	(186/85, na origem)	Dispõe sobre a criação da Carreira Policial Civil do Distrito Federal e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos, e dá outras providências.	
2.267, de 13-3-85	(188/85, na origem)	Transforma e cria cargos na carreira do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, fixa vencimentos, e dá outras providências.	
2.268, de 13-3-85	(189/85, na origem)	Dispõe sobre a remuneração dos Membros do Ministério Público Federal e dá outras providências.	
2.269, de 13-3-85	(190/85, na origem)	Estende a Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa aos ocupantes de cargos e empregos de nível superior do Quadro e das Tabelas de Pessoal do Distrito Federal e de suas autarquias.	
2.270, de 13-3-85	(191/85, na origem)	Dá nova redação ao § 2º do art. 3º do Decreto-lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, que reajusta os vencimentos e salários dos servidores civis da União.	
2.271, de 13-3-85	(192/85, na origem)	Revoga o Decreto-lei nº 1.343, de 11 de setembro de 1974, e o art. 12 do Decreto-lei nº 352, de 17 de junho de 1968.	
2.272, de 13-3-85	(193/85, na origem)	Dispõe sobre o cancelamento de débitos para com a Fazenda Nacional, de natureza não tributária, contraídos por entidades filantrópicas.	
2.273, de 15-3-85	(195/85, na origem)	Cria cargos no Ministério da Cultura e dá outras providências.	
2.274, de 15-3-85	(196/85, na origem)	Cria cargos no Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.	

Nº — Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.275, de 15-3-85	(197/85, na origem)	Cria cargos no Ministério da Ciência e Tecnologia e dá outras providências.	
2.276, de 18-3-85	(198/85, na origem)	Altera disposições do Decreto-lei nº 2.212, de 31 de dezembro de 1984, e dá outras providências.	
2.277, de 2-4-85	(220/85, na origem)	Reajusta os limites de que trata o art. 1º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, alterado pelos Decretos-leis n.ºs 1.460, de 22 de abril de 1976, 1.562, de 19 de julho de 1977, 1.651, de 21 de dezembro de 1978, 1.756, de 31 de dezembro de 1979, e 2.048, de 26 de julho de 1983.	
2.278, de 19-11-85	(615/85, na origem)	Altera o art. 1º do Decreto-lei nº 1.477, de 26 de agosto de 1976, e dá outras providências.	

d) Súmula

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Decretos-leis:

— Total dos Decretos-leis	152
Sendo:	
— com tramitação iniciada na sessão legislativa anterior	8
— com tramitação iniciada na presente sessão legislativa	34
— aguardando leitura	110
— Aprovados (23 por decurso de prazo)	34
Sendo:	
— com tramitação iniciada na sessão legislativa anterior	8
— com tramitação iniciada na presente sessão legislativa	26
— Rejeitado	1
— Em andamento	7

C.4 — PROPOSTAS DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA

a) De Sessões Legislativas Anteriores

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
4/79	Dep. Rubem Figueiró	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando o Ministério da Produção Animal, e determina outras providências.	Em tramitação
6/79	Dep. Lúcia Viveiros	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei dispendo sobre a criação do Ministério da Mulher e da Criança.	Rejeitada
7/79	Sen. Lázaro Barboza	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando o Ministério da Família e do Menor.	Rejeitada
8/79	Dep. Júnia Marise	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei dispendo sobre a criação do Ministério da Família e do Menor.	Rejeitada
3/80	Dep. Sérgio Murião	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para criação do Ministério do Desenvolvimento do Nordeste, e dá outras providências.	Em tramitação (Vide Projeto de Resolução nº 2/83-CN)
4/80	Dep. Lúcia Viveiros	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei dispendo sobre a criação do Ministério da Amazônia.	Arquivada. (Vide Projeto de Resolução nº 1/82-CN)
5/80	Dep. Vivaldo Frota	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei dispendo sobre o desdobramento do Ministério do Interior em Ministério do Desenvolvimento Regional e Ministério da Amazônia.	Arquivada. (Vide Projeto de Resolução nº 1/82-CN)
6/80	Dep. Carlos Sant'Anna	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei dispendo sobre a reestruturação dos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social.	Arquivada. (Vide Projeto de Resolução nº 1/83-CN)
7/80	Sen. Jorge Kalume	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando a Secretaria Especial para Assuntos da Região Amazônica (SEARA).	Arquivada. (Vide Projeto de Resolução nº 1/82-CN)
1/82	Dep. Ruy Codo	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei dispendo sobre a criação do Ministério do Abastecimento.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
1/83	Dep. Paulo Mincarone	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei estendendo ao trabalhador rural os benefícios da Previdência Social, e da Legislação do Trabalho.	Em tramitação (Vide Projeto de Resolução nº 3/83-CN)
1/84	Dep. Nilson Gibson	Delega competência ao Poder Executivo para regulamentar, mediante lei, a exploração da loteria denominada jogo do bicho.	Em tramitação

b) Da Presente Sessão Legislativa

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
1/85	Dep. Brandão Monteiro, Líder do PDT	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei dispondendo sobre a criação do Banco do Trabalho.	Em tramitação
2/85	Dep. Horácio Ortiz	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei dispondendo sobre o desdobramento do Ministério das Minas e Energia em Ministério das Minas e Ministério da Energia.	Em tramitação
3/85	Sen. Marco Maciel	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para criar uma Comissão Nacional com a incumbência de programar, desenvolver e coordenar estudos, debates e atividades comemorativas relativos ao Centenário da Proclamação da República.	Em tramitação

c) Súmula

Foram os seguintes os dados numéricos relativos às Propostas de Delegação Legislativa:

— Total das Propostas	15
Sendo:	
— de sessões legislativas anteriores	12
— de sessões legislativas anteriores)	3
— Rejeitadas (de sessões legislativas anteriores)	3
— Arquivadas (de sessões legislativas anteriores)	4
— Em tramitação	8
Sendo:	
— de sessões legislativas anteriores	5
— desta sessão legislativa	3

C.5 — PROJETOS DE RESOLUÇÃO

a) de Sessões Legislativas anteriores

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/82	Comissão Mista	Delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando a Secretaria Especial para Assuntos da Região Amazônica — SEARA.	Aprovado. Resolução nº 2/85-CN
1/83	Comissão Mista	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei dispondo sobre a reestruturação dos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social.	Aprovado. Resolução nº 1/85-CN
2/83	Comissão Mista	Delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando o Ministério do Desenvolvimento do Nordeste, e dá outras providências.	Em tramitação
3/83	Comissão Mista	Delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei estendendo ao trabalhador rural os benefícios da Previdência Social e da Legislação do Trabalho.	Em tramitação
1/84	Sen. Henrique Santillo e outros	Altera o art. 146 do Regimento Comum do Congresso Nacional.	Em tramitação
2/84	Dep. Aluzio Campos e outros	Substitui o parágrafo único do art 72 do Regimento Comum.	Em tramitação

b) Da Presente Sessão Legislativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/85	Dep. Francisco Amaral	Dispõe sobre a abertura das sessões.	Em tramitação

c) Súmula

Foram os seguintes os dados numéricos relativos à Projetos de Resolução:

— Total dos Projetos	7
Sendo:	
— de sessões legislativas anteriores	6
— desta sessão legislativa	1
— Aprovados (de sessões legislativas anteriores)	2
— Em andamento	5
Sendo:	
— de sessões legislativas anteriores	4
— desta sessão legislativa	1

C.6 — VETOS PRESIDENCIAIS

a) Da Sessão Legislativa anterior

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
109/84-CN (372/84, na origem)	PLC nº 5/81 (PL/3.035/80, na origem)	Altera o art. 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
110/84-CN (373/84, na origem)	PLC nº 148/82 (PL/4.607/81, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a promover a transformação da Fundação Universidade de Caxias do Sul em Fundação de Direito Público.	Mantido o veto total por decurso de prazo
111/84-CN (388/84, na origem)	PL nº 7/84-CN	Transfere competências do INCRA para o Ministério da Agricultura, dispõe sobre o regime jurídico do pessoal do INCRA, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
112/84-CN (389/84, na origem)	PL nº 10/84-CN	Dispõe sobre a Política Nacional de Informática e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo

b) Da presente Sessão Legislativa

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
1/85-CN (400/84, na origem)	PLS nº 103/84 (PL/4.216/84, na Câmara)	Dispõe sobre a manutenção da correção automática semestral dos salários, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC, e revoga dispositivos do Decreto-lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
2/85-CN (411/84, na origem)	PLS nº 90/79 (PL/2.830/80, na Câmara)	Concede aos empregados domésticos férias anuais remuneradas de trinta dias corridos, após cada período de doze meses de trabalho.	Mantido o veto total por decurso de prazo
3/85-CN (461/84, na origem)	PLS nº 70/84 (PL/4.123/84, na Câmara)	Introduz modificações na Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, que instituiu o Programa de Garantia de Atividade Agropecuária — PRO-AGRO, com vistas a possibilitar a cobertura de riscos agropecuários nos investimentos não financiados.	Mantido o veto total por decurso de prazo

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
4/85-CN (475/84, na origem)	PL nº 16/84-CN	Estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial.	Mantido o veto parcial por decorso de prazo
5/85-CN (531/84, na origem)	PLC nº 260/83 (PL/659/83, na origem)	Considera Patrimônio Histórico Nacional a cidade de Cametá, no Estado do Pará.	Mantido o veto total por decorso de prazo
6/85-CN (540/84, na origem)	PLS nº 95/84- Complementar (PLC nº 218/84, na Câmara)	Dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, alterada pelas Leis Complementares nº 38, de 13 de novembro de 1979, e nº 45, de 14 de dezembro de 1983.	Mantido o veto total por decorso de prazo
7/85-CN (544/84, na origem)	PLC nº 194/84 (PL/3.048/84, na origem)	Dispõe sobre a inclusão nas Tabelas Permanentes dos órgãos da Administração Direta e de suas autarquias dos atuais ocupantes de empregos integrantes de Tabelas Especiais.	Mantido o veto total por decorso de prazo
8/85-CN (545/84, na origem)	PLC nº 173/84 (PL/4.061/84, na origem)	Dispõe sobre as medidas de proteção, amparo e fomento às atividades econômicas e às vítimas das enchentes no Estado de Santa Catarina.	Mantido o veto total por decorso de prazo
9/85-CN (546/84, na origem)	PLC nº 217/84 (PL/2.412/83, na origem)	Introduz modificações na Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação do serviço militar pelos estudantes de Medicina, e dá outras providências.	Mantido o veto total por decorso de prazo
10/85-CN (567/84, na origem)	PLS nº 243/84- Complementar (PLC nº 241/84, na Câmara)	Ressalva das exigências da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, os municípios criados mediante legislação estadual até 31 de dezembro de 1983, e dá outras providências.	Mantido o veto total por decorso de prazo
10-A/85 (CN) (569/84, na origem)	PLC nº 220/84 (PL/3.762/84, na origem)	Dispõe sobre o preço de comercialização da safra da uva.	Mantido o veto total por decorso de prazo
10-B/85 (CN) (570/84, na origem)	PLC nº 44/81 (PL/587/79, na origem)	Veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação), aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras.	Mantido o veto total por decorso de prazo
10-C/85 (CN) (571/84, na origem)	PLC nº 172/84 PL/1.529/83, na origem)	Dispõe sobre as autarquias profissionais.	Mantido o veto total por decorso de prazo
10-D/85 (CN) (572/84, na origem)	PLC nº 176/84 (PL/2.424/83, na origem)	Dispõe sobre a aposentadoria do pessoal do magistério superior e dá outras providências.	Mantido o veto total por decorso de prazo
10-E/85 (CN) (573/84, na origem)	PLS nº 219/79 (PL/5.274/81, na Câmara)	Dá nova redação ao caput dos arts. 15 e 16 do Decreto-lei nº 1.642, de 7 de dezembro de 1978, que "altera a legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas".	Mantido o veto total por decorso de prazo

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
10-F/85 (CN) (574/84, na origem)	PLC nº 191/84 (PL/237/83, na origem)	Restabelece direitos de servidores públicos no caso que especifica.	Mantido o veto total por decurso de prazo
20/85-CN (216/85, na origem)	PLC nº 27/83 (PL/4.810/81, na origem)	Dispõe sobre a divulgação, pelo Poder Executivo, do elenco de bancos de dados existentes no País.	Mantido o veto total por decurso de prazo
21/85-CN (217/85, na origem)	PLC nº 4/81 (PL/4.469/77, na origem)	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho.	Mantido o veto total por decurso de prazo
22/85-CN (218/85, na origem)	PLC nº 218/84- Complementar PLC nº 1/83, na origem)	Cria o Estado do Tocantins e determina outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
23/85-CN (227/85, na origem)	PLC nº 165/84 (PL/3.472/84, na origem)	Fixa os valores de retribuição do Grupo-Atividades de Fiscalização de Combustíveis, do Serviço Civil do Poder Executivo, e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
26/85-CN (228/85, na origem)	PLC nº 61/82 (PL/342/75, na origem)	Modifica os arts. 2º e 6º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que "cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
27/85-CN (229/85, na origem)	PLC nº 36/82 (PL/831/79, na origem)	Dispõe sobre a incidência de correção monetária nos depósitos judiciais.	Mantido o veto total por decurso de prazo
28/85-CN (230/85, na origem)	PLC nº 281/83- Complementar (PLC nº 102/76, na origem)	Dispõe sobre a concessão do benefício auxílio-doença ao trabalhador rural.	Mantido o veto total por decurso de prazo
37/85-CN (278/85, na origem)	PLS nº 272/78 (PL/2.006/79, na Câmara)	Dá nova redação à alínea a do art. 32 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.	Mantido o veto total por decurso de prazo
38/85-CN (286/85, na origem)	PLC nº 12/85 (PL/5.272/85, na origem)	Autoriza a desapropriação de ações das companhias que menciona e a abertura de crédito especial de até Cr\$ 900.000.000.000 (novecentos bilhões de cruzeiros) e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
46/85-CN (358/85, na origem)	PLC nº 37/81 (PL/1.795/79, na origem)	Acrescenta parágrafo ao art. 65 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
50/85-CN (359/85, na origem)	PLC nº 20/85 (PL/4.984/85, na origem)	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, assim como a qualquer outro interesse difuso, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
55/85-CN (409/85, na origem)	PLC nº 25/78 (PL/1.626/75, na origem)	Permite a dedução do imposto de renda de gastos com assistência médica, inclusive radiografias, exames de laboratório e cirurgias, no caso e condições que especifica.	Mantido o veto total por decurso de prazo
57/85-CN (428/85, na origem)	PLS nº 118/77 (PL/3.228/80, na Câmara)	Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
60/85-CN (434/85, na origem)	PLC nº 132/83 (PL/4.093/80, na origem)	Revoga o art. 22 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, que estabeleceu normas para a recuperação econômica das atividades da marinha mercante, dos portos nacionais e da rede ferroviária federal.	Mantido o veto total por decurso de prazo
61/85-CN (443/85, na origem)	PLC nº 41/84 (PL/1.272/83, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Roraima e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
63/85-CN (448/85, na origem)	PLC nº 9/81 (PL/2.031/79, na origem)	Acrescenta inciso ao art. 649 do Código de Processo Civil, para tornar impenhorável o imóvel hipotecado ao Sistema Financeiro de Habitação.	Mantido o veto total por decurso de prazo
65/85-CN (449/85, na origem)	PLS nº 320/79 (PL/3.054/80, na origem)	Acrescenta § 3º ao art. 1º da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951.	Mantido o veto total por decurso de prazo
68/85 CN (455/85, na origem)	PLS nº 124/85- Complementar (PLC nº 314/85, na Câmara)	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, modificada pelas Leis Complementares nºs 38, de 13 de novembro de 1979, e 45, de 14 de dezembro de 1983.	Em tramitação (veto total)
71/85-CN (456/85, na origem)	PLS nº 299/77 (PL/3.101/80, na Câmara)	Dá nova redação ao art. 246 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)	Em tramitação (veto total)
(457/85, na origem)	PLC nº 67/77 (PL/1.885/76, na origem)	Exige a inscrição do CPF e do RG dos devedores, nos títulos de crédito que especifica, e dá outras providências.	Aguardando leitura (veto total)
(462/85, na origem)	PLS nº 14/76 (PL/4.598/77, na Câmara)	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Aguardando leitura (veto total)
(463/85, na origem)	PLS nº 180/78 (PL/3.220/80, na Câmara)	Modifica a redação do "caput" do art. 220 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Aguardando leitura (veto total)
(500/85, na origem)	PLS nº 159/76- Complementar (PLC nº 73/79, na Câmara)	Altera o § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975.	Aguardando leitura (veto total)
(506/85, na origem)	PLS nº 81/80 (PL/5.047/81, na Câmara)	Dá nova redação a dispositivo do Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências.	Aguardando leitura (veto total)
(515/85, na origem)	PLC nº 64/85 (PL/5.078/85, na origem)	Dispõe sobre a reestruturação da Defensoria de Ofício de Justiça Militar e dá outras providências.	Aguardando leitura (veto parcial)
(546/85, na origem)	PLC nº 26/78 (PL/317/75, na origem)	Regula o exercício da Profissão de Técnico de Radiologia e dá outras providências.	Aguardando leitura (veto parcial)
(550/85, na origem)	PLC nº 97/85 (PL/1.698/83, na origem)	Dispõe sobre a validade dos cursos superiores não reconhecidos.	Aguardando leitura (veto parcial)
(552/85, na origem)	PLC nº 16/85 (PL/1.880/83, na origem)	Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências.	Aguardando leitura (veto parcial)
(554/85, na origem)	PLC nº 250/84 (PL/4.222/84, na origem)	Dispõe sobre a reversão ao Município de Boa Vista (RR), nos termos que especifica, de gleba patrimonial.	Aguardando leitura (veto total)

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
(559/85, na origem)	PLS nº 297/79 (PL/3.593/80, na origem)	Garante ao empregado aposentado por velhice, a requerimento da empresa, indenização em função do salário que percebia em atividade.	Aguardando leitura (veto total)
(560/85, na origem)	PLC nº 45/81 (PL/650/70, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 6.032, de 30 de abril de 1974, que dispõe sobre o Regimento de Custas da Justiça Federal, para o fim de determinar o preavalecimento dos arts. 789 e 790 da Consolidação das Leis do Trabalho, sempre que se tratar de litígio decorrente de relação de trabalho.	Aguardando leitura (veto total)
(588/85, na origem)	PLS nº 49/80 (PL/3.727/80, na Câmara)	Revoga a alínea e do parágrafo único do art. 16 da CLT.	Aguardando leitura (veto total)
(637/85, na origem)	PLC nº 178/85 (PL/5.463/85 na origem)	Dispõe sobre pessoal admitido em Tabela Temporária nos Offícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.	Aguardando leitura (veto total)
(643/85, na origem)	PLC nº 179/85 (PL/6.206/85 na origem)	Dispõe sobre a destinação do produto da arrecadação da Taxa de Melhoramento dos Portos — TMP.	Aguardando leitura (veto total)

c) Súmula

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Vetos:

— Total dos Vetos	54
Sendo:	
— da sessão legislativa anterior	4
— desta sessão legislativa	50
— Mantidos (todos por decurso de prazo)	37
Sendo:	
— da sessão legislativa anterior	4
— desta sessão legislativa	33
— Em tramitação	2
— Aguardando leitura	15

c. 7 — REQUERIMENTOS

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1/85	14- 3-85	Sen. Hélio Gueiros	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina as Propostas de Emenda à Constituição nºs 49 a 70 e 84, de 1984, e 1, de 1985.	Aprovado
2/85	16- 4-85	Sen. Hélio Gueiros	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina as Propostas de Emenda à Constituição nºs 49 a 70 e 84, de 1984, e 1, de 1985.	Aprovado
3/85	25- 4-85	Sen. Amaral Peixoto	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 85, de 1984.	Aprovado
4/85	8- 5-85	Dep. Pimenta da Veiga	Preferência para votação do Substitutivo do Relator à Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1984.	Aprovado
5/85	8- 5-85	Dep. Pimenta da Veiga e outros	Destaque para votação em separado dos §§ 3º e 4º do art. 147, constantes do art. 1º do Substitutivo do Relator à Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1984.	Aprovado
6/85	8- 5-85	Dep. Pimenta da Veiga e outros	Destaque para votação em separado do § 3º do art. 2º do Substitutivo do Relator à Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1984.	Aprovado
7/85	8- 5-85	Dep. Prisco Viana	Destaque para votação em separado do parágrafo único do artigo 148 da Constituição, nos termos do Substitutivo do Relator à Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1984.	Rejeitado
8/85	8- 5-85	Dep. Nadyr Rossetti	Destaque para rejeição do § 4º do art. 2º do Substitutivo do Relator à Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1984.	Rejeitado
9/85	8- 5-85	Dep. Djalma Bom e outro	Destaque para rejeição do parágrafo único do art. 7º do Substitutivo do Relator à Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1984, e de expressões constantes do "caput" do mesmo artigo.	Aprovado
10/85	9- 5-85	Dep. Pimenta da Veiga	Destaque para votação em separado de expressão constante da letra c do artigo único da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1984.	Rejeitado

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
11/85	17- 5-85	Dep. Djalma Falcão	Constituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar denúncias de irregularidades na admissão de pessoal para os serviços administrativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.	Em tramitação
12/85	3- 9-85	Sen. Raimundo Parente	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina as Propostas de Emenda à Constituição nºs 26, 27, 28 e 29, de 1985.	Aprovado
13/85	24- 9-85	Sen. Alexandre Costa	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 1985.	Aprovado
14/85	1-10-85	Sen. Helvídio Nunes	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina as Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, 44 e 52, de 1985.	Aprovado
15/85	10-10-85	Dep. Salles Leite	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1985.	Aprovado
16/85	21-10-85	Dep. Pimenta da Veiga	Inversão da Ordem do Dia, a fim de que a Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985, seja apreciada em 1º lugar.	Aprovado
17/85	21-10-85	Dep. Prisco Viana	Prorrogação do prazo de duração da sessão por 30 minutos.	Aprovado
18/85	22-10-85	Dep. Prisco Viana	Inversão da Ordem do Dia, a fim de que a Proposta de Emenda à Constituição nº 52, de 1985, seja apreciada em 1º lugar.	Indeferido
19/85	22-10-85	Dep. Pimenta da Veiga	Preferência para votação do Substitutivo da Comissão Mista apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985.	Aprovado
20/85	22-10-85	Dep. José Genoíno	Preferência para votação da Emenda nº 2 apresentada às Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, 44 e 52, de 1985.	Prejudicado
21/85	22-10-85	Dep. Nadyr Rossetti	Preferência para votação da Emenda nº 3 apresentada às Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, 44 e 52, de 1985.	Prejudicado
22/85	22-10-85	Dep. Djalma Bom	Preferência para votação da Emenda nº 4 apresentada às Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, 44 e 52, de 1985.	Prejudicado
23/85	22-10-85	Dep. Haroldo Lima	Preferência para votação da Emenda nº 3 apresentada às Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, 44 e 52, de 1985.	Prejudicado
24/85	22-10-85	Dep. Haroldo Lima	Preferência para votação da Emenda nº 10 apresentada às Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, 44 e 52, de 1985.	Prejudicado
25/85	22-10-85	Dep. Haroldo Lima	Preferência para votação da Emenda nº 11 apresentada às Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, 44 e 52, de 1985.	Prejudicado
26/85	22-10-85	Dep. Prisco Viana	Destaque para votação em separado de expressões constantes dos arts. 1º e 3º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985.	Aprovado

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
27/85	22-10-85	Dep. Prisco Viana	Destaque para votação em separado de expressão constante do art. 3º do Substitutivo das Comissão Mista apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985.	Rejeitado
28/85	22-10-85	Dep. Gastone Rigri	Destaque para votação em separado do art. 2º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985.	Rejeitado
29/85	22-10-85	Dep. Gastone Rigri	Destaque para votação em separado do art. 5º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985.	Rejeitado
30/85	22-10-85	Dep. Haroldo Lima	Destaque para votação em separado do "caput" do art. 3º da Emenda nº 2 apresentada às Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, 44 e 52, de 1985.	Rejeitado
31/85	22-10-85	Dep. Haroldo Lima	Destaque para votação em separado do art. 9º da Emenda nº 2 apresentada às Propostas de Emenda às Constituição nºs 43, 44 e 52, de 1985.	Rejeitado
32/85	22-10-85	Dep. Haroldo Lima	Destaque para votação em separado do "caput" dos arts. 2º e 7º da Emenda nº 3 apresentada às Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, 44 e 52, de 1985.	Rejeitado
33/85	22-10-85	Dep. Haroldo Lima	Destaque para votação em separado do "caput" do art. 7º da Emenda nº 3 apresentada às Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, 44 e 52, de 1985.	Prejudicado
34/85	22-10-85	Dep. Haroldo Lima	Destaque para votação em separado do "caput" do art. 3º e os incisos I e III do § 1º da Emenda nº 4 apresentada às Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, 44 e 52, de 1985.	Rejeitado
35/85	22-10-85	Dep. Djalma Bom	Destaque para votação em separado da Emenda nº 7 apresentada às Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, 44 e 52, de 1985.	Rejeitado
36/85	22-10-85	Dep. Haroldo Lima	Destaque para votação em separado do "caput" do art. 4º e seus parágrafos 1º e 3º da Emenda nº 10 apresentada às Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, 44 e 52, de 1985.	Aprovado
37/85	22-10-85	Dep. Haroldo Lima	Destaque para votação em separado do "caput" do art. 1º da Emenda nº 11 apresentada às Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, 44 e 52, de 1985.	Aprovado
38/85	22-10-85	Sen. Murilo Badaró	Destaque para votação em separado da Emenda nº 13 apresentada às Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, 44 e 52, de 1985.	Rejeitado
39/85	22-10-85	Dep. Haroldo Lima	Destaque para rejeição do art. 1º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985.	Rejeitado

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
40/85	22-10-85	Dep. Prisco Viana	Destaque para rejeição de expressão constante do art. 3º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985.	Rejeitado
41/85	22-10-85	Dep. Haroldo Lima	Destaque para rejeição de expressões constantes do § 1º do art. 4º e para o § 5º do art. 4º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985.	Aprovado
42/85	22-10-85	Dep. José Genoíno	Destaque para rejeição de expressão constante do § 1º do art. 4º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985.	Prejudicado
43/85	22-10-85	Dep. Nadyr Rossetti	Destaque para rejeição de expressão constante do § 1º do art. 4º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado à Proposta da Emenda à Constituição nº 43, de 1985.	Prejudicado
44/85	22-10-85	Dep. Alberto Goldman	Destaque para rejeição de expressão constante do § 1º do art. 4º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985.	Prejudicado, em parte; rejeitada a parte restante
45/85	22-10-85	Dep. José Genoíno	Destaque para rejeição de expressão constante do § 2º do art. 4º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985.	Rejeitado
46/85	22-10-85	Dep. Nadyr Rossetti	Destaque para rejeição de expressão constante do § 3º do art. 4º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985.	Aprovado
47/85	22-10-85	Dep. José Genoíno	Destaque para rejeição de expressão constante do § 3º do art. 4º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985.	Rejeitado
48/85	22-10-85	Dep. José Genoíno	Destaque para rejeição do § 5º do art. 4º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985.	Prejudicado
49/85	22-10-85	Dep. Alberto Goldman	Destaque para rejeição de expressão constante do § 5º do art. 4º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985.	Prejudicado
50/85	22-10-85	Dep. Nadyr Rossetti	Destaque para rejeição de expressão constante do § 8º do art. 4º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985.	Rejeitado

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
51/85	22-10-85	Dep. Alberto Goldman	Destaque para rejeição de expressão constante do art. 5º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985.	Aprovado
52/85	22-10-85	Dep. Prisco Viana	Destaque para aprovação do art. 5º e seu parágrafo único da Emenda nº 1 apresentada às Propostas de Emenda à Constituição números 43, 44 e 52, de 1985.	Rejeitado
53/85	22-10-85	Dep. Nadyr Rossetti	Destaque para aprovação do caput do art. 4º e de seu § 2º da Emenda nº 10 apresentada às Propostas de Emenda à Constituição números 43, 44 e 52, de 1985.	Rejeitado
54/85	22-10-85	Dep. Nadyr Rossetti	Destaque para aprovação da Emenda nº 12 apresentada às Propostas de Emenda à Constituição números 43, 44 e 52, de 1985.	Rejeitado
55/85	22-10-85	Dep. Haroldo Lima	Destaque para aprovação do "caput" do art. 1º da Emenda nº 11 apresentada às Propostas de Emenda à Constituição números 43, 44 e 52, de 1985.	Prejudicado
56/85	22-10-85	Dep. José Genoíno	Destaque para votação em separado da Emenda nº 2 apresentada às Propostas de Emenda à Constituição números 43, 44 e 52, de 1985.	Prejudicado
57/85	22-10-85	Dep. Nadyr Rossetti	Destaque para aprovação da Emenda nº 3 apresentada às Propostas de Emenda à Constituição números 43, 44 e 52, de 1985.	Prejudicado
58/85	23-10-85	Sen. Gabriel Hermes	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 1985.	Aprovado
59/85	23-10-85	Dep. Valmor Giavarina	Preferência para votação do Substitutivo da Comissão Mista apresentado às Propostas de Emenda à Constituição números 57, 58, 59, 60 e 61, de 1985.	Aprovado
60/85	23-10-85	Dep. Prisco Viana	Destaque para votação em separado do art. 2º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado às Propostas de Emenda à Constituição números 57, 58, 59, 60 e 61, de 1985.	Retirado
61/85	23-10-85	Dep. Nadyr Rossetti	Destaque para rejeição do inciso III do art. 23, constante do art. 2º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado às Propostas de Emenda à Constituição números 57, 58, 59, 60 e 61, de 1985.	Rejeitado
62/85	23-10-85	Dep. Prisco Viana	Destaque para votação em separado do inciso III do art. 23, constante do art. 2º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado às Propostas de Emenda à Constituição números 57, 58, 59, 60 e 61, de 1985.	Prejudicado

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
63/85	23-10-85	Dep. Valmor Giavarina	Destaque para rejeição do inciso IV do art. 23, constante do art. 2º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado às Propostas de Emenda à Constituição números 57, 58, 59, 60 e 61, de 1985.	Aprovado
64/85	23-10-85	Dep. Prisco Viana	Destaque para votação em separado do inciso IV do art. 23, constante do art. 2º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado às Propostas de Emenda à Constituição números 57, 58, 59, 60 e 61, de 1985.	Prejudicado
65/85	23-10-85	Dep. Nadyr Rossetti	Destaque para rejeição do inciso IV do art. 23, constante do art. 2º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado às Propostas de Emenda à Constituição números 57, 58, 59, 60 e 61, de 1985.	Prejudicado
66/85	23-10-85	Dep. Valmor Giavarina	Destaque para rejeição do § 14 do artigo 23, constante do art. 2º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado às Propostas de Emenda à Constituição números 57, 58, 59, 60 e 61, de 1985.	Aprovado
67/85	23-10-85	Dep. Prisco Viana	Destaque para votação em separado do § 14 do art. 23, constante do art. 2º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado às Propostas de Emenda à Constituição números 57, 58, 59, 60 e 61, de 1985.	Prejudicado
68/85	23-10-85	Dep. Alberto Goldman	Destaque para rejeição do § 4º do art. 25 da Constituição Federal, constante do art. 3º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado às Propostas de Emenda à Constituição números 57, 58, 59, 60 e 61, de 1985.	Rejeitado
69/85	23-10-85	Dep. Prisco Viana	Destaque para votação em separado do art. 25 da Constituição Federal, constante do art. 3º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado às Propostas de Emenda à Constituição números 57, 58, 59, 60 e 61, de 1985.	Prejudicado
70/85	23-10-85	Dep. Prisco Viana	Destaque para votação em separado da letra c do art. 4º do Substitutivo da Comissão Mista apresentado às Propostas de Emenda à Constituição números 57, 58, 59, 60 e 61, de 1985.	Rejeitado
71/85	23-10-85	Dep. Haroldo Lima	Destaque para rejeição de expressão constante da Emenda nº 10 apresentada às Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, 44 e 52, de 1985.	Rejeitado
72/85	6-11-85	Sen. Cesar Cals	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 1985.	Aprovado
73/85	7-11-85	Sen. Eunice Michiles	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1985.	Aprovado

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
74/85	20-11-85	Sen. Gabriel Hermes	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 1985.	Aprovado
75/85	21-11-85	Dep. Luiz Henrique	Prorrogação do prazo de duração da sessão por até 240 minutos.	Aprovado
76/85	21-11-85	Dep. Gastone Righi	Destaque para votação em separado do nº 2, alínea c do § 1º do art. 151 da Constituição a que se refere o art. 5º da redação do vencido para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985.	Rejeitado
77/85	21-11-85	Dep. Pimenta da Veiga e outros	Destaque para votação em separado de expressão constante do § 2º do art. 4º do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985.	Retirado

C.8 — PARECER

Para o fim previsto no § 2º do art. 132 do Regimento Comum, foi apreciado o seguinte parecer sobre recurso interposto pelo Sr. Deputado João Gilberto da decisão da Mesa a respeito de votação de requerimento de destaque:

Nº	Comissão	Conclusão	Resultado
77/85-CN	CCJ da Câmara	Pelo provimento do recurso para que, reconsiderando a decisão recorrida, a Presidência dos trabalhos submeta à aprovação do plenário, por dois terços de cada Casa, as expressões destacadas para votação em separado.	Aprovado

D — PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES PARLAMENTARES NOS TRABALHOS DO CONGRESSO NACIONAL

Senadores	Proposições Apresentadas					Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas										
	PEC	Req.	Emenda	Prop. de DL	Proj. de Resolução	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		Decreto-lei	PEC	PL	Veto	Proposta de DL	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado
																				Presidente	Vice-Presidente	Relator			
Aderbal Jurema	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	18	—	12	—	—	5	5	1	1	—	
Albano Franco	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	5	1	2	3	—	—	—	—	—	—	
Alberto Silva	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	14	2	1	2	1	—	3	2	—	—	
Alcides Paio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	10	—	—	—	—	1	—	—	—	—	
Alcides Saldanha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7	15	—	—	1	—	2	4	2	—	—	
Alexandre Costa	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	7	4	—	1	1	—	1	3	—	—	
Alfredo Campos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	19	3	1	1	1	4	3	2	—	—	
Aloysio Chaves	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	2	7	—	1	1	1	1	—	—	—	—	
Altevir Leal	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	2	1	1	—	—	1	1	—	—	—	
Álvaro Dias	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	9	—	1	—	—	—	—	—	—	—	
Amaral Furlan	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Amaral Peixoto	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Américo de Souza	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	6	13	1	—	—	—	1	1	1	—	—	
Benedito Canelas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2	1	3	—	—	—	—	—	—	—	
Benedito Ferreira	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	2	6	—	1	—	1	1	—	—	—	—	
Carlos Alberto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	
Carlos Chiarelli	—	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—	1	—	1	2	—	1	—	—	2	—	—	—	—	
Carlos Lyra	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10	9	—	—	1	—	2	1	—	—	—	
Cesar Cals	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7	11	1	—	1	4	—	—	—	—	—	
Cid Sampaio	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	6	10	2	—	2	—	—	2	—	—	—	
Claudionor Roriz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	3	1	—	—	1	—	—	—	—	
Eunice Michiles	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	9	1	4	—	1	5	1	1	—	—	

Senadores	Proposições Apresentadas					Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas										
	PEC	Req.	Emenda	Prop. de DL	Proj. de Resolução	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		Decreto-lei	PEC	PL	Veto	Proposta de DL	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado
																				Presidente	Vice-Presidente	Relator			
Fábio Lucena	—	—	—	—	—	2	—	—	2	1	—	—	—	9	18	3	2	1	—	3	5	1	1	—	
Fernando Henrique Cardoso	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	
Gabriel Hermes	—	2	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9	15	1	2	—	2	1	1	—	1	—	
Galvão Modesto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	5	—	1	—	1	—	—	—	—	—	
Gastão Müller	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11	7	4	3	—	—	4	3	2	—	—	
Guilherme Palmeira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	5	1	—	1	—	1	1	—	—	—	
Hélio Gueiros	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10	18	3	5	2	—	5	5	2	3	—	
Helvídio Nunes	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	13	2	—	—	3	—	—	—	—	—	
Henrique Santillo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	5	3	—	—	—	—	—	—	—	—	
Heráclito Rollemberg	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Humberto Lucena	—	—	1	—	—	—	—	2	—	2	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	
Itamar Franco	1	—	1	—	—	1	—	—	—	2	1	—	—	—	3	2	1	—	—	—	1	—	—	—	
Jaison Barreto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	1	—	1	—	—	—	—	—	—	
João Calmon	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1	—	—	4	8	1	2	—	—	2	3	1	1	—	
João Castelo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	
João Lobo	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1	—	—	7	9	—	2	—	—	1	3	2	—	—	
Jorge Bornhausen	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	1	2	1	—	—	—	—	—	—	
Jorge Kalume	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	22	22	5	9	2	11	1	1	3	1	—	
José Fragelli	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
José Ignácio Ferreira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	6	16	1	4	—	1	—	3	—	1	—	
José Lins	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	10	20	4	4	—	—	3	3	4	—	—	
Jutahy Magalhães	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	11	8	3	3	1	4	—	2	—	1	—	
Lenoir Vargas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8	15	1	3	—	1	—	2	2	1	—	
Lomanto Júnior	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	10	3	—	—	3	—	1	1	—	—	
Lourival Baptista	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	9	17	2	—	—	—	4	5	2	—	—	

Senadores	Proposições Apresentadas					Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas										
	PEC	Req.	Emenda	Prop. de DL	Proj. de Resolução	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		Decreto-lei	PEC	PL	Veto	Proposta de DL	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado
																				Presidente	Vice-Presidente	Relator			
Luiz Cavalcante	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	8	—	2	1	—	2	1	1	—	—	
Luiz Viana	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	
Marcelo Miranda	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	8	1	2	1	—	2	1	—	—	—	
Marco Maciel	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
Marcondes Gadelha	—	—	—	—	—	2	1	—	1	1	1	1	—	2	10	3	—	—	—	1	1	1	—	—	
Mário Maia	2	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	11	10	4	2	—	—	1	5	5	—	—	
Martins Filho	—	—	—	—	—	2	1	—	—	2	—	—	—	8	19	—	3	—	—	3	7	2	1	—	
Mauro Borges	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10	10	—	1	1	—	1	—	—	—	—	
Milton Cabral	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	7	1	—	2	—	1	3	1	—	—	
Moacyr Dalla	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	7	1	1	—	—	—	—	—	—	—	
Moacyr Duarte	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	15	—	3	1	5	1	—	—	—	—	
Morvan Acayaba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	
Murilo Badaró	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Nelson Carneiro	—	—	—	—	—	2	—	—	1	3	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Nivaldo Machado	—	—	20	—	—	1	—	—	—	—	2	—	—	10	1	4	1	—	—	2	7	6	—	—	
Octávio Cardoso	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	12	22	2	4	1	6	—	1	—	1	—	
Odacir Soares	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	10	1	1	—	1	—	—	—	—	—	
Passos Pôrto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	3	—	—	1	1	—	—	—	—	—	
Raimundo Parente	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8	19	5	4	1	7	1	2	—	—	—	
Roberto Campos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	2	3	2	—	—	—	—	1	—	—	3	
Roberto Saturnino	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Roberto Wypych	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	11	1	—	—	—	1	1	—	—	—	
Saldanha Derzi	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	4	2	3	—	2	—	2	—	—	—	
Severo Gomes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	14	1	2	1	—	—	—	—	—	—	
Virgílio Távora	—	—	95	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11	11	4	—	1	5	—	1	—	—	—	

Deputados	Proposições Apresentadas					Pronunciamentos							Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas											
	PEC	Req.	Emenda	Prop. de DL	Proj. de Resolução	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal		Sessão Solene	Decreto-lei	PEC	PL	Veto	Proposta de DL	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado
																				Presidente	Vice-Presidente	Relator			
Carlos Eloy	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carlos Magalhães	-	-	-	-	-	3	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carlos Peçanha	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carlos Vinagre	-	-	-	-	-	7	-	1	-	-	-	-	1	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carlos Virgílio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carneiro Arnaud	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Casildo Maldaner	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cássio Gonçalves	-	-	-	-	-	1	-	5	4	8	-	-	-	1	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Celso Amaral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Celso Barros	-	-	-	-	-	6	-	2	4	2	17	-	-	1	7	1	-	-	-	-	1	2	2	-	-
Celso Carvalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Celso Peçanha	1	-	-	-	-	24	-	1	1	6	-	-	-	1	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Celso Sabóia	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	2	4	-	-	-	-	2	1	-	-	-
Cesar Cals Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chagas Vasconcelos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cid Carvalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	2	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Ciro Nogueira	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	2	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Clarck Platon	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Claudino Sales	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-
Cláudio Philomeno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clemir Ramos	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Correia Lima	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Coutinho Jorge	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cristina Tavares	-	-	-	-	-	19	-	9	5	5	2	-	-	-	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas					Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas										
	PEC	Req.	Emenda	Prop. de DL	Proj. de Resolução	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		Decreto-lei	PEC	PL	Veto	Proposta de DL	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado
																				Presidente	Vice-Presidente	Relator			
José Carlos Fagundes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1	—	—	—	2	1	—	—	—	
José Carlos Fonseca	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	
José Carlos Martinez	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
José Carlos Teixeira	—	—	—	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
José Carlos Vasconcelos	1	—	—	—	—	1	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	
José Colagrossi	—	—	—	—	—	28	—	—	1	4	—	—	—	1	4	1	—	—	—	2	2	—	—	—	
José Eudes	—	—	—	—	—	1	—	1	—	2	—	—	—	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	
José Fernandes	—	—	—	—	—	15	2	—	4	1	10	—	—	1	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	
José Fogaça	—	—	—	—	—	10	—	—	1	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—	—	1	2	—	—	
José Frejat	—	—	—	—	—	15	—	—	—	—	—	—	—	1	3	—	—	1	—	—	—	—	—	—	
José Genoino	—	6	—	—	—	29	3	2	15	20	6	—	—	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	
José Jorge	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	
José Lourenço	—	—	—	—	—	1	—	2	3	1	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
José Luiz Maia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
José Machado	—	—	—	—	—	—	1	—	4	6	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
José Maranhão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
José Mello	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	
José Mendonça Bezerra	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
José Mendonça de Moraes	—	—	—	—	—	13	1	—	6	4	9	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
José Moura	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
José Penedo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
José Ribamar Machado	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
José Tavares	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	1	3	—	3	1	—	1	3	—	2	—	
José Thomaz Nonô	—	—	—	—	—	2	1	—	3	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	1	—	—	—	—	

